INSTITUTO HISTÓRICO da Ilha Terceira

BOLETIM



N.º 2

1944

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

SEDE

Angra-do-Heroismo — Edifício da Junta Geral do Distrito Autónomo

DIRECÇÃO

Presidente -- Dr. Luis da Silva Ribeiro

Tesoureiro — Dr. Teotónio Machado Pires

Secretário - Tenente-Coronel José Agostinho

Publicação subsidiada pela Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra-do-Heroísmo

A publicação de qualquer trabalho não significa concordância do Instituto com as doutrinas, idéas ou conclusões nele contidas, que sã sempre da responsabilidade exclusiva do autor.

(Art. 17.º do Regulamento do Instituto)

TÔDA A CORRESPONDÊNCIA DEVE SER DIRIGIDA : À DIRECÇÃO DO INSTITUTO

Composto e impresso na Tipografia Andrade, Rua Lisboa, 115. Angra-do-Heroísmo

BOLETIM

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

Vol. II 1944

A descoberta da Terra Nova do Bacalhau

pelo DR. HENRIQUE BRAZ

A descoberta da Terra-Nova, do Bacalhau, uma ilha que faz parte da América, por João Vaz (Côrte-Real) e Álvaro Martins (Homem), duas dezenas de anos antes da primeira viagem de Colombo, prioridade que decisivamente começaram a reivindicar para os portugueses escritores entusiastas, como Mendo Trigoso, Matos Correia e Luciano Cordeiro, hoje seguidos por outros publicistas, nacionais e estrangeiros — foi contestada formalmente pelo dr. Ernesto do Canto, no Cap. Il da sua notável e exaustiva Memória histórica sôbre os Côrte-Reais (Arquivo dos Açores, Vol. IV, pág. 410 e seguintes) — e a dedução dos seus raciocínios, apoiados nos poucos testemunhos e documentos que existem àcerca dêste acontecimento, parece à primeira vista incontroversa.

O certo é que, fiados no firme critério e inatacável probidade de tão insigne investigador, o seu *veredictum* como inapelável tem sido recebido por historiadores do melhor quilate, que se dispensaram de cotejar, com as fontes documentais, as citações daquele autor.

Mas um fecundo polígrafo, nascido na Terceira, (a cujo esgotante

labor, totalmente despremiado, duma longa e acidentada existência, consagrada por inteiro às letras, só agora se começa, e ainda timidamente, a fazer justiça), com uma vasta bibliografia, não só de obras de fantasia, talvez de gôsto discutível, mas de estudos históricos, valiosos (e a êstes se não prestou, até hoje, nem mesmo na sua terra, a merecida atenção) — Faustino da Fonseca, num livro precioso, A Descoberta do Brasil (Lisboa, 1900), que é citado como autoridade nesta espécie de trabalhos, rebateu, com ardorosa argumentação, a crítica do dr. Ernesto do Canto.

E, todavia, a Faustino da Fonseca passou despercebido o que havia de mais vulnerável nessa crítica.

Com efeito, o benemérito historiógrafo micaelense, para contestar aquela proeza marítima, sustenta que nos escritos onde vem relatada e defendida «se apelou para o testemunho do P.e António Cordeiro, autor da História Insulana, na qual afirma, sem citar autoridade alguma, que em 1464 foram dadas as duas capitanias da Ilha Terceira a Álvaro Martins Homem e João Vaz Côrte-Real, como recompensa da descoberta da Terra do Bacalhau, que por ordem régia tinham efectuado».

Ernesto do Canto não dissimula uma certa acrimónia contra o jesuíta P.e Cordeiro, também terceirense de origem, cuja obra teve, pelo menos, o mérito de revelar, ainda que por modo indirecto, o inexgotável tesouro de informações das Saüdades da Terra, do dr. Gaspar Frutuoso, que seguiu e em muitos pontos copiou, e de que só há poucos anos se poude publicar alguns tomos, estando, no entanto, desgraçadamente inédita uma grande parte.

A respeito do acontecimento que se discute, o erudito Director do Arquivo dos Açores repudiou o testemunho do P.e António Cordeiro, pondo de sobreaviso os estudiosos «contra o perigo que corriam, prestando-lhe o crédito que êle não merece» e entende que «em boa crítica não se aceita, nem pode aceitar-se, o testemunho de um autor único, que escreveu mais de dois séculos depois dos sucessos ocorridos e cujos descuidos de tôdas as espécies tornam assaz falível». Acrescenta que na notícia de Cordeiro há várias inexactidões: uma, de ordem cronológica — a carta de doação da Capitania de Angra a João Vaz não é de 1464, como está impresso na História Insulana, mas sim de 1474; outra, de natureza histórica — Cordeiro associa

Alvaro Martins Homem a João Vaz Côrte-Real na volta da viagem à Terra dos Bacalhaus, e «o dr. Frutuoso, insiste Ernesto do Canto, só fala de João Vaz, sem nas suas palavras haver a menor alusão a Álvaro Martins Homem» (Arquivo, Vol. cit. pág. 411).

Ora o êrro da data bem pode ter sido uma gralha tipográfica e, de resto, não tem importância na questão de que se trata, porque, ou fôsse em 1464, ou em 1474, teria sido sempre o descobrimento em data anterior à primeira viagem de Colombo (1492).

Quanto à outra inexactidão... O dr. Ernesto do Canto porfia, teima afincadamente em acentua-la: «Procurando a origem da noticia do P.º Cordeiro, e não a achando nas Salidades da Terra, do dr. Gaspar Frutuoso, temos como provável que a extraíu de um manuscrito anónimo, com o título de Breve Notícia do Descobrimento das Ilhas Terceiras, que por outro nome se chamaram Flândricas».

De facto neste Ms. diz-se que, tendo falecido Jácome de Bruges, Capitão-donatário da Terceira, chegaram a esta ilha dois fidalgos, João Vaz Côrte-Real e Álvaro Martins Homem, que vinham de descobrir a Terra do bacalhau, e êstes pediram a ilha a D. Beatris, mulher que fora do Infante D. Fernando, por serviços que lhe tinham feito, mercê que lhes foi concedida. Mas Ernesto do Canto averiguou que o Ms. tinha sido redigido pouco depois de 1672 e opôs-lhe o seu veto decisivo, do modo seguinte: «Sendo, portanto, de data muito posterior aos acontecimentos, pouco crédito merece».

No opúsculo de A. C. Teixeira de Aragão, intitulado Breve Notícia sôbre o descobrimento da América, publicado pela Academia de Ciências de Lisboa (no ano de 1892, na Col. de Memórias da Comissão Portuguesa do Centenário do Descobrimento da América, pág. 33 e seguintes); nos comentários que o notável Prof. Dr. Manuel de Oliveira Ramos bordou sôbre a célebre História da Época dos Descobrimentos, pelo Dr. Sophus Ruge, de Dresden, insertos no Vol. XIII da versão portuguesa da História Universal de G. Oncken (pág. 496); num ensaio publicado na Revista de História (Ano XV-1926-pág. 246) pelo sr. dr. Fidelino de Figueiredo — a argumentação de Ernesto do Canto é seguida sem discrepância, ponto por ponto e o sr. dr. Duarte Leite, no seu interessante livrinho, Coisas de vária história (Lisboa, 1941, pág. 139), aceitou, também sem exame, as minudentes deduções da Memória sôbre os Côrte-Reais — o que não deixa de

surpreender em historiador tão pertinazmente céptico e reticente. Não há muito a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (Lisboa, vol. VII, pág. 809) reeditava, parecendo perfilha-las, essas mesmas deduções e, mais recentemente, o sr. dr. Damião Peres, na História dos Descobrimentos Portugueses (Pôrto, 1943, pág. 169), insiste, baseandose ainda em Ernesto do Canto, nos comprometedores erros de facto da História Insulana, tais como o de publicar com data de 1464 a carta de doação da capitania na Terceira, que é de 1474, ou o de associar Álvaro Martins Homem a João Vaz Côrte-Real, quando nas Saudades da Terra não há a menor alusão (sic) a tal colaboração.

Pois bem — a despeito do muito que êste descuido nos assombre em investigador tão sagaz e consciencioso, quem errou, quem neste caso cometeu uma inexactidão indesculpável foi o próprio dr. Ernesto do Canto — engano funestissimo que veio a influir impeditivamente em quantos depois se têm ocupado dêste ainda nebuloso episódio da história das navegações portuguesas, a começar por Henry Harisse, em Les Corte-Real (Paris, 1883), que, aliás, cai noutros deslizes mais grosseiros, como o de supor Martim Behaim genro de João Vaz.

A rectificação, aqui agora feita pela primeira vez, do êrro cometido pelo grande publicista micaelense, por si só pulveriza em grande parte a argumentação do Cap. II da Memória sôbre os Côrte-Reais que, no entanto, Faustino da Fonseca, não obstante ignorar o lapso, já vitoriosamente rebatera.

O dr. Ernesto do Canto errou, ao sustentar que o testemunho do P.e António Cordeiro era único sobre o facto histórico de que nos estamos ocupando; errou, quando afirma que o P.e Cordeiro indevidamente associou o nome de Álvaro Martins Homem ao de João Vaz Côrte-Real na volta da viagem da Terra Nova; errou, quando assevera que Gaspar Frutuoso só fala de João Vaz Côrte-Real, sem nas suas palavras haver uma única alusão a Álvaro Martins Homem.

O insigne micaelense leu no manuscrito das Saŭdades da Terra o capítulo dedicado aos Côrte-Reais, capitães que foram da parte de Angra, mas lamentàvelmente esqueceu-se de o confrontar com o capítulo anterior, referente aos Capitães da capitania da Praia, da banda do norte, da ilha Terceira. E o mais estranhável neste descuido é

que Gaspar Frutuoso expressamente remete o leitor para êsse antecedente capítulo. Com efeito, no comêço do capítulo destinado aos Côrte-Reais, escreveu:

«... e vindo (como atrás tenho dito) João Vaz Côrte-Real do descobrimento da Terra Nova dos Bacalhaus que por mandado de El-Rei foi fazer, lhe foi dada a capitania de Angra, da ilha Terceira, etc. » (Saüdades da Terra, parte relativa à Ilha Terceira, publicada por Ferreira de Serpa no Arquivo da Universidade de Lisboa, Vol. IV, 1917, pág. 237).

E o que o Autor atrás dissera, e o dr. Ernesto do Canto não leu, fôra o seguinte:

*... estando sem capitão (a Ilha Terceira) vieram a ela ter dois homens fidalgos por nome, um deles, João Vaz Côrte-Real e outro, Álvaro Martins Homem: os quais vinham da terra do bacalhau, que por mandado de El-rei foram a descobrir, e informados como a ilha estava, se foram ao reino, onde a pediram de mercê á Infanta D. Beatris, mulher do Infante D. Fernando e mãi do duque D. Diogo, das traições, e sua tutora, a qual lhes fez mercê dela e ambos a partiram pelo meio e a lograram e possuiram seus descendentes etc.» (Idem, pág. 234).

Assim, neste, como aliás em muitos outros pontos, o P.e Cordeiro copiou Frutuoso. E Frutuoso, no caso vertente, não usa de hesitações, não é dubitativo — por *três vezes* relata o acontecimento, se bem que só na primeira alie os *dois* nomes na viagem de descoberta, parecendo-lhe por certo desnecessário repetir a circunstância, visto que da segunda vez remetia o leitor para o que dissera antes.

Frutuoso afirma peremptóriamente o facto do descobrimento e sabe-se como era minucioso e probo êste sábio doutor salamanquino, como se documentava escrupulosamente, escrutando todos os elementos de informação e ouvindo as pessoas idosas, contemporâneas ou quási coevas dos acontecimentos. Bastará lembrar o cuidado com que relatou o descobrimento da ilha de Santa Maria e o início tardio do povoamento da Terceira, citando os testemunhos que directa e pes-

soalmente procurou sôbre o assunto e recolhendo, para êste, como para os outros pontos susceptíveis de dúvida, tôdas as lendas, memórias e narrativas dos homens velhos, e todos os documentos e escritos que poude encontrar. Convindo advertir que, se as Saüdades da Terra só foram elaboradas no último período da vida do seu autor, um século, pouco mais ou menos, depois da vinda para a Terceira dos dois fidalgos, a verdade é que Frutuoso realizara evidentemente as pesquisas e colhera os informes para a sua história antes de redigi-la e no que concerne ao descobrimento da Terra Nova poderia esclarecer-se a pouco mais de meio século dessa proeza.

Destarte, não é admissível aventar-se que o criterioso historiador quinhentista tenha estabelecido confusão com as viagens de Gaspar e Miguel Côrte-Real, atribuindo-as ao pai dêstes. A associação de João Vaz e Álvaro Martins prova que se trata de exploração marítima, anterior às dos outros Côrte-Reais. Os filhos seguiram a rota que o pai já singrara. O próprio dr. Ernesto do Canto sente-se obrigado a reconhecer, no final do seu citado estudo, que João Vaz foi pelo menos percursor de seus filhos, e talvez mesmo de Colombo, nas expedições do ocidente (Arquivo dos Açores, Vol. IV, pág. 416).

É mesmo possível que o pai, depois de capitão-donatário de Angra, tivesse empreendido outra viagem à banda do norte, levando o filho Gaspar ao baptismo da aventura oceânica. (Sabe-se que por 1487 pai e filho estiveram ausentes da Terceira — Arquivo e Vol. cit., pág. 403 e 404).

Assim, as designações geográficas de Terra de João Vaz, Baía de João Vaz, Rio de João Vaz que por várias vezes se encontram em atlas e cartas antigos, indicando os lugares que o futuro donatário de Angra descobriu, não foram uma homenagem de afecto filial, prestada por Gaspar e Miguel, quando atingiram terras daquele continente que depois Colombo topou, supondo ser Catay e a que se deu, na mais incongruente e espantosa das fraudes, o nome de Américo Vespúcio—foram a consagração dum facto histórico, a proeza do próprio João Vaz. As façanhas dos filhos também certos cartógrafos dessa longínqua e gloriosa época dos descobrimentos e conquistas dos portugueses as não esqueceram e alguns mapas as sancionam, dando à região que percorreram, reconheceram e onde ficaram para não mais voltar, o

nome de Terra dos Côrte-Reais que, de resto, bem pode envolver preito a pai e filhos.

Se Frutuoso não relata os feitos dos descendentes de João Vaz, que o P.e Cordeiro também omitiu, é porque no capítulo da sua história enumera os Capitães donatários da parte de Angra e segue, na exposição da genealogia dos Côrte-Reais, a linha de primogenitura, sistema que, aliás, adopta com outras famílias nobres. Ora, Gaspar e Miguel eram filhos segundos. O primogénito foi Vasco Eanes Côrte-Real, aquele Vedor da Fazenda Real que tinha fôlego como gato, a que alude Gil Vicente, na farça O Clérigo da Beira.

Estranha-se que Martim da Boémia (Martim Behaim) não faça a menor referência, no seu *Globo* de Nuremberg, ao descobrimento realizado por João Vaz e Álvaro Martins e daí se conclui pela falsidade da notícia que relata êsse acontecimento.

Pois quê? — diz-se — Martim, nauta e cosmógrafo, esteve nos Açores de 1486 a 1490; casa no Faial com uma filha do donatário, Jos de Utra, a volábil Joaninha de Macedo; é, portanto, cunhado do segundo Jos de Utra; concunhado de Izabel Côrte-Real, filha do capitão-donatário de Angra e desconhece um feito de tamanho relêvo de que João Vaz foi protagonista? Segue para Nuremberg em 1491, fabrica o célebre globo em 1492 e omite qualquer alusão ao facto?

Não é significativo êste silêncio?

Simplesmente — o que é preciso é não esquecer os designios de Martim Behaim.

Quem não vê claramente, pela carta do dr. Monetário a D. João II e pelo contrato de Fernão Dulmo e João Afonso do Estreito que Martim procurava acima de tudo valorizar-se, impor-se como astrólogo e mareante e tirar proveito pessoal das expedições marítimas? Não é fácil descortinar os seus planos e ambições? Não é o próprio dr. Ernesto do Canto que lhe atribui o secreto pensamento de vir a ser o verdadeiro descobridor do continente que depois teve o nome de América? (*Arquivo dos Acores*, Vol. I, pág. 440).

Behaim, como Toscanelli, e Colombo, e Monetário, acreditava na proximidade das costas orientais da China às ocidentais da Europa. Trouxe de Nuremberg a carta de recomendação do sábio Monetário,

de grande fama, como novo apoio à teoria, já regeitada pela ciencia geográfica, portuguesa. Behaim nutria a intima esperança de conseguir o auxílio que a Colombo fora recusado. Assim, é claro que teria o empenho de ocultar tudo o que pudesse de algum modo, mesmo indirectamente, prejudicar o seu intento. Se teve conhecimento das viagens de João Vaz, sogro de seu cunhado, Jos de Utra (e também João Vaz, por interêsse de família, poderia desejar que não saísse do âmbito doméstico a notícia das suas empresas oceânicas) Behaim tinha conveniência em as não divulgar.

A carta de doação a Gaspar Côrte-Real, firmada por D. Manuel em Sintra, aos 12 de Maio de 1500, diz assim: ...por quanto Gaspar Côrte-Real, fidalgo da nossa casa, os dias passados se trabalhou por si e à sua custa, com navios e homens, de buscar, descobrir e achar, com muito trabalho e despesa de sua fazenda e perigo de sua pessoa, algumas ilhas e terra firme e pelo conseguinte a quer ainda agora continuar a pôr em obra e fazer nisso quanto puder por achar as ditas ilhas e terra, etc. A carta de trespasse para Vasco Eanes Côrte-Real, desaparecido seu irmão Gaspar, da doação feita a êste, carta firmada em Coimbra, aos 17 de Setembro de 1506, começa por dizer que o mesmo Gaspar foi o primeiro descobridor das ilhas e terra doadas.

Assim, pela carta de 1500 conclui-se que, antes dêsse ano e há tempos (dêste modo se interpreta modernamente a expressão — os dias passados. Veja-se História da Colonização Portuguesa do Brasil, Vol. I, Pôrto, 1921-Introdução-Nota a pág. LXXXIII), havia Gaspar Côrte-Real realizado já viagens para buscar, descobrir e achar ilhas e terra firme e queria prosseguir no trabalho de achar essas mesmas ilhas e essa mesma terra firme. Pela carta de 1506, atribui-se a Gaspar a prioridade no descobrimento das terras doadas — o que forneceu ao director do Arquivo dos Açores um considerável argumento contra a possibilidade de João Vaz as ter descoberto anteriormente.

Um documento oficial, dirigindo-se aos filhos de João Vaz, que tinham obrigação de exalçar a glória paterna, não podia omitir a proeza do pai, se o facto fôsse verdadeiro — assim comenta Ernesto do Canto.

Mas o que se vê das cartas citadas é o sentido confuso em que se empregava os vocábulos descobrir, achar, buscar.

No Esmeraldo de situ orbis, de Duarte Pacheco Pereira, nas Lendas da India, de Gaspar Correia, na Carta de Estêvam Fróis a D. Manuel, datada de S. Domingos, aos 30 de Julho de 1514 e noutros escritos coevos faz-se frequentemente referência a descobrimento de terras já descobertas, a tornar a descobrir costa marítima de que no primeiro descobrimento se não soube pelo metido.

Donde se infere que o verbo descobrir tinha o significado de reconhecer. Se Gaspar Côrte-Real é indicado como primeiro descobridor de terra firme e ilhas ao ocidente, é porque foi quem as reconheceu, aí desembarcou, percorreu as costas em busca de seguros ancoradouros, exerceu actos de posse. No entanto, na linguagem do tempo, bem podia ter sido outrem quem primeiro tivesse encontrado, achado a mesma terra firme e as mesmas ilhas.

António de Herrera, cronista-mor do rel de Espanha, que estudou os manuscritos de Las Casas, escritor coetâneo e amigo de Colombo e os próprios papéis e documentos do argonauta genovês, sustenta (Hist. General de los hechos castellanos en las islas y tierra tirme del mar oceano, Madrid, 1601) que as viagens de Gaspar e Miguel Côrte-Real, hijos del Capitan que descobrio la Tercera, contribuiram para decidir Colombo na realização do seu plano (Apad Ernesto do Canto, Arquivo dos Açores, Vol. IV, pág. 434 e seguintes).

Evidentemente as viagens dos filhos de João Vaz, de 1500 e 1502, não podiam ter a menor influência na elaboração dum projecto que lhes é anterior de muitos anos. Semelhante anacronismo, em historiador tão circunspecto como Herrera, não é admissível.

Foram certamente as explorações marítimas de João Vaz e não as dos filhos que serviram de incentivo a Colombo.

Sabe-se que, ao regressar da sua primeira viagem em que buscara o oriente pelo ocidente o célebre almirante fundeou no pôrto de S. Lourenço, da Ilha de Santa Maria, do arquipélago açoreano, em 18 de Fevereiro de 1493.

Mas teria estado nestas ilhas, antes de largar de Palos, em 2 de Agosto de 1492, ao serviço de Espanha, na sua primeira expedição? Luciano Cordeiro, sábio polígrafo, respondeu por mais duma vez, se bem que incidentalmente, pela afirmativa e cita, com demorada transcrição, Garcilaso de la Vega, — el inca —, que o dá como residindo na Terceira, pelo ano de 1484 (De la part prise par les portugais dans

la découverte de l'Amérique, — Lettre au Congrès des Americanistes, Nancy, 1876 — publicada em Questões Histórico-Coloniais, Vol. I, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1935, pág. 37, 38 e 49).

Nascido no Perú, em 12 de Abril de 1539, filho duma princesa inca, Isabel Chimpu Ocllo e dum audaz batalhador, D. Sebastian Garci Lasso de la Vega, — de nobre estirpe espanhola, que eguiu Francisco Pizarro na conquista daquele território — o futuro investigador da origem dos incas, falecido seu pai em 1559, resolveu trasladar-se a Espanha, a-fim-de solicitar da Coroa a restituição dos bens, que nas revoltas de caudillos ambiciosos, lhe haviam confiscado em Cusco, ciudad cabeza de los Reynos y provincias del Perú.

Em 1560 parte de Callao e depois de tempestuosa travessia veio ter à ilha do Faial, dos Açores, donde passou à Terceira e, em seguida, a Lisboa.

Em tôdas estas partes los ministros reales y los ciudadanos y los de las islas referidas lhe deram tão amável hospitalidade, como se fôsse dalguma delas natural. Os favores que lhe dispensaram — confessa-o desvanecido — foram de tal sorte que um consistiu em nada menos do que salvar-lhe a vida.

Tão obrigado e aficionado se considerou a Portugal que, ao publicar em Lisboa, no ano de 1605, La Florida del Inca, dedica esse trabalho al serentssimo Príncipe Don Teodosio, Duque de Braganza, e ao vir a lume, em 1609, a primeira parte da sua obra maestra e monumental, Comentarios Reales, em que trata da origem e história dos incas, obra que foi la pasión de toda su vida e lhe marcou lugar proeminente entre os escritores de língua castelhana — decide significativamente consagra-la à Princesa D. Catarina de Portugal, duquesa de Bragança.

É mesmo da própria dedicatória da Florida del Inca ao duque de Bragança que extraio os dados biográficos que particularmente me interessam no estudo presente, em especial no que respeita à estadia e bom acolhimento do escritor na Terceira (Veja-se: El Inca Garcilaso de la Vega — su vida y su obra — conferência do Prof. Dr. Alberto Ureta, publicada na Revista da Faculdade de Letras, Lisboa, Tomo VII, 1940-1941, pág. 327 e seguintes).

De Lisboa dirige-se a Sevilha e dali, finalmente, para Madrid, onde

bem cruel desilusão o aguardava, ao constatar que recusam restituir-lhe os bens com que pretendia reconstruir o património familiar.

Então resolve servir nos exércitos do rei de Castela e sabe-se que batalhou, com a patente de capitão, na guerra de Granada, às ordens de D. João de Áustria.

Teria voltado à Terceira, na formidável expedição naval, comandada por D. Álvaro de Bazan, Marquês de Santa Cruz que, no fim de várias tentativas e duma prodigiosa resistência da ilha, a investiu e domou em Julho de 1583?

Nada leio a êsse respeito na conferência do Dr. Ureta.

Mas uma coisa é certa — posso afirma-lo porque o descobri recentemente: na Terceira, na cidade de Angra, em 1584, esteve um eapitão Garcilaso de la Vega, seguramente comparte do presidio castelhano que ficou ocupando militarmente a ilha, depois de entrada.

Seria el Inca? Capitão e com tal nome creio que não pode ser outro. O poeta, o Petrarca espanhol, êsse, não — porque era já falecido.

É verdade que nas relações sôbre a conquista da Terceira, transcritas no Arquivo dos Açores, não encontro nomeado o capitão Garcilaso de la Vega — mas não é menos verdadeiro que na expedição vieram vários militares de patente, cujos nomes estão omissos nesses relatos.

É preciso não esquecer que el Inca era um mestiço e nessa altura ainda pouco menos que desconhecido. Tampouco fazem os cronistas daquele sucesso qualquer alusão ao grande poeta Lope de Vega e ao célebre Cervantes — e não se ignora que ambos vieram na armada poderosissima do Marquês de Santa Cruz (Veja-se Arquivo dos Açores, Tomo IV, pág. 332), embora como simples soldados, o primeiro, com sòmente quinze anos, talvez apenas grumete.

Drumond (Anats da Ilha Terceira, Tomo I, pág. 359) enumerando alguns dos capitães espanhois (cujos nomes, aliás, tenta aportuguezar e patriòticamente estropia) que ficaram no presidio da Terceira, cita um Guedaco da Veiga. Suspeito que pretendia nomear o Garcilaso.

O que é indubitável é que, a 13 de Março de 1584, o cura Diogo Dias, que depois foi cónego da Sé de Angra, baptizou no mesmo templo um recém-nascido, por nome Francisco, filho de Belchior Gonçalves, mareante e de sua mulher Maria Fernandes, do qual foram padrinhos Garcilaso de la Vega e Domingas Miz, filha de Sebastião Mo-

niz — (o têrmo, lavrado pelo mencionado cura, vem a fls. 8 do *Livro de Baptizados* da Sé de Angra, que também traz assentos de casamentos e de óbitos, N.º 7 — 1583 a 1588).

Os soldados castelhanos, mai desembarcados na ilha, não a venceram únicamente pelas armas, *venceram* pelo coração as môças terceirenses, com pasmosa, indecorosa ou sádica presteza.

Ainda não haviam de todo cessado as depredações, as vexações, o saqueio, as represálias dos vencedores; ainda foragidas pelos algares da ilha, sem eira, nem beira, transidas de frio e de mêdo, andavam a monte numerosas famílias da cidade — e já no primeiro de Setembro, a pouco mais de um mês de tomada a Terceira, uma donzela, Antónia Fernandes de nome, filha de Maria Diniz e de Francisco Fernandes, trequeses da Sé de Angra, casava com António Dominguez, natural de Paredes de Naves, em Castela (cit. Livro, fls. 89) e ao acto solene - que ignomínia! - para o qual o nubente houve dispensa do Vigário Geral, pois evidentemente fôra impossível, em tão escasso tempo, correrem-se os banhos, assistiam, como testemunhas, além de Gaspar Gonçalves, ourives, de Estêvam Cerveira e do clérigo de missa, Manuel de Araújo, o perverso licenciado Jorge Vaz Pais, homem mal intencionado (Drumond, Anais, Tomo I, pág. 361), um dos verdugos que o governador e mestre-de-campo Juan de Urbina descobriu, entre os vencidos mais infames ou pusilánimes, para a constituïção do tristemente famoso tribunal dos sete.

Se o Dominguez foi o primeiro, o soldado granadino, Florian de Mena não quiz ser dos últimos e em 5 de Fevereiro de 1584 realizava o seu consórcio, também na Sé de Angra, com Ana Roiz, filha de Manuel Fernandes Rangel e de sua mulher Bárbara Gonçalves (cit. Livro de baptizados, fls. 92). Decorridos os meses do estilo, em 3 de Novembro do mesmo ano, na mesma Sé, era-lhes baptizada uma filha, Maria, da qual foi padrinho o capitam Garcilaso (cit. Livro, fls. 15).

Sendo êste Garcilaso, como tudo parece indicar, o historiador inca — menos provável se afigura que, tendo estado aqui por duas vezes, ocupando-se nos *Comentarios Reales* da descoberta da América e afirmando que Cristóvam Colombo, ainda não almirante, mas apenas cartógrafo, por 1484 residia na Terceira, confundisse esta ilha com a da Madeira.

Note-se que no passo, largamente reproduzido por Luciano Cor-

deiro, el Inca, descrevendo a calamitosa viagem do pilôto de Huelva, Alonso de Sanchez, faz prévia referência á la isla de la Madera, por que era de Espanha, pelas Canárias e Madeira que o pilôto andava em sua triangular contratacion. Só depois de hórrido temporal o ter arrastado a uma ilha, que se presume fôsse a que ora llamam Santo Domingo, é que veio ter à Terceira, a casa del famoso Christoval Colon ginovéz.

Parece incontestável, porque seus próprios papéis o constatam, que Colombo navegou em companhia dos portugueses pela costa da Guiné e que esteve no forte de S. Jorge da Mina. É muito possível que, no regresso dessa viagem, demandando, por necessidade de navegação, os ventos manobráveis, os ventos favoráveis de oeste, as frieiras ou frescuras dos Açores, no dizer de Frutuoso, por aqui passasse o futuro grande almirante. O certo é que (assim o garante António de Herrera, na obra citada) os prognósticos de homens dos Açores; os ensinamentos de mareantes que navegavam os mares do ocidente, especialmente às ilhas dos Acores; o que lhe asseguraram vecinos de las islas de los Açores sôbre madeiros, canas e outros objectos que o mar arrojava nas praias destas ilhas e sôbre as sombras ou neblinas que navegadores da Madeira, correndo com suas caravelas buen trecho al poniente, devisavam no horizonte, sempre no mesmo sítio e sempre de igual maneira, concordando com o que diziam los de las islas de los Acores e ainda o que afirmava Vicente Dias, pilôto português, natural de Tavira, que na Terceira, com ajuda de Lucas de Cacena, mercador genovês, morador nesta ilha, armou um navio e por três vezes singrou mas de ciento y tantas léguas em procura duma ilha ao ocidente — é que radicaram em Colombo a convicção na viabilidade do seu plano e lhe deram a certeza de que «havia de descobrir terras, e gentes nelas, como se pessoalmente nelas tivesse já estado».

Aos Açores veio ter o seu amigo Martim Behaim — mas só chegou ao Faial em 1486. Nos Açores, como donatário da Ilha Graciosa, esteve o seu cunhado Pedro Correia da Cunha — ambos eram casados com filhas de Bartolomeu Perestrelo, descobridor e primeiro donatário da ilha de Pôrto Santo. Mas Pedro Correia só veio para a Graciosa em 1485.

Quando Colombo fugiu (?) de Portugal nesse mesmo no de 1485,

poderia ter sido companheiro do cunhado para os Açores e, então, visto que incessantemente se documentava e instruia para a realização do seu projecto, não deixaria de visitar a Terceira que era o fulcro de tôda a actividade marítima do arquipélago.

Estamos, é claro, no domínio das conjecturas — mas são os mais antigos historiadores e biógrafos do sibilino Almirante, alguns seus contemporâneos, que insistem em atribuir aos açoreanos e aos Açores, citando bastas vezes estas ilhas, os indícios e notícias que o animaram à gloriosa entrepresa, êles que nos dão o convencimento, pelo que ouviram ao próprio Colombo e leram no seu diário e outros papéis, de que o grande argonauta hauriu directamente dos mareantes dos Açores, ou que navegavam pelos Açores, as informações sôbre a existência de ilhas e terra firme para os lados do mar ocidental.

Parece, pelo modo como o relatam, que foram numerosos os testemunhos recolhidos. É crível que os inquirisse em Lisboa ou na Madeira? Não é mais verosímil supor que os ouvisse mesmo nos Açores especialmente na Terceira?

Revertendo ao caso em discussão...

João Vaz — não há que duvidar — foi um gentil-homem aventureiro do mar, capitão de navios, um corsário, o que ao tempo não era ocupação infamante. Di-lo Frutuoso e confirma-o Jacinto Leitão Manso de Lima, no Ms. existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, com o título de Famílias de Portugal, tiradas dos melhores nobiliários do Reino, onde se lê: « João Vaz Cortereal, filho segundo, bastardo, de Vasco Anes Cortereal... foi porteiro-mor do Infante D. Fernando, capitão da Ilha Terceira, da parte de Angra; andou no mar com navios a côrso, e indo a Galiza roubou a Maria de Abarca, por ser muito formosa, natural do lugar de Abarca, da qual fala Fr. Prudêncio de Sandoval, na linhagem dos da Casa de Astorga, que foi pátria ou fundação del-rei D. Sancho Abarca...»

Ora, naquela época, os aventureiros do mar é que eram geralmente descobridores de novas terras.

E, de resto, porque é que a João Vaz e a Álvaro Martins fez D. Beatris doação das Capitanias de Angra e Praia, na ilha Terceira? Por muitos e grandes serviços prestados. Que serviços? Não o indicam as cartas de divisão da Terceira e de nomeação dos donatários.

Mas sabe-se que a mercê de capitanias era em regra o prémio de explorações marítimas ou de povoamento de novas terras descobertas (Luciano Cordeiro, Obra e Vol. citados, pág. 62). A Terceira estava sendo já colonizada, quando aqui aportaram os dois fidalgos. O que é de presumir é que a doação das capitanias fôsse a recompensa pelo descobrimento que, a mandado del-rei, haviam realizado.

Em conclusão — o dr. Ernesto do Canto, para aceitar a veracidade do feito, queria um testemunho coevo: há um quási contemporâneo, o do dr. Gaspar Frutuoso. Queria mais de um testemunho: há o do autor anónimo do Ms. intitulado História do descobrimento das ilhas Terceiras (1672?), o qual seguramente ignorava a existência do Ms. das Saüdades da Terra e não podia conhecer um outro testemunho, o do P.e Cordeiro, na História Insulana, que é muito posterior (1717).

A notícia de Frutuoso está de harmonia com outros factos conhecidos e documentados, que a secundam e confirmam: a Terceira estava sem capitão donatário, pelo desaparecimento de Jácome de Bruges; a ilha foi dividida então em duas capitanias e existem as respectivas cartas de doação.

Mas há ainda outro testemunho, não invocado até agora — o dum Ms. do comêço do século 18.º. O novo depoimento não tem, evidentemente, fôrça probatória, conclusiva. Mas é mais um subsídio, mais um elemento de convicção.

Trata-se do Livro Genealógico feito por Francisco Coelho Machado, no ano de 1725 — e adicionado por seu neto João Pedro Coelho Machado Fagundes de Melo, in-folio de 43×30 cm., hoje severamente truncado e mutilado, mas fornecendo ainda muito curiosos ensinamentos. Pertence actualmente ao Ex.mo Sr. João Carvalhal do Canto Brum, que teve a gentileza de o pôr à minha disposição.

O sr. dr. Eduardo de Campos (Carcavelos) não faz no seu *Nobiliário da Ilha Terceira* qualquer referência a êste *Ms.*, certamente porque dêle não teve conhecimento.

É fácil distinguir o que no Livro Genealógico é escrita primitiva do seu autor e o que é acrescentamento do neto e de outros. Tampouco é difícil verificar que Francisco Coelho Machado conheceu a Fénix Angrense do P.º Maldonado, que aliás cita mais de uma vez, pois nos

preâmbulos que encimam cada uma das séries genealógicas são frequentemente copiados os dizeres dêste consciencioso linhagista.

Deve-se notar que a Maldonado, como, de resto, a vários escritores da época, passaram despercebidas as façanhas marítimas, talvez por se reputarem mais conformes a mesteiroso, no dizer de Azurara, do que a fidalgo. No entanto, os reis rodeavam os navegantes de especiais prerogativas. Muitos, de simples marinheiros subiram a pilotos e foram de tal arte estimados na Côrte que mereceram ascender a vários graus de nobreza. Alguns receberam o hábito de Cristo, a outros concedeu o Rei a honraria de cavaleiros ou escudeiros de sua Casa. Entre êstes houve, pelo menos, um terceirense, o pilôto António Fernandes, vizinho de Angra, feito cavaleiro da Casa Real, por carta de 9 de Fevereiro de 1544 (Ver: Frazão de Vasconcelos — Pilotos das Navegações Portuguesas dos Séculos XVI e XVII, Lisboa, 1942, pág. 89 e seguintes).

E não apenas aos pilotos se davam êstes prémios e distinções. «Os privilégios, escreveu o sr. A. Sousa Gomes, no interessante opúsculo Carpinteiros da Ribeira das Naus (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931, pág. XIX) abrangem os carpinteiros, calafates, arrais, mareantes e pilotos das naus de guerra da carreira da Índia. E não só de Lisboa, como de todo o país. Pode-se dizer que essas classes, pela isenção de impostos e liberdades de que gozavam, estando dispensadas de vários serviços que competiam à maioria dos cidadãos, eram tratadas quási como nobres.»

Nenhuma alusão se descobre na parte genealógica da Fénix Angrense às navegações dos Côrte-Reais, de Fernão Dulmo, dos Teives, de Pero de Barcelos, de João Coelho, de Gaspar Gonçalves Machado, etc. Mas alude, uma ou outra vez, a cavalarias de África e a proesas guerreiras na Índia.

A verdade é que no título dos Côrte-Reais o Livro Genealógico não copia a Fénix Angrense. A parte preambular é extensa e explícita, redacção inequívoca do primitivo autor, Francisco Coelho Machado, descendente, sem dúvida, de Gaspar Gonçalves Machado e da segunda consorte dêste, Clara Gil Fagundes.

Eis o que relata: «Vasque Anes da Costa Côrte-Real, legítimo descendente de D. Raymão da Costa, francês q. ao nosso 1.º Rey D. Aff.º Enriques ajudou a tomar Lx.ª, cujos sucessores foram fronteiros

Mores do Algarve, em Tavira e Sylves, teve um filho chamado João Vaz Corte-Real que por md.º (mandado) del Rey de Portugal tinha ido com Alvaro Mis. Homem a descobrir a terra do bacalhão e vindo por esta ilha 3.ª acharão estar vaga sua Capitania, por não aparecer e ser morto o seu 1.º Cap.am Donatario Jacome de Bruges... Chegarão a Lx.ª os d.ºs (ditos) dous Companheyros pedirão a Inft.º D. Brites, tutora do Duque D. Diogo, seu f.º, a cappitanya da d.ª (dita) Ilha 3.ª q. por seos serviços e se achar vaga lha concedeu e q. hum delles a partisse e o outro escolhesse...»

No título dos Homens Capa.es da Praya diz: «Joam Homem que afirmão ser f.º (filho) de Pedro Homem q. passou a Inglaterra, hum dos doze do desafio do Grão Magrisso e comprobalid. (com probabilidade) dizem outros que seria seo netto, cazou o d.º João Homem, mas não consta o nome de sua M.er (mulher), de que nasceu: Gracia Homem, um dos fidalgos q. forão à Madr.a (ilha da Madeira), a rôgo de João Glz. (Gonçalves) zarco, p.a (para) cazarem com suas f.as (filhas) e com ef.º cazou o d.º Gracia Homem com Cn.a (Catarina) Glz. da Câmara, f.ª do d.º João Glz. zarco... de que nasceu Alvaro Mis. (Martins) Homem, companhr.º de loão Vaz Côrte-Real no descobrim.º (descobrimento) da terra do bacalhão, apportando a esta ilha 3.a, por estar sem cap.am, por desaparecim.to de Jacome de Bruges, a pedirão a Infanta D. Brites e, sendo devedida em duas Capitanias, ficou a da Praya ao d.º Alvaro Mis., por carta q. se lhe passou, feyta em Evora, a 16 de Fevr.º de 1474. Cazou o d.º com Ignez Cardosa, f.a de Martim Anes Cardoso....

Teria Francisco Coelho Machado colhido do P.º Cordeiro a notícia da descoberta da *terra do bacalhão* ? É possível, porque a 1.ª edição da *História Insulana*, como já se disse, é de 1711.

Mas há um facto que permite admitir a negativa. A História, ficou acima averiguado, cometeu o êrro de fixar à carta de doação a data de 1464. O Livro Genealógico marca-lhe a data exacta: 1474. Além de que a redacção dêste é totalmente diversa, com pormenores novos, que os documentos e a tradição de certo modo ratificam. Note-se, por exemplo, a referência à divisão da ilha, que um dos donatários a fizesse e o outro escolhesse.

Tôda esta série convergente de testemunhos, documentos, presun-

ções e deduções lógicas estabelecem, a meu ver, um estável convencimento sôbre a realização da proeza marítima de João Vaz Côrte-Real e Álvaro Martins Homem.

A pouco e pouco a opinião dos estudiosos dêstes assuntos se vai decantando, sedimentando na admissão, como exacta, da noticia que todos até aqui têm atribuído à *História Insulana*, se bem que *prevenidos* pela imputação, aliás injusta, da falta de probidade do seu autor.

Oliveira Martins não cita sequer o nome de João Vaz, no seu Indice Cronológico e geográfico das descobertas marítimas dos portugueses (Portugal nos mares — Vol. 2.º, Lisboa, 1924, pág. 121 e seguintes).

Mas Carlos Roma Machado de Faria e Maia, nos seus Apontamentos para novo Indice Cronológico das primeiras viagens, descobrimentos e conquistas dos portugueses (Lisboa, 1937, Cap. IV, pág. 45), já relata, como incontestadas (?), duas viagens, pelo menos, (sic), de João Vaz à América do Norte, vinte anos, justos, antes de Colombo.

Sophus Larsen, escritor dinamarquês, director da Biblioteca da Universidade de Copenhague, não hesita: João Vaz e Álvaro Martins foram como navegadores e emissários portugueses, na expedição de vários navios que o rei Cristiano 1.º da Dinamarca, a pedido do rei de Portugal, D. Afonso V, enviou às regiões árticas, para descobrir uma passagem ao noroeste, que ligasse a Europa com o longínquo Oriente. A expedição não se limitou a descobrir de novo a Groenlândia, atingiu também o continente americano, na região em redor da embocadura do rio São Lourenço. Era comandada pelos almirantes Pining e Pothorst e levava como pilôto um Ioannes Scolvus (em dinamarquês: Jon Skolp), devendo ter-se realizado em 1472 ou 1473 (La Découverte du Continent de l'Amérique Septentrionale, en 1472-1473, par les danois et les portugais - in Boletim da Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa, Vol. XV, 1921-1922, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, pág. 214 e seguintes — Lectures pour tous, Janvier, 1925, pág. 518 e seguintes).

É curioso que o dr. Sophus Larsen, no estudo publicado na revista francesa *Lectures pour tous*, cita apenas o P.º António Cordeiro, na referência à viagem de descobrimento de João Vaz Côrte-Real e Álvaro Martins Homem. O prestígio da argumentação, aliás errónea, do dr. Ernesto do Canto foi até aos gelos do norte e atingiu também o publi-

cista escandinavo, coagindo-o a ignorar que, muito antes de Cordeiro, um notável cronista açoreano, de segura probidade e quási cuetáneo do acontecimento, repetidamente o relatou nas Saüdades da Terra.

O dr. Jaime Cortesão, no seu livro A Expedição de Pedro Álvares Cabral (Lisboa, 1922, pág. 161); o prof. dr. Manuel de Oliveira Ramos, na História de Portugal, dirigida por Damião Peres e Eleutério Cerdeira (Barcelos, Tomo III, 1931, pág. 592) e Edgar Prestage, em Descobridores Portugueses (Pôrto, 1934, pág. 175 e seg.) aceitam a sugestão de Sophus Larsen, admitindo a intervenção dos dois fidalgos portugueses naquela expedição. E êste novo aspecto do problema continua a ser largamente comentado (Ver a Nota 3.ª, a pág. 339, do Vol. II, da História da Expansão Portuguesa no Mundo, Lisboa, 1939).

No admirável e compendioso estudo sôbre a Colaboração portuguesa no descubrimento da América não brasileira (a pág. 338 e seg. do cit. Vol. da referida História da Expansão) o sr. dr. Francisco Fernandes Lopes considera como indubitàvelmente verídica a notícia de Gaspar Frutuoso, respeitante a João Vaz e Álvaro Martins. E acentua: «Descobrimento verdadeiro, viagem de ida, com a respectiva volta».

Será tudo isto falso, tudo fantasia pura, como na sua obstinada crítica negativista pleiteia o sr. dr. Duarte Leite?

«Não se vê bem porquê — responde, com deferente cortesia, o sr. dr. Fernandes Lopes — se se considera a viagem dentro do quadro das tentativas porfiadas do Infante D. Fernando e da sua casa; mas menos será de repudiar, se a ligamos com a expedição dinamarquesa, cujo pilôto foi o enigmático João Scolvus». E acrescenta: «Quem sabe se João Scolvus não se denunciará a-final como uma simples má leitura de João Vaz?»

O demónio é que o próprio sábio clínico algarvio hesita de tal arte na decifração dêste Scolvus (Scolp, de seu verdadeiro nome dinamarquês) que já doutra feita, numa série de sápidos e rútilos artigos, de gracioso recorte literário, a-pesar-de túmidos e pletóricos de erudição, publicados no jornal *O Diabo*, sob o título *Revisão Columbina* (anos 1935-1936, N.ºs 73 a 132), quis vislumbra-lo, não como *Vaaz*, mas como *Coelho*, aquele João Coelho, da *Porta da Cruz*, que precisamente por desinteligências com o capitão-donatário de Angra, João Vaz Côrte-Real, desgostoso armou na Terceira um navio e se engolfou pelo mar

oceano, indo ter, ao que se presume, por uma carta de Estêvam Fróis a D. Manuel, à ilha de Santo Domingo, Hispaniola ou do Haïti, depois descoberta por Cristóvam Colombo, na sua primeira viagem pelos mares do ocidente.

O último Capitão-General do regime absoluto na Ilha Terceira.

I

Manuel Ignacio Martins Pamplona (Conde de Subserra) e as suas relações com a Ilha Terceira.

pelo DR, VALADÃO JR.

Francisco de Borja Garção Stokler, premiado por D. João VI com o título de Barão da Vila da Praia pela sua fidelidade à Realeza em 1821, logo que reintegrado e empossado, em 2 de Outubro de 1823, na Capitania Geral, conseguira restabelecer a ordem nas ruas, gravemente perturbada na Terceira, impotentes as Autoridades locais para evitar desatinos, de uma população enfurecida contra os partidários de Francisco António de Araújo. Stockler tinha a confiança do Povo e dos soldados, furrieis e sargentos, que o adoravam até ao fanatismo e a sua presença bastou para baixar a tensão dos espíritos, desanuviando o ambiente. Mas certa efervescência política, rescaldo da fogueira, continuava impertinente, e os «Araujanos» queixavam-se. Stockler fora nomeado pela segunda vez Capitão General, a pedido insistente de gregos e troianos, que o consideravam a única pessoa com prestígio para dominar a impetuosidade da «arraia miúda», mas passado o perigo e o temor, já os constitucionais lhe não agradeciam a salvação. Dois dias

após a revolta liberal de Abril de 1821, chefiada por Araújo, os soldados e os populares, por uma contra-revolução, tinham reposto Stockler no seu lugar de Capitão-General, embora por pouco tempo, pois o «Soberano Congresso» triunfante, o demitiu e o mandou... prender. O Barão da Vila da Praia não podia deixar de ser considerado, dois anos e meio depois, ao menos tácitamente, como chefe de uma das facções existentes em Angra, e isso era um inconveniente. O Barão não se sentindo suficientemente apoiado na Côrte, depois do insucesso da Abrilhada, e até mesmo contrariado em algumas das providências que tomára, pediu a sua exoneração. O Conde de Subserra, Ministro Assistente ao Despacho de El-Rei, cheio de fôrça com os últimos acontecimentos políticos em Lisboa, punha dificuldades ao Governo do Capitão General, e apressou-se a aceitar o pedido de Stockler e a substituí-lo por Manuel Vieira de Albuquerque Touvar, antigo Governador de Angola e da Capitania do Espírito Santo, no Brasil. Subserra conhecia tudo o que se passava em Angra, por intermédio de seu irmão Alexandre Martins Pamplona, de tendências constitucionais, embora, por compreensão oportunista, não exteriorizasse as suas ideias com actos relevantes. Alexandre, inimigo de todos os excessos, mantinha-se em prudente equilíbrio entre as duas correntes partidárias. Viu no Barão da Vila da Praia que restabelecera a ordem e desfizera atropelos, um apoio do grupo «realista puro» e julgou que o remédio radical para a crise política da Terceira, seria a sua substituïção. Subserra tinha outro irmão em Angra, o Jerónimo, absolutista dos quatro costados, irrequieto, constantemente euvolvido em tricas e intrigas políticas, mancomunado com a «Casa dos 24», a tal ponto que o Govêrno Interino de 1821 a 1823 se queixou dele para Lisboa. O Ministro Assistente ao Despacho de El-Rei devia dar mais crédito ao irmão Alexandre, por o considerar ponderado e hábil, e tambem por afinidade de opiniões e de processos de actuação, à busca do meio termo. Em política agiam identicamente, os resultados das suas manobras é que foram diferentes. Manuel Inácio Martins Pamplona morreu nos cárceres de D. Miguel, enquanto na Terceira os constitucionais lhe sequestravam os bens; Alexandre Martins Pamplona Côrte-Real foi, em 1828, Ministro da Junta Provisória Liberal, Conselheiro, e desempenhou vários outros cargos importantes até falecer.

Manuel Inácio Martins Pamplona, Tenente-General, galardoa-

do com o título de Conde de Subserra e com a Tôrre e Espada por D. João VI, e de Barão de Pamplona por Luiz XVIII, Rei de França, condecorado pelo Imperador da Rússia e pelo Rei de Espanha, heroi das Campanhas da Catalunha e do Roussilhão - é o mais notável filho da Ilha Terceira. Nasceu a 3 de Junho de 1760. O seu décimo avô Gonçalo Alvares Pamplona, cidadão do Pôrto, estabeleceu-se no primeiro quartel do século XVI na freguesia dos Altares, da Ilha Terceira, que confinava com os Biscoitos do «senhor Pedro Annes do Canto», e está sepultado na Ermida da «Bemaventurada Santa Catarina», por êle erigida com capelão e missa todos os sábados. Em testamento lavrado em 1537 (a) Gonçalo Alvares Pamplona dispôs «que a sua escrava preta da Guiné, Clara Luzia e sua filha mulata, e Pantaleão e António, e todos os filhos deles, netos e netas as deixava forras e libertas sem ninguém ter de entender nada com elas». E dispôs ainda que o seu herdeiro António Pamplona devia casar, amparar e agasalhar os filhos e filhas dos libertos. Subserra tinha nas veias o sangue do homem que na aldeia recôndita dos Altares, de casas palhaças e civilização medieval, tanto e enternecidamente se preocupava com a sorte dos seus escravos, pretos e mulatos, coisas de comprar e vender então considerados. Influências cristãs, sem dúvida. Mais tarde influências doutrinárias políticas no desejo dos herdeiros de um mundo novo!

A análise do processo hereditário e da orientação política do irmão Alexandre, em Angra, no século XIX, sempre a meio dos partidos que se degladiavam furiosamente, inimigo de excessos de uns e doutros, poderá, talvez, servir para esclarecer algumas das enigmáticas atitudes do famoso Ministro de D. João VI.

Subserra tinha como os irmãos a volúpia das cousas políticas, e gostava de se envolver nas suas teias enredadas. Era guiado em política pelo raciocínio e não pelo sentimento. Constitucional, embora moderado, por uma função de inteligência, empurrada de algum modo pela vontade do melhor, mas não tinha a paixão da doutrina. De aí o seu oportunismo e a singularidade de algumas das suas resoluções, ainda hoje quebra cabeças dos historiadores. Liberais e absolutistas por vezes lhe têm chamado traidor, mas não o foi. O seu oportunismo,

⁽a) Registo Vincular, arquivado no Govêrno Civil.

a sua inteligente posição de meio termo, é que não enquadravam com as paixões em embate, da época calamitosa em que viveu. O irmão Alexandre, em Angra, na Câmara, simpatizante do Constitucionalismo, não concordou em 1822 que se considerasse «fausto o dia 2 de Abril», data da revolução liberal de Araújo, porque as forças militares insurrecionadas tinham aberto fogo contra a população indefesa, havendo mortos e feridos, e a comemoração rejubilante do lamentável acontecimento irritaria uma ilha inteira. Logo os constitucionais lhe chamaram traidor, mas os «absolutistas» também lhe chamavam traidor ao Trono e à Religião. Em 1828, Ministro da Junta Provisória Liberal, opõs-se terminantemente a certas repressões sangrentas, e foi alvo, porisso, de um grave atentado dos demagogos, escapando por acaso, da morte, mas os miguelistas também o odiavam por o verem patrocinar os «liberais» e «pedreiros livres»!

O certo é que o notável Terceirense, Tenente-General, nunca se desenraizou, nem mesmo no mais alto da sua glória, nem mesmo no meio das mais graves preocupações e perigos da Governação pública. Amou sempre a sua Terra. Eleito por Angra, deputado às Côrtes Vintistas, defendeu calorosamente a causa da Terceira, procurando impedir o «desmembramento dos Açores», e pugnando porque Angra continuasse a ser a Capital. Chegou mesmo a pedir à Câmara (a) uma procuração para processar o deputado por Ponta Delgada, padre João Bento de Medeiros Mântua, que não se limitara a trabalhar pela separação de S. Miguel do Govêrno de Angra, mas difamara a sua população. Manuel Inácio Martins Pamplona não conseguiu evitar o desmembramento da Província Açoreana, - mas a sua acção ficou a marcar uma atitude, grata ao orgulho e ao bairrismo terceirenses. Depois e quási até à sua morte acompanhou com atenção e carinho os acontecimentos da Terceira, curando dos seus interêsses materiais, alvitrando medidas de fomento agrícola e comercial, aconselhando serenidade e tolerância na solução de inquietantes problemas, provenientes dos dissídios políticos. Em 15 de Março de 1824, em longo Aviso (b) dava ao Capitão General pormenorizadas Instruções sôbre

⁽a) L. do Registo da Câmara n.º 10.

⁽b) L. de Avisos, n.º 4, pág. 113 e seguintes.

agricultura, e designadamente sôbre cultura de pastel, linho, cânhamo e tabaco.

Manuel Inácio Martins Pamplona saíra de Angra muito novo para ir estudar no Colégio de Mafra, de que eram Directores os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. Dêste Colégio seguiu para a Universidade de Coimbra. Filho morgado e riquissimo não o tinha fadado o destino para gosar apenas os rendimentos dos seus bens vinculados e os privilégios da sua nobreza, enquadrando-se nas Milícias, para usar uma espada. Os pais verificaram nele grandes aptidões intelectuais e quiseram aproveitá-las. E o joven Morgado tinha vontade de estudar e anseio de mais largos horizontes. Formou-se em matemática. Entrou na vida militar. Esteve ao serviço da Rússia na guerra contra a Turquia, e ao da Inglaterra, sob o Comando do Duque de Iork, na guerra contra a França — e foi ajudante da Divisão Militar portuguesa na célebre campanha do Roussilhão. Em 1806 era Brigadeiro e Chefe do Regimento de Cavalaria de Chaves. Tinha 46 anos de idade. Para o tempo subira ràpidamente de pôsto. Só em França, a Revolução e Bonaparte fizeram generais com pouco mais de 25 anos!

No verão de 1806 veio de visita à Ilha natal, mitigar saudades e para acompanhar a demarcação e tombo das terras de que era Administrador vinculado. Nos meses de Maio, Junho e Julho esteve na freguesia dos Biscoitos, onde tinha casa, e devia ter passeado calmamente pela Canada dos Frades, onde mais ou menos terminavam as suas propriedades e começavam as de Francisco do Canto e Castro, descendente da famosa família dos Cantos, que forneceram destemidos Provedores às Armadas Reais dos Açores.

Nos Biscoitos, na companhia do Ministro Juiz de Fora, observou pachorrentamente os trabalhos de demarcação, feitos pelos pilotos e ajudantes com suas agulhas e vergas grossas com dez braças bem reguladas (a) e conversou e ajustou contas com os rendeiros e foreiros

Em Martins Pamplona havia um desdobramento de personalidade Em política, critério cauteloso de Sancho Pança, ponderado, todo equilíbrio, teimando em ser fiel da balança. No mais era legítimo açoreano

⁽a) Autos do Tombo da Casa de Manuel Inácio Martins Pamplona Côrte-Real — fis 49 e seguintes — que me foram emprestados pelo Ex.^{m0} Senhor Marcelo Pamplona.

que ouve a tôda a hora o mar agitado e revolto, e por isso possuía, a par de uma prodigiosa inteligência, o espírito vivo da aventura e das façanhas ardorosas por longes terras. A voz do mar é um convite aliciante para a aventura perigosa, e as brumas de mistério que cobrem o horizonte desafia o Açoreano para ir mais além... Nos princípios do século XIX já não vai impávido, em frágeis bateis, descobrir Continentes, mas emigra à procura de grandeza e de novidades!

Em 1806 o Brigadeiro já aparecia nimbado de glória que bastava. Mais feliz teria sido, se se deixasse ficar tranquilo na sua Ilha estremecida, pendurada a espada brilhante nas panóplias do seu Solar Biscoitense e a contar aos amigos e à família, na lareira agasalhante, como os velhos guerreiros cançados e cheios de cicatrizes, de antanho, as inolvidáveis proezas praticadas! E podia viver na Ilha dedicando-se à agricultura, em que era entendido como os fidalgos seus antepassados, deliciando o olhar nos pomares e nos vinhedos, e em manhãs luminosas, no arvoredo, em manchas verdes, das encostas da Caparica. Mas esta quietude paradisíaca, em bucólica vergiliana, não o atraía! Mais tarde, talvez, se recordasse com amarga saudade dos dias passados na freguesia dos Biscoitos. .

No pobre rochedo atlântico a águia não se sentiria bem, — queria voar longe e pousar nas cumiadas de montanhas mais altas. E voou e subiu mais alto e foi depois Marechal de Campo, Comandante da Cavalaria Portuguesa, entrando na terrível campanha da Rússia, às ordens de Napoleão e foi até Governador de uma Província Francesa, durante a Restauração, e além de Ministro e Secretário de Estado de D. João VI desempenhou o cargo de Ministro de Portugal em Madrid!

Escapo da morte em tantas e arriscadas batalhas, em diversos pontos do mundo, — ai! envolveu-se nos turbilhões traiçoeiros da política truculenta dos tempos, e acabou, a águia altiva, destroçada, incompreendida, na amargura crucial dum lôbrego e estreito cárcere de Elvas!

A Ilha Terceira não pode nem deve esquecer Manuel Inácio Martins Pamplona — seu filho glorioso, heroi de fama mundial, e seu defensor e amigo em horas de acuidade tormentosa!

II

Posse do Capitão-General. "Avisos Régios" de protecção aos constitucionais. "Araujanos" e partidários de Stockler. Administração pública.

Manuel Vieira de Albuquerque Touvar, do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima, Moço Fidalgo de sua Real Casa, Comendador da Ordem de Avis, Coronel de Cavalaria — foi nomeado Governador e Capitão-General, por Carta Patente de 21 de Maio de 1824. Chegou ao pôrto de Angra a 11 de Julho, desembarcando às 11 horas da manhã. Tomou posse a 14, às duas horas da tarde. Já a 8 de Julho o antecessor comunicara a sua chegada à Câmara para que tomasse as providências do estilo, adequadas à sua recepção. O Senado em vereação de 11 de Junho (a) nomeou as pessoas que deviam ir ao pálio no dia da posse. Entre elas figuravam algumas, como João Pereira Sarmento Forjaz de Lacerda, Luiz Meirelles do Canto e Castro e Bento José de Labre de Bettencourt Vasconcelos e Lemos que mais se tinham salientado a colher assinaturas para a representação que se tizera a Sua Majestade a-fim-de que Stockler continuasse Governador! Ao Pálio! Por fóra cordas de viola, por dentro delas Deus sabe o que iria!

Houve aparatoso desfile de tropas de linha, artilheiros, oficiais de Milícias e Ordenanças. Os Castelos de S. João Baptista e S. Sebastião salvaram com 21 tiros e houve Te-Deum na Sé Catedral.

A entrada foi solene. Nunca poderia adivinhar o Capitão-General que a sua saída de Angra, seria sob prisão, mal com todos, êle que vinha com a missão de conciliar os partidos, apaziguar a Ilha Terceira definitivamente!...

Os dois grupos políticos da Cidade aguardavam com emoção os actos do novo Governador, que mostrassem para que lado se inclinava,

⁽a) L. dos Autos da Câmara, fls. 39.

se bem que os «Realistas» desconfiassem já dos seus intentos pro--constitucionais, escolhido como fôra pelo Conde de Subserra, e em vista dos boatos que corriam a êsse respeito. Os entraves postos à acção do Barão da Vila da Praia, — o conhecido predomínio de Subserra, antigo deputado às Côrtes vintistas, ainda que depois tivesse aderido à «Vila Francada», — eram sinais de mudança de ambiente na Côrte. Os constitucionais, embora em número muito reduzido, movimentavam-se, animados... Alexandre Martins Pampiona que os protegera nas devassas anteriores, na qualidade de «Juiz pela Lei» e que se carteava com o irmão, sabendo de tudo, sorria expressivo, e via aumentar o número dos seus amigos e aduladores, virados para o Sol nascente! A 19 de Julho Touvar remeteu à Câmara o Aviso Régio (a) que reintegrava o escrivão Manuel José Borges da Costa e mandava conservar Luiz Pedro Severino na serventia de Juiz do Terreiro Público. Outro «Aviso Régio», registado na Câmara a 27 de Julho, deu como acabadas as funções do Juiz de Fora da Vila da Praia, António Justiniano Pegado Brotero, por «não convir ao Real Serviço no bem que deve promover a administração da justiça» e foi mais avante... determinou que êle recolhesse a Lisboa no brigue «Flor de Maio» (b). O Juiz de Fóra tivera conflitos com a Câmara da Praia e concorrera para a perturbação do meio com as suas excitações «realistas». Subserra aproveitava--se da monção favorável que se seguira ao movimento revolucionário abortado, em Lisboa, e que lhe pusera a vida em perigo, e despejava «Avisos Régios» em Angra, no propósito de reparar injustiças e de acalmar os ânimos.

Manuel José Borges fôra suspenso em 1823 de escrivão da Câmara, a reclamação insistente dos Mesteres que lhe faziam acusações de incompetência e desleixo. As acusações eram verdadeiras (c). Manuel José Borges da Costa, que herdara o ofício, tinha a protecção dos grandes da Cidade e Stockler em 1823 estudara o assunto, mas hesitara em recomendar a reintegração para não desagradar à massa popular. O «Aviso Régio» reintegrou-o, mas os Mesteres é que não se conformaram e agravaram do Acórdão da Câmara que o pôs em execução.

⁽a) L. de Ordens, n.º 11, fis. 241.

⁽b) Registo de Avisos Régios, L. 4, pág. 133.

⁽c) L. de Registos, n.º 10, da Câmara, fls. 433 e 431.

O Senado indirectamente reconheceu a incompetência do escrivão, pois que para o cabal desempenho dos serviços de Secretaría, nomeou em Agôsto um ajudante, Francisco de Lemos Álvares, constitucional que anos depois será também Secretário Geral do Govêrno Civil. O Escrivão tinha uma ascendência fidalga, em que figurava o intrépido capitão Galaoor, que se distinguira no cêrco ao Castelo de S. João Baptista em 1641, e Mateus Homem, Governador do Bispado, mas não herdara o saber indispensável para o exercício do cargo.

Luiz Pedro Severino era alvo de acusações do Povo, caluniosas. Juiz do Terreiro Público, tornavam-no responsável, muitas vezes, da escassês de cereais e do aumento dos preços. No seu mal-estar e na sua fúria o Povo desconfiava de todos os que intervinham nas questões de subsistências, e até acusava o Juiz do Terreiro de se ter alcançado. Quando em Agôsto de 1823 o Povo amotinado realizou prisões por sua conta, o Severino não escapou, que estava na sua lista negra...

Stockler depois de tomar posse soltou-o, e ladeando o problema da reintegração, mandou por o lugar a concurso em conformidade com o artigo 66.º das Instruções dadas pelo sr. Rei D. José a D. Antão de Almada (a). Severino com Francisco de Paula Cardoso concorreram, e o Barão da Vila da Praia remetendo os documentos, dizia que a Câmara nomeasse o «mais hábil e mais digno». A nomeação protelou-se. Mas o Juiz do Terreiro, entretanto, trabalhava afanosamente na sua defesa, e alegando que os Mesteres «seduzidos por homens maus» o acusavam injustamente de um alcance, — requereu ao Juiz de Fóra para que na sua presença se procedesse ao Ajuntamento de Contas (b).

O Juiz deferiu o pedido e concluiu por tornar público por Edital a «sua probidade e bom serviço».

Severino acabou por triunfar, e até em 1827 com boas informações do Capitão-General obteve o «exquetuar» para Vice-Consul do Reino da Suécia (c).

Touvar era portador de mais dois «Avisos»... e êsses tiraram

⁽a) L. 10 do Registo Geral da Câmara, fls 425.

⁽b) Autos do Juizo Geral de Angra, arquivados no Tribunal de Angra-do-Heroismo.

⁽c) L. 6 de Contas, fls. 416.

dúvidas à população àcêrca das novas directivas políticas, se é que havia alguém ainda com dúvidas.

Subserra sabendo que o barão da Vila da Praia se tornara o idolo da gente da Terceira — receou que a vinda de Touvar provocasse alteração da ordem. A Fragata «Princesa Real» fundeou, ameaçadora, no pôrto de Angra, trazendo de Ponta-Delgada 3 Companhias de Caçadores 5. A representação promovida por alguns fidalgos e dirigida a Sua Majestade para que Stockler fôsse mantido no Govêrno da Capitania, já Touvar nomeado, irritou Súbserra, que a encarou como uma provocação, quási uma rebeldia. E por isso, em os dois «Avisos», (a) ordenou uma devassa àcêrca dos intuitos ocultos dos promotores, e a deportação do Coronel de Milícias José Teodósio de Bettencourt para as fazendas de seu pai na Vila das Velas, João Pereira Forjaz de Lacerda para a Ilha do Faial, do Coronel Cândido de Menezes para a Ilha Graciosa e Luiz Meireles do Canto e Castro para a Ilha do Pico. Nos «Avisos» os quatro fidalgos eram acusados de «se fazerem suspeitos de contrariar a ordem pública» e de «principais cabeças das desordens ocorridas em Agôsto passado». A acusação pecava por injusta - e traduzia informações apaixonadas dadas de Angra para Lisboa. Os quatro, sem dúvida «realistas puros», — quando das desordens feitas «em Agôsto» pelos soldados e sargentos e pelo Povo da Cidade e da Vila da Praia, - não só não tinham colaborado nelas, como até as reprovaram. Os três últimos aceitaram mesmo entrar num Govêrno Interino, constituído à pressa na hora culminante do pânico, quando o próprio Comandante Militar, Major Leite Pereira, perante a tropa insubordinada, fugira para o interior da Ilha! Nem sequer o oficial Coelho Borges, realista notório, se conseguira impor à soldadesca enfurecida! Forjaz de Lacerda, Cândido de Menezes e Luiz Meireles, de alto prestigio na cidade, na melhor das intenções e a bem da tranquilidade pública fizeram o sacrificio de assumir as rédeas do Govêrno, sujeitando-se a ser enxovalhados no desvairo do momento, arcando com as responsabilidades do que de mau se praticasse, por não poder ser evitado, embora se evitasse o... péssimo. Em horas revolucionárias -a Autoridade é mais governada do que governante! E tanto os fidalgos percebiam os perigos e melindres da sua ingente tarefa que, amedron-

⁽a) L. 4 de Avisos, fls. 169-169.

tados, fizeram promessas aos Santos da sua especial devoção, para que os ajudassem a levar a Cruz ao Calvário!

E de tal maneira procederam que em o «Aviso» de 25 de Novembro de 1823 (a) subscrito por Subserra, e dirigido aos membros do Govêrno Interino se dizia que «Sua Majestade acha mui digna de aprovação a conduta que Vossas Mercês expendem ter tido durante o tempo em que estiveram exercendo tão importantes cargos». E em aviso de 14 de Outubro, o Ministro comunicando que Stockler seguia para a Terceira tornava a afirmar-lhes que «merecera a Real aprovação quanto temporàriamente tinham feito para restabelecer a ordem pública», embora o Ministro muito ralado com o que se passara na sua terra natal, lamentasse «os excessos e descomedimentos de que se deixaram levar os povos por um mal entendido zêlo» e que muito dolorosos foram para Sua Majestade.

Touvar viera para os Açores em 1824 com a encomenda do «socego público» e essa ideia dominava o seu espírito, por natureza muito prudente e adverso a violências, - e logo no primeiro oficio comunicou superiormente que «esperava que o socego se não alterasse» (b) e poucos dias depois informava que «nenhum receio devia ter havido com a sua nomeação. Dava a notícia favorita e preparava o espírito de Subserra para lhe dizer que sobreestara na execução do «Aviso», tocante à deportação, «pela consideração de que esta medida podia ter efeitos inteiramente contrários aos que com ela se procurava obter, podia alterar-se notà velmente a ordem e a tranquilidade pública». Subserra concordou, mas lançou o remoque «de que oxalá Sua Senhoria se não engane neste particular e que a responsabilidade que tomou sôbre si não tenha inconvenientes» (c) e recomendou-lhe que em todo o caso chamasse os quatro fidalgos e «dextramente os prevenisse de que êles tinham incorrido no Real desagrado pelos excessos a que se tinham abalançado, bem que derivados de puros sentimentos de lealdade à Augusta Pessoa de El-Rei». Foi a resposta que o Capitão-General queria receber... que o deixava à vontade. Não praticava a violência e ficava-lhe o direito de dar uma repreensão ou fazer uma

⁽a) L. Avisos, n.º 4, pág. 105.

⁽b) L. Contas, n. 0 6, fls 112.

⁽c) L. «Avisos», n º 4, fis. 170.

advertência. Dar repreensões ou fazer advertências era o forte de Touvar! E com efeito (a) chamou os quatro fidalgos e com a «prudência e dexteridade de que poude servir-se» fez a prevenção ordenada.

Quanto à deportação o caso ficou arrumado. A devassa extraordinária é que teve de prosseguir, — dela é que não prescindiu o Ministro, tanto mais que o Corregedor lhe comunicou que o movimento revolucionário de 30 de Abril havia provocado em Angra grande efervescência (b).

Dera-se o caso de que a noticia da «Abrilhada» e da demissão de Subserra e Palmela recebida em Angra fôra muito aplaudida e festejada pelos realistas que até então tinham recalcado os seus amuos e descontentamentos. A notícia do fracasso da revolta chegou a Angra muito depois, — mas os realistas da Ilha já tinham dado o seu fôlego a entender! Percalços dos políticos! Martins Pamplona teria ficado profundamente magoado com os sentimentos dos patrícios, radiantes com a sua queda.

A devassa demorou, porque foram ouvidas não só as testemunhas em número marcado pela Lei, mas muito mais, por ser extraordinária. E terminou pelo triunfo dos incriminados. Em boa verdade êles tinham-se limitado a obter assinaturas para a representação a favor da continuação do Barão da Vila da Praia como Capitão-General e o documento estava redigido em termos respeitosos e próprios de vassalos fieis. A representação impressionara desagradavelmente Subserra, por extemporânea e especialmente porque tinha os ouvidos aturdidos com o que lhe contaram àcêrca dos tumultos de Agôsto, e correlacionando tudo, viu nela quási rebeldia. Queria cortar o mal pela raiz! E tanto receiava que novos tumultos se dessem com a vinda de Touvar, — que mandara um navio de guerra com ordens terminantes para os dominar!

⁽a) L de Contas, n.º 7, fls. 9.

⁽b) Movimento chamado a «Abrilhada» chefiado pelo Infante D. Miguel e por ultra-realistas, dirigido contra os Ministros de D. João VI, Subserra e Palmela, que foram demitidos. A intervenção do Corpo Diplomático a a consequente ida do Rei para bordo do navio de Guerra britânico «Windsor» inutilizaram o movimento e o Principe D. Miguel foi demitido de generalíssimo, e compelido a seguir para Viena de Austria. Subserra e Palmela voltaram logo aos seus cargos de Ministros.

Por «Aviso» de 22 de Outubro de 1825 (a) El-Rei não só deu como justificados os quatro ilustres Angrenses — como até os considerou «beneméritos do seu Real serviço e no amor que constantemente têm mostrado à minha Pessoa», recomendando que o louvor fôsse registado na Câmara e nos lugares do estilo. E por «Aviso» de 20 de Dezembro do mesmo ano mandou que o registo se fizesse também nas Câmaras de S. Sebastião e da Praia.

Por Portaria de 4 de Março de 1825 o Capitão-General fora já agradável a João Pereira Sarmento Forjaz de Lacerda pedindo que seus dois filhos assentassem praça como cadêtes. E para Lisboa classificara o Coronel de Milícias Cândido de Menezes e Lemos de «sisudo e circunspecto» — que recomendara a demissão do sargento António de Sousa da Cunha por se embriagar e porque se salientara nas desordens de «Agôsto».

O triunfo dos fidalgos fôra completo. Subserra é que não subscreveu os «Avisos» laudatórios, porque em 18 de Janeiro de 1825 deixara de ser Secretário de Estado. D. João VI para acalmar os ultra-realistas e principalmente pela pressão do Govêrno britânico, que detestava o Ministro Assistente ao Despacho, por o considerar partidário da França, — teve de o demitir, embora contrariado, porque a orientação política dos dois se combinava bem. Para doirar e amenizar a demissão — nomeou-o Embaixador de Portugal, em Madrid.

Ainda por outro «Aviso Régio» de 24 de Julho (b) subscrito por Subserra, o Frei Francisco de Ave-Maria, da Província de S. João Evangelista, natural da Vila da Praia e que «por intrigas fôra removido do Convento da Vila, acusado de haver prégado um escandaloso sermão com ofensa dos seus ouvintes» — teve permissão de regressar à Terceira para ir habitar o Convento que o Prelado indicasse. O liberalismo infiltrava-se subtil nas Casas dos Frades!...

O «Aviso» acrescentava que Sua Majestade assim determinara «por não julgar Frei Francisco culpado pelo facto do referido sermão». Porém quando se quis cumprir o «Aviso» verificou-se que êle tinha... fugido da Graciosa para Lisboa (c). O Frade devia ser irrequieto e não

⁽a) Avisos Régios, L. 4.º fls 211.

⁽b) L de Ordens, 4, fls. 137.

⁽c) L. 7 de Contas, fls. 4.

estaria tão inocente como se dizia, no propósito, aliás louvável, de pacificar.

Decididamente os realistas estavam por baixo!... Os «Avisos» do Rei benigno, — manejado pelo seu Ministro predilecto Manuel Inácio Pamplona, que tanto se esforçava por salvar o Brasil, — marcavam inclinação para os constitucionais.

A população angrense e praiense murmurava contra Touvar e os chefes realistas moviam-lhe campanhas, surdamente. No entanto, com reservas mentais, iam-se acomodando, sem reacções que subissem demasiado de tom. E a Autoridade Superior com júbilo informava a Côrte, que tudo caminhava bem quanto a «sossêgo público» e que «os povos nem pareciam ter assistido às convulsões que anteriormente existiram» (a).

E a verdade é que com o seu Govêrno se entrou num período de grande acalmia, embora latentes as divergências políticas, prestes a exteriorizarem-se no momento propício.

Passados os primeiros desconcertantes «Avisos» Touvar esforçou-se, a despeito de tudo, por remover atritos, e conciliar. Quanto à ordem, descansou. Para mais, para o que desse e viesse, — tinha o Batalhão de Caçadores 5, — os seus amores. O «Clementíssimo Soberano» comunicava-lhe «o seu contentamento pela tranquilidade que os Povos disfrutavam, e que muito satisfeitos ficavam os seus paternais desvêlos pelas felicidades dêles» (b). O Capitão-General, curtindo as suas «deploráveis doenças» no Palácio, ficava radiante. Triunfava!

Não se deve ver nos «Avisos» de Subserra o espírito de traição ao Rei. Os «Avisos» estavam nas intenções e maneira de ser benigna de D. João VI. O Conde foi sempre leal ao Soberano. Pacificar, desfazer atropêlos — era o seu propósito. E recomendava a Touvar que não queria que os constitucionais se aproveitassem das suas ordens para por sua vez se excederem, praticando actos perigosos para o Regime constituído. «A moderação imposta aos realistas puros deve ser habilmente manejada para que não cobrem ânimo os liberais que num vórtice contínuo de delírios jámais consentem que se lhes apague a criminosa esperança de subverterem a ordem, o que faz com que mereçam particular vigilância do Govêrno e se deve manter para os que em

⁽a) L. de Contas, n.º 6, fls. 414.

⁽b) L. de Contas n.º 6, fls. 139.

Angra guardam a denominação de «Araujanos» (a). O êrro de Touvar foi só vigiar os «realistas puros»!

O Capitão-General, resolvida a questão política, no seu aspecto de gravidade, e tomando fôlego no meio das intrigas locais, — em ligação com o Inspector de Agricultura, Vicente Guido Veríssimo, voltou as suas vistas para os problemas sempre palpitantes na Capitania, do Comércio, Agricultura e Estradas.

A cultura da urzela andava na ordem do dia; constituía um enorme benefício para os pequenos agricultores. Mas o benefício não atingia as proporções que podia realmente ter. A terra não produzia maiores quantidades de urzela pela ignorância de métodos de cultura, que chegava a não se saber, ao certo, o tempo próprio para a apanhar. Por outro lado a Real Fazenda que a adquiria para os seus armazens pagava a libra de urzela por um preço diminuto. Os contrabandistas fervilhavam, pagando-a por preço superior ao que oferecia o Estado, mas ainda assim baixo. Perdia a Fazenda e perdiam os agricultores — com grande vantagem dos comerciantes que a mandavam para a Inglaterra. Os incidentes nas Alfândegas de tôdas as Ilhas, por causa do contrabando eram frequentíssimos, impotente a fiscalização para o evitar. Os navios ingleses surtos nos portos dos Açores - favoreciam-no escandalosamente. O Vice-consul britânico Diogo Alton, no tempo do Capitão--General D. Miguel António de Melo foi mesmo acusado de contrabandista.

Touvar insistiu para Lisboa no sentido de que a Real Fazenda fôsse autorizada a pagar a libra da preciosa planta por mais alto preço.

Pela leitura dos ofícios de Touvar percebe-se que êle vai haurir inspiração para apresentar soluções, nos escritos do seu antecessor. Mas Stockler foi mais radical na solução que apresentou para o caso premente da cultura da urzela, em crise. Afirmou que a urzela nascia na Ilha espontâneamente e nenhum processo técnico se empregava para uma melhor e mais abundante produção, — e lembrou que viessem

⁽a) L. de Avisos, n.º 4, pág. 169.

para la Terceira edols naturalistas hábeis que fizessem os convenientes estudos.

Além disso Stockler pediu a abolição do monopólio perpétuo por parte da «Real Fazenda», porque os monopólios são, à face da regra geral, prejudiciais (a).

O Conde de Subserra que se interessava por tudo quanto se referisse à Terceira — enviou para o Govêrno da Capitania pormenorisadas instruções sobre vários assuntos agrícolas e exigiu respostas concretas sobre as medidas adoptadas. Nas instruções fazia referência ao pastel, que desde os tempos da «colonização», era objecto de largo comércio. Stockler afirmou, porém, que a planta, no momento, se desconhecia na Ilha. O abandono da sua cultura proviera de duas causas; a primeira, o descobrimento do anil e a sua produção, a segunda, o descobrimento da urzela nos Açores e nas Ilhas de Cabo Verde. A anileira produzia mais e melhor quantidade de tinta azul do que o pastel, e a urzela, de cuja fécula se tira um excelente carmesim, além de não carecer esforço de cultura, tinha a propriedade de fixar diversas outras cores. Acrescia que os negociantes tinham desacreditado o pastel, triturando-o e reduzindo-o a pasta, de mistura com matérias imundas, de cor e cheiro semelhantes.

Quanto ao tabaco — já se tinha importado para as Ilhas quatro quintáis de sementes de Virgínia. Mas o Visitador Geral, Isidro Schiappa Pietra, chegara a Angra com ordem dos contratadores para mandar arrazar tôda a plantação que aparecesse. O Capitão-General deu a opinião de que se devia permitir a liberdade de comércio. O problema era complicado, porque a liberdade do comércio, brigava com a arrematação do tabaco para o consumo no Reino e nas Ilhas (b). No entanto, por acordo com os contratadores, foi permitida a utilização das sementes com a condição, caso elas sempre viessem da América, de ser entregue uma parte ao desembargador Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, deportado da Amazona, que casara em S. Miguel e que queria fazer uma experiência nas suas terras.

O Capitão-General, lamentando que todos os anos, de Julho até Agôsto, somente as embarcações americanas e inglesas andassem nos

⁽a) L. de Contas, n.º 6, fls. 345.

⁽b) L de Contas, n.º õ, fls. 48

mares das Ilhas, arpoando baleias, — propôs o estabelecimento de uma grande Companhia Açoreana para realizar a pescaria, que seria de extraordinária utilidade para o desenvolvimento da riqueza e prosperidade nacionais. Subserra concordou, mas pediu esclarecimentos para fazer o seu juizo completo, e preguntou «do que era feito do Estabelecimento der Pescaria, que em 1772 com tanta vantagem para o Estado e para a Capitania, existira em S. Miguel» (a).

:Porque:fosse grande a falta de bracos na Agricultura o Capitão--General determinou aos Comandantes Militares dos Acores que cessassem os recrutamentos, e autorizou-os a concederem licenças voluntárias aos soldados, conforme as necessidades agrículas das localidades. Desta determinação Touvar deu logo conhecimento ao Ministro. pois obediente e submisso como é, dificilmente da um passo, sem procurar logo obter a sanção superior que o liberte de respoitsabilidades. Subserra aprova inteiramente, pois atribui a falta de braços para la Agricultura (b) «acum mal entendido rigor militar, que talvez disfarce a vaidade dos oficiais superiores com exercícios ou refiniões tão intenfpestivas como inúteis». O Ministro altida recomendou rigorosa fiscalização da conduta dos Comandantes e Gapitass dos Comos de Milicias. para que mão abusem da autoridade sobre os seus subordinados. As recomendações do notável Terceirense - defiriem uma alma predisposta a proteger os fracos e os kumildes. — que inspiraim simpatia, e mão traduzirão elas o sangue do antepassado, tornando forros por festamento os escravos e impondo aos herdeiros que agasalhein e protegem os filhos e petos deles?!

O Capitão General quere continuar no aspecto administrativo a acção do Antecessor — e pediu a remessa de mais sementes para se obter melhores hervagens e para o plantio de árvores, pinheiros e cedros. O Ministro remete-lhe uma porção de sementes, acompanhada de uma exposição cuidadosa sobre a forma de cultura. Em todas às Ilhas dos Açores se procedeu à arborização. Na Terseira, nos firs do século XVIII, já havia pinhais artificiais, de iniciativa de Frutueso José Ribéiro, negociante de Braga que viera estabelecer-se em Angra.

A Autoridade Superior voltou também a sua atenção para o pro-

⁽a) L. de Contas, n.º 6, fis. 139 v.

⁽b) L de Avisos, n.º 4, fls. 139.

blema das estradas sempre em viva discussão. O seu predecessor Aires Pinto de Sousa começara a estrada, que visava ligar a cidade com a Vila da Praia. Até então as comunicações entre Angra e a Vila eram feitas por caminhos íngremes e tortuosos, pelo litoral da Ilha, tocando em S. Sebastião. A estrada pelo interior não só «servia no ponto de vista comercial e agrícola» as freguesias da Agualva, Vila Nova, Quatro Ribeiras, Altares, Lages e Fontinhas» como tinha utilidade militar. Aires Pinto de Sousa baptisou-a mesmo com o nome de «Estrada Militar». E não se enganou o previdente Capitão-General, como o futuro demonstrou. Ainda hoje, factos de ordem internacional relacionados com a Aliança Anglo-Lusa, vieram pôr em evidência a importância da estrada interior. Ela custou muito suor, sangue e lágrimas ao Povo Terceirense! O General Araújo conseguiu construir uma parte da estrada e algumas pontes — usando de meios os mais violentos, agravados com a dureza e deshonestidade de alguns dos seus oficiais, pessoas estranhas à terra, e impiedosos com os trabalhadores e lavradores. O ódio entranhado da população a Araújo provinha muito dos violentos processos usados na execução da obra monumental.

Stockler quando chegou à Ilha pela primeira vez, quis continuar a estrada, mas os seus esforços foram inutilizados pelos acontecimentos políticos de 1821. Ao tempo em que Touvar tomou posse ela estava ao abandono, e já se tinham gasto sessenta mil cruzados! Touvar mandou fazer um orçamento das despesas para a completar, pelo Coronel do Real Corpo de Engenheiros, José Rodrigo de Almeida. Subserra determinou (a) que tôdas as despesas com os jornais dos oficiais mecânicos e com ferramentas e mais utensílios fôssem pagos pela «Real Fazenda». A população ficava com o encargo das fachinas, mas assente e de maneira categórica, que nenhuma pessoa por mais privilegiada que fôsse, escaparia ao imposto. A estrada interessava, principalmente «aos ricos e poderosos» e não era justo que as fachinas recaissem «sobre os pobres e humildes». Araújo e Stockler também assim entenderam, mas tinham surgido irritadas oposições. Araújo ao saír de S. Miguel, aonde fôra de visita de inspecção, determinara ao Governador Militar que não se exceptuasse ninguém das fachinas, nas obras que ali se realizavam, a despeito do preceituado no Liv. 2 das Ordenações, e êste justo

⁽a) L. de «Avisos» n.º 4, fls. 176-178.

propósito de igualdade é até uma das múltiplas «faíscas» que provocaram a revolução... liberal de 1 de Março de 1821, em Ponta Delgada (a).

Touvar, sempre prudente e querendo evitar vexames tanto quanto possível, — escolheu para Inspector das Obras o Brigadeiro D. Inácio Castil-Blanco, «pela sua inteligência, capacidade e verdadeiro zêlo pela prosperidade pública», (b) e pessoa natural da Ilha. A estrada militar foi durante muitos anos considerada a melhor estrada dos Açores, «uma notabilidade das Ilhas». Hoje, conduz a um dos melhores Aerodromos do Mundo e o melhor do Império Português.

O Capitão-General prosseguindo na sua acção, em entendimento com a Câmara e verificando a conveniência de haver um Mercado Público, mandou construir na Praça em frente aos Paços do Concelho (hoje Praça da Restauração) dez Barracas, à custa do Real Erário. Também propôs que se fizesse um Mercado do Peixe, como •era próprio de terras civilizadas (c).

As barracas não se construiram sem oposição. Luiz Meireles de Canto e Castro alegava que elas prejudicavam uma casa que possuía perto, e, além disso, — e tinha razão, — que para alargar a Praça se tinham demolido duas casas ali existentes, e que as barracas a apourcavam e desfeiavam notávelmente.

Para Lisboa o Capitão-General expôs a necessidade de se estabelecer na Ilha fábricas de tecidos grossos de la e algodão e um passeio público próximo do Castelo (d). Quanto às fábricas ficámo-nos pelos teares domésticos até hoje...

A cidade, quanto à iluminação, vivia em mocente estado primitivo. De noite era iluminada pelo luar. Touvar por subscrição pública e com algumas receitas provenientes de quantias entregues nos Cofres da «Real Fazenda» pelas pessoas que remiam fachinas, comprou candeeiros e importou azeite para a iluminação, encarregando o «honrado comerciante» Joaquim José Pinheiro de dirigir os respectivos serviços.

Também mandou vir da liha de Santa Maria um casal de perdizes para creação.

⁽a) «Um Deportado da Amazona», de Faria e Maia, pág. 105.

⁽b) L. de Ordens, 13, fls. 22.22 v., 36.

⁽c) Avisos 4, fls 181.

⁽d) L de Contas, 7, fls. 55 e 56.

111

Mais "Avisos Régios". O Poeta constitucional Tibúrcio António Craveiro. Inauguração do Retrato de D. João VI no Palácio.

Os «Avisos», de quando em vez, caíam na Ilha, fazendo a vontade aos constitucionais. O Tenente-Coronel Manuel Xavier Palmeirim, Comandante do Batalhão de Linha, mal visto pelos «Araujanos» foi intimado a regressar a Lisboa (a). E abalou para não mais voltar, um oficial que fará falta no momento crítico e tormentoso... E em «Aviso» (b) de 3 de Novembro de 1824 Sua Majestade atendendo a uma representação das pessoas que tinham sofrido agravos «nos próximos dias de Agôsto — da tropa e do Povo, mandou apagar o que se tivesse escrito em quaisquer livros, como conseqüência de arbitrariedades e para que deles não constasse lembrança». Estava em moda, na época, os vencedores apagarem e rasparem as referências desagradáveis constantes dos autos, no propósito de lavar afrontas e... iludir a História. Os constitucionais, em 1828, irão mais adiante — mandarão cortar do livro respectivo o auto de aclamação de D. Miguel!

D. Marquesa de Ermelinda e seu irmão António de Araújo pediram ao Capitão-General que lhes fôssem pagos quatrocentos e cincoenta e quatro mil reis, vencidos pelo pai, o General Araújo, até ao seu falecimento, o que foi justamente deferido. Mas não ficaram por aqui. D. Marquesa e o marido Luiz Borges Teixeira, Capitão de Milícias da 5.ª Companhia de Linha requereram a Sua Majestade (c) para trasladar os restos mortais de seu pai e sogro para «mais decente sepulcro, à custa

⁽a) L. de Avisos 4, fls. 142.

⁽b) L. de Avisos 4, fls. 145 v.

⁽c) L. de Contas, 8, fls 62.

da «Real Fazenda» e com honras militares». Araújo fôra morto na noite de dois para três de Abril de 1821 pelos soldados amotinados, quando aparecera a uma janela de Palácio do Castelo para lhes falar e acalmar a sua fúria. De tal sorte o detestavam, que o próprio cadáver foi sávo de ultrajes, por parte dos populares, e a custo o oficial Manuel Coelho Borges lhe deu sepultura na Igreja da Fortaleza. A trasladação des restos mortais do mal-aventurado General iria provocar discussões azedas, reacendendo as paixões e deflagrando tempestades, - aseim o viu o Capitão-General. Quere ser e é agradável aos Constitucionais, mas nada de mexer na tranquilidade pública... Em 23 de Fevereiro de 1825 (a) opinou que de maneira alguma a trasladação devia ser feita por conta da «Fazenda Real», mas à custa dos requerentes, e que lhe parecia que o melhor seria o cadáver permanecer na Igreja do Castelo que, embora em ruínas, não fôra profanada (b).

Os constitucionais estavam na sua hora... O Padre José de Paula Leite, filho perfilhado do Morgado José Leite Botelho, Capelão-Mor do Castelo de S. João Baptista, e revolucionário de 21, conseguiu, com o fundamento de que estava tratando da sua saúde nas águas das Furnas, - que lhe pagassem os seus vencimentos, e por Ponta Delgada se manteve durante anos, a passear, são, escorreito! (c)

O Tenente-Coronel José Carlos de Figueirêdo, o mais inteligente dos engenheiros que para Angra vieram, «deportado da Amazona», companheiro de Araújo, e Governador Militar do Castelo na revolta constitucional, também fez o pedido - logo deferido - de lhe pagarem vencimentos em atrazo e que lhe finham negado. Até Eugénio Dionísio Grade, o famoso Juiz de Fóra de Angra desde 1819 a 1823, «o furioso Juiz» como lhe chamou em «Aviso» o Conde de Subserra (d), então residente em Lisboa, também deu um gritinho... para dar sinal de que estava vivo e arreliar certamente alguém! Requereu que prontamente se arrecadassem as receitas do Subsídio Literátio, do tempo em que servira de Juiz. O requerimento devia trazer agua no bico, porque o Grade era

⁽a) L. the Contas, 7, ifis. 62 v.

⁽b) Os restos mortais do General só focam trasladades, em 1969, pasa o Cemitério do Livramento, onde lhe erigiram um mausoléo, por meio de subscrição pública

⁽c) L. de Contas, 8,

⁽d) Avisos, n.º 4, fls. 49.

repontão. O Povo da Cidade não o esquecera nem o tragava!... Tivera desavenças graves com o Capitão-General Araújo, que o prendeu e suspendeu de funções, depois ligou-se a Araújo para fazer a revolução contra Stockler e tornou-se inimigo feroz dêste. Estabeleceu rondas na Cidade, a cavalo, que disparavam tiros durante a noite, atemorizando tôda a gente, e chegou mesmo na Igreja do Colégio, porque o Padre Capelão pedira que rezassem pelas felicidades de Stockler, a proferir impropérios, que escandalizaram os assistentes. Homem de carácter e destemido, — mas conflituoso e irrequieto.

Em Agôsto de 1824 o Capitão-General recebeu um Aviso, subscrito pelo Conde de Subserra, mandando informar um requerimento de Tibúrcio António Craveiro, que pedia a sua reintegração como Professor de Primeiras Letras e aumento de ordenado. Duas cousas de uma vez só, para começar! Tibúrcio que se notabilizará mais tarde pelas suas brilhantes produções literárias em prosa e verso — é apresentado pelos seus biógrafos, — que são muitos, — como tendo emigrado para Londres, perseguido pelas suas ideias liberais. Que ête foi constitucional — é a única afirmação que se pode fazer com inteira verdade. Mas nem como político se destacou demasiado no meio angrense, embora manifestasse as suas opiniões.

Tibúrcio António Craveiro nasceu em Angra a 4 de Maio de 1800, na freguesia da Sé, e é filho de João Inácio Caetano e de sua mulher Rosa Margarida (a). Frequentou «com grande aproveitamento» a aula de Teologia Moral instituïda no Convento de S. Francisco pelo Provisor-Mór do Bispado, dr. João José da Cunha Ferraz, e dirigida por Frei Jerónimo Emiliano de Andrade. Estudantes de tôdas as Ilhas dos Açores frequentavam a aula de Teologia Moral e Tibúrcio foi «um dos mais distintos». Brilhou nas «conclusões que no Convento se faziam», ora como «respondente», ora como «arguente». Culto e inteligente, «de porte grave e regular comportamento» — conseguiu ter relações de amizade com as

⁽a) Temos em nosso poder uma certidão de nascimento, extraída dos Livros da Conservatória do Registo Civil de Angra do Heroísmo.

principais famílias da Cidade, que o convidavam para jantares e bailes de espavento, onde recitava versos da sua autoria, adequados à festa. Para isso mesmo o convidavam os fidalgos, aproveitando-lhe as excepcionais aptidões intelectuais. Em certas solenidades, discursava, demonstrando «muito talento e engenho». O autêntico menino prodígio! Nomearam-no Capelão-Cantor da Sé (a).

O joven poeta não teve qualquer intervenção na Revolta Liberal de 1821, pois não só o seu nome não consta das listas dos prêsos, que se publicaram — e que não pecam por omissões — nem nos livros de «Contas», Portarias e Ordens ou nos «Annais» de Drumond se fala nele, em bem ou em mal.

Juradas as bases da Constituição, em Angra, em pleno triunfo do «Soberano Congresso», Tibúrcio escreveu contra Stockler, prêso, então, em S. Julião da Barra. Escreveu, mas não se pode garantir que os escritos tivessem sido publicados, pois não se encontra a sua assinatura nos «Periódicos», que atacavam duramente o Ex-Capitão-General. Uma carta de Tibúrcio a Máximo José de Azevedo (b) em 2 de Novembro de 1821 — é a primeira demonstração documentada do seu Constitucionalismo. A carta é do teor seguinte:

⁽a) Éstes elementos relativos á mocidade de Tibúrcio são extraídos de uma carta, escrita em 25 de Agôsto de 1877, por Joaquim José de Castro, pessoa da maior probidade e guarda-livros do Conselheiro José Inácio de Almeida Monjardino, proprietário e Secretário Geral do Govêrno Civil, — e dirigida ao seu amigo, o General João Carlos Rodrigues da Costa, residente em Lisboa. Esta e outras cartas do General encontram-se no Arquivo da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo — e delas tenho conhecimento por cópias que me cedeu o Ex.^{mo} Sr. Dr. Luiz da Silva Ribeiro, Chefe da Secretaria da Câmara Municipal. Joaquim José de Castro para dar ao General as informações que êste lhe pedia àcerca de Tíbúrcio, — ouviu, como diz na carta de 25 de Agôsto, o Padre Mariano Constantino Homem, professor de Latim, no Liceu, discipulo do Padre Jerónimo Emiliano de Andrade e amigo do Governador Civil, Conselheiro José Silvestre Ribeiro, e Cavaleiro da Ordem de Cristo. O Padre Mariano tinha, no momento em que a carta foi escrita, oitenta anos.

⁽b) Máximo José de Azevedo foi nomeado em 1799 Secretário do Govêrno da Capitania de Moçambique, e para tratar de negócios particulares veio a Angra em 1819. Entrou na Revolução de Araújo em 2 de Abril de 1821. Foi mais tarde Administrador da Alfândega de Angra, Administrador das Alfândegas dos Açores e da Alfândega de Ponta Delgada.

Já em outra ocasião me deliberei escrever a V. Senhoria remetendo-lhe alguns escritos, para ter o encomodo de fazer sair ao publico, em alguns periodicos. Espero disto a resposta em a primeira ocasião.

Presumo que irá remetida a V. Senhoria por João Silveira Machado, (a) Major, Comandante do Castelo de S. Sebastião, uma resposta a huma carta de Oeiras a favor de Stockler que ahi se imprimiu, cuja resposta he feita por mim e ficando esperando mais ocasiões de mostrar a minha vontade ao tal menino. Desejarei venham muitos exemplares para esta Ilha e que circulem por todos os cantos de Lisboa.

Estimo que V. Senhoria e a Illma. Sra. D. Joana (b) e tudo quanto lhe diz relação tenha disfrutado saude e prosperidades.

Fico sempre nesta Ilha para tudo em que puder prestar a V. Sa. como

Vor. e M. Atento e obrigmo.

P. S. — Rogo tenha muita cautela com a resposta da carta de Oeiras, não saia errada, porque foi posta em tempo muito á pressa: mostre-a ao Sr. Loureiro (c).

O Ilmo. Sr. José Leite se recomenda com V. Senhoria (d).

O poeta, de 21 anos de idade, desejava realmente «mostrar a sua vontade ao «menino» Stockler, e mais, talvez, ver os seus escritos nos jornais de Lisboa e de ser agradável aos inimigos do Ex-Capitão-General. Como se percebe do comêço da carta, Máximo José de Azevedo

⁽a) Oficial nomeado pelo General Araújo e que entrou na Revolução de Abril.

⁽b) Esposa de Máximo Pereira de Azevedo.

⁽c) O Desembargador Alexandre Gamboa Loureiro, Juiz de Fóra em Angra de 1816 a 1819. Depois de cessarem as suas funções foi substituïdo pelo Juiz Eugênio Dionísio Mascarenhas Grade. Ficou a residir na Cidade e entrou com o Grade na Revolução de Abril. Os dois, de relações cortadas com Araújo, — convidaram—no para chefiar a Revolução, por saberem que êle tinha na Guarnição alguns amigos, oficials nomeados por êle.

⁽d) Morgado José Leite Botelho de Teive — também revolucionário de Abril. Fez parte da Junta Provisional dos Açores, nomeada, na noite de 2, no Castelo de S. João Baptista. A carta, que pertenceu ao General Costa, está nos Arquivos da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

não tinha pressa em escrever-lhe. O poeta tinha apenas 21 anos de idade, Máximo não lhe ligava ainda grande importância, certamente.

O rapaz teve um prémio, — por todos os títulos merecido: foi nomeado, por provisão de D. João VI, de 11 de Fevereiro de 1822, registada na Câmara por despacho do Senado de 17 de Abril do mesmo ano, (a) Professor de Primeiras Letras da Cidade, na vaga aberta pela morte do professor Francisco de Bettencourt, e pelo tempo de três anos.

Em Junho de 1822 fez uma poesia, que o filho do cirurgião Inácio Quintino de Avelar recitou, sentado no cimo do «carro triunfal que precedia uma encamisada, promovida pelos constitucionais, e que percorria as ruas da Cidade» (b).

Em 3 de Julho de 1822 aparece outro documento de adesão do Professor à Constituïção: um soneto. Com efeito, a 3 de Julho, fez uma representação ao «Nobilíssimo Senado» (c) pedindo o registo dum soneto «destinado ao memorável dia 4 de Julho para a iluminação que se fez na Casa da Câmara na ocasião em que se colocou o Retrato de Sua Maiestade». A colocação do retrato era uma manifestação constitucional feita a pedido da fina flor dos liberais, Juiz de Fóra, Grade, à frente, porque tinha por fim comemorar o «Faustissimo dia 3 de Julho de 1821 em que Sua Majestade... constitucional depois de haver anuído aos votos de tôda a Nação Portuguesa e jurado a Constituição tal qual a fizerem as Côrtes, aportou ao reino de Portugal, entregando-se nos bracos da Mãe-Pátria». Mais um acto de amor pela Constituïção do que pelo Monarca. E ainda praticado com o propósito de amachucar os realistas puros, ligando-se o Rei, espectaculosamente, ao credo liberal. Os constitucionais como meio de propaganda mandavam com frequencia celebrar Te-Deum e faziam iluminações para comemorar datas políticas favoráveis. Propaganda... e pirraça aos adversários, que queriam ter o monopólio do «Trono e do Altar»!

Durante os tumultos de «Agôsto» de 1823, em Angra, os soldados e paisanos realizaram prisões de constitucionais. Tibúrcio estava na Cidade? Se estava, não foi prêso, pois o seu nome não consta das listas

⁽a) L. n. 10 do Registo Geral da Câmara.

⁽b) «Fidelidade da Ilha Terceira», pág. 43, do dr. Francisco Jerónimo da Silva, advogado e publicista; manuscrito existente na Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

⁽c) L. 10 do Registo da Câmara, fls. 231.

que foram publicadas, e os cronistas mantem-se mudos em relação a êle, exactamente como sucedeu em 1821. O soneto e as suas ligações com o Morgado José Leite não o deviam ter salientado aos olhos do povoleu. Versos, devia ter feito muitos, nas Casas dos Fidalgos, nos mais variados tons, e o Poeta, a-pesar-de novo, pela sua já grande cultura e pelo seu porte grave, não seria linguarudo e despejado nas suas conversas àcerca de política. Porque motivo foi à Ilha de S. Miguel? É possível que tivesse sido levado à viagem, pela irritação que causava ao seu espírito superior o «realismo» do meio angrense e também porque percebesse certas hostilidades. Prêso ou demitido é que não foi. Pediu licença e largou... para a Ilha vizinha, e não para Londres, que essa viagem era para gente rica. A demissão veio depois, mas por excesso de... licença.

Touvar, o amigo de Subserra, e protector dos constitucionais, informando àcerca do requerimento do Professor, entendeu que não devia ser deferido, «por não o considerar fundado na justiça», (a) primeiro porque o requerente tendo «ido a S. Miguel com licença limitada» «a excedeu consideravelmente», segundo porque a Cadeira de Primeiras Letras «considerada justamente vaga» foi posta a concurso e nela provido «sujeito hábil». È interessante notar que Tibúrcio já fizera o mesmo requerimento, em Março de 1824, quando Stockler, já então Barão da Vila da Praia, governava a Capitania (b). Stockler dando o seu parecer não acusou Tibúrcio de qualquer acto político condenável, limitando-se a afirmar que o pedido era inadmissível (c) porque «aberta a vaga pelo excesso de licença, a cadeira fôra provida na pessoa de Francisco de Bettencourt Pereira e Melo».

O Professor, além da reintegração, pedia aumento de ordenado, igual ao dos professores de S. Miguel. É extranho que logo de entrada quisesse as duas cousas. Significaria a segunda uma condição, como quem diz: se querem assim, muito bem, se não, vou-me embora?! Talvez.

Voltou à Terceira? Não sabemos. Mas dos Açores provàvelmente seguiu em direitura para o Rio de Janeiro. Os Açores tinham ligações

⁽a) L. de Contas, 7, fls. 3 v. 10-9-824.

⁽b) L. de Avisos, 4, fls. 117.

⁽c) L. de Contas, 6, fls · 385 ·

directas com o Brasil. E é nêsse pais que Tibúrcio António Craveiro se notabilizará como homem de letras, brilhando como astro de primeira grandeza. Traduziu em verso, Rousseau, Voltaire, Racine e Byron, publicou Ensaios e Discursos; foi Bibliotecário do Gabinete Português de Leitura, Professor de Retórica do Imperial Colégio D. Pedro II e membro do Instituto Histórico-Geográfico do Brasil e do Instituto de França (a).

Os seus livros revelam uma vasta cultura e viva inteligência, equilíbrio e superioridade mental. Em alguns dos seus conceitos pode até ser arguído de «arriéré». Insurge-se contra os excessos de imaginação, quere o amor à «Paulo e Vírginia», o teatro mais educador que sensual, combate a desmoralização da época e defende as disciplinas clássicas (b).

Mas não há formosa sem senão... Nos últimos anos da sua vida, no Brasil, manifestou desarranjo mental. Um artigo do dr. Pires de Almeida, publicado no «Jornal do Comércio», do Rio de Janeiro, de 5 de Fevereiro de 1905, ocupando-se da personalidade do poeta terceirense, é bastante eloquente a êsse respeito. O articulista serviu-se de elementos colhidos na tradição e tais são êles que é de presumir que haja exagêro, actos do escritor transviados da razão e deformados demasiadamente pelas versões maldosas ou ingénuas, e avolumadas pelo tempo decorrido. Mas no fundo o artigo deve ter algo de verdade, e até o final acidentado da vida de Tibúrcio parece confirmá-lo. «Morava na estreita e imunda rua da Misericórdia, num sótão solitário». «O Gabinete do nevrótico emigrado sarapintado de rutilante sangue... múmias egípcias; suspensas pelos cabelos ou fincadas nas paredes distinguiam-se cabeças de índios..., na escrevaninha, caveiras envernisadas»; por tôda a parte estampas patibulares, «O Inferno de Dante», os suplícios da Inquisição, batalhas sanguinolentas, cenas de massacres..., «lâminas, punhais, florêtes, adagas, estilêtes venesianos... venenos de tôdas as espécies», «que proporcionam a morte mais ou menos lenta, beladona, mandragora, ópio, etc. . . . «Escrevia à noite, sôbre uma lousa de mármore negro.» Faz experiências bárbaras com um

⁽a) Vide sôbre a bibliografia de Tibúrcio — «Literatos dos Açores», de Urbano de Mendonça Dias, pág. 367.

⁽b) Ensaio sôbre a Tragédia e Discurso sôbre a Retórica.

operario, acabando por lhe causar a morte... e por aqui adeanne, o artigo?

Há histo tido miluências byronianas, que eram grandes, então, no Rio de Janeiro. O poeta mesino traduziu «Lara», poema de Byron, com peisonagens sinistras e cruels, incompatíveis com o meio em que viviam. As influências seriam, poiem, apenas, o choque a deflagrar as taras psiquiatricas, a lesão que pos em evidência o estado patológico pre-existente. As sujestões inerarias podem ser graves, mas so em certos espíritos, com espectais tragilidades. Nem toda a gente que len Wortnet — se suicidon. O equilibrio das ideias expostas nos tivros de Tibúrcio não desfaz a afirmação do seu desarranjo cerebral. Há a loucura ratrocinante. E as doenças mentais podem surgir, de súbito, por efeito de um trabalho surdo na profundidade da psique, ou evoluir mais on menos lentamente, so se tornando bem visíveis, quando tomam aspectos espectacilosos. Os prodromos da loucura passam muitas vezes desapercebidos aos especialistas médicos.

O poeta, por resolução própria ou a conselho dos amigos, resolveu dar um passeio à Europa. Dispunha de meios de subsistência condignos do seu talento e flustração — escreveu o dr. Pires de Almeida. E foi com esses meios que fez a viagem a Londres. A viagem devia ter he feito bein. Esteve em Lisboa e foi apresentado ao famoso Conde de Farrobo, 2.º Barão de Quintela, o homem que assinou letras a rodos à D. Pedro IV — para sustentar a luta constitucional. Tibúrcio apaixonou-se por uma das filhas do Titular, — dizem todos os seus biografos. Em Angra, o Padre Mariano Constantino Homem informando, em 1877, Joaquím José de Castro (a) dizia que Tibúrcio embarcando depois de 1842 para Londres e chegando mais tarde a Lisboa arranjou o namoro: «o homem quis aspirar a posse de uma menina de alto nascilhento, não se letilorando que era filho do povo. O pobre rapaz tinha o grande defeito de ser presunçoso».

A filha de Farrobo era viduissima e de alta estirpe fidalga, embora com algumas costelas de burgueses comerciantes, Senhora que frequentava a Corte de D. Waria A. Tibúrcio la na sua raciocinaria que tanto ele como a rapariga provinham do mesmo tronco, Adão e Eva, e que

⁽a) Carta já citada, existente nos Arquivos da Gamara Municipal de Angra do Heroísmo.

se a sua familia não tinha história, ao menos não se podia dizer dela o que se sabia do Primeiro Barão de Quintela que hospedara em sua casa, principescamente, o General Junot, o salteador da terra portuguesa! Mas êstes argumentos não convenceriam Farrobo. Uma paixão impossível! Só faltava a Tibúrcio uma paixão por uma mulher bonfla para ser um... grande poeta! Não há Dante sem... Beatriz! E todo êle é amarguras e suspiros! De nada lhe serviram as palavras que tinha escrito contra os excessos românticos do amor, estava submetido às regras inexoráveis de Freud. Tornou-se «sombrio e melancólico». o Conde não concordaria de modo algum com o namôro. Parece que a sua vida correu grave risco em Lisboa — dizem alguns biógrafos (a). Naturalmente o Conde achou insolência demasiada no desejo do terceirense humilde em querer olhar para a filha, e talvez pensasse, à maneira dos Morgados, de que fala Camilo, em mandar espancá-lo por alguns dos seus lacaios. Talvez proferisse alguma ameaça... e de aí o boato! Desiludido, o poeta resolveu regressar à Terceira, a terra--maesinha! O bom filho à casa torna... Publicara um soneto a falar mal da māesinha:

> «Ilheu nasci, maldita seja a hora que à luz me deu em terra tão daninha, que em tudo sendo pobre e assaz mesquinha, é rica só na intriga que a devora» (b)

mas os versos ainda eram influência do maldito... Byron, génio que odiava o meio em que vivera.

Tibúrcio esteve algum tempo, em Angra, em casa do irmão João Inácio Craveiro, e de aí passou para a hospedaria — «sempre assaz melancólico» (c). Influências, desta vez, do amor! Amar sem esperança foi sempre cousa perturbadora! Num cérebro de poeta e doente, como o de Tibúrcio, seria cousa gravissima! O Morgado jorgense, dr. Miguel Teixeira Soares, que o conhecera nos opulentos salões do Conde de

⁽a) Brito Aranha — Dicionário Bibliográfico — T. XIX, pág. 286,

⁽b) Vide «Literatos dos Açores» de Urbano de Mendonça Dias, pág. 367, que publica todo o soneto.

⁽c) Informação dada pelo escritor terceirense José Augusto Cabrat de Melo a Inocêncio — «Dicionário Bibliográfico», T. VII, pág. 366,

Farrobo, convidou-o para ir passar algum tempo na Vila das Velas. Inocêncio (a) diz que o poeta embarcou para os Açores mas que não chegou ao termo da sua viagem, falecendo ou suïcidando-se, como alguns afirmam, a bordo do navio que o conduziu em Julho de 1844». Como se vê da certidão de óbito, que temos presente, — Tibúrcio faleceu em 3 de Maio de 1844 no Hospital da Misericordia da Vila das Velas, «recebendo os Divinos Sacramentos». Portanto não morreu a bordo do Navio, desembarcou nas Velas e ali faleceu.

Em volta da sua morte surgiram boatos sinistros! Um dêles é que o Poeta fôra envenenado, nem mais nem menos... pelo amigo que o convidara para residir na Vila! José Joaquim de Castro escrevendo ao General Costa (b) afirma: «falei já com dois sujeitos que me contaram o facto do envenenamento ainda com mais firmeza do que o Craveiro; o envenenador foi efectivamente o dr. Miguel Teixeira Soares».

Não acreditamos na veracidade do terrível boato. Teriamos que admitir pelo menos dois criminosos, o Conde de Farrobo que pedira o assassinato e o dr. Miguel Teixeira que o executara. Farrobo foi um perdulário, um estroina, homem amante de faustos deslumbrantes, generoso, protector das Letras e das Artes, com defeitos e virtudes, mas nunca constou que fôsse uma alma perversa. De resto, se queria matar o namorado da filha, não lhe teriam faltado agentes na imensidade de Lisboa. Depois, em suma, o Tibúrcio estava bem longe, — o mar imenso a separar o poeta da filha, não havendo motivos para inquietações, nem para sorrisos por detraz da cortina!

Por outro lado também não consta que Miguel Teixeira tivesse estôfo de bandido. Pelo contrário, consta das actas da Câmara das Velas, em relação ao Morgado: «tomando na mais subida consideração os importantes serviços prestados por êste cavalheiro a favor dêstes Povos a quem salvou dos horrores da fome deliberava se lhe votasse eterna gratidão». (c)

Tibúrcio adoeceu e faleceu poucos dias depois de chegar às Ve-

⁽a) «Dicionário», pág. 367.

⁽b) Outra carta existente nos arquivos da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, — cuja cópia nos foi facultada pelo Ex.^{mo} Chefe da Secretaria, dr. Luiz da Silva Ribeiro.

⁽c) «Ilha de S. Jorge», por José Cândido da Silveira Avelar, pág. 146.

las (a). Parece também que o Amigo o deixou à sua sorte pouco tempo depois dêle lá chegar. E êste abandono foi mais um motivo para se suspeitar do crime. O abandôno, se o houve, pode ser um argumento em sentido contrário. O dr. Miguel se tivesse envenenado o Poeta, para melhor disfarçar o seu acto horrível procuraria tratar o doente com aparências de carinho, até à sua morte. Bem sabemos que a lógica dos grandes criminosos não obedece às regras comuns. Em todo o caso costumam tomar precauções, para não serem descobertos.

É inadmissível que o Morgado fôsse convidar Tibúrcio de modo que tôda a gente o soubesse, para ir para as Velas, e não estivesse com mais aquelas, logo o envenenasse!

Inocêncio refere-se a outro boato — o do suicídio. Consideramos muito mais verosímil êste boato, se bem que a hipótese do assassinato mais se propagasse, pela razão já apontada por Bacon, de que a mentira é que seduz os homens, e não a verdade.

Pelo que escreveu o dr. Pires de Almeida, (b) o ilustre açoreano tinha sempre no seu gabinete de trabalho «venenos de tôdas as espécies que produziam a morte mais ou menos lentamente». O Poeta andava «sombrio e melancólico», a remoer a sua paixão impossível. O cérebro dêle não era normal. O mal de amor podia te-lo induzido a ingerir um dêsses venenos. O jornalista brasileiro afirmou mesmo que êle, quando saíu do Rio de Janeiro, levou comsigo todo «o seu arsenal».

Na certidão de óbito vê-se que o Clero da Vila e das freguesias rurais acompanharam o cadáver até ao Cemitério, depois de lhe terem feito na Matriz ofícios solenes. Poder-se-á dizer que por muito tolerantes que fôssem os padres, se o homem se tivesse suicidado, não lhe teriam feito o entêrro, pelo menos não o teriam feito com tanta solenidade. Mas o suicídio podia ter passado, ao princípio, desapercebido. E mesmo que os Padres o tivessem suspeitado, a verdade é que Tibúrcio recebeu religiosamente os sacramentos da Igreja, que sanavam tudo, porque êle se arrependera.

E teria sido abandonado, o grande Poeta, ou antes, êle se isolou nas «Velas», como se isolou em Angra em casa do irmão, para depois saír e se isolar na Hospedaria, como no Rio de Janeiro, no sótão da

⁽a) «Dicionário Bibliográfico» de Aranha, informação dada pelo grande escritor terceirense José Augusto Cabral de Melo.

⁽b) Artigo do Jornal do Comércio» já citado.

Rua da Misericórdia ?! Há pessoas que por constituição orgânica têm a volúpia da dôr! O isolamento emelancólico e do Poeta, não seria um produto da sua maneira de ser, do seu natúral estado d'alma, exacerbado por causas externas, mais aparentes que regis ?!

Os seus funerais solenes, — convém frisá-lo, — provam que Tibúrcio era considerado e apreciado na Vila e de que mesmo ali tinha amigos e admiradores. E bem os merecia quem pelo seu altíssimo valor literário tanto honrou a sua Terra e o Convento de S. Francisco, cujas aulas cursara na sua mocidade!

* *

Em Janeiro de 1826 pelo Correio Marítimo, «Infante D. Sebastião», chegou o «Aviso Régio» (a) participando que se firmara um Tratado de Paz entre Portugal e o Brasil.

A Inglaterra que tinha grandes interesses na Colónia e certamente por julgar inúters e tardios os esforços de Portugal para a manter sob a sua soberania ofereceu-se para medianeira entre as duas partes em litígio gravissimo. E pôs como condição prévia o reconhecimento da Independência do Brasil. Palmela ainda tentou obter o apoio da Rússia mas o Govêrno (b) de Londres opôs-se, ocioso da sua interferência nos negócios da velha Nação Aliada. D. João VI, disposto a transigir, não queria, no entanto, reconhecer a independência total da antiga Colónia, porém acabou por se submeter às circunstâncias prementes. O Tratado de Paz, foi firmado em nome de Sua Majestade Fidelíssima, por Lord Stuart, que conseguiu obter, reconhecida a independência, algumas vantagens para Portugal, e o Título de Imperador para D. João, satisfazendo-lhe a vaidade, porventura a vaga esperança de uma subordinação futura da Colónia, ainda que limitada. A ilusão só o Rei a teve, se realmente a teve, e não podia haver mais pungente ironia, o título de Imperador precisamente quando a riquissima Colónia se perdia definitivamente para a Mãe-Pátria!

Tudo o que vinha de cima era sagrado... O Capitão-General mandou dar uma salva de artelharia nas Fortalezas e que a Cidade

⁽a) L. de Contas, n.º 7, pág. 228.

⁽b) Correspondência de Palmela, citada por Fortunato de Afmeida na «Mistó-ria de Portugal», V. 6, pág. 65.

iluminasse durante três dias. E ainda expressou o seu júbilo (a) às Estações Superiores pelo acontecimento! Ao júbilo oficial não correspondia o... da população, que via com profunda mágoa a perda da Colónia, para onde emigravam os açoreanos e com a qual mantinha importantes relações comerciais. Para mitigar a mágoa, — ficava apenas o título de Imperador, mas não houve sombra de manifestação externa de desagrado. O prestígio Real, imenso em tôdas as camadas sociais, cobria os desastres, constituïa uma verdadeira mística que realizava a Unidade Nacional, abafando protestos violentos. Calava as bocas, sem uso da fôrça, embora nem sempre se calassem os corações.

O Capitão-General, alguns mêses depois de chegar à Terceira, lamentando que nem sequer houvesse no Palácio o retrato da Senhora D. Maria I, como havia na Capitania de Angola, onde fora Governador, pediu autorização a Sua Majestade para colocar o seu retrato na Sala do Docel (b). Aniceto António dos Santos, homem rico com casas na Cidade e nos arrabaldes, arrematante dos Dízimos da Terceira e até de S. Miguel, em viagem que fez a Lisboa, em Abril de 1825, foi incumbido de mandar «prontificar o Retrato com as dimensões que lhe foram indicadas». A missão era de confiança e Aniceto devia estar nas boas graças governamentais. Em 1827 houve emtre o rico comerciante e Touvar algum conflito, pois que êste se queixava para Lisboa de que Aniceto António dos Santos usava o título de Consul Geral da Baía, sem apresentar documentos que o fundamentasse.

O Retrato foi solememente colocado na sala do Docel, em 14 de Julho de 1825, (c) realizando-se à noite uma grande festa com mais de duzentas pessoas, e com «multiplicados vivas à pessoa Real». Estas festas no Palácio, com os magnates da Cidade e da Vila da Praia, em torno de uma homenagem ao Rei, por todos respeitado, tinham a vantagem de concorrer para a acalmação dos espíritos, satisfeitas vaidades, e pelo convivio alegre e apertado. E a vida política vai decorrendo normalmente, com júbilo sincero da Autoridade Superior da Capitania.

Mas eis que... caiu na Cidade, como um raío, a noticia da morte do Rei «Clemente». Vai começar o Calvário de Touvar!

⁽a) L. de Contas, n.º 7, fls. 181.

⁽b) L. de Contas, 7, fls. 40 v.

⁽c) L. de Contas, 7, fls. 102.

1 V

Morte de D. João VI. Regência da Infanta D. Izabel Maria. Juramento da Carta Constitucional, em Angra. Eleições. Lords Carlos Stuart, Carlos Napier e Marcos Hill, na Terceira.

Conforme o estabelecido pelo «Aviso» de 11 de Março — o Capitão-General determinou que por virtude do «infaustíssimo acontecimento de haver falecido o Imperador e Rei, a quem foi o Todo Poderoso servido chamar à Sua Santa Glória, se tomasse luto por um ano, se encerrasse o expediente por oito dias, e que as Fortalezas dessem durante três dias um tiro de peça de cinco em cinco minutos (a). Tôdas as festas fôram proíbidas, permitindo-se no entanto as «coroações de Espírito Santo, uso antiqüissimo», salvo as folias e bailes. Em S. Jorge, porém, em uma das freguesias houve cantoria profana, e logo o Governador José Maurício Roiz se alvoroçou com ordens em tôdas as direcções, condenando a festa e lembrando (b) que «um Rei era mais que um Pai, porque o Rei era Pai de todos os seus súbditos».

D. João VI, falecera, em Lisboa, a 10 de Março de 1826, depois de 34 atribuladíssimos anos de Govêrno. E mai o «Clemente» faleceu, coleou, solerte, por tôda a Capital do Reino, o boato de que fôra envenenado, atribuindo-se reciprocamente, absolutistas e constitucionais, a responsabilidade do regicídio. Mais uma morte misteriosa da História para Cabanès e o dr. Júlio Dantas esclarecerem, diagnosticando e fixando as doenças do Monarca, já que pela análise dos documentos nunca se pôde chegar a uma conclusão irrefragável, de que houvesse crime. As lutas políticas em paroxismo geram boatos monstruosos que as

⁽a) L. de Ordens, 14, fis. 25.

⁽b) L. de Ordens do Quartel General, de 1809 a 1829.

massas populares fàcilmente acreditam. D. João VI devia ter falecido da doença que... «Deus Nosso Senhor lhe deu», como qualquer simples mortal.

O Rei, poucos dias antes de falecer, instituiu por Decreto uma Regência sob a Presidência de sua Filha, a Serenissima Infanta D. Izabel Maria, que exerceria as altas funções do Estado, até que o legítimo herdeiro e sucessor da Corôa provesse a êsse respeito. Não se disse, peremptoriamente, — D. Pedro, ou porque os Ministros que redigiram o Decreto na convicção de que êle era o legítimo herdeiro e sucessor lhes não ocorreu designá-lo, ou de propósito para deixar aos políticos, após o falecimento, a solução do caso, sabido que pelo facto de D. Pedro ser Imperador do Brasil, as dúvidas sobre a legitimidade estavam já levantadas. E certamente por causa delas é que só dezassete dias depois da morte de D. João se preceituou que as Leis e outros diplomas fossem expedidas em nome de D. Pedro, e só mês e meio depois é que a Regência enviou uma Deputação ao Rio de Janeiro «para que o herdeiro provesse» ao que julgasse conveniente. Qu ando a Deputação chegou à capital do Brasil já D. Pedro sabia da morte do pai!

Nas Côrtes extraordinárías de 1821 a 1823 alguns dos mais ferventes deputados tinham clamado contra a rebeldia do príncipe primogénito e o tinham ameaçado de perder a Corôa se persistisse na sua luta contra a Mãe-Pátria. E êle persistiu, contumaz, e dirigia os destinos do Brasil, feito seu Imperador. Era estranjeiro à face da Constituïção brasileira, e êle próprio em sucessivas flamantes proclamações, se declarara brasileiro, mais do que isso, guerreara e perseguira os portugueses, sequestrando-lhes os bens, e afirmando no meio de ovações frenéticas das multidões «que era preciso desembainhar a espada para morrer com ela em punho entre as bravas falanges brasileiras». Ameaçou mesmo Portugal de ir até ao Tejo com a sua esquadra ensinar a justiça e a moderação ao Govêrno.

Partiu a Deputação, e os partidários de D. Miguel não reagiram logo com violência, persuadidos de que D. Pedro abdicaria em seu irmão, resolvendo-se assim as questões da sucessão, sem controvérsias graves e sem derramamento de sangue. Porém D. Pedro outorgou uma Carta Constitucional e abdicou na Filha, a Princesa do grão Pará, D. Maria. A abdicação era ainda assim condicional, só se tornaria definitiva quando fôsse jurada a Constituição e se realizasse o casamento da filha

com o tio, o principe D. Miguel. Era muita cousa de uma vez só l Os miguelistas romperam fogo, e o País ficou dividido em duas facções, em tempestade fragorosa.

Quem ler com atenção os numerosos manifestos, panfletos, exposições e deduções que se publicaram nêsse tempo pró e contra a legitimidade de cada um dos irmãos, verificará o paradoxo impressionante dos liberais, imbuídos dos princípios da República francesa dos fins do século XVIII, falarem em nome dos rigorosos cânones dinásticos, tão obadientes a êles, que desculpavam a rebeldia traiçoeira de D. Pedro, inimigo da sua Pátria natal, naturalizado extranjeiro; e os «realistas puros» em nome da... Soberania Nacional e da vontade do Povo! No Assento dos Três Estados que proclamou D. Miguel, Rei de Portugal, se afirmou que fôssem quais fôssem as declarações do Príncipe àcerca dos seus direitos, tocava «à Nação Portuguesa e só à Nação Portuguesa aniquilá-los» (a).

A grande maioria do país colocou-se ao lado de D. Miguel. Certo que a outorga da Carta irritou os absolutistas, mas a grande massa da Nação secundava-os, atraídos pela simpatia que o Príncipe guapo irradiava, vivendo quási sempre em Portugal em contacto com o povo, em folguedos e toiradas e correrias a cavalo e até nas patuscadas com cocheiros e saloias bonitas. A ideia dolorosa da perda da antiga Colónia do Brasil, agravada pela preocupação de que ela, por intermédio de D. Pedro, passaria a governar a Mãe-Pátria — deram muitos correligionários ao Príncipe.

O delírio miguelista não significava apenas anti-liberalismo! Na animosidade que lavrava no País contra a «Carta», andava muito da desconfiança do Povo contra tudo quanto fôsse acusado de derivar da França. O Povo não esquecera ainda o que sofrera com as invasões dos exércitos napoleónicos, que tinham pilhado, destruido e assassinado por tôda a parte, sem piedade. Para mais — a «Carta» fôra trazida do Rio de Janeiro a Portugal por um estranjeiro, Lord Stuart, o mesmo diplomata que negociara o Tratado da Independência do Brasil, que tão profundamente ferira a consciência nacional.

A «Carta» outorgada por D. Pedro, foi escrita por Francisco Gomes da Silva, português renegado, ao serviço do novo Império, valido

⁽a) Documentos para a História das Cortes Gerais, V. 4, fis. 794.

do imperador, e que es brasileiros, ediando-o, elemanaram, depreciativamente, de «Chalaça». O Diploma esteva muito longe de conter de exagêros e êrres da Constituição de 22, — e quanto à organização da Câmara des Pares transigia suficientemente com o passado, mas es absolutistas atacavam na implacávelmente, ums porque posta à questão da legitimidade, año reconheciam a validade do documento, outros perque embora querendo a retinião das Côrtes, sé a entendiam à moda antiga, com es Três Braços de Estado. Tedos, afinal, reconheciames nacessidade de reformas ma estrutura administrativa e política da distracçuia; o levante das paixões, transbondando para as Praças Públicas, não permitia, por desgraça, um entendimento. Não havia possibilidade de meio termo; o tempo dos Subserias passara, e êsse mesmo darrou pouco.

A «Regência» tresitou em publicar a «Carta», mas ecabou por fazeio, sob pressão do General das Armas do Porto, João Cartos Saldanha, e de alguns Comandantes da Guarnição de Lisboa. Foi jurada, «tun
bien que mal», em todo o País e por D. Miguel, em Viena, e entrou em
vigor, ainda que a oposição passasse logo a ser feita com revoltas dos
quarteis, no norte e no sul do País, a custo reprimidas.

O Capitão-General dos Açores, o amigo de Subserra, de pendor constitucional, e especialmente porque se colocou adentro do sistema cómodo de obedecer a todos os Govêrnos da Capital do Reino, — está de pleno acôrdo com a nova ordem de cousas políticas. Bem sabe que os «realistas puros» na Terceire, são a esmagadora maioria, mas há muito tempo que se mostram doceis e quietinhos, e além disso conta com Caçadores 5, liberais muitos dos seus oficiais e sargentos. E de tal maneira se ilude com a passividade da população que a 12 de Junho de 1826 (a) embarcou no brique «13 de Majo», às 5 horas da tarde, para Ponta Delgada, aonde desembarcou a 14, pelas 9 horas da manhã. Deixou em Angra, encarregado das Armas, o Brigadeiro D. Inácio Castilblanco.

⁽a) L. de Contas n.º 7, fis. 224.

Vai ouvir, «in loco», os principais representantes da rica e importante liha de S. Miguel, àcerca das suas pretensões e melhoramentos, e vai também fazer uso das afamadas águas das Termas das Furnas. Na Ilha havia já a justificada ambição de se construir um molhe no pôrto da Cidade (a). Chegou mesmo a ir de Angra a Ponta Delgada o Coronel do Real Corpo de Engenheiros José Rodrigo de Almeida «para tirar uma planta do molhe» (b). Touvar deu aos micaelenses as melhores promessas e tratou da pretensão com Subserra, mas as ideias firmes do Capitão-General, eram terra a terra, e muito lhes estranhou que não tivessem feito ainda uma Barraca e Telheiro para a venda de peixe!

Touvar depois de uma demora de dias na Cidade, rodeado de expressivas manifestações de carinho e respeito, dos seus habitantes, satisfeitos com a honrosa visita, querendo captá-lo, olhos postos na odiada Angra que os governava, — seguiu para o encantador Vale das Furnas, para repousar e tratar da sua periclitante saúde. O pobre velho! Nem aí deixam repousar tranquila a Autoridade mais amiga da paz, que do Continente nos tinham mandado para os Açores! No paradisíaco Vale recebe ofícios do Corregedor de Angra — com péssimas notícias!...

Os terceirenses informados das insurreições no exército a favor de D. Miguel — entravam já em efervescência, formavam «associações ocultas e promoviam representações para a nomeação de um novo «Governador». Pelo que lhe diziam, — alguns fidalgos num jantar no Convento dos Capuchinhos tinham feito um boneco de palha que provocára gargalhadas! E nêsse boneco tôda a gente vira uma alusão trocista ao Capitão-General. A S. Miguel chegara da Terceira o sargento João José de Melo «com papeis incendiários», e o Corregedor de Ponta Delgada mandou-o prender. Este endiabrado Sargento já em fins de 1825 pedira licença para ir à «Côrte», mas o Capitão-General pusera resistência à concessão, informando que êle queria ir pessoalmente requerer na Real Presença (c) o seu acesso,» o que era desnecessário, pois já o proposera para Ajadante do Batalhão de Caçadores

⁽a) L. de Ordens, 13, fls. 15 v.

⁽b) L. de Ordens, 14, fls. 130.

⁽c) L. de Contas, 7, fls. 156.

Artelheiros da Vila da Praia. E acrescentou, por dentro a má vontade a picá-lo, se lhe concederem a licença, que seja sem vencimentos!

O Desembargador dr. Vicente José Ferreira Cardoso, antigo Deportado da Amazona, casado em S. Miguel, que ia seguir para Lisboa, foi às Furnas despedir-se do General e aproveitou o ensejo, se é que não foi sòmente por causa disso, de lhe dar informações pormenorizadas do que se passava na Terceira. O Desembargador, notável jurisconsulto, — era um activo político, ainda que circunspecto e ponderado nas suas opiniões, marca Subserra. Desde que se fixou nos Açores levou a dar conselhos políticos a tôda a gente, aconselhou os Capitães-Generais Araújo e Touvar, e até a D. Pedro, e também quis fazer o mesmo com Stockler, que os não aceitou, e de aí, no fundo, as desavenças, entre os dois. Os dois conferenciaram largamente. O Capitão-General nas mãos dêle seria uma môsca numa teia de aranha, a menos que Vicente da Costa quisesse obter dêle actos de energia decisiva, porque seria querer arrancar luz de uma pedra mole!

O Capitão-General incumbiu o dr. Vicente de levar os documentos comprovativos da agitação na Ilha Terceira ao Ministro e Secretário de Estado Joaquim José Monteiro Tôrres e «de o esclarecer sôbre tudo o que tem ouvido», (a) a-fim-de que o Govêrno tome as «deliberações que lhe parecer convenientes para tirar a mania aos Angrenses de quererem dirigir a quem só devem obedecer». Quanto ao Sargento Melo, que já em 1822 estivera prêso, com ferros ao pescoco, «por se ter negado a usar no braço o laço azul e branco», conforme queixa que dêle apresentou o Capitão Agapito Pamplona Rodovalho, mandou-o «a bem do Real Serviço e socêgo da Ilha», a bordo da Corveta «Princesa Real» para outra Ilha (b). O Ministro que responde ao Capitão-General já não é Monteiro Tôrres mas Inácio da Costa Quintela, oficial de Marinha que se batera com singular heroísmo em 1801, quando Comandante da Corveta «Andorinha», com uma Fragata francesa, e que fazia parte, em Agôsto de 1826, de um Ministério em que predominava Saldanha, na pasta da Guerra. Quintela diz-lhe que espera que êle embarque para a Terceira na Corveta «Princesa Real» que seguiu para os

⁽a) L. de Contas, 7, fls. 227.

⁽b) L. de Ordens, 14, fls. 63, 78, 90, 92, 93.

Açores e recomendou-lhe (a) o emprêgo de todos os meios prudentes e legais para conservar a boa ordem e socêgo, e acrescentou que Sua Alteza, a Senhora Infanta D. Izabel, «tem a certeza de que o espírito de partido há-de desaparecer quando forem bem conhecidas as bases de justiça e humanidade em que assenta a sua feliz Regência». Mandá-lo regressar era supérfluo, porque o Capitão-General já... seguira. inquieto com as notícias recebidas, que em seu espírito doente deviam ter assumido proporções fantásticas, e «temendo que algum partido «se tivesse pronunciado contra as Reais determinações do Augusto Soberano e Legítimo Rei, o Senhor D. Pedro IV., (b). Embarcara a 17 de Agôsto, às 3 horas e meia da tarde, e chegou a Angra às 6 horas da tarde do dia seguinte. Pouco depois escreveu ao Ministro a «certificá-lo de que jámais a tranquilidade da Ilha se alterará, emquanto tiver a honra de a governar, a despeito de alguns génios irrequietos e malignos terem procurado perturbá-la, instigados por alguns indivíduos residentes na Côrte e por outros, filhos da Terceira, que por aqueles ali tinham sido chamados».

«Jámais a tranquilidade das Ilhas se alterará»!... Como se enganava a Autoridade com a sua basófia! Os factos o demonstrarão escandalosamente, embora a alteração provenha do lado oposto àquele que tanto incrimina!

Pouco antes de embarcar para Angra, o Capitão-General soube pelas «gazetas e cartas particulares», que uma embarcação trouxera de Lishoa, dos movimentos revolucionários absolutistas nas Províncias de Trás-os-Montes e Alentejo, dominados pelo Govêrno — e tomou providências para o juramento da «Carta» em S. Miguel e para a manutenção da ordem. Na sua visita a S. Miguel — fizera-se acompanhar pelo Tenente-Coronel Francisco Magalhães Peixoto, Comandante de Caçadores 5. O Tenente-Coronel era realista e pertencera à Divisão do Marquês de Chaves, que se batera em Portugal, com Caçadores 5, e por isso lhe ordenou que ficasse em Ponta Delgada. Caçadores 5 ficava assim mais à vontade...

Pelo sim pelo não o Ministro da Marinha, cauteloso, mandou para o pôrto de Angra a Corveta «Princesa Real» prevenindo ruins hipó-

⁽a) L. de Avisos, 6, fls. 265.

⁽b) L. de Contas, 7, fis. 235.

teses. Touvar ficou radiante e classificou a medida de «sábia, enérgica e pronta».

A 21 de Agôsto, vigilante o navio de Guerra, surto na Baía, foi jurada, na Câmara da Cidade, a Carta Constitucional. Além dos elementos que constituiam a «vereação», só estiveram as pessoas que por dever de ofício tinham de comparecer. A população irritada manteve-se aparte. Triunfavam os «Araujanos»... e o Povo não lhes perdoava. Espalhara-se que, em breve, o Infante D. Miguel regressaria de Viena e que a «Carta» seria abolida. D. Pedro, afirmava-se por tôda a parte, renegara a sua Pátria, era estranjeiro, nem êle nem a Filha tinham direito à Corôa Portuguesa.

O Capitão-General para comemorar o juramento da Carta mandou salvar nas Fortalezas e celebrar um Te-Deum na Sé Catedral. Quando se acabou de celebrar o Te-Deum e se deram os vivas do estilo a D. Pedro IV, houve sinal manifesto de desaprovação, mal contida a excitação interna de algumas pessoas, entre elas o Capitão de Caçadores 5, Marcelino Coelho Bandeira. Este oficial pertencera à Divisão do Marquês de Chaves e estivera prêso em S. João da Foz, cumprindo sentença do Conselho Militar. O Capitão-General transferiu-o imediatamente para a Ilha do Faial (a).

À noite houve baile no Palácio, seguido de ceia, em honra do Diploma Constitucional que acabara de ser jurado. Para atrair o Povo, os liberais promoveram festas. Foi seu principal organizador Teotónio de Ornelas Bruges, fidalgo da Casa Real, senhor da maior casa vinculada da Ilha, e com antepassados ilustres, remontando ao povoamento. Tinha então 19 anos de idade.

O Capitão-General, por ordem da Serenissima Senhora Infanta, D. Izabel, Regente em nome de El-Rei, «agradeceu-lhe o novo testemunho dos briosos sentimentos que animavam» o joven Morgado — que fora «quem mais se distinguira» na realização das festas (b). Pela leitura de alguns livros de história insulana, àcerca dos acontecimentos desta época, têm-se a impressão de que o ilustre angrense se revelou constitucional muito ostensivamente sòmente em 21 de Março de 1828, dando vivas a El-Rei D. Pedro IV, quando se realizaram festejos para

⁽a) L. de Contas, 7, fls. 237.

⁽b) L. de Ordens, 7, fls. 101 v.

comemorar o regresso do Infante D. Miguel a Lisboa. Como se vê de documentos oficiais, em Julho de 1826, já o moço fidalgo, num meio hostilíssimo, ousou «mais se distinguir» numa manifestação «liberal».

A 25 de Agôsto, pelas 4 horas da tarde, desembarcou em Angra --Lord Carlos Stuart, que desempenhara nos princípios do século, o cargo de Embaixador da Inglaterra em Lisboa, e até por algum tempo, o de Membro da «Regência», ausente D. João VI no Brasil! Acompanhavam--no. o seu secretário, Lord Marcos Hill e Lord Carlos Napier, então Comandante da Fragata «Dimond», e que tinha uma fôlha brilhante dos serviços prestados nas campanhas contra a França e Estados-Unidos da América do Norte e nos exércitos de Wellington. Voltará à Terceira, em 1832, para conferenciar com Palmela, e comandou a esquadra liberal que derrotou a de D. Miguel nas alturas do Cabo de S. Vicente, obtendo, como prémio, o título de «Conde de S. Vicente». Sir Stuart, no momento, ostentava já o título de Marquês de Angra que D. Pedro lhe concedera no Rio de Janeiro. — A artelharia da Fortaleza principal saudou os ilustres visitantes, à entrada e depois à saída, com 21 tiros, a salva das grandes solenidades: dos aniversários Reais, da Procissão de Corpo de Deus, e do «Aparecimento da Aleluia». Quando o «Sagrado Viático» entrava no Castelo, quando saía a procissão de Santo Cristo da Ermida de Nossa Senhora da Boa Nova, ou quando passava à vista da Fortaleza a procissão de Nossa Senhora da Boa Morte — havia salvas, mas de 7 tiros.

Touvar hospedou os Lords no Palácio e tratou-os com tôdas as honras e deferências (a). Da mesma forma procedeu o Governador Militar de S. Miguel quando os ingleses desembarcaram em Ponta Delgada, merecendo, porisso, os louvores do Governo de Angra.

Drumond diz (b) que «Lord Stuart veio trazer à Ilha a Carta Constitucional, por ordem da Regente, com oficios». Antes dêle chegar já a «carta» fôra jurada em S. Miguel e na Terceira, por determinação do Ministro da Marinha, em Aviso Régio.

Viria o Lord trazer o original para tirar dúvidas, que, aliás, ninguém poria nem era curial que pusesse?! Que D. Pedro o tivesse incumbido

⁽a) L. de Contas, 7, fls. 240-238.

⁽b) «Annais», V. 4, pág. 84.

de levar do Rio de Janeiro para a Corte o original da «Carta», compreende-se até um certo ponto, o Lord representara El-Rei D. João nas negociações e assinatura do Tratado de Paz; serviu-se dêle como portador de confiança e provàvelmente também para levar instruções suas. Mas a Regente dera já instruções para a Capitania, prontamente executadas pelos elementos oficiais; a que título vem o categorizado inglês a Angra?! Unicamente para mostrar o original do Diploma, não parece crível nem verosímil. E êle só veio à Capitania dos Açores, não foi às outras Capitanias.

O antigo Embaixador devia ter-se oferecido aos Ministros da Regente para trazer a «Carta», mas esta apenas como pretexto. E não veio um Lord, vieram três. Os três magnates britânicos deviam ter feito uma viagem de recreio e de ... observação, não diremos espionagem, porque o termo se emprega apenas para a Polícia. A Capitania dos Açores tinha importantes relações comerciais com a Inglaterra e até o Embaixador de Portugal, em Londres, era pago, em parte, pela «Real Fazenda» de Angra. A Capitania tornara-se célebre ainda pela oposição violenta que fizera aos movimentos constitucionais, e ao Govêrno de Londres interessava conhecer o estado de espírito da sua população. Mais tarde se verificará que o Primeiro Britânico Wellington conhece melhor o que se passa na Terceira que alguns. ... terceirenses!

Sir Stuart, por ser o portador da «Carta» ficou com a fama de defensor dos Constitucionais, mas o que êle defendia, como legítimo inglês, era os interêsses do seu País.

Em 1828 e 1829, quando D. Miguel reinava em Portugal, o Lord publicou artigos em jornais de Paris, embora sem os assinar, em que mostrava estar bem ao facto dos acontecimentos da Terceira e da vontade popular, e em que hostilizava as pretensões dos Constitucionais (a). Palmela queixava-se aos seus emissários, espalhados pela Europa, dos artigos de Stuart, e depois de dizer a Nuno Barbosa de Figueirêdo que o Lord «se explica com bastante publicidade em um sentido bem pouco adequado aos nossos interêsses e desejos,» lhe recomendava: «julgo, portanto, da maior importância que V. S.ª continuando a tratar com êle nos termos mais amigáveis e civis se abstenha,

⁽a) «Documentos para a História das Côrtes Gerais», V. 6, pág. 108.

porém, de lhe fazer confidências dos nossos planos, ideias ou esperanças, evitando o deixar-se sondar por êle, e procurando antes induzi-lo em êrro, quanto for compativel com os limites de que um homem de hem nunca pode afastar-se» (a).

Na Tarceira a visita dos Ingleses levantou mova camparha dos Absolutistas; a Carta não passava de uma encomenda interassada de estranjeiros. A palaura estranjeiros soava muito mal. Em todo o País haxia extrema animosidade contra ingleses e franceses. Lord Byson deu por ela, quando visitou Lisboa, em 1809, escapando, por um tris, de uma agressão, ao dirigir-se ao Teatro!

Em 1826 o Capitão-General é, todo êle, constitucionalismo cartista, fervente. A 9 de Outubro felicitou a Sereníssima Infanta por ter sido nomeada Regente e pediu desculpa da demora provinda unicamente «de um violento ataque de febre que o prostrou no leito por mais de um mês». A demora, porém, não lhe abalou no peito o júbilo do seu espírito para lhe prestar homenagem. E fez votos pelas «prosperidades e esplendor do Nosso Imortal Soberano e Magnânimo Senhor D. Pedro IV, de Sua Augustíssima Filha, Nossa Dignissima Raínha», protestando «a mais acrisolada fidelidade» e oferecendo-se para, no desempenho do seu cargo, «consumir tôdas as suas faculdades físicas e morais, até derramar a sua última gôta de sangue se precise fôr» (b).

Que os Constitucionais, mais tarde, na embriaguês da batalha, chamassem Imortal e Magnânimo a D. Pedro explica-se perfeitamente, certo que em grande parte, à sua altiva coragem, e pertinácia, em horas amargas, na Terceira, e no Cêrco do Pôrto, se devia o triunfo em marcha da sua Causa. Mas chamar «imortal e magnânimo» ao Príncipe que, então, apenas se notabilizara com a sua rebeldia no Brasil, apressando a independência da Colónia, e perseguindo os portugueses — é

⁽a) «Documentos para a História das Côrtes Gerais», V. 5, pág. 204.

⁽b) L. de Contas, 7, fls, 249,

o cúmulo da adulação! E bem sabia Touvar que contra o Imperador do Brasil se movia a mais violenta das campanhas, alastrando por todo o país, tumultuando as multidões, e movimentando-se aguerridos os quarteis! Em suma, Touvar achava sempre magnifico tudo o que triunfasse em Lisboa e constituisse Govêrno!

O Capitão-General deu também conta (a) ao Ministro da forma como festejara a passagem do «Faustíssimo Aniversário» natalício do Senhor D. Pedro IV. Além das solenidades oficiais, de grande estilo, Caçadores 5 mandara rezar uma missa, de manhã, na Ermida do Castelo, «fizera, à noite, uma dança e uma vistosa iluminação,» e oferecera um «refresco» a todos os oficiais e funcionários públicos (b).

Na Câmara o Vereador mais moço, José Maria do Carvalhal, numa longa exposição em que cobria de apodos, os mais injuriosos, os Absolutistas da Terceira, pediu a interferência do Senado para que se reunissem, em Angra, os batalhões de Caçadores 5 que se encontravam em Ponta Delgada e na Vila da Horta. Não se contentando com isso pediu a saída da Ilha de oficiais do exército contrários à Constituição,

O Capitão-General pediu e conseguiu a transferência de «oficiais do exército de linha de Portugal», e, porque constasse que o Govêrno queria deslocar Caçadores 5 para Lisboa — lembrou a conveniência da sua manutenção em Angra, por não «haver confiança na tropa da Terra». Solicitou ainda que remetessem mais armamento para o mesmo Batalhão. O desgraçado General estava cavando, sem o saber, a sua futura ruína...

E, em frente da efervescência dos absolutistas, provocada pelo juramento da «Carta», Touvar faz queixas para a Côrte, e informa que Luís José Coelho «tem sido e continúa a ser um dos indivíduos mais perigosos pelas suas opiniões» e que presentemente estava prêso por virtude de pronúncia em Sumário de polícia; (c) que os requerimentos por êle apresentados em sua defêsa, tinham sido redigidos pelo Juiz de Fora Justiniano Protero, demitido em 1824 por «não convir ao real Serviço». Luís José Coelho, antigo escrivão da Câmara, e no momento, administrador da Casa de Subserra, era um homem probo e culto,

⁽a) L. de Contas, 7, fls. 255

⁽b) L. de Contas, 7, fls. 255.

⁽c) L. de Contas, 7, fls. 257 v.

mas realista acirrado e entrara em retiniões hostis à Carta Constitucional, com alguns sargentos. A prisão não lhe abatera o ânimo, nem os carcereiros seriam demasiado vigilantes, pois que o Capitão-General em 15 de Novembro (a) se queixou ao Corregedor de que José Coelho não só se preparava para ser advogado do sargento Francisco Belo do Vale, acusado do mesmo crime, como andava a passear pelas... ruas da Cidade! No calaboiço do Sargento Vale apareceu uma faca! Que horror! Nos espíritos desconfiados — há perigos eminentes! Nova devassa!

«Pasquins» espalhavam-se na Cidade e cantavam-se «cantigas que podiam ser desagradáveis a algumas pessoas». (b) O Corregedor não tinha mãos a medir!...

Nos sumários a que se procede ficam pronunciadas algumas pessoas. Mas ainda o despacho se não tornara público e já a espionagem informava os.. criminosos! O Capitão de Milícias, Mateus Machado Pamplona, fugiu... O Capitão-General encarregou o Capitão de Milícias, Teotónio de Ornelas Bruges, pessoa da sua confiança e frequentador do Palácio, de o prender, onde o encontrasse. A «Casa do Conventículo» é vigiada e as patrulhas capturaram o Padre José Pacheco, que é remetido ao Intendente da Polícia (c) para ajuste de contas!

Na Vila da Praia vai a mesma efervescência absolutista. Na Ilha de S. Jorge também se manifesta, públicamente, relutância em jurar a Carta. O Ouvidor Eclesiástico da Vila do Tôpo, Vigário Ambrósio Constantino Pacheco da Silveira, fez escândalo, negando-se ao juramento, alegando motivos... particulares. O Capitão-General oficiou ao Deão, Vigário Capitular, e pedim-lhe a suspensão do díscolo. (d) O Deão José Vasconcelos de Lemos responde que vai ouvir a parte acusada, «como é conforme aos deveres da rectidão e da justiça», e que no caso de provada existência do grave delito, «fulminarei o castigo», e a sua voz «ainda que enfraquecida e desalentada trovejará contra todos os violadores da Lei, e inimigos da felicidade social, que

⁽a) L. de Ordens, 14, fls. 121.

⁽b) L. de Ordens, 7, fls. 107 e 108.

⁽c) L de Ordens, 14, pág. 109-110.

⁽d) L. de Ordens, 14, fis 113.

nos afiança o preciso Diploma soberanamente liberalisado à Nação pelo Nosso Augusto e Incomparável Senhor D. Pedro IV. (a). O respeitável Deão Vasconcelos que já passara aflições de morte, em 1821, membro do Governo Interino Constitucional, dizendo e desdizendo-se, quanto às resoluções tomadas por causa de um sermão que o Bispo pregara na Sé Catedral (b) — não chegou a fulminar cousa alguma, nem a fazer trovejar a sua yoz. Faleçen pouco tempo depois.

A Autoridade Civil e Militar já chamara a D. Pedro, «imortal» e «magnânimo». A Eclesiástica chamava-lhe «incomparável». Pelo que respeita às mais altas Autoridades constituídas, D. Pedro parecia estar garantido. O Povo é que se mostrava nítidamente adverso ao Rei brasileiro, na esperança de que o Amado Principe D. Miguel regressasse ao Reino e proclamasse os seus «inauferíveis direitos».

Touvar, tão amigo da tranquilidade pública, não dorme descansado. Os realistas endoidecem-no! De noite, o sino da Igreja da Conçeição deu sinal de fôgo. A tôrre da Catedral repetiu o alarmante sinal! Alvoroço, gente em correria! Os guardas pegam em armas, os piquetes marcham do Castelo para a Cidade!

Afinal tinha sido «Nosso Pai» que saíra a um enfermo e o sineiro em vez de tocar com dois sinos, tocara com um só, sinal de fogo! (c) Andava nisto pirraça do sacristão mancomunado com os realistas!
«Nosso Pai fóra de horas»...

Para agravar a situação, escasseava milho e trigo no Terreiro Público — e os prêços tinham subido excessivamente. Os absolutistas graduados em estreita ligação com a «Casa dos 24» exploravam a escassês de cereais, pondo-a ao serviço da Causa.

O Capitão-General permitira a exportação de cereais em quantidade muito superior à dos anos anteriores — cerca de 2,560 moios — baseando-se nas informações que lhe tinham dado os proprietários e lavradores, da excepcional abundância da colheita. Ao perceber a grande escassês e em face das reclamações públicas — levou as mãos

⁽a) Correspondência recebida pelos Capitães-Generais — Arquivo do Govêrno Civil

⁽b) L. I dos Assentos do Govêrno Interino de 1821, numerados e rubricados pelo Deão José Maria de Bettencourt.

⁽c) Correspondência aos Capitães-Generais.

à cabeça, maldizendo os informadores que o tinham enganado! Procurou resolver o problema importando trigo da Ilha das Flores e ordenando que a tropa recebesse o pão, «feito em duas partes de farinha de milho e uma de trigo.» Atenuada a crise aparecem, por encanto... a Viúva Rocha (a) e Aniceto António dos Santos a pedirem a exportação de grandes quantidades de trigo pertencentes à Casa de Subserra e aos Dízimos!

A falta de trigo fôra «cavilosa»! E o Capitão-General aplicou... meio castigo! Permitiu apenas a exportação de metade das quantidades pedidas, ainda assim para evitar «sustos à população e a propaganda de espíritos inquietos e mal întencionados» (b).

Em execução do Decreto de 7 de Agôsto de 1826 — o Capitão-General tomou tôdas as medidas necessárias para a realização das eleições. Os deputados, conforme a lei, eram eleitos por sistema indirecto e a Capitania constituia uma Província eleitoral, com sede em Angra. Foi difícil montar a máquina das eleições e pô-la em andamento. Complicada a organização dos recenseamentos, e os Vigários trabalhavam com ... vagar e má vontade! Com os das Lages e S. Sebastião houve conflitos (c). Frei José de Santa Clara, religioso do Convento dos Capuchinhos, fez escândalo!

O Capitão-General examinando os cadernos da freguesia da Sé, que lhe enviara o Juiz Vereador António da Fonseca Carvão, — notou, com espanto, que o seu próprio nome não figurava nêles!

Em S. Miguel e no Faial reclamavam «com razões, de ordem prática, — que as eleições se realizassem na sede de cada comarca». A Câmara da Vila da Horta alegou mesmo que os tumultos promovidos pelos absolutistas em 1821 e 1823 eram motivo para se desconfiar da «segurança dos Eleitores». Touvar ficou indignado com o argumento e retorquiu «que as épocas infelizes que os vereadores cheios de mêdo lembravam, não deviam servir de pretexto para não se cumprirem as ordens do Govêrno e a Lei do nosso Legítimo Soberano, «senhor D. Pedro IV». «Esses tempos calamitosos tinham passado, os tumultos

⁽a) Viúva de João da Rocha Ribeiro,

⁽b) L. de Ordens, 14, fls. 100.

⁽c) L. de Ordens, 14, fls. 131 e Livro dos Autos da Câmara, de 1824 a 1828, fls. 169.

eram, então apoiados, por uma Autoridade que já não governa e por um Batalhão revoltoso e perturbador, do qual já não havia senão poucas praças» (a). Há dois anos existe socêgo e tranquilidade na Terceira,— acrescentava a Autoridade Superior da Capitania,— e «tenho às minhas ordens um Batalhão de Caçadores 5, muito disciplinado e muito obediente, que é mais do que o bastante para sustentar as determinações do Govêrno e livrar-nos de susto e de temores, ainda mesmo aos mais timoratos que se assustam até das sombras dos seus próprios corpos»! No final do ano de 1826— o Capitão-General trazia ainda na sua alma enternecida a Caçadores 5 e chamava «legítimo» a D. Pedro, resposta indirecta à propaganda intensiva feita pelos miguelistas contra a sua legitimidade.

Touvar pôs à disposição dos eleitores das Ilhas o Bergantim «Infante D. Sebastião» e êles sempre vieram a Angra, tanto mais que a viagem era gratuita, e há sempre quem ache agradável um passeio nestas circunstâncias.

Mas os faialenses e micaelenses desforraram-se, fazendo conluios para que fôsse eleito o Juiz de Fora do Pico, dr. Leonel Tavares, e cantaram nas ruas da Cidade o hino de 1820! (b) O Juiz veio mesmo a Angra para assistir ao acto eleitoral.

Os conluios não seriam apenas por desforra ... As duas Ilhas, de S. Miguel e do Faial, pretendiam libertar-se do Govêrno de Angra, desmembrando-se a Capitania, e lògicamente, queriam eleger um Deputado comum que lhes defendesse os interêsses.

Da cantoria do Hino de 1820, pelas ruas da cidade, feita pelos «eleitores» das Ilhas e vereadores, não gostou nada o Capitão-General. Êle a abafar por um lado os clamores dos realistas puros e os «eleitores» a provocar pelo outro... era de arreliar! E lá vai queixume para Lisboa... O «Deputado Leonel é um exaltado»; e êle e os vereadores que se querem vingar dos excessos de Abril de 1821 e de Agôsto de 1824 «andaram a acirrar os angrenses»... (c) Não quis saír da Ilha no dia marcado, no Bergantim «Infante D. Sebastião», mas dias depois no Bergantim «Dois Amigos». Era êle que

⁽a) L. de Ordens, 14, fls. 118.

⁽b) L. de Contas, 7, pág. 275

⁽r) L. de Contas, 7, fls. 279.

fazia as minutas das actas da Câmara, com provocações... O Deputado Leonel Tavares, então Juiz de Fora da Ilha do Pico, exercera já, com brilho, advocacia em Coimbra. Notabilizou-se nas Côrtes de 1826, de 1834 e 1851 (a). Touvar, a despeito de tudo, não o repreendeu, e muito menos o mandou prender. O dr. Leonel será prêso, sim, mas em 1846, durante o reinado da Constitucional D. Maria II... por excessos políticos. Em 1827 o deputado seria, em Angra, o diabo... num convento de frades.

As eleições realizaram-se, finalmente, na Cidade, nos dias 3 e 4 de Fevereiro de 1827, abstendo-se os miguelistas de influir no acto eleitoral, e escarnecendo dêle. Durante os dias do fácil triunfo. a Câmara iluminou, por sua resolução, o edifício (b). A iluminação suscitou conflito com o Corregedor que entendia que ela só podia pôr luminárias consoante ordem superior ou nos dias de grande gala, indicados na Lei. Era o segundo conflito com o Corregedor por causa de luminárias. Em 1 de Fevereiro a Vereação (c) mandara «iluminar três dias os Paços do Concelho por terem sido dominados os motins ocorridos últimamente no Reino e expulsos os Rebeldes» sem que a Senhora Infanta enviasse para tanto qualquer ordem à Capitania. Acrescia que a Câmara, quando «se recebeu a grata notícia de se terem assinado, em Viena, os esponsais da Senhora Raínha com o Sereníssimo Senhor Infante D. Miguel não deitara bando, informando a população». Faziam parte da Vereação Alexandre Martins Pamplona, Canto e Castro e José Maria do Carvalhal. O Capitão-General irritou-se, e acusou a Câmara para Lisboa, fez referências desagradáveis aos vereadores, e pediu a sua substituïcão.

Em 1827 Touvar teria mudado de orientação política? Não. Ele fazia constituir a sua maior glória em manter a ordem e a pacificação dos espíritos. Para isso viera para Angra. Os seus ofícios falavam especialmente em socêgo público. As atitudes da Câmara, os discursos de Leonel com ela combinado, o hino de 1820, as luminárias excitavam os ânimos, provocavam a população, apaixonadamente miguelista, e mal contida na sua vontade de ripostar com violência. O

⁽a) «Gazêta de Lisboa», n 0 14, pág 56

⁽b) L. de Contas, 7, fis 278

⁽c) L. das Vereações, fis. 184.

Capitão-General ficou naturalmente mal humorado... Mas, queixando-se, ainda assim afirmou em ofício de 17 de Fevereiro de 1827 que reinava tranquilidade. Tranquilidade aparente; havia nervosismo e faces contraídas. Andava cousa no ar, embora visível e audivelmente, só na manhã do dia 15 de Fevereiro, e à uma hora da madrugada do dia 16, se tivesse percebido no ar... alguns foguetes, «deitados por um paisana»! E os foguetinhos — provocaram uma rigorosa averiguação! (a)

A irritação do General contra a Câmara em 1827, não só não significa mudança de orientação política, como também os seus amôres continuam a ser o Batalhão de Cacadores 5! Ainda em Fevereiro Touvar em nome da Infanta Regente agradeceu aos dois Batalhões, de Caçadores 5 e de Artelharia, «o modo leal e afectuoso» como festejaram no Castelo de S. João Baptista o aniversário natalício de D. Pedro IV. Os ofícios de agradecimento às Unidades são feitos no mesmo dia (b) e no comêço emprega as mesmas palavras. Mas, no final, há diferença. Para Caçadores 5, disse «que não perderá uma só ocasião, como por vezes o tem feito, de levar ao conhecimento da mesma Augusta Senhora, a sua disciplina e bom comportamento», ao passo que para a «Artelharia» disse «que não perderá ocasião de dar conhecimento superior da sua conduta pelo aniversário Real». Nada de elogios ao passado dos Artelheiros, muitos dos quais se tinham amotinado em 1823 e prendido pessoas constitucionais, segundo o tinham informado em Lisboa quando partiu para Angra. Mais ainda: a Caçadores 5 chamou no ofício, - «valoroso», para a Artelharia omitia o amável adjectivo.

A 29 de Setembro o Capitão-General foi de visita à Vila da Praia e deixou encarregado de todo o expediente e mais negócios e de dar o «santo e a senha» à Guarnição, — o Coronel de Engenheiros José Rodrigo de Almeida, muito ligado aos Constitucionais (c).

Aproximou-se o dia do aniversário natalício de D. Pedro IV — e disso Touvar não se esquece, a-pesar-de se ter agravado a sua doença com a viagem à Vila. De lá mesmo expediu «ordens» para as soteni-

⁽a) L. de Ordens, 14, fls. 186.

⁽b) L. de Ordens, 14, fls. 171.

⁽c) L. de Ordens, 14, fls. 285.

dades. Comunicações ao Deão e ao Engenheiro, quere «o maior fausto». A 12 passa o aniversário, mas a 10, já o General está na Cidade. Não deseja, nem sequer por abstenção justificada, dar motivo a que o acusem de não ser partidário de D. Pedro.

V

D. Miguel regressou a Lisboa. Grandes manifestações de regosijo em Angra. O Morgado Constitucional Teotónio de Ornelas Bruges Ávila Paim da Câmara Noronha Ponce de Leão.

Durante o ano de 1827 a propaganda miguelista aumentara em Portugal de norte a sul. Em Janeiro, Fevereiro e Abril, aos gritos de viva D. Miguel, em diferentes Guarnições Militares houve revoltas, que foram dominadas, como em 1826. Mas novas revoltas se esperavam...

A Infanta D. Isabel Maria solicitou, então, do Govêrno Inglês, a sua intervenção para extinguir a labareda revolucionária. O Govêrno de Londres enviou a Portugal uma Divisão de seis mil homens, sob o Comando do General Willian Clinton, filho do Conde de Lincoln. Ao que parece, mais com o desejo de contrapôr as suas tropas às francesas que ocupavam a Espanha e poder influir nas combinações entre os dois países, do que para defender a «Carta».

Alguns escritores do Constitucionalismo censuram duramente a Inglaterra, porque Clinton não «queimou uma escorva» na defêsa do «sacrosanto Diploma». Causa arrepios a falta de pudor com que se investiu contra os Ministros britânicos, por não quererem, numa inteligente compreensão dos acontecimentos, derramar sangue português, a favor de uma das facções, certo que o problema político interno devia ser resolvido exclusivamente pelos nacionais! O furor político que obnubila o raciocínio pode atenuar o procedimento dos censores de 1827, mas já não pode haver explicação plausível para os que escreveram muitos anos depois!

O indubitável, no entanto, é que a Divisão Estranjeira pela simples acção de presença, — acção catalítica, — conseguiu impedir que as revoltas se sucedessem e alastrassem, anarquisando o País.

Por Decreto de 3 de Julho de 1827, D. Pedro nomeou Regente a seu irmão D. Miguel com o fim de conciliar os dois partidos em luta. A nomesção é, no fundo, o reconhecimento das razões que assistiam aos portugueses que clamavam indignados, feridos no seu orgulha pátrio, contra o facto de Portugal estar aubordinado à antiga Colónia, por via do Imperador do Brasil. Ainda para mais aviltante vexame, on navios da República de Buenos Aires, em guerra com o Império, atacavam os de Portugal, considerando-o solidário com a Côrte do Rio de Janeiro. O cúmulo! Os navios das Repúbliças sul-americanas infestavam os mares dos Açores, creando dificuldades graves às suas Autoridades. Um dêles chegou a entrar à fôrça no pôrto da Vila da Horta para aprisionar uma embarcação do Império do Brasil (a), Os próprios brasileiros protestavam, receiosos de confusões, que lhes restringisse a Independência, e o Imperador, por isso, começava já a tornar-se impopular na cidade carioca.

O Infante D. Miguel, assim que foi nomeado Regente em nome de El-Rei, seguiu para Paris e desta cidade para Londres, onde foi recebido por Jorge IV com as máximas honras e atenções. Hospedaram-no no Palácio Windsor.

Em todo o País, à espera do «Infante Adorado», há um grande entusiasmo. Os constitucionais de categoria escondem as suas desconfianças àcerca da manutenção da «Carta» e fazem côro com «os absolutistas» no entusiasmo geral, aguardando o grande português exilado. No entanto, para começar, aqui e acolá, há cacetadas e motins, procurando uns e outros... convencer os adversários da razão das suas opiniões!

De tudo sabia na Ilha Terceira no final do ano de 1827, mas não há cacetadas nem motins. Apenas fervem as discussões nos Quar-

⁽a) L. de Contas, 8, fls. 10 v.

teis e casas dos Fidalgos, nas Portarias dos Conventos e na «Casa dos 24» e até nas tabernas, dando-se, por vezes, incidentes denunciadores do fogo político que ardia subterraneamente.

Em Setembro colocaram no «Passeio das Covas» um boneco tendo na cabeça um laço «azul e branco»! O Juiz de Fora, Valente Farinho, procedeu a averiguações, mas, como sempre, sem resultado (a). Na noite de 25 de Outubro, os soldados de Caçadores 5 percorrem as ruas, cantando o Hino de D. Pedro IV. O Comandante do Batalhão, o Tenente-Coronel João Crisóstomo Correia Guedes, mandou levantar um auto aos cantores noctívagos. O Capitão-General acusando a recepção do auto, disse «que cantar o Hino de modo algum pode ser crime», mas que constituía crime cantar de noite pelas ruas da cidade em reuniões de muitas pessoas, o que era expressamente proíbido» (b). E confiava, acrescentou, que o Comandante «não consentisse que alguns soldados menos briosos se confundissem com paisanos que só desejavam promover intrigas e sisanias e a desordem em um povo doce e bom».

Proíbir o Hino de D. Pedro, mesmo a título de socêgo público, pareceria anti-constitucionalismo. Touvar resolveu o intrincado problema com um ofício em que há «dexteridade», — a dexteridade que tanto lhe recomendara o Conde de Subserra,—com meia proïbição! De noite, não, e como se deduz do ofício, pelo argumento «a contrário senso», de dia, sim... E a-pesar-de ser «expressamente proíbida» cantoria nocturna pelas ruas da cidade, nenhuma punição!

Na mesma noite passou-se um facto estranho...

O Capitão Jerónimo Botelho de Sampaio declarou que «ia dormir no Solar de Teotónio de Ornelas Bruges e que ia haver uma revolução». A declaração, preocupando algumas pessoas, foi transmitida ao Capitão-General que, com mais um oficiozinho ao Tenente-Coronel João Crisóstomo Correia Guedes, resolveu tudo: «Botelho Sampaio querendo dar grande importância à sua pessoa imaginou uma revolução, assustando os habitantes da cidade»... deverá extranhar-lhe o

⁽a) L. de Contas, 14, fis. 247.

⁽a) L de Ordens, 14, fls. 298.

⁽c) L. de Ordens, 14, fls. 298.

seu procedimento e fraqueza e recomendar-lhe «que regule melhor a sua conduta, já por várias vezes censurada» (a).

Que as palavras de Botelho Sampaio demonstrassem apenas desejo presunçoso de alarde, pode aceitar-se, certo que um verdadeiro conspirador não descobre, antes do tempo, o seu segrêdo, condição de êxito, mas a referência ao Solar de Santa Luzia tinha um significado especial que deveria ter servido de aviso para o futuro, ao Capitão-General. Os factos provarão que não serviu de nada!

Na noite de 26 de Outubro os realistas na Vila da Praia, percorrem as ruas, dando vivas a D. Miguel, Rei Absoluto, em grande alarido, e assobios dos rapazes contagiados, direitinhos aos contrários! Uma devassa é imediatamente ordenada. O Juiz de Fora da Vila, constitucional da gema, levantou autos com presteza e pronunciou o paisano. António Maria Brum e o Furriel Cláudio Joaquim Pereira (b). O Brum foi logo prêso. Em Outubro de 1828 bateu-se, de armas na mão, sob as ordens do Capitão João Moniz Côrte-Real e Morgado Almeida, na freguesia dos Biscoitos, contra destacamentos de Caçadores 5, que foram derrotados (c). E quanto ao Furriel o General ordenou que fôsse metido no calaboiço. E assim decorreu o final do ano de 1827...

A 21 de Março de 1828 o Bergantim «S. Sebastião» trouxe o «Aviso Régio» de 29 de Fevereiro com a notícia de que o «Sereníssimo Senhor Infante Regente» chegara à Capital do Reino. O Capitão-General enviou uma circular (d) a todos os Comandantes Militares, «para que à vista do seu conteúdo e de inteligência com as Câmaras se procedesse a todos os regosijos públicos, pelo plausível motivo de chegada do Senhor Infante». A circular é lacónica, não traz adjectivos para o Infante, nem sequer o de «Sereníssimo» — e a frase

⁽a) L. de Ordens, 14, fls. 298.

⁽b) L. de Ordens, 14, fls. 298 v e 15, pág. 9.

⁽c) Autos de Devassa arquivados no Tribunal de Angra do Heroísmo.

⁽d) L. de Ordens, 15, pág. 81.

«plausível motivo», muito em uso, não significava grande coisa, pouco mais do que certas frases tabeliôas inoperantes.

A Câmara recebeu directamente dois «Avisos», um do Duque de Cadaval, Ministro Assistente ao Despacho do Gabinete do Infante Regente, participando a sua nomeação, e outro do Ministro dos Negócios da Marinha com um suplemento da «Gazêta», n.º 51, que inseria os nomes dos novos Secretários de Estado, e informando que D. Miguel fôra acolhido, em Lisboa, com vivas manifestações de regosijo (a). O Senado na «vereação» de 21 mandou executar a deliberação de 1 de Março último quanto aos regosijos e publicações de Bandos e acordou que se felicitasse D. Miguel pelo seu regresso e por ter assumido a Regência.

Os «regosijos públicos», — frase oficial — eram regulados e tabelados por Portarias do Govêrno Geral e por Bandos e Editais da Câmara — e algumas vezes — não correspondiam aos sentimentos verdadeiros da população. Mas a notícia do regresso de D. Miguel provocara uma alegria profunda e sincera, que transparecia em todos os rostos, e a cidade apresentava o aspecto dos grandes dias de festa! O delírio!... D. Miguel andava nos corações como os príncipes encantados da lenda!

Não era, porém, apenas, o amor que fazia vibrar as multidões angrenses. O ódio aos constitucionais residentes na terra, que se calculava, passariam em breve para a mó de baixo, contribuía bastante para a vibração! Para que as massas exultem frenéticas não basta o amor a uma pessoa ou uma ideia, é necessário que ao mesmo tempo tenham à pessoa ou ideia, contrárias, o ódio, que é o sal dos seus manjares!

Os constitucionais aderiram às manifestações, uns, pelo princípio de viva quem vence ou pode vencer, outros por prudência ou na esperança de que o novo Regente mantivesse a Carta, fiel ao juramento prestado em Viena.

A 22 o Capitão-General escreveu ao Ministro a afirmar-lhe (b) «que tanto para êle como para todos os «leais Angrenses» fôra vivamente grata a notícia da chegada do Senhor Infante, a mais plausível e gloriosa para todos os verdadeiros Portugueses» — e certificava-o «que o entusiasmo com que na véspera se começou a festejar públicamente

⁽a) L. das Vereações, fis. 230 v.

⁽b) L. de Contas, 8, fls. 49.

tão gloriosa notícia era na verdade extraordinário e grandemente expressívo dos puros sentimentos dos insulanos». No mesmo dia mandou seguir para Lisboa o seu «Ajudante de Pessoa», Joaquim Augusto Pereira, «encarregando-o de apresentar a Sua Alteza uma submissa felicitação». A 29 continuou a informar o Ministro àcêrca das festas realizadas nos três dias, 21, 22 e 23, e pôs em relêvo o facto eloqüente de, em tôdas as noites, terem concorrido ao Palácio as Autoridades e pessoas distintas, oficiais, militares e clérigos, e no último, as principais famílias da cidade. Nas três noites «fez uma vistosa iluminação, aparecendo o Retrato do Sereníssimo Senhor Infante em nome de El-Rei».

As recepções no Palácio davam uma nota brilhante aos «regosijos», e muito agradáveis seriam ao Capitão-General, vendo em torno de si, convivendo amáveis, os chefes políticos de ambos os crédos, embora os constitucionais sorrissem... amarelo. Mas a nota impressionante do autêntico regosijo dava-a o Povo, apaixonadamente miguelista radiante, marulhando, cantando, dansando nas ruas!

O Capitão-General, formalista e cauteloso, nas suas «Contas» chamava ao Infante, Regente em nome de... El-Rei; o Povo dizia alto: o Nosso Rei. Drumond, liberal, actor e espectador dos acontecimentos, escreveu que as manifestações decorreram «com a maior alegria, difícil de explicar»!

Durante os três jubilosos dias não houve a mínima desordem; o Povo não praticou qualquer desacato. Alegria exuberante, mas pacífica.

Dois factos, porém, se passaram, que deram lugar a reparos e a discussões em alguns meios citadinos. O Quartel General dera ordem à «música» do Batalhão de Caçadores 5 que tocasse, na noite de 21, o «Hino Português». O «Mestre» objectou (b) que só quatro músicos o conheciam e que os outros se esforçariam por aprende-lo para o exibir nas noites seguintes. Mas a 22 e 23 a «música» não tocou o Hino, por não terem conseguido aprende-lo, explicou-se. Verdadeira a explicação? É possível. O velho Hino Português caíra em certo desuso, por cheirar a absolutismo, tocando-se em vez dêle, o Hino de D. Pedro IV. Deixara de ser Comandante de Caçadores 5, o Tenente-Coronel João Crisóstomo Correia Guedes, para ser substituído pelo Major Valez

⁽a) «Annais da Ilha Terceira», V. 4, pág. 87.

⁽b) L. de Ordens, 15, fls. 87.

Cardoso. O Tenente-Coronel insultara o comerciante Tomé de Castro, que lhe não tirara o chapeu, e prendera o Cadête de Artelharia, João José de Bettencourt, que passara, à paisana, por êle e também fizera o mesmo. Touvar fez-lhe reflexões em tom amistoso e soltou o Cadête (a). O conflito entre os dois rebentou e foi levado à Côrte! Correia Guedes em consequência recolheu a Lisboa em princípios de Março de 1828 (b).

O Major Velez Cardoso era «realista», mas bem poderia ter havido má vontade dos músicos prestes a terminarem os seus contratos, ou insinuação, por detrás da cortina, de oficiais «cartistas». O Capitão-General fez o reparo, mas não passou além dêle, e ainda assim só o fez depois de ter recebido a notícia de que o Infante proíbira o Hino de D. Pedro e determinara que se tocasse o Hino Português».

Outro facto... Durante os festejos, Teotónio de Ornelas Bruges e os primos Noronhas foram com uma «música» manifestar-se em frente do Palácio. A «música» tocou o Hino de D. Pedro, e, se os três fidalgos davam vivas a D. Miguel também os deram a D. Pedro, em nome do qual o Infante governava, e à «Carta». Além disso o Bruges, os primos e outros trajavam casaca prêta e calça branca, símbolo de «cartismo». O Povo fazia o vácuo em torno dêles, mas o abandono não lhes quebrou o ânimo. O génio altivo e corajoso de Teotónio de Ornelas repontou, e tôdas as noites apareceu sempre com o mesmo Hino, sempre com os mesmos vivas. Teotónio de Ornelas entrou no Palácio, atravessou altaneiro algumas salas até à do Docel, onde estava o Capitão-General. Os dois, até então amigos, olharam-se frente a frente! Um rapaz na flor da idade, formoso como um anjo... rebelde (c) e um velho de faces pergaminhadas e decrépito! Touvar cumprimentou-o com extrema frieza, sobrancelhas crespadas, frases curtas, e logo desviou a conversa para outras pessoas. Tôda a gente notou o incidente. O rapaz percebeu tudo, o significado da frieza, quási desdem com que

⁽a) L. de Contas, 8. fls 47.

⁽b) L. de Contas, 8. fls. 47.

⁽c) «Este mancebo tinha até uma destas fisionomias, em que os dotes da formosura se enlaçam docemente com os segrêdos da simpatia», «Fidelidade da Ilha Terceira», pág. 97, manuscrito existente na Câmara Municipal de Angra-do-Heroísmo, de Francisco Jerónimo da Silva, miguelista, e notável advogado e publicista.

foi recebido; o seu Mestre de constitucionalismo inclinava-se para o brilhante Sol nascente! Decepcionado na sua boa fé e tocado no seu orgulho, saíu do Palácio com fôgo calcinante na alma ingénua, aberta às ilusões, não compreendendo a maleabilidade dos velhos! E nessa noite, como rebendita, os vivas a D. Pedro e à Carta deviam ter sido mais altos e estridentes!

A frieza repreensiva de Touvar não traduzia, porém, o seu rompimento completo com D. Pedro. Êle não rompe com coisa alguma importante, em quanto de cima lhe não derem ordem. O Principe continuou a ser para o Capitão-General o Regente em nome de El-Rei D. Pedro. Assim, nos seus ofícios, o continuou a tratar, até mesmo depois da sua aclamação em 18 de Maio. O velho General enervou-se com a atitude dos manifestantes, não por convicções políticas, mas pelo receio de que os vivas a D. Pedro, e o Hino e as calças brancas, numa atmosfera carregada de miguelismo, provocassem graves desordens. E uma convicção ardente dominou sempre o Capitão-General: - a tranquilidade pública era a fonte milagrosa de tôdas as felicidades terrestres! Por egoismo próprio da idade, — a tranquilidade pública seria talvez a tranquilidade... dele próprio! E a haver desordens, como reprimir os absolutistas, que podiam queixar-se aos Ministros Duque de Cadaval e Leite de Barros ?! Tinha amor ao lugar! Já em 1826, vigorava a Carta, Touvar estasiado perante D. Pedro o «Imortal» —, comemorava com fausto o seu aniversário natalício e o juramento do diploma constitucional — e todavia, alarmado, se irritou com Alexandre Martins Pamplona, Presidente da Câmara, e com o deputado Leonel Tavares e eleitores faialenses e micaelenses por causa de intempestivas iluminações e por deambularem pelas ruas da cidade a cantar hinos «liberais». Se o Capitão-General recebeu com notável frieza a Teotónio de Ornelas, não passou de aí, e nenhum procedimento repressivo tomou, nem à face da lei o podia tomar, visto que D. Pedro ainda ostentava o título de Rei nos formulários e o hino de D. Pedro não era proïbido.

Os miguelistas mais tarde murmuraram que Teotónio de Ornelas, frequentador do Palácio, se declarara a favor dos constitucionais, pela desconsideração que Touvar lhe fizera. Em 11 de Dezembro de 1834 o jornal angrense, «A Sentinela», acesas as lutas... eleitorais, as ou tras as incertas e perigosas, tinham acabado, disse, sarcástico, que, «Teotónio

de Ornelas, hoje Visconde de Bruges (a), Par do Reino, Comandante dos Voluntários, Presidente da Câmara, Presidente da Comissão do Teatro, Prior dos Passos, Protector do Império dos Quatro Cantos e do Império da Terra-Chã, etc., etc., foi na constituição passada o mais assanhado corcunda... «As desfeitas que sofreu de Touvar, quando em rivalidade, foi com a sua marcha junto ao Palácio e que provinham de motivos particulares foram a causa dêste Sr. se declarar a favor da Causa da Raínha» (b).

A catilinaria do jornal é de uma atros injustiça! Tinham razão em 1835, os miguelistas vencidos, murmurando: o Morgado foi um grande defensor da liberdade de Imprensa, mas é a maior vítima dela. E certamente esfregariam as mãos de contentamento, tanto mais que os ataques ao Visconde partiam, insolentes, de partidários do constitucionalismo, émulos do seu prestigio e do seu predomínio na Ilha.

As referências ao «assanhado» corcundismo de Bruges — iam buscar a sua origem ao facto dêle, em 1823, ter colaborado nas festas realizadas, em Angra, em honra de Francisco de Borja Garcia Stockler, Barão da Vila da Praia, reintegrado na Capitania, após o movimento de Vila Françada, e que era, então o idolo das multidões terceirenses. Os próprios constitucionais o receberam com alegria e o homenagearam, considerando-o, no momento, a única pessoa capaz da manter a ordem. Teotónio de Ornelas tinha... 16 anos. Uma creança, quási, não podia fugir à vertigem! Sua mãe, Dona Rita Pulquéria, era partidária de Stockler e tinha contribuído em 1821 com duzentos mil reis para a subscrição aberta a favor dos soldados e «tambores» dos Batalhões de Infanteria e Artelharia, que entraram na revolução que reposera o ídolo no seu lugar de Capitão-General. Para a mesma subscrição concorreram também José Maria do Carvalhal, Francisco Ortins de Melo, Estulano Inácio da Silva, Felix José da Costa, José Maria do Amaral, Luís António da Silva Carvalho, Francisco Leite Botelho de Teive que mais tarde se destacaram como constitucionais. Até o Vice--Consul Britânico, Hilário Alton, concorreu para a subscrição! (c) Numa

⁽a) Mais tarde Conde da Praia da Vitória.

⁽b) O número de 11 de Dezembro dêste jornal existe no arquivo do Tribunal de Angra-do-Heroísmo, junto a um processo em que o Visconde de Bruges foi quelxoso.

⁽c) L. 10 do Registo da Câmara de Angra, fis. 166.



O Morgado, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Teotónio de Ornelas Bruges Ávila Paim da Câmara Noronha Ponce de Leão, 1.º Visconde de Bruges, 1.º Conde da Praia da Vitória, Par do Reino, Presidente da Câmara Municipal de Angra-do-Heroísmo, Deputado e Administrador Geral.



reunião das três classes nos Paços do Concelho, em 1821, o Provisor-Mor, Dr. João José da Cunha Ferraz, Presidente, em 1828, da Junta Revolucionária Liberal, emitira um eloquente voto, favorável a Stockler e condenatório da Revolta de Araújo! (a) Stockler nomeou o joven Teotónio de Ornelas, Alferes de Milícias. Entrar nas Milícias era apanágio da nobreza e de algum burguês afidalgado. A nomeação não significava nada de especial.

So depois da morte de D. João se formaram visivelmente os dois partidos, em Angra, com aspecto nitidamente político. A revolta de Araújo é um movimento, em regra, de militares e de bachareis naturais do Continente. Creou, pelas acções e reacções que provocou, um núcleo de constitucionais, movendo-se cautelosamente, — e mais nada.

Quando em 1826 se jurou a «Carta» na cidade, a população arredou-se, fria de gêlo, hostil ao Diploma e a D. Pedro e na firme esperança de que o regresso de D. Miguel reporia as cousas no seu antigo lugar. Teotónio de Ornelas, indiferente ao pensar dos seus patrícios, promoveu festas imponentes de homenagem à Constituição. Foi êle o que «mais se distinguiu», conforme já vimos.

A frieza com que o Capitão-General, em Março de 1828, recebeu o Morgado — não operou reviravolta. Podia te-lo acirrado. Quando entrou no Palácio, de calça branca, já era constitucional. Já o era em 1826. Acompanhava-o, nas noites festivas, o primo Pedro Homem da Costa Noronha que se afirmara também, inequivocamente, constitucional em 1826, quando se realizaram as eleições. Pedro Homem foi eleito, com 20 anos de idade, «eleitor» para a escolha de deputados, pela Junta Paroquial da Conceição, por pertencer à grei «liberal», nem de outra maneira o seria, porque os absolutistas não concorreram à eleição (b).

Teotónio de Ornelas, em 1824, esteve em Lisboa, durante alguns mêses (c) e provávelmente frequentou alguns meios tocados pelas novas doutrinas, como em França, certos salões aristocráticos influídos pelos enciclopedistas, — e aprendeu ali alguma cousa diferente do que lhe ensinavam na terra natal. Teria falado também com Subserra, seu patrício?!

⁽a) L. de Registo da Câmara, 10

⁽b) L. de Ordens, 14, fls. 16.

⁽c) «Avisos», 4, fls. 140 v.

Acusou-se o fidalguinfio de ser frequentador do Palácio, sendo Touvar o Governador. Mas este sempre favoreceu os constitucionais e foi com éles até aos fins de 1827 que especialmente se entendeu. Os absolutistas, amuados, raras vezes iam ao Palácio e só em ocasiões solenes.

E que poderia ter aprendido Teotónio de Ornelas com Touvar, senão, evidentemente, a ser constitucional, admirador e defensor da «Carta» e de D. Pedro?! O Capitão-General mudou depois de orientação?! Mas não mudou êle. A mudança política do Mestre — deveria te-lo chocado desagradavelmente, surpreendido na sua doirada ilusão de que os outros eram igualmente sincéros.

Incitado pelo Capitão-General, Teotónio de Ornelas festejara a Carta com estrondo, colaborara activamente nas eleições, incompatibilizou-se com parentes e amigos realistas e, agora, o incitador queria fazer a passagem para o outro lado da barricada! Pois que o fizesse; êle é que não passava, que era Ornelas, Bruges e Paim, Ávila e Ponce de Leão, tinha pudor e desassombro e donatários e capitães-mores e heróis na família e a maior riqueza da Ilha! O morgado pensaria tudo isto — e os «briosos sentimentos» constitucionais «que o animavam» - e à que se réferira elogiosamente o Capitão-General, em 1826 (a) - reagiram, impelindo-o não a perfilhar ideias que já tinha e manifestara corajosamente, mas mais para a frente! Em volta do duelo dinástico, que envolvia princípios políticos divergentes - vão degladiar-se as Casas Fidalgas da Terceira, - mas desde o povoamento houvera lutas entre elas, porque estava escrito que assim sucedesse. no fivro do Destino, pela lógica inexorável da desinvolução histórica! Em razão dessas lutas, Jácome de Bruges, antepassado de Teotónio de Ornelas suportara as mais pungentes atribulações, e até se espalhou o boato do seu assassinato, provavelmente falso, em todo o caso revefador da acuidade trucultenta dos dissidios com os seus pares; e o Capitão Francisco de Ornelas Paim da Câmara, outro antepassado, o heroi de 1641, submetido a julgamento nos altos Tribunais da Corte e absolvido, más a perseguição atroz deixara-lhe sulco profundo na alma amargurada!

Seja como fôr, rivalidades de famílias, ambições de mando, orgu-

⁽a) L. de Contas, 7, fls. 101.

Iho a querer impôr-se, despiques de partidos, propósitos de desforra, ímpetos da mocidade, influência dos meios que frequentou, leituras das «gazetas de Lisboa», intuïção da marcha evolutiva dos acontecimentos, anseios de melhor justiça, talvez tudo isto caldeado, — e os princípios constitucionais invadiram a alma do Morgado, sem dúvida mal definidos, confusos, em névoa, mas em suma qualquer coisa de novo e de mais largos horizontes, que o alvoroçaram e estimularam para o grande combate que travou com energia indomável!

V I

Aclamação de D. Miguel em Angra. A indecisão do Capitão-General. Influência dos "Mesteres". O entusiasmo da população Terceirense!

D. Miguel ao chegar a Lisboa, a 22 de Fevereiro de 1828, foi alvo de apoteoses populares. Negá-las é contrafazer a História. O Povo delirava nas ruas da Capital, dando vivas ao Rei Absoluto. O delírio comunicou-se a todo o País, em irresistível onda sentimental. As mulheres e as crianças trazem ao peito, o retrato do esbelto Príncipe. Nos oratórios, emoldurado, tem um lugar de destaque, «o defensor do Altar». «O Rei chegou»!

O Príncipe que jurara a Carta em Viena, jurou-a também no Palácio da Ajuda. Logo a seguir, usando da prerrogativa que lhe dá o Diploma Constitucional, outorgado pelo irmão, nomeou novo Ministério, constituído por elementos, marca «antigo regime». Em 13 de Março ainda ao abrigo das disposições da «Carta» — dissolveu a Câmara dos Deputados. O Decreto que a dissolve, é ambíguo nos seus intuitos, ao menos na sua letra, porque encarregou «uma Junta de organizar instruções, que conformes ao disposto na «Carta», e análogos aos antigos

usos» de maneira a que a Nação Portuguesa «seja dignamente representada». O Povo, feito tempestade, é que levou o Decreto às últimas conseqüências, e ràpidamente! A «arraia miúda» movimenta-se açodada, e não quere saber de artimanhas, vai aclamando nas ruas e nas «Casas dos 24» o Rei D. Miguel, e pratica desmandos! Para agravar a agitação, alguns estudantes de Coimbra, filiados numa associação secreta, assassinam os Lentes que se dirigiam à Capital, para cumprimentar o Príncipe Regente. De aí em diante a agitação torna-se demagogia, o Povo desconfia de tudo, suspeita de todos os que não afinam pelo seu frenético diapasão, e que classifica de «pedreiros livres» e «mações», dando a estas palavras o seu pior sentido, o de assassinos. A tendência de resto, para generalizar, como processo de enforia propagandística, a aplicação de certos adjectivos pejorativos é de todos os tempos e de todos os climas e chegou até aos nossos dias!

A Câmara de Lisboa decidiu-se a pôr o problema dinástico — de maneira clara e inequívoca — e convidou tôdas as classes a assinarem uma representação ao Infante para que assumisse a Realeza. Assinaturas sem fim, ... assinou tudo!

Diz-se que algumas pessoas assinaram por mêdo, e deve ser verdade. Mas êsse próprio mêdo é conseqüência do entusiasmo louco da Capital do Reino a favor de D. Miguel. O mêdo ou forte sugestão provinha das grandes massas populares e não dos governantes!

A agitação das ruas infunde mesmo um certo receio aos Ministros, que procuram deitar água na fervura! O Decreto que o Regente publicou, pouco depois do acto praticado pela Câmara, parece dar a entendê-lo: «espera que os honrados habitantes de Lisboa aguardem tranquilos as ulteriores medidas que só a êle pertence dar».

Idênticas representações afluem à Côrte de quási tôdas as Câmaras do País! Em face delas o Govêrno convocou as antigas Côrtes para decidirem definitivamente, e a 11 de Julho D. Miguel foi proclamado Rei de Portugal!

Os panfletos, os artigos inflamados dos jornais e os próprios historiadores do Constitucionalismo cobriram mais tarde D. Miguel dos piores epítetos e abalançaram-se mesmo a afirmar que êle quando jurara em Viena, a Carta, o fizera por mero cálculo, «premeditando cavilosamente traí-la». Pobre Príncipe! Tinha 24 anos de idade quando a jurou pela primeira vez: não imputemos à idade primaveril planos

tão profundos de Maquiavel! O rapaz jurou a «Carta» porque o aconselharam a jurar, e mais nada. Os «cálculos e as premeditações» estavam na cabeça e na paixão de certos escritores que se enganam a si próprios! Só o astuto Metternich podia prever futura mudança de circunstâncias, mas ainda assim teria aconselhado o «juramento» e a assinatura da escritura dos esponsais com D. Maria, de boa vontade, porque ela era neta do Imperador da Austria.

O Príncipe, quando chegou a Lisboa, tornou a jurar a «Carta» e jurá-la-ia as vezes que fôsse preciso, — se as grandes massas populares não interviessem; não tomou a iniciativa dos acontecimentos, é, sim, arrastado por eles! É evidente que a propaganda miguelista feita de uma mistura da defesa do «Trono e do Altar» e dos ataques ao Imperador do Brasil,— amor e ódio, — influíu no rumo dos acontecimentos. Mas de certa altura em diante as multidões, em vibração, guiam, não são guiadas!

Os grandes chefes do «Absolutismo» são arrastados, e limitam-se a canalizar por meios legais, a excitação do Povo. Os graúdos são mais cautelosos, medem as suas responsabilidades que são maiores. É natural que o Príncipe e os seus Ministros vissem, com prazer, as simpatias gerais da Nação à sua volta, mas são as manifestações vivas e exuberantes que os empurraram ao rompimento completo, que êles, aliás desejariam, com a «Carta» e com D. Pedro!

«Infante perjuro» — chamaram a D. Miguel os mesmos que enalteciam a D. Pedro, o perjuro dos perjuros, infiel ao Pai e à Pátria — e que dissera em carta a D. João VI, «escrevo nesta com o meu sangue estas palavras: «juro ser fiel a Vossa Majestade, à Nação e à Constituïção Portuguesa» — e procedeu depois como se sabe! Frase ditada pela paixão, — o pior é que à fôrça de dita e redita passou a ser um lugar comum, com pretensões a ser verdade inatacável. Que o Regente jurou a «Carta» não há dúvidas, mas que foi impelido a convocar as Côrtes dos Três Estados tradicionais é certo também. E foram as Côrtes que aboliram a «Carta» — não foi êle, embora se possa argumentar que podia contrariar o movimento popular. E mesmo que por simples Decreto tivesse abolido o Estatuto constitucional — que atirem a D. Miguel, com autoridade, a primeira pedra, os Constitucionais da «Convenção de Evora Monte» para cá...

O movimento para a investidura de D. Miguel na realeza — é de

baixo para cima, popular! Processo característicamente democrático! Acima do juramento de D. Miguel, está a Nação, gritou-se na reunião dos Três Estados! O absolutismo restaurou-se apelando para a Democracia! Qualquer coisa de novo corroía misteriosamente as almas!

* *

Do que sucedia na Capital do Reino sabiam-no os Terceirenses pelas «Gazêtas» e cartas, vindas pelos correios marítimos, e todos compreenderam que em breve lapso de tempo — o Príncipe seria aclamado Rei. O entusiasmo dos «realistas» redobrou e abertamente se fazia a campanha para que as Câmaras da Ilha tomassem a mesma atitude das de Portugal (a). As discussões fervem sem que a tranquilidade nas ruas seja perturbada.

A 21 de Abril há, porém, um desacato de certa gravidade e que causou sensação no burgo. As janelas da casa da residência do doutor Corregedor, Ministro da Polícia, foram apedrejadas! E na porta de entrada os díscolos afixaram um «pasquim». O Magistrado tivera conflitos com a Câmara por questões de jurisdição e especialmente com o Presidente do Senado, Alexandre Martins Pamplona, por causa das luminárias postas nos Paços do Concelho, durante três dias, por ocasião das eleições de deputados, em 1826. Apodaram-no de «corcunda». Mas porque castigara com palmatoadas, na Praia, uns rapazes que apuparam constitucionais, alcançara fama de «malhado». Mal com Deus e com o diabo! Cada partido repudiando o atentado — atribuía ao outro a responsabilidade! O Capitão-General no dia seguinte ordenou ao Juiz de Fora uma devassa «com tôda a energia, circunspecção e zêlo para que fôssem punidos os perversos criminosos. (b). Não obstante os esforços do Juiz de Fora, que ouviu 30 testemunhas, não se conseguiu, por falta de prova, pronunciar os perpetradores do cobarde atentado. Apenas uma testemunha, Manuel Nunes de Matos, marítimo, prêso na cadeia, declarou «que ao sair com lice nça do carcereiro, às dez horas

⁽a) Ao tempo, as Ilhas eram Colónia — e dizia-se Portugal para designar o Continente Português.

⁽b) L. de Ordens, 15, fls. 92 e 93.

da noite para ir tocar o sino de recolher, — viu três vultos, embrulhados em capotes, atirarem as pedras e fugirem pela calçada de S. Francisco e rua do Galo». No entanto pelo pasquim apreendido e junto aos autos (a) se vê que os apredrejadores eram absolutistas. O «pasquim» tem os seguintes versos:

*Principal jacobino
Pr tal bem conhecido
procede como quiseres
já por todos és avido.

Se não providências dê.

P.a os Ingrezes estou c... E também para você Se assim quiser, p.a q. quis Com os massons capitulastes E os jantares vás manducar Tem paciencia hás sofrer a Degola p.a acabar.

Fiate no vapor...
E na tua autoridade
As ordens se darão
Sem a minima novidade.

«Viva o General e D. Miguel Despótico».

Ex digito ...

O Corregedor estava no momento do atentado «em casa das Senhoras Monteiros, que moravam na Rua do Rego, (b) filhas de Joaquim Monteiro, antigo Consul de Portugal em Nova Iorca. As «senhoras», eram nove ao todo, gentis, uma delas casada com o Barão de Palença. Outra, a D. Elvira, de rara distinção, estava enamorada de Teotónio de Ornelas, com quem casará em 1833. O Corregedor «manducará» em casa delas alguns jantares, num ambiente agradável, que, bafejado por ares vindos da América, não seria, positivamente, o de um Convento de freiras, de mãos cruzadas no peito e olhos pudibundos postos no chão, embora não perdesse em respeitabilidade. Talvez ali afluissem alguns «liberais».

A 15 de Abril, perto do Castelo de S. Sebastião, — cujo Comandante o povo malqueria, por o considerar adverso ao Regente, — tam-

⁽a) Devassa arquivada no Tribunal de Angra-do-Heroismo.

⁽b) Autos de devassa, fls. 3.

bém apareceu «uma figura» «com um pasquim» (a). A outra devassa se procedeu, inútil, nada se apurando quanto à identidade dos pasquineiros.

Estes factos vindos à superfície, productos da excitação miguelista, são os mais graves. E os chefes enjeitam as responsabilidades e a Autoridade esforça-se por punir os delinquentes, servindo-se de um investigador da confiança dos constitucionais, o Juiz de Fora Valente Farinho.

É isto o que o miguelismo fez na Terceira de violento e agressivo. Uma gotinha de água comparado com o que fizeram depois de «22 de Junho» os constitucionais com o poder nas mãos, na ânsia desesperada da defesa e no mêdo desorientador, que gera violências inauditas, do inimigo interno e externo!

Em Abril de 1828 o Capitão-General podia asseverar ao Ministro que a ordem continuava inalterável. O pior é que a quási totalidade das Câmaras de Portugal, à imitação da de Lisboa, representara já a D. Miguel que assumisse a Realeza, e a população da Terceira não desistia do propósito de fazer o mesmo Em volta disto girava tôda a agitação política. Touvar, prudentíssimo, receoso de responsabilidades fóra do comum, nada promovia nem deixava promover sôbre o mesmo assunto.

Porém, o «Cunctator» do Palácio, em angústias, é obrigado a deixar tomar a grande e emocionante decisão!

* *

Alguns dos chefes absolutistas recebem a 16 de Maio, em navio que saíra, a 6, de Lisboa, a informação, a mais optimista e concludente. Um decreto de 3 de Maio convocara «Os Três Estados» para se reunirem a 23 de Junho a-fim-de se tratar de «graves pontos de Direito Português». A aclamação do Príncipe era manifestamente o objectivo — e, ela de antemão, estava assegurada pelas combinações dos bastidores políticos e muito principalmente pelo entusiasmo popular irresistivel, que ia de lés a lés do País.

⁽a) L. de Ordens, 15, fls. 94.

Dizem os cronistas terceirenses que o Capitão-General recebeu sóbre o assunto cartas de vários amigos, e de seu irmão, o Visconde de Nollelos, com instruções e conselhos. O Visconde certamente o aconselhou a influir nas Câmaras das ilhas no sentido de tomarem uma decisão a favor do Príncipe, mas não bastariam as palavras dêle para o devarem a resolver-se!... Já em 1826 Nollelos se revoltara no norte do País a favor de D. Miguel, e mem por isso Touvar mexeu uma linha em seu apoio, mem sequer pedin a exoneração, antes se afirmou nitidamente constitucional, admoestando e punindo os que punham objecções ao juramento da «Carta», procedeu às eleições, elogiou altissonantemente Caçadores 5, albergue de constitucionais. Até transferiu oficiais superiores, porque tinham pertencido à Divisão do Marquês de Chaves! Talvez mesmo para mostrar que as opiniões do irmão não influiam nas suas atitudes.

O Ministro da Marinha e Ultramar, Leite de Barros, o futuro Conde de Basto, não lhe deu ordem alguma sôbre o assunto, — e uma ordem seria o ideal do Capitão-General, obedientezinho como era ao que vinha do Govêrno Central, e para o livrar de responsabilidades, que êle tinha o horror delas! Nem estaria nos planos dos Ministros impelir, por ordens, as Câmaras a manifestarem-se a favor da aclamação, fiando tudo da espontaneidade das populações, guardando as aparências. E certo é que o Capitão-General, em 2 de Junho, deu «conta» ao Ministro da Aclamação de D. Miguel (a) e não acusou a recepção de qualquer Aviso, nem fez a mínima referência a qualquer pedido.

As informações particulares, as leituras das «Gazêtas» de Lisboa e Londres, convenceram Touvar de que D. Miguel seria aclamado Rei. O Clero, a Nobreza e os Tribunais já se tinham manifestado favoráveis no dia 25 de Abril, — aniversário natalício do Príncipe Regente, — e o Povo, vociferando nas ruas, o aclamou Rei absoluto. Mas se a Autoridade Superior tem esta convicção, não tomou, no entanto, a grande iniciativa. A «ordem e a tranquilidade pública» — tão queridas de Touvar — ideias obsediantes, não seriam alteradas por oficiais de Caçadores 5, de parçaria com «paisanos» constitucionais da Terra, que êle bem conhecia?! Mas se êle se oposesse às deliberações das Câmaras a favor de D. Miguel, — a ordem era, pela certa, alterada, pois «a arraia

⁽a) L. de Contas, 8. fls. 52.

miúda, apaixonadamente realista, sabendo do que se passara na Capital do Reino, tomara fôrça, e ameaçava tumultuar, agressiva, na cidade, e só os fidalgos miguelistas é que a continham com a promessa de que lhe seria feita a vontade... Tudo isto cogitaria, alanceado, o Capitão-General. Receia a repetição «dos funestos acontecimentos de 1821 e 1823», — a frase é freqüente nas suas «Ordens», durante todo o seu Govêrno. E se o sol nascente o seduz, êle não tinha a aquecê-lo o ardor dos «realistas puros», à uma pelo natural scetismo dos seus oitenta anos de idade, à outra porque fôra companheiro político de Subserra, e defensor durante largo tempo da «Carta» e de D. Pedro. No fundo devia persistir em Touvar a má vontade aos absolutistas da Cidade e da Vila da Praia, que tanto o inquietaram com as suas queixas para a Côrte.

O drama do Hamlet governamental é aflitivo! O retrato de D. João VI, o «Clemente», de beiço pendido, de menino choramingas, que êle, súbdito fiel e fervoroso, mandara colocar na sala do Docel, — positivamente não lhe inspiraria decisões fortes. Não ata, nem desata!

As turbas começam a agitar-se. Em casa de Luiz Meireles de Canto e Castro (a) fazem-se reuniões para tratar da palpitante questão política a que assistiam o Tenente do Real Corpo de Engenheiros, Roberto Luís Mesquita Pimentel, e os oficiais de Milícias Bento José de

⁽a) Descendia pelo lado materno do heróico Capitão da Restauração, em 1641, Francisco Ornelas da Câmara. Por virtude de sua interferência na Aclamação de D. Miguel, a Junta Provisória Liberal de Angra, intímou-o em 30 de Dezembro de 1828 a ir para a Inglaterra, sendo obrigado a assinar um termo de não seguir para Portugal, sob pena de lhe sequestrarem os bens. Porém, mesmo antes de saír da Terceira, em 9 de Janeiro, a sua casa foi sequestrada. O Rei D Míguel, em Abril de 1830, condecorou-o com a Comenda de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa

Dom Francisco da Soledade, Cónego Regular de Santo Agostinho e Professor de Filosofia Racional nas Reais Escolas de S Vicente de Fora, referindo se a Luiz Meireles de Canto e Castro, disse: (Folheto impresso em Lisboa, em 1817) «um dos principais cavalheiros da cidade de Angra, e não menos distinto pelas luzes do seu espírito, e amenidade do seu caracter, que pela nobreza do seu sangue.» Exilado, em 1834, em Paris, publicou uma «Memória sôbre as Ilhas dos Açores e principalmente sôbre a Ilha Terceira». Sôbre «expostos» apresentou, em 1821, ao Senado de Angra uma interessante Memória (L de Registo da Câmara, n.º 10). Ofereceu para alojar as amas que trouxessem os meninos a vacinar, «as suas Casas Nobres em frente ao Quartel General»

Labre de Bettencourt Vasconcelos e Lemos, José Moles Vieira, Ricardo Moles Vieira de Bettencourt, com a adesão incondicional de outras pessoas importantes (a).

Perante a indecisão do Capitão-General, o vereador mais velho, o antigo Capitão-Mor da Praia, João Sieuve de Seguier Camelo Borges, escreveu-lhe a advertir que se houvesse delongas em deliberar acêrca de D. Miguel, a ordem corria risco de grave alteração. Que lancetada! Dizia a verdade e tocava na corda sensível do octogenário! Dizia-lhe mais, subindo de tom, que êle próprio convocaria os vereadores para deliberar sôbre o assunto, que punha a cidade em ebulição!

A Câmara reûniu em 17 de Maio, em «vereação» ordinária, e tratou da execução do Acordão de 20 de Junho de 1827 que obrigava os taberneiros a terem os bilhetes da estiva do pão, da parte de dentro da porta, em lugar bem visível, sob pena de quinhentos reis de multa. (b). Mas nem só do pão vive o homem. Estavam presentes o Juiz de Fora, Valente Farinho, (c) e os vereadores Francisco Moniz Barreto, António Fournier Borges Cabral e o Procurador do Concelho Francisco de Azevedo Cabral. Nenhum Mester.

Como se vê do livro dos Autos — a seguir à assinatura do escrivão Borges da Costa, dos vereadores e Procuradores — vem a declaração de que já «fixada a vereação», se recebeu um ofício do Capitão-General determinando que a Câmara fôsse ao Palácio «para uma conferência sôbre objecto de Real Serviço». Esta declaração é assinada pelos vereadores anteriores e mais pelo vereador João Sieuve de Seguier Camêlo Borges e pelos Procuradores dos Mesteres Joaquim Homem, Manuel Joaquim da Silva, José Inácio de Fraga e Nicolau Serrão de Castro.

⁽a) Manuscrito existente na Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, de Francisco Jerónimo da Silva, notável advogado e publicista, partidário acérrimo de D. Miguel com o título: Fidelidade da Ilha Terceira em tôdas as crises da Monarquia Portugnesa, pág 96

⁽b) L. dos Autos das vereações da Câmara de 1824 a 1828, fis. 284.

⁽c) Drumond, «Annais», V. 4, pág. 90 — em nota, diz que não está certo do dia em «que houve posses», mas julga que Valente Farinho veio para a Ilha com o Corregedor Pacheco, e devia tomar posse nos mesmos dias. Compulsando os Autos das Vereações da Câmara de 1824 a 1828 verificamos que Pacheco tomou posse a 29 de Novembro de 1826 e o Juiz de Fora, Valente Farinho, a 1 de Agôsto de 1827, pág 209.

Porque motivo compareceram mais tarde o vereador Seguier e os quatro Mesteres?! Porque andavam em combinações fora dos Pacos do Concelho para apresentar requerimentos pedindo a convocação da Nobreza. Clero e Povo para se deliberar àcêrca de D. Miguel, e aguardando que o Capitão-General se pronunciasse. Logo que os Mesteres entraram acodados na teia, o vereador António Fournier percebendo ao que vinham, apressou-se, — antes que fales tu, falo eu. — a requerer que a Câmara fizesse a convocação dos «Três Estados» para resolverem àcêrca dos «inauferiveis direitos» do Regente. Um dos vereadores, sob as vistas maliciosas do Presidente, Juiz de Fora Farinho, tido e havido como constitucional, e querendo sacudir a água do seu capote, respondeu que a decisão pertencia ao Governador da Capitania. O mester, Joaquim Homem, serralheiro, prorrompeu desempoeirado, a pôr os pontos nos ii: em nome da «Casa dos 24» impunha que a Câmara aclamasse D. Miguel, Rei Absoluto, naquele mesmo dia! Não era isso precisamente o que estava gisado com prudência nos conciliábulos, em casa de Luís Meireles de Canto e Castro, mas a convocação das três classes para pedirem ao Infante que assumisse a Realeza. O Joaquim Homem, porém, em contacto com os magótes de pessoas que peiavam, exaltadas, os cantos das ruas, o lugar das «Covas» e a Sede «dos 24», — e traduzindo o seu sentir com igual vibração e sinceridade, não queria saber de circunlóquios e habilidades políticas. A aclamação ali à prêta! Valente Farinho, manhosamente, foi objectando que o Decreto de Sua Alteza, de 25 de Abril do ano corrente, se opunha a que a Câmara deliberasse sôbre o assunto, e que além disso, faltava o vereador mais velho João Sieuve Fournier, por estar anojado. O serralheiro, de decretos não entendia, mas quanto ao argumento da ausência do vereador, desfê-lo prontamente; que o chamassem, que êle vinha, e «andava bem ao facto de tudo». Se estava!... O luto e a dor não lhe tiraram a febre miguelista!

O Juiz de Fora conhecendo a exaltação dos ânimos, e receiando não ficasse completamente a descoberto o seu folego político, recolheu as objeções ao bucho e mandou chamar o Seguier, que acudiu, prestes, aos Paços do Concelho.

Foi nestas alturas que se recebeu o ofício do Hamlet velhinho do Palácio. E a Câmara decidiu então ir à conferência solicitada. Vereadores à frente, Mesteres atrás. O Capitão-General só na tarde do dia

17 se resolvera a expedir o oficio à Câmara. Estivera renitente ate ali. Ainda de manhã oficiou ao Corregedor, convocando-o para uma retinião do Conselho de Justica, no Palácio, às 5 horas da tarde do dia seguinte (a). «Ocorreram motivos que impossibilitaram a reunião» disse êle, a 19, ao mesmo Corregedor. (b). Touvar sabe que a Câmara está reunida, sabe mais, que os Mesteres, em acôrdo com alguns vereadores, vão fazer a convocação das três classes, e antes que as cousas se fizessem sem êle e até contra êle, colocando-o mal perante a população e perante a Côrte, resolveu-se, à última hora, a enviar o ofício. que é, aliás, muito lacónico -: «depois da sessão de hoje Vossas Mercês virão à minha residência a conferenciar comigo sôbre objecto do Real Serviço (c). Quando chamou a Câmara a comparecer em corporação, ainda não é, claramente, para a empurrar a uma decisão que êle sabe, os vereadores tomarão, mesmo contrariando-o. É para discutir o que ela pretende fazer, aconselhar, restringir, por água fria na fervura! Quando Touvar diz à «corporação» municipal (d) «que o seu voto é que as três classes representassem ao Trono os sentimentos que animavam o Povo» - não incita, restringe, pois está fartinho de ouvir que o Povo quere pura e simplesmente proceder à aclamação de D. Miguel.

A conferência demorou, como se conclue do facto da segunda sessão da Câmara, no dia 17, só ter começado às 6 horas da tarde (e). A demora enervou com certeza os populares que no largo do Palácio e na Praça aguardavam, desconfiados, os resultados das conversas. O Deão e Governador do Bispado, Fructuoso José Ribeiro, em brasa, correu ao Palácio e disse que «o Povo estava em muita efervescência, como já fizera saber a Sua Excelência, e, por isso, não havia tempo a perder». A frase do Deão foi o golpe final na perlenga de Touvar, a rançar, atrás e adiante, palavras ambíguas, com mêdo de tudo, nem próximo do céu nem da terra, no conceito de Ovídio. E é por isso que os constitucionais, quatro mêses depois, em comunicação, que fazem a

⁽a) L. de Ordens, 15, fls. 113.

⁽c) L de Ordens, 15, pág. 115.

⁽c) L. de Ordens, 15, fis. 113

⁽d) «Annais da Ilha Terceira», V. 4, pág. 33.

⁽e) L. dos Autos, fls. 235.

D. Pedro IV (a) atribuem especial responsabilidade a Fructuoso José Ribeiro no consentimento que Touvar deu para os actos atentatórios dos direitos da «legitimidade» de Sua Majestade.

O Capitão-General ao expôr ao Ministro da Marinha, em 2 de Junho, (b) «os acontecimentos de 18 de Maio, não afirmou, nem mesmo para se fazer valer perante a Côrte, que tivesse levado a efeito qualquer iniciativa, mas «que procurando saber, que medidas a Câmara se propunha tomar em assunto de tão grave transcendência», ela lhe respondera «que julgava muito conveniente e acertado à vista do extraordinário entusiasmo dos Povos convocar-se no dia seguinte a Nobreza, o Clero e o Povo para dirigir o espírito público de modo que não houvesse comoções populares e que mais conforme fôssem com a determinação do Decreto de Sua Alteza de 25 de Abril último».

A Câmara logo que saíu do Quartel General dirigiu-se aos Paços do Concelho e realizou a segunda sessão, que começou às seis horas da tarde. E «acordou» por unanimidade (c), que «sem perda de tempo se convocasse o Clero, Nobreza e Povo no dia de àmanhã, 18 do corrente, pelas dez horas da manhã a-fim-de que tendo consultado os mesmos e habitantes se deliberar o que fôr mais conforme ao socêgo e tranquilidade do Público e ao voto geral». A formula do «socêgo e tranquilidade» têm inspiração de Touvar, pela certa. O «voto geral» estava antecipadamente manifesto na pressa com que se fizera a sessão! Se ela se não fizesse ou não acordasse na convocação das três classes, ardia Troia!

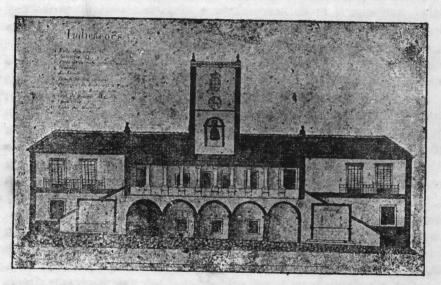
No dia 18, de manhã, vai um alvoroço por tôda a cidade, desde os portões de S. Pedro e o lugar das «Covas» até à rua da Conceição das Freiras e aos Capuchos, à rua da Conceição dos Clérigos e à rua junto às casas do Coronel Canto. A notícia da grande retinião municipal espalhara-se com celeridade, enchendo as almas de intensa alegria.

Em breve a Praça em frente aos Paços do Concelho está apinhada de gente de tôda a ilha. O entusiasmo que reina é delirante! «Multidão popular que sem limites no vertiginoso estado da sua exaltação, não

⁽a) L. de Contas, n.º 8, fis. 57.

⁽b) L. de Contas, n.º 8, fls. 52.

⁽c) L. dos Autos das Vereações de 1824 a 1828, fis. 35.



Antigo edifício da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo



só com a Câmara aclamou o Senhor Infante, Rei Absoluto, mas ostentando-se perjuros declararam não ter reconhecido outro por seu natural e legítimo Rei, desde a morte do Senhor D. João VI - dirá dois mêses depois o Govêrno Interino Liberal a D. Pedro IV, num relato dos acontecimentos (a). «Muita gentalha com os infames sequazes do General» — acrescentará. «Facção perjura, rebelde e tumultuária e de rôtos» — escreveu o Deão Ferraz — classificando a enorme massa popular que aclamou o Príncipe Regente! Os «rôtos» eram os mesmos que o Padre tanto lisonjeara quando se manifestara fervente admirador de Stockler!

Os epítetos ultrajantes, afinal, traduziam o furioso despeito de quem lutando na convicção de que servia a Causa do Povo, o via do outro lado da barricada! De resto, «perjuros», «rebeldes», «infames seguazes», *traidores* — são palavras que daí em diante andarão na bôca e nos escritos dos dois partidos, tão repetidos, que perdem o sentido rigoroso. A verdade irrecusável é que D. Miguel é adorado por quási tôda a população, sem excluir nenhuma camada social. A fidalguia representada pelos Pereira Forjaz, protectores da Misericórdia, os Cantos, em que sobresaía Luiz Meireles do Canto e Castro, pessoa de grande relêvo intelectual, e filantropo, os Monizes com o Capitão de linha João Moniz Côrte-Real, condecorado com a Cruz de Oiro na Guerra Peninsular, os Pamplonas, os Bettencourt, os Vasconcelos e Lemos, os Sieuves de Seguier, os Almeidas, e muitos mais; a cleresia secular quási tôda, com o Deão Fructuoso, à frente, a cleresia regular também quási tôda, na qual se destaca o prégador régio e escritor Frei António do Rosário; militares de prestígio como os Coroneis Caetano Paulo Xavier, o Tenente do Real Corpo de Engenheiros, Roberto Luís Mesquita Pimentel, antigo Deputado em 1822, e ambos da Academia Militar da Cidade, o Brigadeiro Castilbranco que já substituíra Touvar no govêrno da Ilha, o Coronel de Milícias Cândido de Menezes Lemos e Carvalho, antigo membro do Govêrno Interino, em 1823, e o Tenente--Coronel Manuel José Coelho Borges, alma de distinta formação moral, cavalheiresco e generoso, e tantos outros! A apoiar os chefes, a maior parte dos negociantes, e a «arraia miúda» transbordante de entusiasmo.

São quási dez horas, o sino da Câmara já toca chamando a Verea-

⁽a) L. de Contas, 8, fls. 55.

ção. A multidão está em ânsia e em frenesi! Muitos dos fidalgos estão reunidos em casa de Luiz Meireles — sabia-se. De súbito ouve-se um sussurro, logo rumor e vozearia, são êles que chegam! Faz-se espontaneamente uma clareira para a passagem.

Os fidalgos ao tempo, tinham o prestígio de heroicas tradições, ligadas à gloriosa história da Ilha e às emprêsas guerreiras em que tinham entrado, em Portugal, na África e na India, e também da sua influência como Morgados grandes proprietários, e do mando secular nas Câmaras e nas Milícias. Prestígio já diminuído, é certo, porque com a protecção dos Conventos brilhavam pessoas de condição humilde como o Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, um enjeitado, Tibúrcio António Craveiro, e tantos outros, e a burguesia crescia em importância social com o desenvolvimento do comércio e com o aumento do número dos pequenos proprietários. Mas a nobreza impressionava tambêm os Povos, porque cultivava com esmero a arte de equitação e espada, fazendo, em dias festivos, cavalhadas, justas e torneios, — e toureando com galhardia e com vistosos trajes, ali mesmo naquela Praça e na do Castelo de S. João Baptista ou nos páteos dos seus solares do campo, toiros em pontas, bravos e corpulentos! A «arraja miúda» que sempre admirou, num instinto de beleza, a valentia e a elegancia, ficava extasiada!

No dia 18 os nobres não vinham a cavalo, mas em traje de grande gala, de casaca de seda e calção de setim, cantar hossanas ao Rei Cavaleiro, o Rei inimigo dos "Aranjanos", o Rei do partido do Povo!

Os Mesteres da «Casa dos 24» andavam quási, tu cá, tu lá, com os fidalgos, nas lutas travadas desde 1821, contra os Constitucionais. D. Miguel, para os Terceirenses, era o Rei da Nobreza e do Povo!

Os fidalgos naquele famoso dia, na imaginação popular, entravam na Praça para uma tourada sem touros, mas para uma tourada real. E logo que êles começaram a atravessar a Praça, — a multidão num gesto irreprimível, em unisono, em vibração, gritou: Viva D. Miguel, Rei Absoluto! Os fidalgos acenam com os lenços, e logo um mar de lenços! Não pretendiam êles aclamar Rei a D. Miguel e apenas, na Câmara, votar que se suplicasse que o fôsse — mas passaram além, arrastados pelo delírio irresistível de milhares de pessoas. Não é o Capitão-General que tomou a iniciativa da Aclamação, nem pensar nisso, não são os nobres — é o Povo! Que a propaganda e o presti-

gio dos graúdos da Cidade e da Praia influíram no amor ao Príncipe, não sofre controvérsia, mas indubitavelmente, por sua vez, a «arraia miúda» é que os levou às últimas conseqüências! Os fidalgos secundaram os vivas da multidão, e um dêles se destaca, Mateus Pamplona Machado Côrte-Real, Capitão de Milícias (a), porque foi o primeiro, sinal de não haver confuio e de hesitação dos outros companheiros.

Preside à refinião extraordinária o Juiz de Fora, Valente Farinho. Estão na sala os vereadores, os Procuradores dos Misteres e representantes das três classes, no seu máximo número. Há no comêço o silêncio soleníssimo das grandes e comovidas reuniões. Leu-se o ofício do Capitão-General e a acta da sessão anterior. O Presidente disse, com pausada nitidez, que se vai deliberar sôbre as medidas que convém adoptar ... mas não o deixam acabar! Os representantes das classes interrompem para dizer que era ocioso deliberar porque o Povo na Praça já aclamara, com entusiasmo e espontâneamente, D. Miguel, Rei de Portugal e que êles aprovavam a aclamação já feita. O ambiente é de febre! O entusiasmo da multidão tocara como um fluido eléctrico, tudo e todos, e ali mesmo as pessoas convocadas dão vivas a D. Miguel! Mas é preciso redigir um auto, — e fez-se nova pausa, peitos opressos, olhos brilhando! O Juiz consegue ditar para o auto os motivos por que a Câmara fôra convocada, - mas quando ia passando à deliberação, novamente surgem as interrupções, e o Tenente do Real Corpo de Engenharia, Roberto Luiz de Mesquita, auxiliado por Jerónimo Pamplona e Luís Meireles, redige, que «o auto de vereação» se tornou em verdadeiro auto de aclamação do referido Senhor, o Muito Alto e Poderoso D. Miguel, Rei de Portugal, pelo perfeito conhecimento de que êle é o nosso único e legítimo Rei natural depois do falecimento de El-Rei o Senhor D. João VI». A frase «nosso único e legítimo Rei natural depois da morte de D. João», suscitou tímidas observações. Em nome de D. Pedro se tinham publicado Decretos e até uma Carta constitucional; -- a Regente em nome de El-Rei e o Capitão-General deram ordens; o seu aniversário, como Rei, fôra comemorado com salvas e Te-Deum! Roberto de Mesquita assumiu a responsabilidade da frase — e as observações sumiram-se! A frase é um arranco de entu-

⁽a) Folheto de João Moniz Côrte-Real, «Fatalidades do Povo da Terceira».

siasmo do momento. Mas traduzia uma verdade para «os realistas puros». Tinham-se subordinado na Terceira, aos Decretos, pela fôrça, mas nunca tinham considerado D. Pedro como Rei legítimo. Quando a 15 de Abril de 1826 chegou a Angra a notícia do falecimento de D. João, logo começou a oposição ao Príncipe primogénito e à Filha, com o fundamento de que êle era estranjeiro, e não podia ser o sucessor, e que D. Maria não podia herdar direitos que o pai não tinha. Em 1822 os Povos da Terceira ainda tinham jurado, freguesia por freguesia, Deus sabe como, a Constituição, mas com a «Carta» não se procedera assim. A «Carta» foi jurada pela Câmara apenas, e com uma frieza glacial. Houvera eleições, mas os realistas não concorreram às urnas, impugnando a validade do Diploma Constitucional, na firme convicção de que D. Miguel era o verdadeiro Rei e restauraria o Regime Absoluto. Nem D. Pedro como Rei pusera pé no seu Reino, nem os seus súbditos brasileiros o consentiriam, porque ou uma cousa ou outra, Imperador do Brasil ou Rei de Portugal. Se em Portugal os constitucionais admitiam a dualidade, não há dúvida que o brio dos brasileiros não a tolerava!

A História oficial das escolas portuguesas, depois do triunfo de D. Maria II, vingou-se do Engenheiro Roberto Luís de Mesquita, considerou sempre o Imperador do Brasil, Rei de Portugal, ao passo que negou sempre o título a D. Miguel!

Os termos da convocação da Câmara para a sessão extraordinária com as Três Classes eram vagos. O propósito dos promotores da apressada convocação era pedir ao Infante Regente que assumisse a Realeza. A reunião foi além disso — aclamou-o Rei, mas não se diga que não deliberou, porque ratificar a aclamação popular é deliberar. O Auto está subscrito pelo «escrivão» — todos os vereadores o assinam e a seguir assinaturas — aos montes! Nunca houve «auto» que tanta assinatura tivesse!

Há uma só pessoa que se nega a assiná-lo: o Capitão Agapito Pamplona Rodovalho. Se se tivesse apenas representado ao Príncipe que assumisse a Realeza, teria assinado? Discordou das declarações, quanto a D. Miguel ser o único Rei legítimo? Porque compareceu êle à reunião, quando não era obrigado a isso e bem sabia do estado fremente da população?! Durante a reunião nada consta de qualquer objecção posta por êle. Seja como for — um acto de coragem, produto do seu constitucionalismo e do seu génio . irascivel!

Agapito Rodovalho assentara praça como Cadête, a-pesar-de lhe faltar, pelo lado da mãe, título de nobreza (a). Conseguira o mesmo privilégio para o filho mais velho, mas houvera dificuldades irremovíveis para os outros dois filhos, a-pesar-da boa informação de Touvar. O Capitão-General Araújo protegera-o, facilitando-lhe o acesso rápido. Agapito colaborou com Araújo, notabilizando-se na perseguição e matança das cabras! Entrou com êle na Revolta constitucional de 2 de Abril de 1821, e durante o regime do «Soberano Congresso» deu largas à sua impulsividade e exaltação que foi ao ponto de subir ao púlpito da Igreja de S. Mateus para defender o Constitucionalismo! De aí em diante teve desavenças com os realistas.

No dia 18 de Maio esteve calado, calado... — até que rebentou o fel, não, subindo a qualquer púlpito, mas não... assinando o auto!

O seu gesto audacioso não provocou pancadas, a-pesar-da excitação que reinava na Sala. Talvez, porque o prenderam imediatamente. Uma prisão a tempo, pode salvar um homem das iras populares!

O Capitão-General foi informado do gesto de Agapito, e depois de pensar... 24 dias, (b) mandou proceder a um conselho de investigação para servir de base a um Conselho de Guerra.

Na Câmara e no mesmo «auto» se deliberou enviar a Sua Majestade uma Deputação composta pelos nobres João Pereira Sarmento Forjaz de Lacerda, Capitão-Mor da Cidade e Comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição, e José Teodósio de Bettencourt Vasconcelos, Coronel de Milícias e Comendador Honorário da Ordem de Cristo, — para apresentarem «ao mesmo Augusto Senhor os votos de todo o povo da Leal Cidade». Os dois Comendadores não partiram em Maio para a Côrte, no cumprimento da sua alta e honrosa missão. E porque a 22 de Junho sobreveiu a Revolta constitucional em Angra, José Teodósio, quando os triunfadores começaram a realizar prisões a êsmo, escondeu-se no Solar da Madre de Deus, do pai, Brigadeiro, Vital de Vasconcelos, onde passou muitos dias, por detraz do Altar da Ermida, anexa ao Solar, (c) e passou para a Ilha de S. Jorge, até que conseguiu fugir para a Inglaterra, que recebia em seu seio hospitaleiro políticos de tôdas as côres.

⁽a) L. de Contas, 7, fls. 17.

⁽b) L. de Ordens, 15, pág. 129.

⁽c) Informações de pessoas de família

Ioão Pereira Sarmento de Lacerda Forjaz, em Agôsto, foi demitido de Capitão-Mor e recebeu ordem de sair da Ilha. Com a família seguiu para Lisboa. Sequestraram-lhe os bens. (a) Com Lacerda Forjaz foram os dois filhos, Diogo e João, que tinham assentado praça como Cadêtes em 1825. O João, em Janeiro de 1834, era Tenente de Cavalaria do segundo Regimento da Capital, e bateu-se com denodo, por D. Miguel. O Brigadeiro, Conde de Bourmont, e o Tenente-General Governador do Alentejo, Azevedo e Lemos, fazem referências elogiosas seus brilhantes feitos de armas nos combates do Rio Sado, em comunicações dirigidas a El-Rei (b). O tio, o Tenente-Coronel Luís Diogo Pereira, casado com D. Francisca Moniz Côrte-Real, bateu-se também com singular denodo, durante as invasões francesas, e morreu, comandando uma carga de baioneta (c). Se êste morreu pela Pátria, o Tenente arriscou a vida pelo Rei. Mas para o valente rapaz arriscar a vida pelo Rei, era mais que lutar por um ideal político, era lutar pela Pátria. Na sua concepção, que as tradições cultivadas com fervor na Família alimentavam, Rei e Pátria confundiam-se.

Terminada a sessão, o Presidente Valente Farinho veio à janela e gritou: «Viva El-Rei, o senhor D. Miguel!» O Viva do Presidente, que andava envolvido em suspeitas tertúlias constitucionais, devia saber-lhe a... sal azêdas, mas a prudência obrigou-o a conformar-se e até a fingir-se satisfeito! A coragem no dia 18 ficou reservada apenas para Agapito Rodovalho, o orador intruso da... Igreja de S. Mateus e matador de cabras!

Milhares de pessoas na Praça corresponderam ao viva, com delírio, como se estivessem no deserto e o maná caísse do Céu!

⁽a) L. I de Contas Correntes, fis. 96 — Arquivo do Govêrno Civil.

⁽b) Boletim do Exército, n.º 14, de 16 de Janeiro de 1834

⁽c) O Marechal, Marquês de Campo Maior, em a «Ordem do Dia», expedida no Quartel General d'Ustarits, a 25 de Dezembro de 1813, dizia : «Entre os oficiais mortos não pode Sua Excelência deixar de mencionar, para receberem os pesares da sua Pátria, o Tenente-Coronel do Regimento de Infantaria N.º 3, Luís Diogo Pereira Forjaz, oficial, que ainda que de pouca idade, dava a maior esperança. Era êle sempre o primeiro a arrostar-se com os perigos : subiu ao Posto que tinha pelo seu valor, e merecimento, e perdeu a vida gloriosamente nas fileiras do inimigo em huma carga de baionetas, mas vendo ainda os seus bravos soldados vencedores». (Folheto impresso, em 1817, em Lisboa, e existente na Câmara Municipal de Angra-do-Heroísmo).

Estava consumada a aclamação! Só faltava, agora, ir comunicá-la ao Capitão-General. E a Câmara, em corporação, acompanhada pelo Povo largou para o Palácio. Repicam os sinos das Igrejas, Ermidas e Mosteiros, alegremente!

Touvar, dias depois, descreveu, o que se passou, ao Ministro da Marinha (a).

«A Câmara da Cidade, com todos os mais cidadãos que ali se achavam presentes, saíram logo a vir participar-me quanto tinha ocorrido; sucesso que não deixará de merecer a Augusta Complacência de Sua Alteza por ser nascido de efusões de cordeal amor, vassalagem a um Príncipe adorado pelas suas virtudes. Na Casa do Docel do Govêrno recebi a Câmara, ficando nas Salas imediatas o Clero e a Nobreza, à qual respondi que aprovava tudo quanto tinham feito, e depois que se retiraram cheguei às janelas do Palácio com os Ajudantes de Ordens e Secretário do Govêrno e dei vivas ao Senhor Infante D. Miguel I. Rei de Portugal, os quais foram correspondidos pela mesma Câmara, Clero e Nobreza que estavam ainda na Praça do Palácio, e por milhares de pessoas ali reunidas».

«Aprovava tudo quanto tinham feito»... era o que podia dizer ao Ministro e Secretário de Estado da Marinha — e fizera-o, por submissão à impetuosa vontade popular e não por uma resolução activa, sua!

À noite, a cidade iluminou espontâneamente, salvo raras casas. Mas as excepções provam que não há terror; pôs luminárias quem quis. A alegria dos Povos é manifesta, transbordante! Durante a noite, cânticos, músicas, ranchos, «alvoradas». As festas continuam nos dias seguintes; os Povos das aldeias acorrem à cidade. Arcos triunfais nas ruas. Distribuem-se profusamente ramos de oliveira e fôlhas de loiro, — símbolos de paz e triunfo. Os foliões cantam, tangendo tambores e pandeiros.

Não houve desacatos, nem assuadas, nem morras, — apenas um Povo que pacificamente mostrava o seu extraordinário contentamento.

Drumond escreveu (b): «não se pode suficientemente explicar o entusiasmo e alegria a que chegaram os chefes desta Aclamação, nem o que pelas ruas da cidade se praticou; é impossível descrever dignamente o entusiasmo e alegria de tanta gente de um e outro sexo, que

⁽a) L. de Contas, 8, fls. 53.

⁽b) «Annais», V. IV, pág. 95.

nestas alvoradas concorreram com tanta devoção como se fôsse para um objecto sagrado».

No «lugar das Covas» houve um pequeno incidente. Um popular colocou uma bandeira inglesa no Pelourinho. Os constitucionais, à sorrelfa, exploraram o caso. A bandeira no Pelourinho era uma desconsideração à Inglaterra! Além disso o Morgado Joaquim de Almeida teve uma discussão azêda com o súbdito britânico Carlos Needham. O Vice-Consul inglês, Hilário Alton, filho do antigo Consul Diogo Alton, apresentou um protesto ao Capitão-General (a). Este, porém, não se amedrontou, nem fingiu tomar qualquer procedimento contra os arguidos, e respondeu que não considerava ofensa à Nação Inglesa o facto «de um homem insignificante, muito inconsideradamente, ter posto uma bandeira inglesa no Pelourinho, tanto mais que o homem conhecendo o êrro que cometera, a retirara e pusera em seu lugar o estandarte de Nossa Senhora». Quanto à «contestação» entre Joaquim de Almeida e Needham, «por ocasião de um festejo público» -- isso também em nada ofendia a Inglaterra. Com a resposta se satisfizeram os pruridos patrióticos da Autoridade Consular. De resto as relações entre o Capitão-General e Hilário Alton foram sempre muito cordeais. O Capitão-General, em 1825, tomara providências prontas e eficazes para salvar embarcações inglesas, surtas no pôrto da cidade (b) e houvera, por isso, troca de expressivos ofícios de apreço e reconhecimento. Touvar afirmara interessar-se muito «pela Nação Inglesa, sempre amiga e aliada dos Portugueses, à qual já prestara serviços, quando Governador da Capitania do Espírito Santo.» Mas Touvar devia ter penetrado no coração do Vice-Consul, especialmente por outro motivo... Alton quis casar com D. Ana Carlota, filha de António Borges Teixeira e de D. Ana Tereza Moniz (c). A rapariga gostava do britânico, talvez seduzida pelos seus olhos azues! O pai não se conformava com o casamento, não só porque era mais nobre e mais rico, mas tambem por causa da diferença de religião. Foi preciso suprir o consentimento paternal. O noivo apelou para a Côrte e o Capitão-General tomou a sua defesa calorosamente. O romance de amor teve seu epilogo feliz; os dois namorados casaram, só não houve meninos . . .

⁽a) L. de Contas, 15, fls. 122.

⁽b) L. de Ordens, 13, fls. 71 v.

⁽c) L. de Contas, 7, fls. 270.

Os Constitucionais, como era natural, andavam com a alma num nó por causa das intermináveis festas, embora alguns, arrastados pela alegria comunicativa, se associassem. Outros mais rancorosos espalharam, em momento propicio, vidros de garrafa pela estrada de S. Gonçalo, por onde passaria a multidão. Desabafo de vencidos. . .

Um facto se passou, reparado por algumas pessoas e logo propalado: o Capitão Quintino Dias não correspondeu aos vivas, que segundo a ordenança, as tropas deram ao Mui Alto e Poderoso Senhor D. Miguel, após o Te-Deum realizado na Sé Catedral para solenizar a aclamação. O Capitão exigira, para corresponder aos vivas, ordem escrita do Quartel General, mas Touvar não a deu, não a deu nem se queixou ao Ministro que conste dos documentos oficiais, como constam as queixas que apresentou à Côrte em 1826 contra o Tenente-Coronel Francisco de Magalhães Peixoto, por ter pertencido à Divisão do Marquês de Chaves e contra o Capitão Marcelino Bandeira por se ter manifestado, por palavras, contrário à «Carta» Constitucional.

A atitude estranha do Chefe Supremo das Fôrças Militares, talvez se explique pela razão de que o Príncipe Regente ainda não fôra aclamado Rei, pelas Côrtes, e tanto que êle nas «Contas» enviadas ao Ministro, posteriormente a 18 de Maio, ainda tratou D. Miguel por Infante Regente, embora omitisse o apendículo — «em nome de El-Rei (a).

Em suma, a aclamação fizera-se sem perturbação da ordem — e era isto que o pobre velho queria a todo o transe. E muito satisfeito pôde comunicar ao Govêrno «que de modo algum se alterara o socêgo, paz e harmonia públicas» (b).

As Câmaras da Praia e de S. Sebastião também fizeram a aclamação. Pelo ofício de 3 de Julho da Câmara de S. Sebastião, (c) que remete o Auto, se vê que assistiram à solenidade, além dos Povos da Vila «os do lugar do Porto Judeu e os do lugar do Raminho, freguesia dos Altares, distante sete léguas».

⁽a) L. de Contas, 8, fls. 52, 53 e 54.

⁽b) L. de Contas, 8, fls. 53.

⁽c) Correspondência dos Capitães-Generais, arquivada no Govêrno Civil.

VII

Câmaras. "Casa dos 24".

Como se viu, as Câmaras Municipais desempenharam um papel primacial na Aclamação do Rei. Em torno delas girou a política na solução dum problema da mais alta gravidade. A importância das Câmaras foi sempre grande e viva, profundas as suas raizes em todo o País.

Durante longos anos os nobres em conjunto, sob a direcção do Corregedor, escolhiam aqueles que por sua vez elegeriam os Vereadores e o Procurador do Concelho. A «Casa dos 24», em separado, escolhia os seus Procuradores. Ao lado das Câmaras os Capitães-Mores, eleitos por elas, e com funções militares, e administrativas em casos estrictos.

Como reacção contra os Governadores espanhois — a Câmara de Angra fez a súplica a D. João IV, que já dera à cidade o título de «sempre Leal», para que nas Ilhas não houvesse Vice-Rei nem Governador General, e a súplica foi atendida por Alvará de 15 de Junho de 1654. Também o mesmo Monarca, por Alvará, determinou que os Governadores do Castelo e os Capitães-Mores quando quizessem tratar com o Município de Angra fôssem pessoalmente «às Casas dela», não tendo o direito de mandarem chamar os Vereadores e Mesteres «em corpo de Câmara». E ainda deu aos «oficiais da Câmara» a proeminência nas Cadeiras que «se põem nas Igrejas em certas ocasiões» e estabeleceu que o Governador do Castelo se assentasse em lugar separado.

Se as Câmaras das Ilhas eram o centro da Administração Pública — a de Angra tinha o orgulho das suas regalias, e a cada passo, nos «autos» das suas «vereações», se fazem, impando, referências a elas!

Com a creação da Capitania dos Açores e consequente nomeação dos Capitães-Generais, as Câmaras continuaram a ter um papel muito importante na Administração Pública, embora fiscalizadas de mais perto, pelo representante do Poder Central. Nos últimos dois quarteis do século XVIII, e depois, o Corregedor organizava as pautas com as pessoas da Nobreza, e El-Rei, pela Junta do Desembargo do Paço,

nomeava os Vereadores e o Procurador do Concelho, que tomavam posse a 2 de Janeiro e exerciam os cargos durante um ano.

A «Casa dos 24», ou dos «Ofícios Embandeirados» elegia representantes para defenderem nas «vereações» os interêsses do Povo. A sua influência nos Acórdãos da Câmara era grande, aumentando de uma maneira extraordinária desde que começaram, em 1821, as lutas políticas.

A Câmara não se reputava plena quando não estavam os Mesteres, nenhum ofício do Govêrno podía ser aberto sem a sua assistência e as respostas deviam ser assinadas por êles (a). Os Ofícios Embandeirados conheciam bem as prerrogativas que lhes dava o Regimento ou Foral e até o esticavam na sua execução.

O Cap. I estabelecia (b) que a «Casa dos 24» elegia «quatro pessoas para estarem na Câmara com o Juiz e os Oficiais», e o III, que «se os oficiais houvessem de lançar Fintas ou Talhas ou fazer Posturas o não façam sem mandar a chamar os 4 Procuradores dos Mesteres para por parte do Povo requererem aquilo que fôr de seu bem e seu proveito»; e o Cap. VI que «o escrivão da Câmara para bem comum do Povo lhes daria as escrituras que êles pedissem sem lhes levar dinheiro».

Em 1822, em regime constitucional «vintista», os Mesteres ao verificarem que nas eleições de deputados nenhuma influência sensível tinham, quiseram mandar um representante seu... às Côrtes Extraordinárias». O Deputado Manuel Inácio Martins Pamplona (c) escreveu para Angra a dizer que a pretensão era um absurdo, e o Juiz de Fora Mascarenhas Grade profligava a audácia dos Mesteres, em termos, os mais duros. Os «Ofícios Embandeirados» teimaram ... e é que mandaram à margem da Lei, a Lisboa, o alfaiate Francisco de Aguiar Vieira, que para irritar mais os constitucionais foi únicamente «felicitar Sua Majestade», não fazendo caso algum do «Soberano Congresso». O Grade enfurecia!... Chamava (d) «turbulentos e intrigantes» ao alfaiate e ao serralheiro Joaquim Homem. E dizia mais: «os Pro-

⁽a) Certidão passada pelo Escrivão da Câmara de Angra, Vicente Pereira de Matos, em 9 de Julho de 1821, e publicada em um folhêto: Ilustração do folhêto «Voz da Verdade», fls. 10, edição de 1822.

⁽b) Correspondência das Câmaras — Arquivo do Govêrno Civil de Angra-do-Heroísmo

⁽c) L. de Registo da Câmara, n.º 10.

⁽d) Correspondência das Câmaras — Arquivo do Govêrno Civil.

curadores da «Casa dos 24» que umas vezes se denominam «Membros Místicos e inseparáveis do Senado», outras se arrogam os títulos de Procuradores e representantes do Povo, com outros apelidos não menos cerebrinos e pomposos nada mais são que Procuradores da Casa dos 24 ofícios mecânicos, ainda que lutando há muito para se mascararem com um verniz mais brilhante do que lhes dá o seu verdadeiro Instituto».

Os Mesteres não tinham as opiniões do Grade, façanhudo constitucional, — e já em várias ocasiões solenes tinham escrito nas suas representações que procediam «em nome do Povo da Cidade», fazendo tábua rasa das três classes, sem darem por isso. Eram, a-pesar-de realistas exaltados, mais... constitucionais que o Juiz de Fora!

As Câmaras escudadas no título 66 do L. I das Ordenações que impunha «aos Municípios a obrigação de prover e vigiar sôbre o bem estar dos Povos», e ampliando o sentido do texto, ultrapassavam a simples administração, para se intrometerem nos assuntos políticos. E foi com fundamento no título 66 que a Câmara de Angra, em 12 de Julho de 1824, (a) já depois de recebida a notícia da nomeação de Touvar, ousou levar ao Rei a representação da Nobreza, Clero e Povo para que Stockler continuasse Governador da Capitania.

Nas Câmaras tomavam posse, prestando juramento, os Capitães-Generais, Corregedores, Juizes de Fora, Almotacés, Professores e outros empregados públicos. Por Acórdão se mandava dar posse e fazer o registo dos Diplomas de nomeação. Sem a posse e o registo — as próprias «Cartas Régias» não tinham validade executória.

Qualquer municipe podia dirigir-se à Câmara, por meio de representações, ou a pedir que se representasse ao Capitão-General e ao Rei. Havia quem requeresse o registo de «memórias», de serviços prestados, e até de... sonetos!

Em questões de grande interêsse como o de exportação de cereais e abastecimentos, a Câmara convocava as três classes, para darem o seu parecer. Havia, então, torneios oratórios, com a intervenção de advogados, e dos vereadores mais cultos, e discussões agitadas, com aplausos ou apupos da «arraia miúda».

No primeiro quartel do século XIX começou a aparecer, às vezes,

⁽a) Autos das Vereações de 1824 a 1828, fis. 31.

um grupo de pessoas convocadas, constituindo um quarto grupo, — o dos negociantes. A burguesia, que já era uma fôrça.

Para exercer qualquer «ofício mecânico», e mesmo para ser «tendeiro» o pretendente submetia-se a exame na Câmara, que passava depois a competente «carta», se o examinando ficava aprovado (a). Por meio de editais ou «Bandos» o «Nobilíssimo Senado» comunicava ao Povo os factos mais importantes ocorridos na Capital do Reino ou na Ilha, as resoluções mais graves, e recomendava «regosijos públicos».

Da Câmara também irradiavam satisfações de vaidades, como os convites aos fidalgos para levarem as varas dos Pálios nas posses dos Capitães-Generais e nas procissões de «Corpo de Deus», da «Aclamação de D. João IV», do «Mártir S. Sebastião», da «Ressureição», dos «Ramos» e da «Bula». E também para levarem as lanternas — os dois mais respeitáveis fidalgos.

Nas recepções solenes no Palácio, a Câmara, em corporação, preterindo tôdas as outras autoridades, ficava colocada à direita do Docel do Capitão-General, — a suprema honra!

E por tudo, e especialmente, porque os Capitães-Generais e os Govêrnos Interinos que os substituíam no seu impedimento, conforme a lei 1717 (b), e os Corregedores, a despeito das «Cartas Régias» que os nomeavam, só entravam em exercício de funções depois da Câmara, por acordão, lhes ter dado a posse, o prestígio municipal tornara-se imenso, alastrara, subira na imaginação popular! E o que era apenas um cumprimento, por parte das Câmaras, de um dever burocrático, de verificação da legalidade formal das «Cartas Régias» ou «Ordens», — transformou-se no sentimento de que a posse podia ser negada e que se podia dar vida legal a um Diploma que o não tivesse!

Tôdas as Autoridades, sem exceptuar os Secretários de Estado, reverenciavam o Senado — e aos olhos deslumbrados das massas populares as resoluções camarárias, com Clero, Nobreza e Povo, em actos de relevante interêsse geral e até em actos políticos de magnitude, adquiriam uma fôrça tal, que só o Rei podia abalar!

Na Câmara o que não tinha vida — ressuscitava, o que era ilegal, legalizava-se, se assim se resolvesse, mesmo sob coacção! O «Nobilis-

⁽a) L. de Registo da Câmara, n.º 10.

⁽b) Como os Secretários dos Govêrnos Civis substituem os Governadores no seu impedimento.

simo Senado» tinha o privilégio das mãos divinas dos Faraós que tocando as flores ressequidas, lhes davam frescor, brilho e perfume! E é por isso, que Francisco António de Araújo, logo depois da Revolta Constitucional, da noite de 1 para 2 de Abril de 1821, e de se ter organizado o «Govêrno Superior das Ilhas» — foi à Câmara tomar posse. A Câmara deu-lha, cedendo às armas; alguns vereadores não apareceram, e foram substituídos por outros constantes das pautas, mais acomodatícios. Porém, podia afirmar-se que a Câmara aprovara o Govêrno. Formalmente apenas, embora! Os Paços do Concelho eram um símbolo de significação profunda. A palavra «Câmara» tinha sedução mística!

Dois dias depois da revolução de Araújo — uma contra-revolução reconduziu ao seu lugar o Capitão-General Stockler e êste imediatamente fez reunir o «Senado» para «anular com a maior solenidade os actos praticados pelo Govêrno Superior das Ilhas». Os actos do Govêrno revolucionário eram ilegais e tiveram a duração das rosas de Malherbe — mas passaram pela Câmara, ainda que pro-forma; julgou-se porisso, indispensável anulá-los nos mesmos Paços do Concelho!

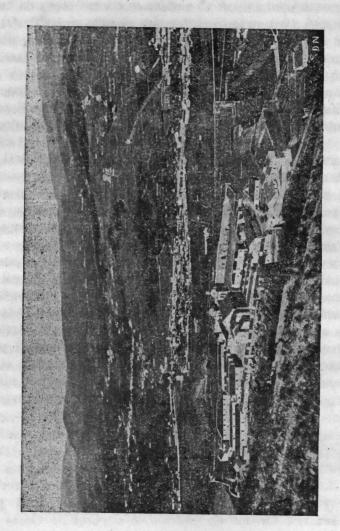
Em 1823, em Agôsto, na cidade reina o caos! Os soldados revoltaram-se não respeitavam quaisquer oficiais! O Comandante Militar fugira! O Povo tumultuava nas ruas! O remédio foi constituir-se um Govêrno Interino, que não está de acôrdo com a lei, pois até o Corregedor fôra prêso pela «arraia miúda». Mas o Govêrno vai à Câmara, recebe a sua bênção... e pode assim, cautelosamente, dar Ordens e expedir Portarias, amainando a tempestade popular! A Câmara, «a Casa do Povo» — ainda hoje se diz na Ilha Terceira!

VIII

A Revolução Constitucional de "22 de Junho"!

Após a aclamação de D. Miguel e passados os dias de festas e de exuberantes manifestações de alegria — a vida retomou seu aspecto normal. Nem o povo pratica quaisquer desacatos, nem o Capitão-Ge-

			<u>.</u>	



Interior do Castelo de S. João Baptista, vendo-se ao fundo parte da cidade de Angra do Heroísmo

neral persegue quem quer que seja, nem sequer o Capitão Quintino é transferido!

Os absolutistas continuam a receber notícias favoráveis de Lisboa, muito próxima a aclamação do Príncipe adorado, pelas Côrtes, dos três braços do Estado. Os constitucionais recebem-nas também dos correligionários do continente com exagerado optimismo quanto ao resultado futuro das conspirações em que andavam envolvidos no norte do País. E em Angra, o que eram tertúlias de conforto mútuo e de projectos de reacção, conjúra em potência, transformou-se em centro de activas conspirações e de aliciamentos para uma revolução que acompanhasse a que se daria na cidade do Pôrto. Conspira-se no Solar de Santa Luzia em que pontifica enérgico e sacudido o joven Morgado Teotonio de Ornelas, acolitado pelo seu guarda-livros João Francisco de Oliveira Bastos, em casa do Capitão de Artelharia Luís Maria Morais do Rêgo. De bôca em bôca, em surdina e tom de mistério, se falava em Ornelas e nos primos Noronhas, nos Capitães José Quintino Dias e Morais Rêgo e no advogado Manuel Joaquim Nogueira.

Por conta própria os populares miguelistas espionam, aproximando-se do Solar de Santa Luzia, isolado no alto da cidade, deslizando como sombras pelos quintais. Apontavam-se a dedo os que lá entravam, todos constitucionais e de coturno! A virtuosa Senhora D. Rita Pulquéria o que não diria se fôsse viva! Deixou o filho apenas com 16 anos de idade, que pêna... os maus conselheiros... peroravam as senhoras fidalgas! (a) Morais Rêgo na sua casa, no Castelo, recebe, depois da hora de recolher, alguns alferes e sargentos de Caçadores 5. Quintino já proferira frases, diante de soldados, que o denunciavam!

De quási tudo o que se passa — sabem-no os caudilhos realistas que previnem o Capitão-General por intermédio dos seus Ajudantes de Ordens, Coelho Borges e Morais Âncora. No seu Solar da Terra-Chã, o Capitão João Moniz Barrêto Côrte-Real, conhecido como partidário de D. Miguel, foi também informado e com pormenores das conspirações. Este oficial fizera a campanha peninsular, obtendo menções elogiosas nas Ordens do Exército, e a «Cruz de Ouro» pela coragem com que se batera em transes arriscados das batalhas com

⁽a) D. Rita Pulquéria de Ornelas Paim, faleceu em 1823.

um inimigo aguerrido, e pelo saber técnico que demonstrara. Era também Cavaleiro das Ordens de Cristo e de Aviz.

O fidalgo e herói repousava no seu Solar, alheio ao redemoínho da política local. Não encontramos nos livros de «Ordens» e de «Contas» ao Govêrno que reflectem os torcícolos da política da Ilha Terceira, com seus anseios, vaidades, pretensões e intrigas — qualquer referência ao Côrte-Real, a não ser uma, aliás muito vaga, àcêrca de um requerimento por êle feito quanto à administração dos bens de seu pai Francisco Moniz, interditado por prodigalidade (a).

O distinto oficial tem a paixão pelo Príncipe — perceberam-no os amigos íntimos e num meio enfebricitado pela política, quási tudo medido e apreciado por ela, tôda a gente acabou por saber das suas opiniões. Quando o informaram da actividade dos partidários de D. Pedro, cheirou-lhe a pólvora e ao fragor dos combates, e o seu alheamento transmudou-se em viva excitação. Não é da intimidade do General, mas serviu-se do comum amigo, António Tavares (b) para o prevenir dos manejos dos constitucionais e de chamar a sua especial atenção para Quintino.

Touvar nem providenciou nem actuou! As desordens de «Abril» de 1821 e «Agôsto» de 1823, praticadas pelos realistas e a que êle nem sequer assistira, fisgaram no seu espírito teimoso e doente a ideia de que só nêles havia o perigo de ser alterada a sua querida «tranqüilidade pública». Fiou tudo dos meios suasórios.

A 3 de Junho está ainda muito preocupado com o apedrejamento das janelas do Corregedor, feito a 12 de Abril. Está em boas mãos a devassa — é o juiz Farinho que a faz. Mas êle é mais papista que o Juiz de Fora! Extranhou-lhe a demora no andamento do processo. A demora não significava negligência, sim boa vontade do investigador, à cata apenas dos nomes dos criminosos, que o corpo de delito directo era bem claro!

João Moniz Côrte-Real, perspicaz, viu no Capitão de Caçadores 5 o mais perigoso dos elementos da conjura. O Povo, porém, desconfiava mais de Morais Rêgo, porque o odiava desde 1821. Entrara na

⁽a) L. de Contas, 7.

⁽b) «Fatalidades do Povo da Ilha Terceira», de João Moniz Côrte-Real, publicado nos «Documentos para a História das Côrtes Gerais», V. 6, pág. 863.

revolta constitucional ao lado de Araújo e do Juiz de Fora, Grade, e comandara as tropas que fizeram fôgo sôbre a multidão que rodeava Stockler, matando algumas pessoas. Depois da contra-revolução, Morais Rêgo refugiara-se a bordo da fragata «Pérola» do Comando do Capitão de Mar e Guerra, Cunha Maldonado, para se livrar do furor do Povo!

Dizem os historiadores insulanos que o Capitão-General mandou Rêgo para a Praia comandar o destacamento que ali se encontrava. Manuel Pinheiro (a) diz até que êle «foi a primeira vítima de Touvar». Esqueceu-se de apontar a segunda vítima do tíbio General que sempre protegeu e favoreceu os constitucionais! Mandar um oficial para uma Vila, a cinco léguas de distância, centro de tropas e oficiais, e onde estivera, durante largo tempo, o distinto Coronel de Milícias, Cândido de Menezes, não é um castigo que mereça ser alvo de objurgatórias. Mas haveria apenas propósito de castigar, ou as necessidades de serviço teriam exigido a transferência, embora esta tivesse sido acelerada, pelas denúncias da conspiração?!

Só depois da aclamação, a 18 de Maio, começaram os constitucionais a preparar a revolta, e Morais Rêgo a reunir em sua casa os elementos militares aliciados. A verdade é que a 28 de Abril já Touvar resolvera mandar o Capitão de Artelharia para a Praia (b). Resolveu — mas não o mandou logo, pois que disse ao Comandante Militar da Praia «que em tempo competente se expedirão as ordens para que o Capitão Morais Rêgo siga para aí». Provávelmente o oficial pediu algum adiamento, porque só depois partiu. E partiu porque conspirava e a ordem foi apertada, ou porque o adiamento se exgotou e ela tinha de ser cumprida? Se Touvar o afastou da cidade com receio, o oficial artelheiro não teria muita razão de queixa, porque em Agôsto de 1825 requereu (c) para ser Comandante Militar da Praia com o Pôsto de Sargento Mor!

Seja como fôr — até ao dia 21 em que se iniciou a Revolução — o Capitão-General não tomou quaisquer medidas enérgicas a-pesar-das denúncias, as mais alarmantes, para desfazer a trama subversiva que

⁽a) «Épocas Memoráveis da Ilha Terceira», última parte, pág. 159.

⁽b) L. de Ordens, 15, pág. 99.

⁽c) L. de Contas, 7, pág. 110.

se urdia na sombra. Traição ?! A forma porque os liberais o trataram depois do triunfo, prendendo-o, expulsando-o da Ilha «por perigoso» (a) e as referências desagradáveis que lhe fazem; a forma porque êle procede depois, em Ponta Delgada, pondo-se ao serviço de D. Miguel e oferecendo-se até para acompanhar a expedição que pretende dominar a Terceira -- demonstram não ter havido da sua parte perfídia traiçoeira. «Mandão rebelde», «traidor» e «pérfido» lhe chamaram, mas os constitucionais, conquanto os «realistas» também o maltratassem! A atitude desconcertante do Capitão-General perante o perigo grave e conhecido, tapando os ouvidos ao rumor da tempestade que se avizinha, explica-se pela falta de fé política, agravada pelos seus oitenta anos de idade. Viera para Angra com tendências constitucionais, e a propaganda que fizera na defeza de D. Pedro e da «Carta» e a oposição que lhe moveram os absolutistas teriam deixado sulco no seu espírito. Não queria, evidentemente, o triunfo da Revolução, mas por falta de fé, e sem se aperceber das consequências, deixava correr... As acusações que levavam ao Palácio àcêrca das manobras, em surdina, dos partidários de D. Pedro, seriam invenção ou exagêro dos adversários fanáticos, pensava, talvez, o Capitão-General-l E depois para actuar com extrema energia era necessário praticar o que êle consideraria violências e estas repugnavam essencialmente no seu espírito legalista e ponderado. Em todo o seu govêrno se manifestou inimigo de violências, fôsse contra quem fôsse, grande ou pequeno «súbdito». Ao dar ordens exige o seu exacto cumprimento, mas «sem a menor violência» (b). Ao governador da Ilha de S. Jorge (c) recomenda que «não quere abusos nem vexames». Mandou plantar árvores na Ilha Graciosa e quere que para isso se empreguem todos os meios. «excepto a violência» (d). Porque o Capitão-Mor da Cidade prendeu um homem e o meteu no segrêdo, logo lhe preguntou, inquieto, porque motivo o prendeu (e). Repreende severamente alguns oficiais porque maltratam soldados (f). Na Ilha de Santa Maria houve tumultos em

⁽a) L. de Contas, 8, fls. 58.

⁽b) L. de Ordens, 12, pâg. 228.

⁽c) L. do Quartel General.

⁽d) L. de Ordens, 15, pág. 50.

⁽e) L. de Ordens, 13, fls. 70.

⁽f) L. de Ordens, 13, fls. 222.

1827 e o Capitão-General providenciou, mas preveniu que se procedesse com «brandura» (a). Repreendeu o Almotacé de S. Jorge pelo seu «procedimento arbitrário e irregular, contrário a tôdas as ordens existentes» (b), injuriando e metendo numa enxovia o mestre da lancha do Pico, Cristiano de Sousa, — e mandou-o submeter a julgamento. A propósito de aforamento de baldios na Ilha do Pico — insistiu com o Juiz de Fora para que actuasse «com prudência e moderação e dexteridade» (c). Censurou o Juiz de Fora da Ribeira Grande pelos excessos que cometeu, e suspendeu o carcereiro». Os seus súbditos devem proceder em harmonia com os «ditâmes da razão e da prudência» (d).

«Dexteridade» quis Touvar usar com os conspiradores em 1828, mas a tactica que lhe estava tanto no feitio não deu resultado; a hora é de atitudes claras e decididas! Além de tudo, a sua doença, agravando-se, devia ter contribuído para a sua frouxidão. Passa dias e dias retido na cama, com febre! Desde que chegou à Terceira, a miúdo na correspondência fala «nas suas moléstias» e no seu «deplorável estado de saúde». Em 19 de Agôsto de 1826 quando se dispunha a embarcar na Corvêta «Princêsa Real» para a Vila da Horta, «adoeceu gravemente com uma febre gástrica». Melhorou, mas «recaíu, continuando doente até fins de Março». A 3 de Abril «foi atacado de uma «febre catarral» e a 13 houve Junta Médica. Os médicos «recomendaram-lhe o uso das águas das Caldas da Raínha», como já lhe tinham recomendado antes as Termas das Furnas, em San Miguel (e). Em Agôsto de 1827 ainda esteve mal. A abadessa Soror Maria Clara da Glória escreveu-lhe a «estimar a sua saúde com mais suavidade nos incomodos e mais livre dos ardores e calôres da cidade». Em 29 de Novembro o Deão Fructuoso José Ribeiro foi ao Palácio para uma conferência, mão não a completou por o Capitão-General estar profundamente «abatido» (f). Touvar pediu licença à Regente para ir às Caldas da Rainha, mas não

⁽a) L. de Ordens, 14, fls. 224-227.

⁽b) L. de Ordens, 14, fls. 230.

⁽c) L. de Ordens, 13, fls. 209.

⁽d) L de Ordens, 13, fis. 136, 137, 168 — L. 15, fis. 55-67.

⁽e) L. de Contas, 7, fis. 291.

⁽f) Correspondência - Arquivo do Govêrno Civil.

lha deram para mal dos seus pecados e para bem .. da Causa Constitucional!

A saúde periclitante do Capitão-General completa o eloquênte quadro de explicações do seu esmorecimento extraordinário, falta de energia e quási apatia dos últimos tempos da sua vida em Angra, quando as contendas políticas caminhavam direitas ao ponto crucial!

E é em frente a um homem sem fé, adverso a actos de fôrça, doente e de idade avançada — que se encontram alguns homens, poucos, mas com fé inquebrantável nas ideias constitucionais, de sedução pela novidade, aguilhoados pela alegria alardeante e insinuações irónicas, envoltas em ameaças, dos inimigos, pelo desejo fremente de ficarem por cima! Esses homens formavam uma «élite», umas dúzias de bachareis e fidalgos, e um cónego, formado pela Universidade de Coimbra. Ao lado dêles, alguns comerciantes, poucos, burgueses que querem igualar-se à nobreza e além disso irritados com o Capitão-General que tomara a parte dos judeus marroquinos, permitindo-lhes negócios com fazendas que vendiam mais barato e com a exportação de cereais. Por outro lado a Câmara da Presidência de Alexandre Martins Pamplona fôra contrária às pretensões dos hebreus (a).

Em 19 de Maio rebentou em Aveiro uma Revolução liberal que alastrou até à cidade do Pôrto. Estas notícias chegaram a Angra por cartas particulares e os constitucionais passaram a dar os últimos retoques à sua organização revolucionária. Na Câmara, o Juiz de Fora, metido na conjura, disfarça as suas intenções, e ainda a 7 de Junho (b) aprovou, sem qualquer reticência, que se tornasse público, por meio de edital, o «Aviso» de D. Miguel agradecendo «as manifestações de regosijo» que se fizeram por ocasião do seu regresso a Portugal.

Os ares andam cada vez mais turvos... Ninguém se ilude. Tomaram corpo os boatos de revolução iminente. A espionagem particular insiste em contar cousas que viu e ouviu...

Afirmaram mesmo ao Capitão-General que a revolução rebentará a 21 e quási lhe indicam a hora! Mas há mais e concludente: na ma-

⁽a) Autos das Vereações de 1824 a 1828, pág. 197 v. Um dêstes judeus, Moisés Bensabat, que estabelecera residência na Rua de S. João, naturalizou-se português, em 1830, por Carta de Provisão da Regência. — Registo de Diplomas Régios, fls. 91.

⁽b) Autos das Vereações, fis. 254.

nhã de 21 alguns soldados de Caçadores 5 soltam vivas subversivos e só a muito custo o Comandante Interino, Major Velez Cardoso, fiel, os consegue meter na ordem.

Então, o homem esfinge, o homem das orelhas moucas, ergueu um dedinho!... Mandou aprontar (a) um escaler da Fazenda para levar um destacamento de Caçadores 5 à Ilha de S. Jorge... no dia seguinte. Não havia muita pressa... e a revolução estava já em marcha!

Dizem os cronistas que Touvar pretendeu deportar, para a Ilha Graciosa, a Teotónio de Ornelas, e para a sua Quinta da freguesia de Vila Nova, o Tenente-Coronel de Milícias, Pedro Homem da Costa Noronha, (b) e o Capitão de Milícias Manuel Homem da Costa Noronha. Se o pensou, não o fez. A 22 os três assinaram o Auto revolucionário de 22 de Junho, feito na Câmara!

Drumond (c) escreveu que o Capitão-General «mandou recolher oficiais e soldados do Batalhão de Caçadores 5 que tinham vindo de Lisboa, e isto muito de propósito, para os misturar com os outros, cuja conduta lhe era duvidosa». Haverá equivoco? Por Portaria de 21 (d) «o General atendendo aos requerimentos de vários cabos de esquadra, aspeçadas e soldados que alegavam já terem servido nas Ilhas»—ordenou que êles passassem para o Batalhão de Artelharia, precisamente o de mais confiança. A mistura foi de soldados e oficiais inferiores de conduta mais que duvidosa com os militares fieis.

Entre os requerimentos figuravam Veríssimo José, conhecidissimo como constitucional, e o Cadete José Maria Morais Rêgo, filho do Capitão de Artelharia Morais Rêgo, já a comandar o destacamento da Vila da Praia. O joven Cadete era naturalmente suspeito. Os factos demonstraram que a suspeição se justificava: bateu-se José Morais Rêgo, intrépidamente, contra os miguelistas no combate da Ladeira da Velha, em S. Miguel, sob o Comando do Conde de Vila Flôr (e).

A colocação de soldados e cabos suspeitos no Batalhão de Arte-

⁽a) L. de Ordens, 15, fls. 132.

⁽b) Fez parte da Junta Provisória, como Ministro da Fazenda, e D. Pedro IV galardoou-o com o título de Barão de Noronha em 1832, e D. Maria com o de Visconde em 1866.

⁽c) «Annais», V. 4, pág. 406.

⁽d) L. de Ordens, 15, fls. 131 v.

⁽e) Em 1870 José Rêgo foi Ministro da Guerra

lharia, de efectivos muito reduzidos, só podia servir para o minar e enfraquecer, e Caçadores 5 ficava sempre com fôrça suficiente para a revolta!

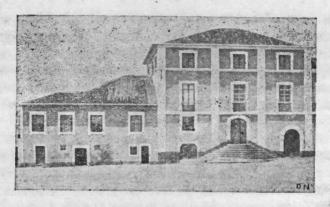
De tarde foi chamado ao Quartel General o Major de Milícias, António Moniz Barrêto e incumbido de mobilizar o Batalhão da Vila da Praia e trazê-lo para a cidade. Da Praia à Cidade a distância é de cinco léguas e os caminhos eram péssimos. A mobilização não pôde fazer-se completamente e o Batalhão só chegou a 22 ao Pico Redondo, ao amanhecer, indo depois postar-se no Largo de S. Bento, às Portas da Cidade.

O Capitão-General mandou reforçar a Guarda do Palácio. Trinta soldados, ao todo, sob o comando do 1.º Tenente, Inácio José Pinheiro.

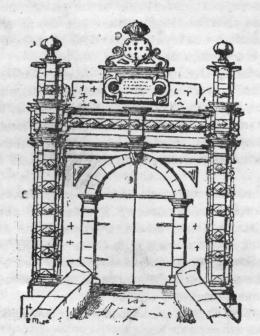
Quis mobilizar as milícias, mas o sistema miliciano fôra muito descurado, êle nem conhece os nomes dos oficiais, e teve de chamar alguns miguelistas para o auxiliarem.

O Capitão de Linha, João Moniz Côrte-Real, na Terra-Chã, os Morgados Joaquim Tavares de Almeida, no Posto Santo, e Manuel Tomaz de Bettencourt, no Pôrto Martins, procuram à matroca, arrebanhar milicianos, mas armamento era pouco e deficiente. Com os que aparecem, os Ajudantes de Ordens, Tenentes-Coroneis, Manuel José Coelho Borges e António Isídro Morais Âncora, precipitadamente, organizam algumas rondas, que distribuem pela cidade. O Capitão-General mandou também reforçar a Guarda da Alfândega e a dos Cofres da Real Fazenda. Ficam assim... dispersas as diminutas fôrças militares de que podia dispôr imediatamente!

Na véspera do dia 22, às 10 horas da noite, por intermédio do Ajudante de Ordens, pediu ao Capitão João Moniz que comandasse as milícias. O valente oficial está pronto a bater-se, mas é demasiado tarde para actuar com eficácia. Que milícias?! Com uns dias de antecedência muito se poderia fazer, que homens havia dispostos a combater. Mas em horas?! Coelho Borges bem percebeu a gravidade do perigo — e aconselhou o General a retirar-se para a Praia, imitando Stockler, quando da revolta de 2 de Abril de 1821, para dar tempo a que se podessem congregar todos os elementos de defesa. Mas o pobre velho, movendo-se a custo, no seu canapé, com grandes dôres, — não aceitou o conselho amigo, da retirada estratégica. Bem podia caír Troia, que êle não arreda um passo!



Parte do Palácio dos Governadores do Castelo de S. João Baptista, em frente à praça de armas



Porta principal do Castelo de S. João Baptista da Ilha Terceira

As duas horas da madrugada, Touvar mandou recolher a suas casas as ordenanças espalhadas pela cidade, — certamente cogitando que se a revolução não rebentara até ali, já não rebentaria, e que devia ter havido exagêro nas informações que lhe deram! As «ordenanças» e algumas milícias é que se mantiveram dispersas, aos cantos das ruas, nos vãos das casas, apreensivas, murmurantes, sem rei nem roque!

E todavia...

No Castelo de S. João Baptista, na noite de 21, de súbito, tocam cornetas, rufam tambores, e os soldados de Caçadores 5, armados, saem, em acelerado, das casernas, em direcção à Praça de Armas. Fluctuam sombras. Percebem-se vultos em algumas janelas do Palácio do Governador da fortaleza. Além, nos terraços que correm sôbre a muralha e porta orincipal da entrada, os perfis esguios das sentinelas, vigiando as explanadas, e a cidade, lá em baixo, em negrume!

O Capitão José Quintino Dias, rodeado de alguns alferes e do Tenente Eleutério Lobão, — dá ordens sacudidas! No relógio da Igreja batem nove horas. É o comêço da revolta!

Formam os soldados. O Capitão profere palavras breves, mas calorosas, de incitamento: «vão restaurar os inauferíveis direitos de Sua Majestade, o Senhor D. Pedro IV e de Sua Augusta Filha, Nossa Raínha, e defender a Carta Constitucional; são fieis ao seu juramento!»

Nem todos estavam de acôrdo, porém, ninguém recalcitrou. A obediência e a disciplina prevalecem quando há um chefe corajoso e sabe o que quere!

São prêsos imediatamente vários oficiais miguelistas. O Major Velez Cardoso é forçado... a adoecer! É prêso o Governador do Castelo, Coronel Caetano Paulo Xavier. O Comando da Artelharia é confiado ao Tenente António Homem da Costa Noronha, terceirense, no segrêdo da conjura, e em «excelente combinação com o Chefe da Revolta, a tal ponto que pouco deliberava um sem o outro, e principalmente êste sem que consultasse aquêle» (a).

A prisão do Coronel Paulo Xavier não devia ter sido difícil . . Ve-

⁽a) Carta escrita por F. L. Bettencourt a I. L. F. de Carvalho, Director dos «Annaes para a História de Portugal», cuja cópia nos foi cedida pela Ex.^{ma} Senhora D. Adelaide Borges Teixeira, viúva do sr. António Borges Teixeira.

Iho e doente e outro que tal que . Touvar! Honesto e ilustrado, encarregado, por isso, frequentemente, de importantes missões de estudo, professor das Aulas de Gramática Latina (a), Lente da Academia Militar, mas muito mais com estôfo para Lente do que para Governador do Castelo, em épocas de agitação. Muitos dos seus actos revelam timidez e indecisão, — como se vê de vários documentos, oficial magnífico para tempos de paz pôdre, muito obediente aos seus superiores no cumprimento dos Regulamentos. Chamaram-lhe «valido de Stockler», mas a frase repetida em vários livros, é extraída de panfletos dos inimigos figadais daquêle Capitão-General, escrevendo à sôlta, após a sua deposição e prisão. Foi obediente a Stockler, como fôra a Araújo, que até substituira no Govêrno, na ausência dêle, de visita a S. Miguel, — como foi a Touvar, como seria a outro qualquer se lhe dessem tempo para isso.

Quando da Revolta Liberal de 1821, também era Governador do Castelo, e também o prenderam! Depois tergiversou, nem bem atraz nem bem adiante, pedindo quási pelo amor de Deus que o substituíssem no Govêrno Interino (b) com horror das responsabilidades — mas nada lucrou, pois foi parar, por ordem do «Soberano Congresso», ao Forte de S. Julião da Barra!

Agora é prêso na noite de 21 de Junho, mas depressa o soltaram, e assinou o Auto revolucionário «de 22», embora não o fizesse no primeiro dia, mas a 28! (c) Mais: O Govêrno Interino Liberal, por Portaria de 19 de Julho (d) incumbiu-o juntamente com os Tenentes João Ernesto Cabral, António Homem da Costa Noronha e Luís de Barcelos Merens, de um plano de Fortificações da Terceira. E por Portaria de 26 de Julho (e) aprovando os seus primeiros trabalhos de defesa da Ilha, louvou Caetano Paulo e a Comissão a que êle presidiu pelo seu «zêlo e inteligência».

O Coronel também desta vez não lucrou com a sua fraqueza e tergiversação — porque a «Junta Provisória», em Dezembro, o intimou a

⁽a) L de Ordens, 15, fls. 80-90

⁽b) L. 1 dos Assentos e resoluções do Govêrno Interino de 1821, numerados e rubricados pelo Deão José Maria de Bettencourt.

⁽c) Autos das Vereações de 1824-1828 — fls. 261.

⁽d) L. de Ordens, 15, fls. 147.

⁽e) L. de Ordens, 15, pág. 152 v.

saír da Ilha pelo crime de rebelião contra os legítimos direitos de D. Maria II e o obrigou a assinar um têrmo em que declarou não entrar em Portugal durante o prazo de seis mêses sob pena de perder os seus bens (a). De Angra seguiu para Liverpool e desta cidade para Londres, apresentando-se ao Visconde de Asseca, representante do Rei D. Miguel. Partiu depois para Portugal «para se justificar de ter estado algum tempo entre os rebeldes revolucionários (no que fez grande serviço a El-Rei) e mais que tudo para dar os seus plapos de ataque da Ilha» — disse Asseca ao Visconde de Santarém, Ministro dos Negócios Estranjeiros.

Quintino, que é expedito, enviou um ofício ao Ajudante do Castelo de S. Sebastião, Joaquim Martins Pamplona, para «pôr em segurança» o Comandante Interino, (b) o Tenente António Pacheco de Lima, que fôra ali colocado, na véspera, em substituição do Major Joaquim de Freitas de Aragão, justificadamente suspeito de andar envolvido na conspiração. Pacheco de Lima ainda não aquecera o lugar e tinha um ajudante de respeito ... como se deduz do ofício, em entendimento com os revolucionários!

Quintino, assegurada a posse da Fortaleza, e arvorando-se a si próprio em «Comandante da Fôrça Armada», mandou alguns civis colher informações àcêrca do que se passava na cidade, e às três horas da noite deu ordem ao Tenente Lobão para que partisse com uma fôrça de 30 soldados em exploração e prendesse, sendo possível, o Capitão-General. A noite era escura, os lampeões de azeite derramavam ao redor frouxos clarões que mal serviam de balizas para guiar o transeunte no labirinto das ruas. Sente-se o passo cadenciado dos soldados e as correrias de alguns milicianos que a despeito das ordens recebidas ainda não tinham recolhido a casa. Lobão, destemido, marchou com o destacamento para o Largo do Palácio. Os soldados fazem fôgo sôbre a frontaria. A postos no Quartel, iluminado por velas de cêbo, a guarda reagiu energicamente. O Tenente Pinheiro, resoluto, manda disparar! Tem uma missão a cumprir e cumpre-a. O tiroteio é rijo! Há feridos de parte a parte. Um sapateiro miliciano, de cara descoberta, com um dardo na mão, avançou raivoso, face crispada, olhos

⁽a) «Documentos para a História das Côrtes Gerais», L. VI, pág 86, 157, 631.

⁽b) «Arquivo dos Açores», vol. 6, pág. 21.

fusilando, para os soldados atacantes I Matam-no! E na calçada, prostrado, ali ficou, numa pôça de sangue, inteiriçado e frio, o desgraçado, até ao dealbar da madrugada! Ignoramos o nome do herói obscuro. Não importa. É um símbolo. Traduz a vontade do Povo, a sua fidelidade ao Rei Nacional. Tão fiel a êle como fôra ao Prior do Crato, sem querer saber dos conselhos que as pessoas sensatas lhe davam. D. Pedro? Era estranjeiro, como Filipe II. A Carta? Nunca a lêra, se a lêsse não a compreenderia. Sabia apenas que viera do Brasil, inimigo de Portugal, pelas mãos de um estranjeiro. O Rei era a Pátria. A fé patriótica abafava nêle as veleidades políticas. As questões locais, de resto, arrastavam-no para a oposição decidida aos constitucionais da cidade.

O tiroteio dura algum tempo. Mas nem o destacamento assalta à baioneta, o Quartel, nem a Guarda se rende. Lobão receioso de que as milicias da Praia chegassem, ordenou a retirada para o Alto das Covas. Ai não havia perigo de ser cercado. Na retirada, os soldados temendo alguma cilada na escuridão e nas dobras das ruas, disparam ao acaso, as balas silvando cravam-se nas paredes!

Os sinos das Igrejas começam a tocar a rebate! No burgo pacífico vai o pavor e o mistério. Em algumas casas há gritos e choros aflitivos! Sempre rebentou a revolução?! Bem se dizia! O que teria acontecido?! Teria morrido alguem?! Os «pedreiros livres»! Esta «gente de fóra» é a nossa desgraça!

Que fez o Capitão General? É agora que o vamos ver, como Heitor, o herói da Ilíada, de hasta em punho, furioso, despedindo relâmpagos?! Não. Mandou fechar as portas do Palácio e meteu-se... na cama, em febre e em convulsões! (a). E para ali ficou como um homem enjoado, no fundo de um beliche, indiferente a tudo, ao roncar da tempestade e às vagas que varrem e despedaçam o navio!

Drumond diz que após o ataque ao Quartel da Guarda, o Capitão-General retiniu um Conselho de Guerra com João Moniz, os Ajudantes e outros Militares para se deliberar sôbre as medidas necessárias para atalhar o movimento revolucionário e «que se ignora completamente o que lá se passou, mas viu-se em resultado que o Ajudante de Ordens, Manuel José Coelho, correndo pela cidade a cavalo, gritava

⁽a) «Documentos para a História das Côrtes Gerais», V- 5, pág. 4 — Ofício do Ajudante de Ordens, Coelho Borges.

às milícias, «ordenanças» e paisanos que se dispersassem e recolhessem a casa (a). Não foi assim. A reunião efectuou-se na véspera, à noite. Coelho Borges no relato que fez a trinta de Junho (b) no Convento da Graça, em Ponta Delgada, e dirigido ao Ministro do Reino e da Marinha, - só se refere ao facto de o General, em seguida ao tiroteio com a Guarda, mandar fechar as portas do Quartel e se deitar na cama. com febre alta e em convulsões. O Tenente-Coronel, Morais Âncora, escrevendo, na Vila da Horta, ao Ministro, também não fala no Conselho de Guerra. Por seu lado o Capitão Moniz refere-se em uma exposição que fez dos acontecimentos (c) ao «Conselho» a que compareceu, mas na véspera do dia 22, à noite, assim como lamentou que o General, às duas horas da noite, «sem atender a mais futuros», e antes da primeira investida de Lobão, julgando que não havia que temer, mandasse recolher a suas casas as Milicias e Ordenanças. E acrescentou que no Castelo, sabendo os revoltosos da dispersão, aproveitaram o ensejo para baixar à cidade.

Quere dizer: o Tenente-Coronel Coelho Borges quando saíu à rua a cavalo foi antes de Lobão atacar o Quartel — e a ordem para os milicianos dispersarem, resultou da persuasão errada do General que não haveria Revolução. Se até às duas horas da noite nenhum movimento revolucionário se deu — é porque já nada haveria! Quintino só às três horas enviou à cidade o destacamento (d). João Moniz parece ter razão quando afirma que informados da dispersão «os rebeldes prontamente se aproveitaram para atacarem a mesma guarda do General». E só assim se compreende que tendo começado a revolta às 9 horas da noite, sem oposição sensível nos quarteis, — seis horas depois é que as tropas insurreccionadas iniciassem a ofensiva externa. E ainda, cautelosamente, o «Comandante da Fôrça Armada» ficou por detraz das muralhas, à espera do resultado da exploração militar, prevenindo as piores hipóteses. Ao amanhecer, Quintino informado de tudo pelas ordenanças de Lobão, seguro da fraqueza do adversário —

⁽a) "Annais", V. 4, pág. 111.

⁽b) «Documentos para a História das Côrtes Gerais», V. 5, pág. 4.

⁽c) «Documentos para a História das Côrtes Gerais», V. 6, fls. 863.

⁽d) Oficio do Govêrno Interino Liberal de 20 de Setembro de 1828 a D. Pedro IV, L. de Contas, 8, pág. 57.

marchou com o Batalhão de Caçadores 5 a juntar-se ao destacamento postado no Alto das Covas e daqui para o Quartel General.

O Comandante da Guarda, o Tenente Pinheiro, está em presença de fórças desproporcionadamente maiores, que lhe cercam o Quartel. Sabe já que os revoltosos estão senhores da fortaleza. Sabe mais, confusamente, que o General mandou recolher os milicianos. Pior, — do Palácio fechado não lhe vem uma ordem, um conselho, uma promessa de auxílio, uma palavra de alento ou incitamento! Está só! A resistência seria um massacre inútil! «A guarda morre, não se rende» nos campos de Vaterloo! Mas essa guarda tinha um chefe, de prestígio fulgurante, e estava embriagada pelo ardor do combate, pelos fumos da pólvora e estâmpido da metralha, e havia montões de camaradas mortos a vingar! O Tenente Pinheiro numa pequena casa está cercado, e tem por chefe supremo. . . Touvar! Ainda esboçou resistência, mas frouxa, acabando depressa por se render.

Quintino, depois de desarnados os soldados e prêso o Tenente — entrou imediatamente no Palácio. Ao primeiro encontro com o Capitão-General — o chefe da ravolta, não lhe deu voz de prisão. Diz-lhe que para manter a ordem e poder garantir o comportamento dos seus soldados era necessário que êle ordenasse aos chefes dos Batalhões de Milícias que entregassem o armamento e as munições. Touvar ainda hesitou em aceder à infâmia que lhe pediam. O chefe da revolta insistiuexigiu... E o General vergou! «Em perfeita coacção» — escreveu o Ajudante Coelho Borges (a), «foi obrigado a passar as ordens», escreveu Quintino, em oficio dirigido à Junta Provisória do Pôrto (b).

Com as ordens que assinou, Touvar pôs definitivamente têrmo a quaisquer propósitos de resistência armada. As ordens são o triste epílogo do drama do último Capitão-General do antigo regime, na Terceira. E êle que viera à ilha para pacificar os espíritos, que tão sinceramente se esforçara por assegurar «o sossêgo público» e tão desvanecidamente se gabava de ter conseguido conciliar os seus habitantes e de que, enquanto governasse, a ordem seria mantida; êle que não queria violências nem vexames, êle, o desgraçado, por uma ironia cruel das coisas e sarcasmo do destino, lançou a «Terceira» no terror e na mais grave das desordens de tôda a sua História!

⁽a) «Documentos para a História das Côrtes Gerais», V. 5, pág. 4.

⁽b) «Arquivo dos Açores», V. 6, pág. 215.

Araújo, o lavrador, Stockler, o sábio, Touvar, o prudente, foram, afinal, vítimas de uma época de transição, da passagem tumultuária de um Mundo Velho para um Mundo Novo. A sarabanda faulhante dos acontecimentos, o embate de opiniões caudalosas e contraditórias, — esmagavam a vontade dos que pretendiam reger os Povos!

O «Comandante da Fôrça Armada», seguro, agora, de êxito, tirou a máscara completamente. Não bastavam as ordens de desarmamento. Prendeu o Capitão-General! Ainda por uns restos de pudor e em face do seu grave estado de saúde, o deixa ficar no Palácio, por umas horas. À tarde seguirá de cadeirinha, acabrunhado, ao lado, vigilante, a cavalo, o Tenente Lobão. Deixou de ser Hamlet para se transformar em Lear da consternação e do abandono! Assim sucede aos chefes indecisos!

Os Ajudantes de Ordens, êsses, imediatamente e sob prisão, entraram na Fortaleza (a). E depois deportados para as outras Ilhas!

Para consumar a Revolução aos olhos do Povo — so faltava legalizá-la, e, por isso, o «Comandante da Fôrça Armada» enviou um ofício ao Juiz de Fora, Valente Farinho, Presidente da Câmara, com a ordem de convocar «de entre a roda de Vereadores e mais oficiais, o número legal» para proceder à aprovação e constituição do Govêrno Interino. No mesmo ofício determinou que fôssem excluídas as pessoas que tinham assinado o Auto de Aclamação de D. Miguel. Mas tôdas... tinham assinado — objectou-lhe o Juiz de Fora, que, aliás, pertencia à Grei liberalista. Pois escolha «os que se mostrem terem assinado, mais por temor do que por vontade» — replicou o desembaraçado Comandante. E assim se fez!

A Vereação que vai restaurar «os inauferíveis direitos» de D. Pedro e aprovar o novo Govêrno — não é a eleita legalmente e que tomou posse em Janeiro último. É constituída por vogais escolhidos, a capricho, nas pautas, sob as vistas de Caçadores 5, de armas... em prontidão!

Sempre as armas dobraram a Lei! E não importa! O símbolo «Câmara» tem prestígio suficiente, para cohonestar tudo, para legalizar tudo, mesmo que seja ilegal. A atitude da tropa em relação à Câ-

⁽a) «Documentos para a História das Côrtes Gerais», V. 5, pág. 4.

mara, em qualquer caso, é uma homenagem à Lei. E, pobrezinha dela, em períodos revolucionários com pouco se contenta!

A redacção do «Auto» na Câmara levou tempo. O auto é cauteloso e hábil, percebendo-se a colaboração dos juristas Valente Farinho, Manuel Joaquim Nogueira e João José da Cunha Ferraz. Não se diz no memorável documento que se aclamou D. Pedro IV. Não se aclama o que já estava reconhecido como Rei, mas afirma-se que o Capitão José Quintino Dias restaurara a legitimidade de D. Pedro e se vira forçado a prender o Capitão-General, e que nestas circunstâncias e em face das representações de Caçadores 5 a Câmara deliberava que fiçasse sem efeito o acto de vereação do dia 18 de Maio em que se aclamara o «Sereníssimo Senhor Infante», por uma comoção popular, sem que os vereadores pudessem decidir sôbre as medidas que, então, convinha adoptar. Em seguida, e no impedimento do Capitão-General, nomeou-se o Govêrno Interino, nos termos da lei de 12 de Dezembro de 1770.

A responsabilidade da «restauração» dos «inauferíveis direitos» de D. Pedro e de sua Augusta Filha, ficavam, em certa maneira, às costas do Capitão Quintino e da tropa. Não se fala do entusiasmo dêles vereadores nem do Povo, mas do entusiasmo de... Caçadores 5! E porque o acto de aclamação de 18 de Maio — fôra praticado por uma «comoção popular» — anulava-se o que se deliberara, no entender dos vencedores, atrabiliàriamente. Quanto à prisão, não a aprovam nem reprovam, — dão como impedido o Chefe Supremo da Capitania, e como está impedido, substituem-no, que é o seu dever!

Os revolucionários não romperam formalmente com D. Miguel, como se deduz do «Auto», das proclamações posteriores, de resoluções da Câmara e dos Ofícios dirigidos ao Ministro da Marinha. Só em Agôsto cortaram com o Govêrno de Lisboa.

A técnica jurídica dos revolucionários de «22 de Junho» assentava no princípio de que o Sereníssimo Infante, desligando-se de D. Pedro, e não dando ordens em nome de El-Rei, procedia sob «coacção e iludido». E a fingir afirmavam que a sua atitude devia ser agradável ao... Infante! D. Pedro fôra reconhecido como Rei em todo o País, e pelo próprio irmão, que jurara fidelidade a êle e à «Carta». Perjuros os que faltavam a êsse juramento. O Capitão-General aprovara a aclamação de D. Miguel, logo infringira a Lei, atentara contra os direitos

de Sua Majestade. Revolucionário era... êle. Portanto, muito legitimamente prêso!

Entre os dois autos, o de «18 de Maio» e o de «22 de Junho» — há uma diferença fundamental. O primeiro resulta espontâneo dos sentimentos da população, vibrando apaixonadamente a favor de D. Miguel, o de «22 de Junho» resulta da actuação violenta da tropa, secundada por uma pequena «élite» de Bachareis e Morgados. O «Auto de 18» é assinado por inúmeras pessoas, com impressionante alegria, embora algumas, poucas, mais por «temor» do que por vontade, é de presumir. O «Auto de 22» tem reduzido número de assinaturas, e algumas simplesmente por mêdo. Umas meias dúzias de fidalgos como Alexandre Pamplona, Teotónio de Ornelas, os primos Noronhas, António da Fonseca Carvão Paim da Câmara (a) e pequenos funcionários.

Dona Guiomar da Costa no seu testamento deixou «forros o escravo Cristóvão, que houve da herança de seu pai, e assim também Filipe e Catarina, suas escravas, com tal condição que sirvam a seu senhor, o marido Gomes Pamplona, enquanto não casar; que forrava dois meninos que ela criou, os quais serviriam a seu senhor em sua vida».

O número de escravos na Ilha Terceira era relativamente reduzido. Prêtos e mulatos. No entanto as grandes Casas Vinculadas possuiam alguns. No inventário a que se procedeu na Vila da Praia, em 1759, por óbito de Dona Ângela Pereira Borges, e em que foi inventariante Mateus Homem Borges da Costa (L. 2, fls. 85 e seguintes do Registo Vincular), entre os móveis e semoventes descritos, como

⁽a) Possuia, além de outros bens, uma quinta na freguesia de Vila Nova, a confinar pelo norte com o mar e pelo nascente com o adro da Ermida de Nossa Senhora da Ajuda. A quinta, herdada de seus maiores, fazia parte do vínculo instituído por testamento de Dona Guiomar Homem da Costa, mulher de Gomes Pampiona de Miranda, Capitão-Mor da Vila da Praia, e feito em 31 de Julho de 1565, na freguesia de «Santo Espírito da Agualva». D. Guiomar era irmã de Heitor Homem da Costa que erigiu, em 1542, a Ermida de Nossa Senhora da Ajuda, e de Maria Pamplona e Jordão da Costa. A testadora, entre outros legados, dispôs que «todo o fato de vestido que se achar, para frontais dos altares. scilcet para o altar de Santo António, que está na Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, e darão dois frontais dos melhores». (L. 10, fls. 1 e seguintes do Registo Vincular — Arquivo do Govêrno Civil). O seu corpo foi sepultado na Ermida. Em 1865 o Comendador António Tomé da Fonseca, acompanhado de seu filho, imediato sucessor, o dr. António da Fonseca Carvão Paim da Câmara, fez no Govêrno Civil o registo dos vínculos instituídos no século XVI por Dona Guiomar da Costa, Dona Branca da Câmara, Diogo Paim da Câmara, moradores no Juncal, Madre Maria Luzia dos Querubins e outros. Parte da quinta e a casa pertencem hoje ao autor dêste estudo.

Dois dos signatários do auto, no primeiro dia, — Diniz Teixeira de Sampaio, Administrador dos Correios e José Augusto Cabral de Melo, Secretário da Junta do Paço e escritor insigne, foram prêsos tempos depois! Ao primeiro sequestraram-lhe os bens, ao segundo não fizeram o mesmo porque os não tinha! Os constitucionais, tal vontadinha os animava em relação ao escritor, que até lhe asparam o nome bem aspadinho no auto (a). Só foi sôlto em 11 de Julho de 1829, por ordem do Conde Vila Flor.

O fidalgo, Brigadeiro Vital de Bettencourt Vasconcelos e Lemos, assinou o auto quási no fim. Uma tão alta patente parece que devia ter sido dos primeiros. Talvez tivesse chegado atrazado à Câmara, ou não ligassem muita importância à sua assinatura. Êste Brigadeiro tinha dois filhos: o Coronel de Milícias José Teodósio de Bettencourt e Bento José de Labre de Bettencourt Vasconcelos e Lemos, ferrenhos miguelistas, em destaque na cidade, e outros simpatisantes com o liberalismo. Há quem explique a adesão do Brigadeiro por questões de família. Talvez. Mas era sina de Vital de Lemos aderir aos regimes que venciam! Homem bondoso e distinto mas um fraco, de natureza sugestionável. A verdade é que na Revolução Liberal de «2 de Abril de 1821» não teve a mais leve intervenção, e todavia assim que viu assegurado o triunfo do «Soberano Congresso», se apressou a assinar e «a fazer assinar pela Nobreza, Clero e Povo dois diplomas, um dirigido à Regência, outro ao Soberano Congresso «protestando obediência e firme adesão à Santa Causa da Nossa Constituïção Portuguesa» (b). Porém, a 3 de Julho de 1823 o Brigue «Constância» trouxe a notícia de que o Congresso fôra

bofetes de jacarandá, guarda-roupas, pipas, tinotes, perús, bois—figura um escravo de nome João Vieira, de 24 anos de idade, avaliado em cento e vinte e quatro mil reis. Por testamento de 1733, Dona Maria Antónia Fonseca Carvão Paim da Câmara, legou um pretinho, que fôra comprado por quinze mil reis». No testamento de Pedro Borges da Costa, feito em 1683 (L. de Registo, 11, fis. 46 e seguintes), no lugar de Vale-de-Linhares há uma passagem comovedora: «tenho um mulatinho, Salvador, filho de uma escrava da casa, que estou criando nos meus braços como se fôsse filho meu próprio e deixo-o liberto». Em 1590 (L. de Registo, 8, fis. 78), Catarina de Ornelas Sa-Vedra, mulher de Pedro Álvares da Câmara (sepultados os dois na Igreja de S. Francisco de Angra) deu à filha pelo seu casamento «escravos e outras cousas».

⁽a) Livro das Vereações da Câmara de 1824 a 1828 - pág. 258.

⁽b) L. do Registo da Câmara, n.º 10, pág. 277.

dissolvido e Sua Majestade restituído às suas antigas prerrogativas, e logo o Brigadeiro saíu à rua com os filhos, acompanhado do Povo jubiloso, aos vivas e cantando hinos, e quando Stockler regressou a Angra, mandou celebrar uma festa religiosa na Igreja de Santo Inácio (Colégio), em acção de graças pela queda da... «Santa Constituição» ! Em 18 de Maio fez-se a aclamação de D. Miguel, e Vital de Lemos no auto também pôs o seu nome. Dias depois não duvidou em assinar outro em sentido contrário! Em política só Deus Nosso Senhor poderá saber, ao certo, o que êle pensava sinceramente!

Além das pessoas que subscreveram o auto de «22 de Junho»—há mais trinta e uma que o aprovaram, nas vereações dos dias 25, 28 do mesmo mês e 3 de Julho (a). Sempre houve retardatários... Um, como já dissémos, o Coronel Paulo Xavier. Outro... Bento José de Labre Bettencourt Vasconcelos e Lemos, absolutista dos mais salientes e que depois foi prêso e teve de saír da Ilha. Antes, fez a sua partidinha!... Como os constitucionais lhe requisitassem um cavalo, entregou o melhor que possuía e que êle próprio montava. O cavalo, porém, tinha um defeito, atirava ao chão com os cavaleiros!... (b) Outro, João Marcelino Mesquita Pimentel, Cavaleiro da Ordem de Cristo e antigo Capitão-Mor das Flores e da Praia, — e ainda Silvestre Moniz Pacheco, primeiro «Praticante da Junta de Fazenda». Ambos, mêses passados — foram deportados para a Inglaterra (c). Aderiu mais tarde à Revolta Liberal, o fidalgo cavaleiro da Casa Real, António Borges Leal Côrte-Real, embora não tivesse assinado o auto (d) e foi promovido, em Agôsto, a Tenente-

⁽a) L. dos Autos das Vereações de 1824 a 1828, pág. 257-261. — Várias Histórias insulanas publicaram o «auto do dia 22 de Junho», mas só com as assinaturas do primeiro dia.

⁽b) Informações de pessoas da família

⁽c) Jacinto Cândido da Silva, Alferes de Milicias e comerciante, também na sessão de 28 de Junho assigou o auto de 22. Mas em Setembro foi demitido de Alferes (L. 15 de Ordens, fis. 169) pelo General Cabreira.

⁽d) Filho de José Borges Leal Côrte-Real, Capitão-Mor da Praia, nos fins do século XVIII, e Mastre de Campo de Terço auxiliar de Angra Dêle herdou os bens vinculados. No vínculo autorizado por «Provisão Régia» de D. Maria I — a pedido de José Borges Leal Côrte-Real encontrava-se sum anel de dois circulos de diamantes brilhantes, e um grande, no meio, da mesma qualidade, peça de grande estimação, não só pelo intrínseco valor, mas principalmente por ser Dádiva Real, com que o hourara a Fideliasima Raínha Dona Mariana Vitória, minha Senhora e

-Coronel de Milícias (a) e condecorado mais tarde com a medalha n.º 7 da Campanha da Liberdade.

O Capitão Quintino querendo tudo preparado para se proceder com celeridade, oficiou, mesmo antes da sessão da Câmara, ao Corregedor, Francisco José Pacheco, convidando-o a tomar parte, conforme a Lei, no Govêrno Interino, por estar impedido o Capitão-General, «pela doença que alega, e mesmo pelas suspeitas que dêle há, por ter aprovado a rebeldia dos esturrados angrenses» (b). Quando se concluía o auto já na Sala estava a resposta do Magistrado: «muito doente das moléstias que padecia, não podia cumprir o que se lhe participava». A doença era um pretexto e bem o compreenderam os Revolucionários, que, com promessas e ameaças, o quiseram convencer a entrar no Govêrno, mas inútilmente. Em 9 de Janeiro de 1829 deportaram no para a Inglaterra, mas êle dirigiu-se para San Miguel, onde residia o Capitão-General Sousa Prégo, e passou a exercer a sua jurisdição na Vila das Velas.

Mãi, que Santa Glória Haja, quando o suplicante saíra desta Côrte a beijar-lhe a Mão no Palácio do Escurial» (Livro 2 dos Registros Vinculares, fls. 160, — Arquivo do Govêrno Civil).

O Vinculo instituído por José Borges Leal Côrte-Real era formado pelas «terças» de sua avó, Dona Iseu Abarca Pacheco, irmã de Dona Andreza da Costa Borges, e seu avô, o Sargento-Mor Mateus Homem Borges, de sua avó Dona Ângela
Pereira Machado, de sua mãi Dona Ângela Pereira Borges, da Madre Dona Elvira
do Rosário, Religiosa da Conceição de Angra, de sua tia D. Maria do Nascimento,
e pela legítima de seu irmão, o Deão da Sé de Angra, Mateus Homem Borges da
Costa.

O Morgado foi condecorado com o título de «Morgado de Sant'Ana», com base numa grande propriedade perto da Vila de S. Sebastião, em três lotes, o de «Santa Anna», «Cancelas» e «Poejos» — medindo ao todo 25 moios de terra. — O título foi dado «para maior esplendor da casa do suplicante, e ser êste das mais antigas e ilustres famílias da dita Ilha».

António Borges Leal descendia «das nobres e ilustres famílias dos Sousas, Côrte-Reais, Silvas, Melos, Leais, Borges, Costas, Pachecos, Cantos, Abarcas, Galvão e Coelhos que no Reino eram fidalgos antigos de Cota d'Armas». Descendia directamente pela lado paterno de João Borges da Silva do Canto, fidalgo da Casa de Sua Majestade, e pelo lado materno, de Cristóvão Borges da Costa, dos Altares, que foi fidalgo de Cota de Armas, como consta do Brazão passado no ano de 1563.

⁽a) L. de Ordens, 15, fls. 169 v.

⁽b) «Documentos para a História das Côrtes Gerais», V. 4, pág, 842.

O Governador do Bispado, o Deão Frutuoso José Ribeiro, tinha direito legal a ser Governador, mas êsse... nem vê-lo! E a Câmara cortou o mal pela raiz, excluiu-o do Govêrno, atendendo ao «voto unânime da tropa». Mais uma vez deitava a vereação as responsabilidades dos seus actos para Caçadores 5! Chamou em lugar do Deão, ao Tesoureiro-Mor, Dr. Ferraz, decidido e ilustrado constitucional. Para legalizar a substituição era necessário que Frutuoso passasse as funções de Governador do Bispado ao Tesoureiro-Mor — mas êle não quis dar parte de doente e declarou que só pela fôrça das armas cederia à exigência! Pouco tempo durou a coragem! Umas palavrinhas ameaçadoras do Dr. Ferraz de que a tropa o iria prender, e o impedimento estava alcançado! E tal mêdo se apoderou de Frutuoso José Ribeiro, à vista dos Ferrabrases e Fariseus, que largou a assinar o uto de 22 de Junho! (a). A fraqueza não o livrou de o porem a andar para San Miguel, como perigoso!

O Militar mais graduado da Ilha, o Brigadeiro D. Inácio Castilbranco, foi convocado para exercer funções no Govêrno Interino. Mas estava... doente. A Câmara aceitou a recusa sem hesitar. O Brigadeiro podia depois ter ficado quieto. Mas não, tinha mêdo de mais! E expediu a 23 um terno ofício aos Governadores Interinos a dizer que achava de seu dever agradecer que lhe tivessem aceitado a justa recusa e apresentar-lhes os seus respeitos, desejando ao mesmo tempo que lhe facultassem a continuação do uso dos seus remédios nos ares do campo da mesma sorte que até all lhe fôra concedido» (b). Com estas pusilâmines contumélias não foi muito feliz Castilbranco, pois que a Junta Provisória Liberal, em Dezembro, o intimou a saír para fóra da Capitania e com a condição de não entrar em Portugal, sob pena de lhe sequestrarem os bens, e que, afinal, lhe sequestraram.

Em lugar do Brigadeiro foi nomeado o Coronel do Real Corpo de Engenheiros, José Rodrigo de Almeida, o homem de confiança de Touvar, em 1826! E ficou constituído o Govêrno Interino pelo Juiz de Fora, e Corregedor Interino, dr. Valente Farinho, o Deão... à última hora, Cónego João José da Cunha Ferraz, e pelo Engenheiro Almeida. Como Secretário, o advogado, Manuel Joaquim Nogueira.

⁽a) Livro das Vereações, pág. 258.

⁽b) Correspondência dos Capitães-Generais — Arquivo do Govêrno Civil.

Manuel loaquim Nogueira não é natural da Ilha. Nasceu na freguesia de «Casais», Vila de Tomar. Formou-se em direito pela-Universidade de Coimbra e ai conviveu com Mousinho da Silveira, Ferreira Borges, Joaquim Antonio de Aguiar e Almeida Garret. Liberal de arreigadas convicções, dize-me com quem andas... Inteligente, alma inflamada de patriota, interrompeu a sua vida de académico para se alistar em um Batalhão de Voluntários, e bateu-se contra as tropas francesas, na Guerra Peninsular. Nogueira, pela sua heróica intrepidez, foi condecorado com a «Cruz de Oiro». Depois de formado, advogou em Tomar, e mais tarde em Angra. O motivo da sua vinda para a Terceira, ignoramos. Já se escreveu (a) que êle depois da Vila Francada, «sentindo-se mal visto», por se ter declarado abertamente liberal, emigrou para a Inglaterra, juntando-se aos emigrados dos Depósitos de Plimout e de ai veio para a Ilha Terceira que se conservara fiel à Rainha e à Constituição. Há equívoco. Manuel Joaquim Nogueira abriu banca de advogado, em Angra, em 1823. Em 17 de Setembro registou na Câmara a sua carta de formatura (b). Ficou aprovado na Universidade de Coimbra, «nemine discrepante». Em 1823 não havia ainda o Depósito de Plimout, que foi uma consequência da derrota das divisões militares da Junta Provisória da presidência do General Hipólito da Costa, nem nessa altura Angra seria um refúgio apetecível de constitucionais. Os recentes tumultos de Agôsto promovidos pela «arraia miúda» absolutista não podia ser ... um amparo, para um «liberal»! Desde 1821 que a sede da Capitania era conhecida pelos seus sentimentos nitidamente anti-constitucionais, e é de calcular que Nogueira disso estivesse informado. O advogado escolheu Angra para sua residência por razões de ordem particular, e certamente que se manteve quietinho,

⁽a) Interessante è castiça Monografia — «Um bravo da Guerra Peninsular e das Campanhas da Liberdade», do dr. Eduardo de Campos de Castro de Azevedo Soares, (Carcavelos), Juiz do Supremo Tribunal de Justiça, aposentado. A história da Terceira muito deve a êste ilustre escritor.

⁽b) L. de Registo, n.º 10, fis. 409.

camouflando sagazmente as suas opiniões nos primeiros tempos. Até 1828 nada consta da documentação oficial de qualquer intromissão do advogado em questões políticas, nem Drumond antes do <22 de Junho» a êle se refere. Trabalhou honradamente no fôro. Pela leitura dos Autos Cíveis do Tombo da Casa do Conde de Subserra, verificamos que Nogueira interveio em 1825 no processo, nomeado pelo Juiz de Fora, António Manuel da Fonseca Castelo Branco, curador para «os reconhecimentos e louvações, por parte dos menores, dementes e ausentes» (a). Se quisermos avaliar o feitio pessoal de Manuel Joaquim Nogueira, pelo do filho, o médico, Rodrigo Zagalo Nogueira, que exerceu clínica em Angra, onde faleceu, e que ainda conhecemos, devia ser um santo homem, embora com a febra política.

* *

Enquanto nos Paços do Concelho se tomavam deliberações, cá fóra passou-se um facto grave! O Batalhão de Caçadores 5 ficou postado na Praça, armas ensarilhadas, com sentinelas vigilantes em diferentes lugares. À bôca das ruas do Galo e de S. Francisco foi-se ajuntando muita gente, curiosa e emocionada, da cidade e do campo, até formarem multidão. De súbito ouviu-se um tiro! Nunca se soube onde se disparou e muito menos quem o disparou. Provávelmente bacamarte que se descarregou por si, pois não se pode admitir que alguém, por mais louco que fôsse, pretendesse combater a Revolução com um ... tiro, e ainda a distância! E da multidão ninguém esboçou qualquer ataque.

Parece que das varandas dos Paços do Concelho uma pessoa excitada gritou às armas, que ali vinha o inimigo!... O certo é que o Batalhão fez imediatamente fôgo sôbre o Povo. Houve quatro pessoas mortas e alguns feridos! Em poucos minutos a Praça e as ruas próximas ficaram desertas! Só se ouvia o bater sêco das espingardas no chão, e o rumor ao longe, do povo em fuga desvairada! Repetiu-se em «22 de Junho» o episódio sangrento de 2 de Abril de 1821, — fôgo a êsmo sôbre gente indefesa. Um lago de sangue que depois se olvi-

⁽a) V. 2 — pág. 560.

dou e apagou. O triunfo é uma esponja de primeira qualidade! Como podia o Povo da Terceira converter-se ao Constitucionalismo, se os seus representantes o tinham oprimido e chibatado com Araújo e depois o espingardeavam com singular facilidade?! Um dêles, o Alferes de Infantaria, Alexandre Pimenta (a), matou até, a estocadas, a 2 de Abril de 1821, o serrador Francisco da Rocha de Freitas, por êste, amigo de Stockler, se negar a dar vivas à Constituïção e persistir em dar vivas «a El-Rei Nosso Senhor»!

Alguns escritores têm feito a história dêstes tempos calamitosos, insultando o Povo, mas há que a rever, em justa defeza dêsse Povo, «doce e bom», como lhe chamou Touvar, mas que reage quando o maltratam.

Drumond parece querer atribuir as culpas da sangueira «à mão invejosa e parricida que disparou o bacamarte» (b), mas hoje não nos contentamos com a presteza da explicação. Nem se pode afirmar que alguém tivesse disparado propositadamente a espingarda.

Compreende-se que os soldados, depois de uma noite sem dormir e de emoções violentas, estivessem em nervosismo, tanto mais que bem conheciam a má vontade da população. Mas teriam êles rompido fôgo, sem ordem expressa do Comandante?! Quintino estava, na ocasião, na sala das Vereações, que a sua presença era precisa para orientar e dar ordens.

Quem comandava? O Tenente Lobão. E é provàvelmente êle, a-pesar do segrêdo que os cronistas fazem àcerca do Comando, que tem a principal responsabilidade do excídio.

O oficial era um homem valente, impetuoso, dado a bruscos ataques de cólera. Por ser estoira foi escolhido para a exploração militar na cidade, às três horas da madrugada. Destacado na Vila da Praia, em fins de 1824, — o seu comportamento foi irregular (c). Na Vila da Horta, em 1825, teve conflitos graves com o Almotacé, ao ponto de a Câmara protestar junto do Capitão-General que o mandou repreender «pelo seu arrebatamento» (d). Em Outubro de 1825, em Angra, «es-

⁽a) L. de Contas, n.º 6.

⁽b) "Annais", V. 4, pág. 114.

⁽c) L. de Ordens, 13, pág. 222.

⁽d) L. de Ordens, 13, pág. 137.

pancou um soldado e maltratou gravissimamente um prêto de modo que acudiu a patrulha» (a). O Tenente-Coronel Comandante de Caçadores 5, quis então que êle respondesse em Conselho de Guerra, mas Touvar limitou-se a repreendê-lo severamente «pelas desordens que promove, pelos excessos e irregularidades que pratica». Lobão, já, de resto, antes, respondera em Conselho de Guerra por vários outros excessos. Não tinha emenda, e se um Conselho de Guerra o não corrigira nos seus defeitos, não seria também com repreensões que ficaria curado, por mais «severas» que elas fôssem.

Afigura-se-nos que «o arrebatamento» com que Lobão abria conflitos e entrava em desordens e espancava soldados e prêtos «gravissimamente», — poderá explicar, melhor que a arma disparada «por mão invejosa e parricida», a leviandade com que os soldados atiraram sobre a multidão inocente.

Terminada a reûnião na Câmara, Caçadores 5 retirou-se para o Castelo de S. João Baptista, seguindo pela rua da Sé e Alto das Covas. Atraz o Padre, dr. Ferraz, alguns fidalgos, advogados e pequenos funcionários públicos e . . os rapazes que costumam acompanhar as músicas dos arraiais. Vivas entusiásticos à Raínha, a D. Pedro e à Carta Constitucional! O padre, sacudindo a batina, atirava com o boné ao ar. A atmosfera que rodeia os manifestantes é glacial, mas êles não dão por isso, não se sentem ridículos, porque o calor e a embriaguês da sua fé é imensa e os aquece!

A população da cidade «leal» mantem-se àparte, consternada e aflita. Os chefes «realistas» cogitam, atónitos, nas suas Casas e Sotares e as senhoras Donas, pálidas de susto, e murmurando palavras de ódio, mal espreitam pelos ralos das varandas de madeira, o cortejo dos «pedreiros livres», que passa triunfante. Nos conventos discute-se e resa-se. Em S. Francisco, os frades, nas Celas e nos corredores, increpam o General que suspeitam de traidor. Na «Casa dos 24» há uma surda agitação. O Mester Joaquim Homem faz comentários acres. Poucos dias depois será prêso, (b) que os «liberais» não lhe perdoam o seu desembaraço, na Câmara, a favor do Príncipe Regente. De bôca em bôca circulam as versões mais trágicas dos acontecimentos da

⁽a) L. de Ordens, 13, pág. 222.

⁽b) L. de Ordens, 15, pág. 142.

noite e da manhã. As grandes manchas de sangue alastrando pela rua do Galo, provocavam a piedade, clamavam vingança! As lágrimas das famílias dos oficiais prêsos, dos populares mortos e feridos, contaminam a população, uma pequena comunidade num meio fechado. Há luto nas almas, o ar que se respira é pesado (a).

Os manifestantes ao chegarem à Fortaleza, das muralhas, ainda dão vivas, e em seguida a Artelharia salvou com 21 tiros! O Govêrno Interino redige uma Proclamação e manda-a afixar na Praça e em outros lugares, manifestando o seu desejo de paz e tranquilidade públicas, elogiando o «benemérito» Batalhão de Caçadores 5 e adoçando a bôca aos angrenses com as palavras que êles tanto apreciavam — «leais e nobres». Na Proclamação dão vivas «à Augusta Religião dos Nossos Pais, a El-Rei o Senhor D. Pedro, à Raínha Senhora D. Maria II, à Carta Constitucional e ao... Sereníssimo Senhor Infante Regente, em nome de El-Rei». Cumprindo-se velhas profecias, o Castelo esmagava a Ilha!

À noite, o Govêrno, por Bandos, manda iluminar. A cidade, que está em desespêro, que chora e resa e treme, — aparece iluminada aqui e acolá! Só não ri, alargando o coração, porque só os palhaços riem com vontade de chorar!

E foi o que se passou a 22 de Junho!... (b)

⁽a) Acabada que foi esta cena que nenhum dos habitantes pode ver sem derramar lágrimas, diz um relato dos sucessos do dia, citado por Drumond.— «Annais», V. 4, pág. 116.

⁽b) A data de 22 de Junho foi durante muitos anos comemorada em Angra-do-Heroísmo com grandes festas e artigos de exaltada retórica nos jornais. Ainda hoje, a 21 de Junho, pelas 9 horas da noite, — hora em que se iniciou a Revolta Constitucional, a Ex.ma Sr.ª D. Guiomar da Fonseca Bruges, parente do 1.º Visconde de Bruges e 1.º Conde da Praia da Vitória, em cumprimento de um legado testamentário, manda deitar foguetes, no alto da cidade, junto ao monumento erigido a D. Pedro IV (antigo Castelo dos Moinhos). Em 1842 («Anunciador da Terceira» n.º 10, A. 1842) o Visconde de Bruges e o Comendador Aniceto António dos Santos, promoveram a realização de grandes festas com parada militar e milhares de foguetes! Te-Deum na Sé Catedral. Houve também nas Ruas de S. João, Direita e Sé — as principais da cidade — uma corrida de toiros à corda. Nas janelas da Câmara foram colocadas colchas de damasco carmezim, no meio das quais, em campo de setim azul, orlado de galões de prata, se lia em letras de oiro, «22 de Junho de 1828».

Heroico o movimento revolucionário? Sem dúvida. Era preciso ter heroísmo moral e físico para fazer uma Revolução num ambiente hostilissimo, correndo-se o risco de arcar com tremendas responsabilidades no caso dum insucesso.

A 24, o Governo Interino deporta vários oficiais e sargentos e no mesmo dia resolveu colocar Quintino Dias, no seu... lugar de Comandante de Cacadores 5 e nomear, para o substituir, como Comandante da Força Armada, atendendo ao «seu merecimento e mais partes, zêlo e actividade», ao major Joaquim de Freitas Aragão (a). As armas tinham muita fôrça, mas os juristas tinham habilidades. Aquele «merecimento, zêlo e actividade» da Portaria de nomeação do Major — devia saber como ... fel ao ex-Comandante da Força Armada! Quintino fingiu não perceber a rápida baixa de posto. Mas de aí em deante será uma das mais vivas inquietações dos Governantes, até à sua saída da Ilha Terceira, por ordem terminanțe da Regência. A 28, com «alures» de Chefe publicou manifesto pimpante, em que insulta a população da cidade, chamando «gentalha, rapaziada, pobretões imundos» aos que aclamaram D. Miguel! Também diz que o esenhor Infante está coacto e iludido» e conclue por afirmar que derramará a sua última gota de sangue na defêsa do Rei jurado, da Pátria, da Religião e da «Carta». Fez mais: a 5 de Julho enviou uma representação ao Governo para abrir rigorosa devassa e se punirem todos os que colaboraram na Aclamação do Principe Regente! Ele proprio redige os artigos, - 28 sôbre os quais devem ser ouvidas as testemunhas. Pela leitura dos artigos — se vê que êle tem o propósito de que não escape ninguêm. Nem escapava às suas malhas apertadas... o Juiz Valente Farinho que presidira à Vereação e assinara o Auto de 18 de Maio, e era agora membro do Governo Interino! Farinho deu-se por suspeito para instaurar a devassa. Foi nomeado o Juiz de Fora da Ilha de S. Jorge, dr. Carneiro de Vasconcelos. E começam as prisões, e fugas das principais famílias, para o campo!

Os Governadores para reforçarem a sua posição e prestígio junto de Caçadores 5 — nomeiam Ajudantes de Ordens, Teotónio de Ornelas, ardoroso constitucional, e o primo Manuel Homem, ríco e nobre,

⁽a) L. de Ordens, 15, pág. 134.

ainda que de pouco «siso», a acreditar uma informação do Corregedor, em Junho de 1827 (a).

A 15 de Julho, de manhã, surgiu «defronte do pôrto», um navio. Era a fragata «Princeza Real». Trazia a seu bordo o novo Capitão-General, Vice-Almirante Henrique da Fonseca de Sousa Prego, nomeado pelo Infante D. Miguel (b). Grande alvorôço na cidade! Um escaler veio a terra com o Comandante da Fragata, que trouxe os Diplomas Régios, ordenando à Câmara que desse a posse ao Governador. Têm a data de 18 de Junho, ainda o Infante não fôra aclamado Rei pelas Côrtes.

Por parte de alguns «liberais» há uma certa hesitação em desobedecer. Há mesmo entre êles quem entenda que se devem acatar os diplomas. Até ali a luta travara-se com o Capitão-General, agora teriam de desobedecer a D. Miguel mesmo, passando o Rubicão! As horas das grandes decisões trazem sempre dúvidas e perplexidades!

A seguir, no mesmo dia, a Câmara (e) realizou segunda sessão

⁽a) L. de Ordens, 15, pág. 243.

⁽b) L. de Ordens, n.º 15, fls. 145.

⁽c) L. das Vereações de 1824 a 1828, fis. 263 v.

⁽d) Volume separado da Correspondência dos Capitães-Generais, de 1822 a 1828, fis. 6 v.

⁽e) L. das Vereações de 1824 a 1828, fls. 264 v.

extraordinária. O que lá se passa é pro-forma, apenas regularizar o que antecipadamente se assentara no Palácio, tilintando as espadas! No próprio auto se diz que o deliberado «estava de acôrdo com o Ex.mo Govêrno Interino com quem a Câmara acabara de conferenciar». Mas a desobediência a D. Miguel precisava ter a sanção do «Nobilíssimo Senado»!

A linguagem do segundo auto do dia 15 não tem sabor marcial, é tôda jurídica e preocupações de respeito que mais parecem ironia! A Câmara tomou «na devida consideração e respeito tudo quanto deve ao Real Nome do Sereníssimo Senhor Infante», mas «resolveu manter o deliberado no auto «de 22 de Junho», de defender a legitimidade e os direitos do Senhor D. Pedro IV e de Sua Augusta Filha. Sua Alteza tem a sua vontade inteiramente constrangida, nem outra coisa se podia presumir de quem tendo reconhecido e jurado seu irmão como Rei, agora não o reconhecia». E porque os Diplomas eram expedidos apenas em nome do Serenissimo Infante, e não pelo Regente, em nome de El-Rei, como determina o art.º 98, Cap. V, da Carta Constitucional. o Senado está «firmemente convencido de que Sua Alteza está coacto», e por isso não os cumpre! Depois de encerrada a sessão acudiu mais um argumento, aos conspícuos vereadores. E escreveram, logo a seguir ao auto já assinado, que «nas Cartas Régias faltava a referenda do . Ministro de Estado como preceituava também a Carta Constitucional no art.º 102, Cap. VI», logo não eram válidas. A 16 o Govêrno Interino oficiou ao Vice-Almirante a comunicar-lhe as resoluções tomadas, (a) e ainda ao Comandante da Fragata a informá-lo de que «êle estava desembaraçado para seguir viagem», e remetendo-lhe uma carta para o Ministro de Estado, Oliveira Barros, em que «protestando todo o respeito a... quaisquer determinações do Senhor Infante, lugar-Tenente do Senhor D. Pedro IV. - lhe explica os poderosos motivos legais porque não se dá a posse ao Capitão-General (b).

Em face da recusa do Govêrno Interino — a Fragata saíu do pôrto, sem... disparar um tiro! Uma tentativa de desembarque não era possível, em Angra, porque a 16, ao entardecer, a agitação do mar era tão

⁽a) Volume em separado da Correspondência dos Capitães-Generais de 1822 a 1828, fis. 6 v.

⁽b) L. de Contas, 8, fls. 56.

grande, que parte da equipagem do escaler que viera a terra e se demorara, não pôde voltar para bordo, e recolheu ao Castelo de S. Sebastião (a).

E depois?! Sousa Prego sabia que a Guarnição Militar da Ilha Terceira tinha poucos oficiais e um número de soldados, relativamente reduzido, e conhecia os sentimentos miguelistas da população. Mas o novo Capitão-General, mais ilustrado e inteligente que Touvar, era no resto muito parecido... com êle! E nada tentou, nem em Angra nem na Praia! A «Princesa Real» por alguns dias pairou nos mares da Terceira. E a 22 o Vice-Almirante enviou num escaler um oficial a Angra com uma carta para os Governadores.

Não conseguimos encontrar no Arquivo do Govêrno Civil o documento, mas o ofício de resposta do Govêrno Interino fornece elementos, que elucidam acêrca do texto da Carta. O ofício é do teor seguinte: (b)

Para o Vice-Almirante Henrique da Fonseca de Sousa Prego.

II.mo e Ex.mo Sr. — Os principios com que he concebida a sua Carta de 22 do corrente são sobremaneira admiraveis por conterem o defeito de que é arguido o nosso ofício datado de 16 do mesmo corrente mez.

Não são vagas, nem tão pouco áridas as razões dadas no dito ofício, antes pelo contrario são tão energicas, e tão legais que não sofrem contradição, ficando a salvo das estudadas invectivas com que se pretende transfornar a lealdade dos factos, ousando-se apelidar como rebeldes aqueles procedimentos, que imediatamente dimanão da Lei. He quanto se oferece em resposta á sua Carta, acrescentando que não tem lugar algum o pretendido Regresso do Ex.^{mo} Governador destas Ilhas, sem a immediata determinação d'El-Rei o Senhor D. Pedro 4.º, a cuja Real Presença este Governo fará subir o expendido na referida Carta, que apezar do estrepitoso contheudo, só serve de augmentar a firme resolução em que este Governo se acha de manter a legitimidade do legitimo Monarcha o Senhor D.

⁽a) L. de Ordens, 15, fls. 145.

⁽b) Volume em separado da Correspondência dos Capitães-Generais, de 1882 a 1828, fls. 7.

Pedro 4.º, de quem espera hum decidido remedio aos males que pezão sobre a desgraçada Patria. Escrito no Salão do Governo desta Cidade de Angra em os 23 de Julho de 1828. Il.mo e Ex.mo Sr. Henrique da Fonseca de Sousa Prego — João José da Cunha Ferraz — José Jacinto Valente Farinho — José Rodrigo de Almeida.

Ficou assim resolvida a magna e emocionante questão de dar ou não a posse ao novo Capitão-General! Ela, porém, convulsionou o burgo! Boatos de tôda a espécie circulavam na Ilha! As discussões no Palácio, as hesitações, as opiniões pro e contra transpiraram! Em consequência, a situação governamental enfraquecera. Os governadores, em ânsia, fretaram por intermédio do Morgado Teotónio de Ornelas, a escuna inglesa «Júlia», do Capitão William Schau (a), para ir à cidade do Pôrto com um ofício em que se expunha à «Junta Provisória» a forma como tinham procedido com Sousa Prego e a pedir-lhe socorros urgentes, pois era de esperar que as medidas de represálias do Ministério «fôssem terríveis» (b).

Faltava dinheiro para pagar ao funcionalismo civil e à tropa! Os soldados de Caçadores 5 praticavam actos graves de insubordinação. A 11 de Agôsto, armados e em tumulto, quiseram dirigir-se ao Govêrno Interino para exigirem mais sôldo do que até então recebiam. Foram precisos grandes esforços para evitar o desacato da soldadesca. Interrogados, alguns soldados, declararam que o Comandante da Fôrça Armada, Major Joaquim de Freitas Aragão, é que «os tinha persuadido a praticar os actos de insubordinação, pois que o Govêrno era composto de tolos e que estava mangando com êles e que deviam pegar no Govêrno e levá-lo para o Castelo, se acaso lhes não pagassem» (c).

Estavam assim as coisas políticas, quando a meados de Agôsto estalou na cidade, como uma bomba, a notícia de que a Divisão de Pizarro fôra derrotada no Pôrto e a «Junta Provisória» se dissolvera! Mais: soube-se que a tôda a pressa, em Lisboa, se preparava uma grande esquadra para dominar a insurreição da Terceira!

⁽a) L. de Ordens, 15, fls. 171.

⁽b) L. em separado da Correspondência dos Capitães-Generais, de 1822 a 1828, fls. 8.

⁽c) L. de Ordens, 15, fis. 158.

Foi, então, que Quintino, o homem «pronto a derramar a última gôta de sangue» em defesa de D. Pedro e da «Carta» deu parte de fraco e concebeu «a terrível ideia» (a) de abalar para Londres com o Batalhão de Caçadores 5! Durante dois dias alguns constitucionais, inùtilmente, se esforçaram por que êle desistisse da abalada prudente. A 23 tinha os navios preparados para o embarque. A 24, às 10 horas da manhã, ia partir! Teotónio de Ornelas, o Tenente Lobão, Cipriano da Costa Pessoa, Inácio Barcelos da Silveira, o Dr. Manuel Joaquim Nogueira protestam veementemente, afirmando com exaltação que o caminho agora era lutar até morrer! Sem Caçadores 5 tudo estava irremediàvelmente perdido! Quintino, impressionado, ficou! A resistência da Terceira, Liliput posto no bico dos pés, vai continuar!

Para solenizar a memorável resolução — os Governadores Interinos e os Comandantes Militares reüniram-se no Castelo de S. João Baptista, na Praça de Armas, onde se iniciara, a 21 de Junho, a Revolta Constitucional, — e o Dr. Nogueira fez aos soldados da Guarnição e aos civis um vibrante discurso, incitando-os à luta e expondo-lhes futuras perspectivas brilhantes. Sempre a retórica conduziu multidões! Um discurso, em tempo oportuno, pode valer mais que um regimento equipado e armado! O advogado revolucionário estava muito longe de ser um Danton ou um Lamartine, mas a chama interior supria-lhe as deficiências verbais. E quando há boa vontade e comoção, predispondo à credibilidade, nos auditórios políticos, — um simples gesto e um olhar brilhante merecem aplausos frenéticos e reforçam convicções. São dispensáveis na oratória de comício as reflexões profundas, até mesmo, algumas vezes, é necessário não as fazer!

Os três dias de Agôsto marcam o ponto crucial da revolução terceirense, mas a decisão tomada, pela sua loucura, tem beleza e sublimidade!

Readquirido o ânimo - algumas providências são tomadas.

A 28 de Agôsto, Quintino e Teotónio de Ornelas, são nomeados membros do Govêrno Interino (b). Constituiu-se um Corpo de Voluntários, sob o comando de Ornelas. São promovidos muitos oficiais. O

⁽a) L. em separado de Correspondência dos Capitães-Generais de 1822 a 1828, fis. 149 — oficio do Govêrno Interino de 7 de Setembro de 1828 ao Marquês de Palmela.

⁽b) L. de Portaria, 15, fls. 163 v.

ex-Capitão-General Touvar, que estava prêso, recebeu ordem (a), para saír imediatamente da Terceira e ir para a Ilha das Flores. Touvar saíu com efeito, mas durante a viagem ordenou ao mestre do barco que o conduzia, que seguisse para S. Miguel e aí fixou residência.

A vigilância redobrava. Teotónio de Ornelas e Manuel Homem da Costa Noronha (b) são incumbidos «de abrirem quaisquer cartas particulares, de examinarem o seu conteúdo e de reterem aquelas que julgassem opostas aos inauferíveis direitos do Senhor D. Pedro IV». Era uma novidade, na Ilha Terceira, a violação do sigilo da correspondência, pelo menos tão às claras e com um carácter tão geral. Depois da revolta de Abril de 1821 Stockler mandara abrir umas cartas enviadas de Lisboa a um revolucionário perigoso, prêso, mas o facto causou sensação e os constitucionais, passados mêses, agrediram-no violentamente em periódicos e panfletos. E continuaram a agredi-lo, por isso, depois de terem feito muito pior em 1828, abrindo à vara larga, a correspondência de cada um!

A 5 de Setembro surgiu em frente da baía de Angra um navio de guerra. Emoção em tôda a cidade. Viria de Londres, viria de Lisboa?!

Os realistas rejubilaram na persuasão de que seria um navio de guerra às ordens de Sousa Prego, para realizar algum ataque à Ilha, e falavam já alto, dispostos a auxiliar os atacantes. Mas não; era a Fragata Imperial Brasileira, «Isabel», que partira de Inglaterra para a Madeira, também revoltada, com oficiais do exército e munições, e que retornava por ter encontrado a Ilha já sob o domínio de D. Miguel. Comandava a fragata o Capitão de Mar e Guerra, Teodoro de Bautepaire, e entre vários oficiais, trazia a bordo, o Marechal de Campo, José Maria de Moura, o Brigadeiro António Rebêlo Palhares e o General Diocleciano Leão Cabreira.

O Cônsul brasileiro, que visitou a fragata, foi o portador de ofícios do Marquês de Palmela e do Visconde de Itabaiana, «Ministro e Embaixador do Imperador do Brasil, em Londres», e de Moura e Palhares, de . . . uma requisição de géneros para alimentação dos passageiros e tripulantes.

Ninguém desembarcou. O Govêrno Interino, a 6, de manhã, res-

⁽a) L. de Ordens, 15, fls. 164.

⁽b) L. de Portarias, 15, fls. 161.

pondeu, apresentando «respeitosos cumprimentos», e pedindo que viessem ao Palácio a-fim-de se tratar do que «convém ao Real serviço de El-Rei, o senhor D. Pedro IV». Mas desembarcar... nada! O Comandante da «Isabel» declarou que estava doente. Os outros, porque... não quizeram. «Com mágoa sentimos que não possa verificar-se a vinda a terra de V. Ex.as» — disseram em novo ofício, os Governadores (a). O que o Marechal de Campo e o Brigadeiro insistiam em saber claramente — era do estado político da Terceira e das possibilidades de defêsa. O Cônsul brasileiro não lhes devia ter dado boas informações! Havia a bordo manifesto receio em desembarcar. A Ilha poderia ser uma «ratoeira», como durante muito tempo lhe chamaram os derrotistas.

Durante o dia 6 a correspondência entre o navio e o Palácio continúa, dramática! Os Governadores locais preferiam tratar o assunto, em conversações, mas Palhares e Moura entendiam que por escrito era melhor! A exposição do que se passava na Terceira oferecia dificuldades. Dizer que a situação era gravíssima podia firmar nos oficiais o propósito de não ficarem em terra; por outro lado havia necessidade de apresentar os motivos ponderosos que justificassem a urgência de socorros! Como o que tem de ser tem muita fôrça, — os Governadores, navegando entre os dois escolhos, fizeram uma exposição meio têrmo.

«A população, no seu máximo, pertencia ao infame partido da rebelde usurpação» (b) mas ao nosso lado temos «fidalgos e cavalheiros da primeira representação, pela sua riqueza e qualidades» — afirmam os relatos enviados para a «Fragata», — sendo, contudo, certo que é «tão pequena esta excepção que os inimigos da Boa Causa estão no caso de serem cortados pelo número dos habitantes desta Ilha de que resulta a primeira dificuldade». «O máximo da nobreza e fidalgos «são contra a legitimidade do senhor D. Pedro IV», todavia, — continuam os Governantes, dispomos do «valoroso Batalhão de Caçadores 5 com 400 homens, e nas Fortalezas há mais de 70 peças em estado de fazer fôgo, e um parque de artelharia com 15 bôcas». «Faltam-nos

⁽a) L. em separado da correspondência dos Capitães-Generais, de 1822 a 1828 — fls. 9 e seguintes.

⁽b) L. em separado da correspondência dos Capitães-Generais — fls. $9\ e$ seguintes.

artelheiros». No caso de um desembarque de tropas inimigas podemos resistir no Castelo de S. João Baptista, mas há que contar que os «facciosos da Ilha coadjuvarão os rebeldes». Contudo esta «exacta situação em que nos achamos não nos leva a ter «a mais pequena ideia de abandonar a defêsa» da nossa Causa. Resistir no Castelo era uma sujestão da táctica dos espanhoes, em 1641.

A fé ardente e a coragem dos constitucionais de Angra devem ter impressionado os oficiais que vinham a bordo da fragata. O Marechal de Campo e o Brigadeiro responderam que o General Cabreira desembarcaria. E os Governadores, sem mais delongas, não fôsse haver algum arrependimento, escreveram ao General a dizer-lhe que tinham recebido «a grata notícia do seu desembarque, e se «davam por isso os parabens» e «se reservavam o prazer de o cumprimentar quando êle fôsse ao Palácio», onde «ansiosamente o esperavam». Pediam-lhe também que escolhesse, a bordo, os oficiais, que haveriam de ser empregados ao seu serviço.

O Govêrno Interino expediu também um oficio a Teodoro Beaurefaire, a solicitar-lhe, que conforme as ordens de Palmela e de Itabaiana, lhe remetesse seis contos de reis, pois havia falta de numerário, e para acudir a tôdas as eventualidades. E o dinheiro foi remetido.

Finalmente a 8 desembarcaram Cabreira e mais cinco oficiais e um médico, (a) e o General foi logo nomeado «encarregado das armas e Presidente do Govêrno. Um dos oficiais — o Tenente de Cavalaria n.º 12 — Vasco Gutterres da Cunha, regressou, porém, a 22 de Setembro, a Londres. Fôra promovido a Capitão, mas quis imediatamente ser agregado a Caçadores 5, e como lhe não fizessem a vontade abalou. Amuo, ou... pretexto para fugir da «ratoeira»!

A situação do Govêrno Interino de alguma maneira se robusteceu. O General Cabreira tinha o prestígio de veterano das Guerras de Roussilhão e da Península, e além disso êstes socorros em oficiais e dinheiro — aumentavam a esperança de que outros viriam de Londres e do Brasil. E tinha-se pedido auxílios às mais diferentes personalidades, a D. Pedro, a Palmela, a Itabaiana e até... ao Ministro dos Negócios Estranjeiros da Inglaterra, (b) com fundamento na velha

⁽a) L. em separado da correspondência dos Capitães-Generais - fls. 14.

⁽b) Livro de Contas, em separado, pág. 9.

Audácia não faltava aos liliputianos constitucionais da Terceira para levarem ao fim a sua formidável tarefa de Titans!

IX

A Reacção Interna contra o Movimento Constitucional de "22 de Junho".

O Capitão de Linha, Miguelista, João Moniz Barrêto Côrte-Real. O combate do Pico do Seleiro.

O Capitão João Moniz Barrêto Côrte-Real e o Morgado Joaquim de Almeida Tavares do Canto, começam a conspirar. A população oprimida e exacerbada pelas perseguições e vexames de tôda a natureza e chocada pela ideia de que pessoas estranhas, pusessem e dispusessem, como em terra conquistada, — tinha os olhos postos no Capitão de Linha, terceirense, herói da Guerra Peninsular! Alguns

⁽a) L. de Ordens, 15, fls. 169.

⁽b) A minuta da proclamação foi-nos oferecida pela Ex.^{ma} Sr.^a D. Adelaide Borges Teixeira, viúva do fidaigo, sr. António Borges Teixeira.

fidalgos procuraram-no no seu Solar da Terra-Chã e o incitam, transmitindo-lhe as esperanças ansiosas da população (a).

Côrte-Real planeou, então, armar as milicias, para com elas bater as tropas constitucionais, atacando-as isoladamente, apoderar-se de uma parte da Ilha, e, sendo possível, marchar sôbre a cidade e pôr cêrco à fortaleza. Em certa maneira, a repetição do plano de Francisco de Ornelas da Câmara, em 1641: — a revolta na Vila da Praia e subsequente cêrco à Guarnição espanhola do Castelo de S. João Baptista.

E, quando não fôsse possível cercá-lo, ao menos conseguir a ocupação da parte norte da «Terceira», para facilitar o desembarque das fôrças da esquadra miguelista, que navegava nos mares dos Açores, sob o Comando do Capitão-General, Vice-Almirante Henrique de Sousa Prego.

Milicianos não faltavam e ardorosos, só faltavam as armas! Joaquim de Almeida e Carlos Jorge da Silva Seguier (b), oficial maior da Secretaria do Govêrno, a 19 de Setembro, em um barco pilotado por João Cabral de Melo, foram à Ilha do Faial buscá-las, com um ofício de João Moniz Côrte-Real ao Governador, solicitando a remessa urgente de armas e a vinda de oficiais de Linha. Para S. Miguel seguem também

(a)	«Procuram João Moniz Côrte-Real Que estava retirado em seu casal»

	«Era então Capitão d'Infantaria,
	«Por bravo militar êle passava».
	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •

	«Naquele estado pouco lisonjeiro
	«Em que as cousas para êles já estavam
	Em arrostar Moniz era o primeiro
	Que o zêlo e o pundonor o animavam».
«A Terce	ira e a Liberdada, da Sabianna Dietra siguraisa

«A Terceira e a Liberdade» de Schiappa Pietra, cirurgião-mor do Exército—
«poema histórico-político, dedicado a D. Pedro II, filho do imortal herói D. Pedro I». Schiappa Pietra, em 1828, estava na Ilha Terceira — e tinha 9 anos de idade.

⁽b) Carlos José da Silva Seguier fôra nomeado «oficial papelista» da Secretaria do Govêrno Geral, por Portaria de 24 de Novembro de 1823, do Capitão-General Stockler, Barão da Vila da Praia. Antes desta nomeação servira, provisòriamente, na mesma Secretaria. — L. 3 do Registo de Provimentos de 1819 a 1832, — fls. 32 — Arquivo do Govêrno Civil.

ofícios com a mesma encomenda, dirigidos a Touvar que ali se encontrava, aguardando Sousa Prego para lhe dar posse.

João Moniz expunha consternado em seu ofício ao Governador da Ilha do Faial, todos os sofrimentos da população: «A morte e os tormentos dos castigos corporais são amiudadas vezes aplicados a qualquer habitante que de algum modo demonstra a sua adesão ao nosso legítimo Rei o senhor D. Miguel; a cidade de Angra deserta, só são pisadas suas ruas pelos rebeldes e seus associados; os habitantes, foragidos pelos montes e campos, sofrendo os rigores das estações, não escapam ali mesmo aos insultos dos malvados; as casas a cada momento são invadidas, a mocidade é constrangida a um recrutamento de artelheiros para o serviço dos rebeldes e os que se subtraem a isto, suas famílias sofrem por êles: êste estado, pois, em que nos vemos (digno até de compaixão) tem produzido um desespêro nos habitantes, de modo tal, que os efeitos da loucura já se têm manifestado, tentando o povo, mesmo sem armas, arrojar-se ao inimigo, que não deixaria de estimar a oportunidade de cevar em nós todo o seu ódio e rancor». «Não é sem dificuldade que me tenho valído de tôda a minha prudência para acalmar tôdas estas tentativas, com a esperança de obter meios com que, debajxo das regras militares, possa hostilizar os inimigos.... O oficio pedindo as armas, aflitivamente, argumentava ainda que elas serviriam para facilitar o desembarque de tropas da «expedição» que se anunciava (a).

Entrementes João Moniz organizou com alguns milicianos e soldados de Artelharia e Caçadores 5, que tinham desertado, um pequeno Batalhão, que empregou no fabrico de cartuchame, às escondidas, primeiramente em uma casa do Morgado Almeida, no «Pôsto Santo», e depois numa Quinta do Tenente de Milícias, Eustáquio Francisco de Andrade. Vivia-se no sobressalto angustioso de um ataque à Quinta, por surprêsa, em conseqüência de alguma denúncia! Precisavam-se, com brevidade, armas para a resistência no caso de ataque. E João Moniz procurou obtê-las nos próprios Quarteis do Castelo, com a cooperação de elementos aliciados entre os soldados e sargentos. Tudo esteve preparado para que as armas fôssem lançadas de um dos Fortes para o lado do Fanal, onde seriam recolhidas por pessoas que ali

⁽a) «Documentos para a História das Côrtes Gerais», V, 5 — pág, 403.

as esperavam, em noite escura, embuçados! À última hora o plano falhou, por desconfianças levantadas, em virtude de umas chaves que se encontraram e que serviriam para abrir os armazens.

O pior é que as deserções de soldados e os «pasquins», de propaganda miguelista, espalhados nos Quarteis, punham de sobreaviso o Govêrno Interino, que redobrou de vigilância e de medidas de repressão. Além disso quando a fragata Imperial Brasileira entrou no pôrto e se supôs, a princípio, que seria um navio de guerra do Govêrno de Lisboa, o Morgado Almeida, apoiado por milicianos, exaltadamente, desafiára um destacamento de Caçadores 5, pondo a claro a conspiração latente!

A 30 de Setembro chegou ao pôrto dos Biscoitos o barco trazendo do Faial duzentas e quinze armas com baionetas, noventa e seis patronas, quinhentas pederneiras e cinco mil cartuchos de mosquetaria (a). As armas eram, porém, na sua quási totalidade, arruinadas! Joaquim de Almeida fôra também a S. Jorge e de lá trouxera três mil pelouros e trinta armas das que estavam para irem para Angra... «a consertar»! (b) Carlos Seguier seguira para S. Miguel e de lá ainda não viera resposta. O Coronel Morais Âncora, Ajudante de Ordens de Touvar, fôra enviado para o Faial, sob prisão, pelo Govêrno Interino, mas virando o feitiço contra o feiticeiro, conseguira revoltar a tropa e aclamar D. Miguel, e, de prêso, passára a Governador! Não remeteu todo o armamento pedido e oficiais de linha, por recear uma contra-revolução, e querer estar devidamente preparado para se defender.

O Chefe Terceirense estava informado de que no Castelo se tomavam providências para impedir o desembarque das armas. As armas já tinham desembarcado, e com elas não se poderia bater, com probabilidades de êxito, concentradas as numerosas fôrças militares, disciplinadas e bem municiadas dos Constitucionais!

Abandoná-las, recuar, desfazer a teia tão pacientemente urdida da conspiração?! Não se conformou o brioso oficial, que tantas vezes

⁽a) Ofício do Governador Morais Âncora a Moniz, de 28 de Setembro de 1828 — «Documentos para a História das Côrtes Gerais», Vol. 5 — pág. 404.

⁽b) «Documentos para a História das Côrtes Gerais», V. 5 — pág. 377 — oficio de José Maurício Roiz, Governador da Ilha de S. Jorge, dirigido ao Ministro e Secretário de Estado do Reino e Ultramar, Leite de Barros

arriscara a vida nas batalhas travadas com os soldados do «Grande Exército» — com essa atitude, que poderia ser considerada uma aviltante deserção, manchando a sua gloriosa condecoração da «Cruz de Oiro»! Armou a tôda a pressa, com o auxílio do primo, o Capitão de Milícias João Moniz de Sá, que tinha Solar na freguesia dos Altares, oitenta homens e dispôs-se a fazer frente aos Destacamentos de Caçadores 5 que, porventura, ousassem vir até aos Biscoitos para apreender o armamento e realizar prisões! Na noite de 30 os milicianos acamparam no lugar da «Arrochela», e ali comeram pão e carne que Moniz de Sá lhes forneceu, e erguendo piedosamente as mãos ao céu, encomendaram a sua alma a Deus!

O Capitão Morais Rêgo informado, na Praia, do desembarque das armas, e do movimento dos milicianos, (a) logo mandou prevenir o General Leão Cabreira. Na manhã de 1 de Outubro dois destacamentos de Caçadores chegaram com pouca diferença de tempo, um à freguesia dos Biscoitos, outro à dos Altares, contígua, manifestamente com o propósito de cercar os insurrectos.

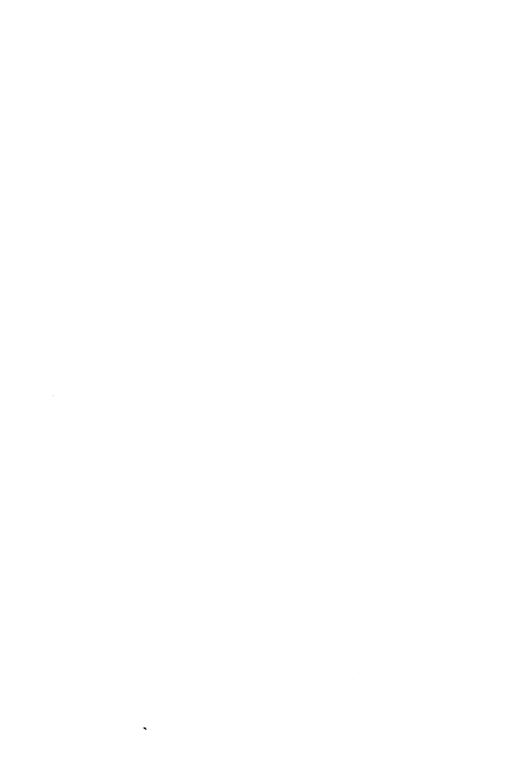
Sôbre o destacamento, que penetrou nos «Biscoitos», se lançou imediatamente uma parte da fôrça miguelista, que após duas horas de combate, conseguiu vencê-lo, e aprisionar o Alferes Luís Vilares de Andrade e dois soldados gravemente feridos.

O Tenente miliciano Eustáquio de Andrade que ficára, à cautela, na «Arrochela» prevenindo a hipótese de ataque por dois lados, resistiu energicamente ao 2.º destacamento, até que João Moniz e Joaquim de Almeida, (b) com mais alguns soldados, acudiram, e em breve luta, o desarmaram e aprisionaram. O Alferes Miguel de Sousa Guedes, comandante da fôrça, esporeando o cavalo, tentou fugir, mas o intrépido Almeida na sua famosa égua de guerrilheiro, e com uma boa espingarda, largou em sua perseguição e conseguiu deitar-lhe a mão forte, no «lugar da Serrêta», duas léguas distantes. Um filme, à maneira

⁽a) «A Terceira e a Liberdade», de Carlos Schiappa Pietra - pág. 84.

⁽b) «E o Almeida, outro Chefe destemido, «Que a fama de valente há adquirido».

[«]Terceira e a Liberdade», poema histórico-político, já citado, de Schiappa Pietra — pág. 85.





Câmara Municipal da Vila da Praia da Vitória — Ilha Terceira

americana, de cavaleiros em louca desfilada, que entusiasmaria o grande público que o visse! (a)

No mesmo dia, de tarde, um terceiro destacamento, enviado da cidade como refôrço, e que se aproximou dos Biscoitos, sabendo do insucesso dos camaradas, retirou a tôda a pressa, sem se atrever a oferecer combate. E chegou à cidade trazendo notícias tétricas!

Em Angra, no Palácio e no Castelo de S. João Baptista reina o pânico, multiplicam-se as reuniões do Govêrno Interino, sob a presidência do General Cabreira. Uma azáfama tremenda!

Os Governadores fazem recolher à Fortaleza, os Cofres da Real Fazenda e víveres (b) no intuito de, adentro das suas grossas muralhas artelhadas, resistirem, caso os miguelistas se abalançassem ao ataque. A nordeste da Ilha apareceu um navio, e porque não soubessem se vinha com socorros da Inglaterra, se era dos miguelistas, mandaram a bordo da fragata brasileira «Isabel», em águas à vista da cidade, um ofício a pedir ao Comandante (c) que entrasse na baía da Praia. E a fragata, com efeito, se aproximou da Vila para intimidar os insurrectos.

A 2 de Outubro o valente Batalhão terceirense marchou sob a chefia superior de João Moniz Côrte-Real para a Vila da Praia. Vão também os Capitães de Milícias João Moniz de Sá, Mateus Machado Pamplona Côrte-Real, Joaquim de Almeida, Francisco Martins Coderniz, João Borges Scotto, e os Tenentes Eustáquio de Andrade e Joaquim Coelho da Rocha.

Pelo caminho os camponeses reünem-se ao Batalhão, em alvorôço festivo, armados de dardos, foices, machados e enxadas, dispostos a baterem-se. Alguns milhares de pessoas!

O Chefe revolucionário ao chegar à Vila instalou-se nos Paços do Concelho e, mesmo de noite, convocou os vereadores para em «auto» anularem o deliberado na Câmara de Angra, a 22 de Junho, e aclamarem D. Miguel. A aclamação é feita no meio de estrepitosos vivas! Estava assim legalizada a insurreição, com a obediência prestada à «senhora Câmara»! Elegeu a «vereação» também um Govêrno Interino para contrapôr ao da cidade, e que ficou constituïdo pelo Brigadeiro

⁽a) Luís Vilares e Miguel de Sousa Guedes eram sargentos, promovidos a alferes pelo General Cabreira.

⁽b) L de Ordens, 15 — fls. 175 e 175 v.

⁽c) L. de Ordens, 15 - fis. 176.

Castilbranco, Cónego João Belo e Corregedor Francisco José Pacheco, que estavam ... ausentes.

Côrte-Real, perito na ciência militar, e responsável principal pela condução dos acontecimentos, bem percebe, no meio do esfusiante entusiasmo geral, a debilidade das suas fôrcas armadas. Muita parra e pouca uva! Armas, escassas, e algumas das que tinham sido importadas do Faial e S. Jorge, inutilizadas inteiramente nas escaramuças dos Altares e Biscoitos. A salvação estaria no segrêdo da debilidade, e que o inimigo se atemorizasse, julgando ter de defrontar uma fôrça poderosa, e que não iniciasse por isso o ataque, dando tempo a que na Praia se recebessem mais armas de S. Miguel. Depois do consumo de munições, feito nos Biscoitos — cada soldado dispunha de 10 cartuchos, sòmente! O Capitão João Moniz queixou-se depois que o Capitão Manuel Iacinto de Sousa as levara de S. Miguel para S. Jorge e que lá ficara, «contentando-se em mandar o sargento de artelharia João José de Melo a fazer-lhe a extravagante pregunta», se êle queria ou não o armamento (a). O desabafo parece implicar suspeita de má vontade ou de desleixo. Ioão Moniz na altura em que escreveu o seu folheto não conhecia tudo o que se passara, e a estranheza é natural. Mas o facto tem explicação. O Capitão Jacinto de Sousa, saíndo de S. Miguel com 400 armas e onze barris de munições, foi compelido a desembarcar em S. Jorge, por causa do mau tempo, quebrando-se até o mastro do navio que o conduzia. E o Capitão só chegou a S. Jorge a 9 de Outubro (b).

A 13, o Governador da Ilha, visto Jacinto de Sousa «não ter podido ir aos Biscoitos por causa do mau tempo, aconselhou-o «a que fôsse ou mandasse para o «Tôpo» alguém para, quando fôsse possível, ir à Terceira, falar ao Capitão Moniz e saber do que se passara». Na Vila do Tôpo ficou o sargento de artelharia João José de Melo. E o Capitão Sousa ficou nas Velas à espera que o tempo melhorasse, para seguir por mar para o Tôpo «com armamento e pólvora» e de lá

⁽a) «Fatalidades da Ilha Terceira» de João Moniz — «Arquivo dos Açores» — V. 10. pág. 165.

⁽b) Ofício do Governador de S. Jorge ao Ministro Leite de Barros — e ofício de 6 de Outubro de Touvar ao mesmo Ministro. — «Documentos para a História das Côrtes Gerais», V. 5, pág. 364 - 377.

direito aos Biscoitos. A 16 ainda Jacinto de Sousa estava nas Velas, segundo informou o Governador, visto o mar não lhe permitir a viagem. Sucedeu que o Sargento Melo largou, arriscando-se, para a Terceira, onde soube do desastre do Pico do Seleiro. A muito custo conseguiu fugir, chegando a correr na Graciosa o boato de que fôra prêso e estava fazendo fachinas (a). O boato não era verdadeiro. Se os constitucionais o capturassem, não se limitariam a castigá-lo com trabalhos forçados de fachinas. A prova é que lhe puseram logo a cabeça a prémio, — cem mil reis! O dinheiro de que dispunha a Junta Provisória era escasso, mas a vontade de apanhar certas cabeças era grande! Os sinos das Igrejas, fundidos, e cunhados, tinham uma singular utilidade!

Nos fins de Outubro já se conhecia nas Ilhas a derrota das fôrças miguelistas. O Sargento, comandante do destacamento da Ilha Graciosa, porque o tempo se modificara favoravelmente, a 25, ao lusco-fusco, saíu de batel, com traje disfarçado, em direcção aos Biscoitos a colher notícias e entregar proclamações, mas o mar bravo à entrada do pôrto, impediu ali o desembarque. Voltando pela costa abaixo «viu dois homens no calhau acenando». Pôs pé em terra, em Santa Bárbara, rasgava a manhã, desenhavam-se os contornos da costa e dos casais. Aí, Manuel Correia de Melo e António José Rebêlo, o informaram «da derrota de Moniz e do Almeida, e dos roubos de dinheiro, oiro, prata e roupa que se tinham feito, das mortes e dos incêndios de casas e barcos de pesca». Foi o bastante! O Sargento receando que alguns dos soldados que vigiavam a costa, o avistassem, voltou ao barco e deu-se pressa em pôr-se ao largo, deixando as cartas e as proclamações para serem entregues aos cabecilhas miguelistas (b). Em S. Jorge se não tinham informações tão claras, alguma cousa deviam saber, tanto mais que do «Tôpo» não tinham apercebido quaisquer fogueiras, sinais combinados, anunciadores de vitória. Tinham ouvido tiros de artelharia e «visto muita fumaça na estrada nova da Praia, no sítio das «Alhadas». Um facto devia cau sar também receio de saída de barco. A fragata

⁽a) «Documentos para a História das Côrtes Gerais», V. 5, pág. 452 — ofício do Sargento André Correia de Melo ao Comandante Militar da Ilha Graciosa, Manuel Freire de Freitas.

⁽b) «Documentos para a História das Côrtes Gerais», V. 5, pág. 452 — oficio do Sargento André Correia de Melo ao Governador da Ilha Graciosa.

brasileira, «Isabel», a 1 de Outubro, dera alguns tiros contra os ilheus, defronte do Tôpo, e revistara um caíque vindo de Santa Maria (a).

O Capitão Jacinto de Sousa não saiu de S. Jorge, logo que chegou, por causa do mar tempestuoso, depois porque já devia suspeitar, pelo menos, dos revezes sofridos pelos realistas, na Terceira, e ainda com receio de não ser aprisionado pela fragata. E como so desembarcou em S. Jorge a 9 de Outubro, — em qualquer caso chegaria demasiado tarde à Terceira com as armas, visto que o Capitão João Moniz se vira forçado a aceitar combate a 4.

* *

João Moniz camouflando a sua fraqueza, num gesto audacioso, enviou José Machado Homem da Costa, Capitão de Ordenanças, a intimar a rendição ao General Cabreira! Mas êste também era corajoso e fizera a campanha do Rossilhão, se estremeceu, não se acobardou! De mais tivera tempo de saber, pela sua espionagem, atenta às evoluções dos insurrectos, que êles não dispunham de armas suficientes, nem de rigorosa disciplina. Nem resposta deu! Mandou prender o parlamentário, que só por milagre escapou de ser assassinado, na prisão, pelos soldados! Durante vinte e quatro horas nem água lhe deram!

A não resposta foi uma... resposta para o Chefe audaz da sublevação! E tratou de providenciar, estava passado o Rubicão, não seria êle, agora, que se renderia! Mandou ocupar, pelos milicianos, a Serra do Cume, a três quartos de légua da Vila, magnífica posição para repelir a tropa constitucional, calculando que ela, a vir sobre a Praia, escolheria a «estrada militar», a melhor, e que situava perto.

Durante a noite fria os milicianos aguardaram, àlerta, o inimigo odiado, que não apareceu. De manhã, os milicianos, e os populares que os acompanhavam, retiraram para a Vila. Não se compreende bem a retirada. «Para repararmos nossas urgentes precisões» — escre-

⁽a) «Documentos para a História das Côrtes Gerais», V. 5, pág. 377 — ofício de 16 de Outubro, do Governador de S. Jorge, José Maurício Rodrigues, ao Ministro Leite de Barros.

veu, em 1829, o Capitão João Moniz Côrte-Real (a). A explicação na sua simplicidade não convence cabalmente. «El-Rei manda marchar, não manda chover»! Necessidade de aprovisionamento?! Parece que a cautela aconselhava que o aprovisionamento devia ir da Vila para a Serra e não os combatentes da Serra à Vila para o aprovisionamento!

Gente sem a devida disciplina regulamentar, exausta, sem dormir, desde os fins de Setembro, e acreditando que o adversário não se resolveria a atacar, necessitando de repouso, impotente o Comandante para a manter no seu pôsto?! Mais parece ser esta a verdadeira explicação. Acresce que Côrte-Real fracturara uma perna e ardia em febre, — não podia dar o exemplo de permanecer no descampado da Serra.

No entanto, o avisado Chefe miguelista ordenou que «ordenanças» a cavalo vigiassem as estradas, que circundavam a Serra, sempre na ideia de que a haver o ataque, as fôrças militares por ali passariam. E não se enganou. Simplesmente as «ordenanças» cumpriram mal a incumbência, — como João Moniz dirá mais tarde, — porque o preveniram tardiamente. E quando os milicianos e a multidão se dirigiram ao Pico do Seleiro, (b) — já Caçadores 5, numa fôrça de cêrca de duzentos homens, em linha de atiradores, ocupava a Serra, dominando o vale. Eram 5 horas da tarde, o sol esmaecia.

Rompeu o fôgo, de parte a parte! Os milicianos batem-se raivosamente. Fusilaria rija. De súbito troou a artelharia! Os constitucionais dispunham de duas peças, que abriram clareiras nas filas adversas! Um popular vai pelos ares, despedaçado! Muitos dos «realistas» tinham já esgotados os cartuchos! Começam a vacilar. Que podiam fazer os intrépidos mas ingénuos «Chouans» terceirenses contra fôrças educadas em disciplina castrense, dispondo de boas espingardas

⁽a) Folhêto já citado, «Fatalidades da Ilha Terceira».

⁽b) O nome provém do seu antigo proprietário, André Dias Seleiro, que residia próximo, na Casa da Ribeira, em 1520. Seleiro possuía ainda bens de raíz «em Portugal». Fez testamento a 1 de Fevereiro de 1520, certamente já bastante velho, «pois a mão lhe tremia muito e não pôde assinar» (L. 15 do Registo Vincular, fls. 55 e seguintes), e legou algumas propriedades ao Hospital da Vila e a S. Lázaro, da mesma Vila. Em 1863 era Administrador do vínculo instituído por Seleiro, — Francisco Ennes Ramalho de Medeiros, e imediato sucessor Dona Abigail Amélia Diniz Ramalho. neta de José Diniz Coelho de Brito.

e de artelharia, e colocadas numa posição dominante, impossível de atacar, corpo a corpo?!

Comandava as fôrças constitucionais, como chefe superior, o Coronel de Cavalaria, José António da Silva Tôrres, que saíra da Inglaterra a bordo da Fragata Imperial brasileira, com destino à ilha da Madeira, e ficou em Angra ao serviço do Govêrno Interino (a). Tôrres observando atentamente as posições dos milicianos, senhor do quadro das operações, e percebendo a vacilação e o rarear dos tiros, ordenou, pronto, um ataque de flanco. A hábil manobra decidiu do resultado do combate! A multidão debandou. É já noite.

A tropa constitucional avançou, então, ràpidamente, no encalço dos adversários vencidos. Ouve-se ao longe o vozear confuso dos fugitivos e o soar das buzinas pastoris, lúgubres! Perto, no campo da luta, ouvem-se imprecações de cólera e uivos de pragas, e os gritos dilacerados dos feridos, estendidos no solo, ou arrastando-se a custo, semelhando fantasmas! Lampejam bajonetas, rufam tambores!

Caçadores 5 foi acampar perto da Vila, no lugar da Casa da Ribeira. Os soldados praticam barbaridades, assassinam pessoas indefesas, até mesmo um pobre guardador de porcos, roubam e incendeiam casas! Grandes clarões iluminam sinistramente os povoados! Saqueiam a habitação do padre cura da Casa da Ribeira, José Fernandes Miranda, e matam-no, apesar dêle, de mãos postas, implorar piedade!

Os Capitães Raivoso e José Maria Taborda dão o exemplo da crueldade (b). Para cúmulo, os marinheiros e alguns oficiais da fragata brasileira vieram a terra e praticaram as atropelias que lhes apeteceu!

O Coronel Tôrres, às dez horas da noite, enviou pelo Juiz da Ordenação, um ofício ao General Cabreira a informar da bravura dos seus subordinados e do resultado feliz da acção guerreira (c). O General, em Angra, fez no dia seguinte uma flamante «Ordem do Dia», anunciando a vitória. Nem só os tiros ganham batalhas. A eloquência, algumas vezes, fabrica as vitórias, e quando não as fabrica, eleva-as a proporções homéricas!

Ao Coronel Tôrres deu D. Pedro IV, em 1833, o título de Barão

⁽a) L. de Ordens, 15, fls. 175,

⁽b) Drumond, «Annais», V. 4, fls. 179.

⁽c) «Documentos para a História das Côrtes Gerais», V. 5, fls. 360.

do Pico do Seleiro, e mais tarde, D. Maria II o de Visconde da Serra do Pilar. A coroa de barão obteve-a à custa do sangue da gente terceirense, com uma vitória bem fácil. Que podia fazer uma multidão sem treino militar, sem disciplina rigorosa, e especialmente sem espingardas e sem artelharia, — contra um inimigo que possuía tudo isto?!

Teria o Coronel ordenado as atrocidades repugnantes que os seus oficiais e soldados cometeram nos trágicos dias 4 e 5 de Outubro? Aceitamos que as não ordenou tôdas. Mas sancionou-as, porque as não impediu, nem sequer castigou qualquer dos torcionários criminosos, limitando-se a elogiar a... bravura dos soldados. As barbaridades estavam no ânimo dêle, que foi sempre na Terceira um implacável «terrorista», (a) — mandando incendiar casas, às vezes, apenas, pela simples suspeita de que tinham dado guarida a guerrilheiros! Com o General Cabreira, ponderado e bondoso, teve graves desavenças. Cabreira acabou por deixar a Ilha e seguiu para Londres.

O terrorismo exercido nos dias 4 e 5 de Outubro não tem justificação, e brada aos céus! Os terceirenses miguelistas, nos seus cinco dias de domínio na zona norte da Ilha, não tinham matado, ferido ou espancado quem quer que fôsse, saqueado ou roubado qualquer propriedade. Travaram apenas combate, lealmente, com destacamentos, que iam em sua perseguição. Vencedores, não tinham praticado represálias. Os dois Alferes e os trinta soldados, prisioneiros, não sofreram ultrajes. Guardaram-nos numa casa, feita Cadeia, e tiraram-lhes as espadas e as espingardas, como era natural. Tôrres, em o seu ofício de 4, descrevendo os acontecimentos do Pico do Seleiro, disse que entrou na Vila e que nessa ocasião se uniram a êle os Alferes e os soldados, prisioneiros, que os insurrectos tinham abandonado. Não aponta qualquer desacato que lhes fizessem.

A multidão terceirense que marchou sôbre a Vila — procedeu na jornada, como se se tratasse de uma romaria votiva, dando vivas e cantando, radiante! Milhares de pessoas, movidas por um sentimento político, mas que não praticou desatinos, pelo menos de gravidade.

⁽a) Fez parte da Junta Provisória, nomeada por Portaria de 4 de Outubro, sancionada pela Câmara na sua vereação de 5 — L, dos autos das vereações de 1824 a 1826, fls. 278. A Junta Provisória substituiu o Govêrno Interino com mais largos poderes, inclusivé legislativos.

Drumond (a) apenas conta que os populares prenderam dois constitucionais, Mateus Borges do Canto e o irmão José Borges do Canto, que lhes tinham ido oferecer os seus serviços. Talvez irritados com o estranho oferecimento. Prenderam também o Vigário e o Cura da fregresia da Vila Nova (b).

O facto de mais relêvo apontado por Drumond, foi o do Tenente de Milícias, Joaquim Coelho da Rocha, natural das Quatro Ribeiras, ter insultado os dois Alferes aprisionados, contrapondo-se a sua atitude à do Capitão Moniz, «de moderação» e «de bom e caritativo proceder. E foi isto a acusação mais impressionante, alcançada para o libelo contra o Povo terceirense, miguelista! Sendo lamentâvel, no entanto, ela nada significa, comparada com a forma por que anteriormente ao episódio do Pico do Seleiro os constitucionais tinham procedido, e muito especialmente com a forma horrível como procederam depois! De resto, vingaram-se cruelmente do Tenente exaltado, porque o fusilaram depois no Relvão! Assim como fusilaram alguns soldados e paisanos que tinham combatido no Pico do Seleiro (c). Prisões aos montes! As masmorras do Castelo regorgitavam. Nem escapou Jerónimo Martins Pamplona, irmão de Alexandre Martins Pamplona, que fazia parte da Junta Provisória, impotente para evitar os excessos espantosos! (d)

⁽a) «Annais», V. 4, fls. 61 e seguintes.

⁽b) Este cura, Agostinho José de Lemos, por alcunha o «Sizudo», era um brigão, de péssimos costumes, que deixou triste fama! Respondeu em processos correccionais por delitos de direito comum, e foi suspenso de funções eclesiásticas, algumas vezes. Em 1846 foi admoestado pelo Governador Civil, Nicolau Anastácio de Bettencourt, por insultar, em Vila Nova, a Raínha D. Maria II. (L. 4, de 1846 a 1847) — Arquivo do Govêrno Civil e Annais da Câmara da Praia. Em 1851, pessoa desconhecida, de noite, chamando-o, ardilosamente, para lhe entregar uma carta, matou-o com um tiro de espingarda. Depois de porfiadas averiguações foi pronunciado um indivíduo de Vila Nova, presumido delinqüente, mas o Tribunal absolveu-o, pois de indício apenas havia a inimizade figadal entre os dois. (Autos de processo de querela, arquivados no Tribunal de Angra do Heroísmo).

⁽c) «Documentos para a História das Côrtes Gerais», V. 6, pág. 284.

⁽d) Jerónimo, foi depois expulso da Ilha, como miguelista irrequieto. Quando chegou a Lisboa, o irmão mais velho, o Conde de Subserra, estava prêso na Tôrre de Belem, por ordem de D. Miguel, como constitucional perigoso!

O mar bravo avançando engulia o areal em torno da Tôrre, deixando po-

Palmela, em Londres, também discordou do terrorismo. Os discípulos incendiavam... a Catedral! Discordou, e providenciou. Mandou a tôda a pressa para Angra o Conde de Vila Flor, que o povo chamou o «anjo da salvação»!

O Capitão João Moniz depois do combate refugiou-se na Terra-Chã, freguesia próxima da cidade, e o Morgado Almeida na do Pôrto Judeu, ao sul da Ilha. Propalou-se que o Morgado saíra do Pôrto Judeu para a Ilha de S. Jorge, mas o boato era falso, certamente no propósito de desnortear os implacáveis perseguidores. Em breve dará sinal de si, que o intrépido fidalgo não era homem para ficar socegado, sangue fervente nas veias!

Uma esquadra de D. Miguel rondava as costas da Terceira. A bordo estava o Capitão-General, Vice-Almirante Sousa Prego. De um dos navios veio ao pôrto de Vila Nova, em uma lancha, um oficial, combinar o lugar onde se deveria fazer o desembarque. Joaquim de Almeida e o Capitão de Milícias, Moniz de Sá, estabeleceram com o emissário, que os guerrilheiros depois de observarem o movimento das tropas constitucionais, dariam no ponto conveniente, por meio de fogueiras, os sinais para o assalto. As fogueiras bem arderam, a dar o sinal, mas nenhumas fôrças vieram a terra, deixando em desespêro os conspiradores, por verem inúteis os seus esforços, feitos através imensos perigos. E ainda, no momento, era relativamente fácil o ataque à Ilha, porque não tinham chegado grandes reforços dos emigrados de Plimout, e as fortificações da Praia não estavam devidamente artelhadas.

A 1 de Dezembro, da nau «D. João VI», veio outra lancha ao pôrto do lugar das Cinco Ribeiras, com um ofício de Sousa Prego para os dois chefes do «realismo» local, novamente preguntando onde poderia,

rém, uma pequena elevação de areia. O prêso via nela a imagem da sua Ilha natal. E porque estivesse prestes a seguir para os mares dos Açores a esquadra que iria dominar a «Terceira» — fàcilmente a imaginação de Subserra e a da esposa, também prêsa, crearam a ideia de que se o mar não destruisse a elevação, a Ilha não seria vencida! E com angústia, durante dias, acompanharam o movimento das vagas alterosas batendo na areia restante. A elevação arenosa ficou...

Jerónimo rondava a Tôrre de Belem e conseguiu, por intermédio de um soldado, introduzir uma carta, prevenindo o irmão, de que lhe seriam entregues «alimentos» dos seus bens. (Estudo de Ângelo Pereira, baseado em apontamentos feitos pela enteada do Conde de Subserra).

com facilidade, operar o desembarque. Nova resposta com a promessa do auxílio de numerosos milicianos, escondidos nas matas da Terra-Chã e Pôsto Santo, além de muitos outros dispersos pela Ilha. Porém, a esquadra desapareceu! O tempo apresentava-se bonançoso, afirmou depois João Moniz.

Muitas circunstâncias e equívocos se poderiam ter dado, mas a verdade é que o Capitão-General nunca deu mostras de grande actividade e de iniciativa enérgica. Os miguelistas formularam contra êle as mais vivas acusações, que Sousa Prego, pungido, classificava de caluniosas (a). Andou no ar a suspeita de traição! Injusta. Depois do triunfo de D. Maria II, ficou na miséria, demitido de Vice-Almirante pelo Govêrno Constitucional. Era um homem honesto. Mas não o homem para a gravissima ocasião. Bondoso, ilustrado, teria sido um ótimo Administrador da Capitania. Porém, a ocasião não era de administrar, mas de lutar, e os fracos não servem para isso! Em S. Miguel deixou profundas simpatias a sua acção. Ele preferia o relativo repouso da cidade de Ponta Delgada, acarinhado pela população. Os micaelenses tinham feito em 1 de Março de 1821 uma revolução liberal, --a primeira nos Açores. O objectivo era a libertação do Govêrno de Angra! Em 1828 receberam o Capitão-General, nomeado por D. Miguel, e rejeitado em Angra, com grande regosijo! O objectivo do acentuado senso prático dos micaelenses, desta vez, era mais vasto: libertavam-se do Govêrno da Terceira, e Ponta Delgada passaria a ser a Capital da Capitania!(b)

Tudo indicava no momento que D. Miguel triunfaria definitivamente. Na pior hipótese, se os constitucionais, por milagre, ganhassem a partida, certamente que se voltaria o regime de 1822, do «desmembramento dos Açores». Em Ponta Delgada Sousa Prego esforçou-se

⁽a) «Documentos para a História das Côrtes Gerais», V. 7, pág. 36.

⁽b) Em S. Miguel havia constitucionais talvez em maior número que na Terceira. Sobretudo não existia lá o fervor miguelista da Terceira, que derivava muito das lutas travadas a favor de Stockler e contra Araújo. O Govêrno Interino de Angra informou, em 6 de Setembro de 1828, o Marechal de Campo José Maria de Moura e o Brigadeiro António Rebêlo Palhares, de que «era bom o espírito dos habitantes de S. Miguel». Em 20 informou o Marquês de Palmela que «era muito bom». Em 30 informou o Marquês de Itabaiana, Ministro de D. Pedro, em Londres, que «o seu espírito era o melhor». (L. em separado da correspondência dos Capitães-Generais, de 1822 a 1828, fls. 11-13-14).

por conciliar os partidos, e tinha boas relações com quási todos os ma gnates políticos, sem exceptuar o Desembargador, Vicente da Costa, que certamente não deixaria de lhe dar... opiniões (a). Para definir a psicologia do Capitão-General, sôbre cujos ombros pesava um fardo ingente, numa zona de vulcões, basta ler o ofício lamuriento por êle enviado dos Açores ao Conde de Basto (b). Fala no seu «fatal destino» e no «amargo pesar» que sente por haver prêsos nas cadeias da Capitania e não ter chegado ainda o Corregedor para os julgar. Em S. Miguel os prêsos políticos poucos eram. Na Vila da Horta, (c) havia, com efeito, maior número, como consequência de uma revolta constitucional auxiliada por um navio de guerra brasileiro, e que fôra dominada. Respeitável o seu «amargo pesar», mas êste sentimento traduzia uma fraqueza, no rugir e no tumulto da luta feroz. E fraqueza num momento em que na Terceira os «liberais» realizavam, a êsmo, prisões dos correligionários de Sousa Prego, os chibatavam, lhes sequestravam os bens, lhes incendiavam as propriedades, e fusilavam alguns, mesmo sem julgamento, e até pagavam e perdoavam os crimes a quem os apanhasse e matasse! (d)

João Moniz ainda tentou reatar comunicações com o Capitão-General, mandando construir um barco para levar emissários a S. Miguel. Quando o barco estava pronto, houve denúncia, e um pelotão de Caçadores 5, foi ao local onde êle se encontrava, e queimou-o. Foi mais além o heróico chefe miguelista, — aliciou militares dentro da fortaleza de S. João Baptista, e teve de prevenção numerosos milicianos para tentarem um lance arrojado e dramático: entrar na fortaleza mesma, e no próprio fojo, dominar o inimigo pela garganta. Mas à última hora, com a notícia da vinda de Saldanha, ou com o pretexto dela, os oficiais comprometidos negaram-se a prestar o seu auxílio, necessário para o êxito do assalto.

Foi, então, que João Moniz desanimou. E compreendendo que a sua presença na Ilha e a sua actuação só poderiam ser prejudiciais aos partidários, acirrando as autoridades e levando-as a aumentar as

⁽a) V. «Um Deportado da Amazona», do Dr. Faria e Maia, pág. 296 e seg.

⁽b) «Documentos para a História das Côrtes Gerais», V. 7, pág. 36.

⁽c) Hoje cidade da Horta.

⁽d) Sessões da Junta Provisória de 9 e 12 de Janeiro de 1829 — Arquivo do Govêrno Civil de Angra do Heroísmo.

perseguições — abandonou finalmente a terra onde nascera, a 15 de Fevereiro de 1829, a bordo de um brigue inglês, que chegou a Ponta Delgada a 18. A 20 de Março estava em Lisboa, sendo recebido pelo Conde de Basto e por El-Rei D. Miguel com a maior afabilidade.

O Morgado Almeida ainda ficou na Ilha, chefiando guerrilhas, apavorando os constitucionais com os seus golpes de audácia, cortando comunicações do interior com a cidade e com a Praia e ameaçando todos os que, por vontade ou por mêdo, auxiliavam os governantes! Dispondo de uma égua que corria veloz, e com ferraduras às avessas para despistar, aparecia em tôda a parte, terrífico! Por Editais e Bandos bem se tornava público que seriam concedidos duzentos mil reis a quem denunciasse o seu paradeiro ou o assassinasse! Ninguém o denunciava, antes lhe davam guarida carinhosa. Almeida ainda estava na Ilha quando do insucesso da tentativa de desembarque dos miguelistas em 11 de Agôsto, na Praia. So a dez de Setembro fugiu da Terceira, na companhia do Alferes de Infantaria Luís Ferreira Sobral, e de um estudante de 22 anos de idade, Eduardo da Cunha, em um barco que os conduziu a bordo do bergantim «Infante D. Sebastião» (a).

Pouco tempo depois seguiu para Lisboa, onde se encontrou com João Moniz Côrte-Real. Em 6 de Dezembro ambos apresentaram a D. Miguel um «Memorial», que é um grito de alma angustiada, provocado pela infeliz situação em que se encontra a sua Terra Natal! O «Memorial» foi acompanhado de «um circunstanciado detalhe das operações militares», ocorridas na Terceira (b). Depois da fuga dos dois Chefes «realistas» — a população, em desespêro, continuou, por algum tempo, a resistir, por meio de guerrilhas, mas sem finalidade prática por falta de comando único, e desandando muitas vezes, por influência da psicose criminal criada na Ilha, em delitos comuns! Espalhadas pelas freguesias, atacavam furiosamente as patrulhas de Caçadores 5, assaltavam casas de constitucionais e chegavam mesmo, num desafio, aos arrabaldes da cidade!

Deixou fama temerosa o guerrilheiro João Cabral de Melo, por alcunha o «Boi Nêgro», de uma fôrça hercúlea e de uma coragem assombrosa! A alcunha adquiriu-a pelo facto de em certo dia em que

⁽a) «Documentos para a História das Côrtes Gerais», V. 6, pág. 702 e 703.

⁽b) «Arquivo dos Açores», V. 10, pág. 153.



O Morgado, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, Joaquim de Almeida Tavares do Canto. Tinha o solar numa casa do lugar do Pôsto Santo, arrabalde da cidade. Possuía também em Angra, na Rua da Sé, uma casa em cuja fachada ainda se mantém o brazão de armas dos Almeidas. Esta casa pertence hoje à Ex.ma Sr.a D. Filomena de Menezes Mourato (N.ºs 99 a 109).



foi ao mato apanhar lenha para uso de sua casa, ter substituído um boi nêgro que morrera súbitamente, pondo a canga ao pescoço e puchando o carro! «Boi Nêgro» lhe chamaram de aí em deante! Segundo nos informou pessoa de família, João Cabral de Melo tinha um «génio terrível», mas era, no entanto, amigo e protector dos pobres.

A «Junta Provisória» pôs-lhe a cabeça a prémio: cem mil reis a quem o entregasse, morto ou vivo! Baldados foram tôdas as diligências e ardis empregados, durante muito tempo, para o capturar. Por acaso, um destacamento percorrendo a freguesia da Terra-Chã, alfobre de guerrilheiros, o encontrou, e realizou a prisão.

Acusado de ter morto cinco soldados de Caçadores, condenaram-no à fôrca. Se os miguelistas tivessem triunfado, — o «Boi Nêgro» teria sido, talvez, um herói! E os soldados do 5 teriam expiado as mortes que praticaram de guerrilheiros, sem julgamento, e de pessoas inocentes (a). Triunfaram os outros, e Cabral de Melo foi um malvado assassino. Foi sempre assim. A Fôrça dita o Direito! E pretende mesmo impôr a mentira como verdade, mas a História, mais tarde ou mais cêdo, acaba por impôr a sua razão.

Antes de chegar ao Castelo de S. Sebastião, onde ia ser enforcado, o criminoso deu que falar pelos actos de bravura que praticou!

Quando o carrasco, na Cadeia, que ficava nos baixos dos Paços do Concelho, lhe quis vestir a alva de condenado a pena última, o «Boi Nêgro» deitou-o por terra, e, lesto, avançou para a sentinela, esfaqueando-a e tirando-lhe a baioneta. O carcereiro ainda o agarrou, mas o leão sacudiu-o e fugiu para a Praça em frente. Então, vários militares com estoques e espadas o atacaram; o fugitivo, manejando, ágil, a baioneta, conseguiu desembaraçar-se dos atacantes, e correu pela rua de S. Francisco. Na ocasião um destacamento de Caçadores 5 descia a ladeira e calou baionetas para lhe barrar a passagem. O condenado investiu furioso contra o destacamento! Ficou ferido gravemente! Todo êle é sangue, massa quási informe, mas os olhos brilhavam como carvões acêsos! Agarraram-no e levaram-no para o Castelo. Pelo caminho, gesticulava, protestando, ou, muito

⁽a) Vide Autos de sumários do Juizo Geral de 1829, arquivado no Tribunal de Angra do Heroísmo e «Os papéis de meu pai» — 1.º volume, de Eduardo Mont-tufar Barreíros, filho de um emigrado liberal.

calmo, parava e cumprimentava as pessoas conhecidas. O povoléu seguia-o, chorando e bradando a triste sorte do pobrinho. A gente da «Terceira» tem o coração à bôca!

Quando vai subir para a fôrca — o Capelão da Santa Casa quis vendar-lhe os olhos, mas êle opôs-se! Na escada quis falar, dizer da sua justiça. Não foi um tambor que lhe abafou a voz, como a Luís XVI, mas o carrasco que embargou o discurso, mostrando pressa em cumprir a sua miserável missão. O valente guerrilheiro objectou-lhe: «devagar, não tenho pressa».

Deitam-lhe a corda ao pescoço, suspendem-no da fôrca! Esperneou. A corda rebentou e o «Boi Nêgro» caíu no chão, ainda vivo! Disse-se depois que os Irmãos da Misericórdia, pretendendo salvá-lo, tinham fornecido, para o enforcamento, uma corda já avariada.

Os Irmãos quiseram deitar sôbre o seu corpo a bandeira da... «Misericórdia», mas os soldados que cercavam o lugar da execução — mataram o condenado trespassando-o com as baionetas!

«Mas a escolta que o cercava Para o infeliz avançava, Logo baionetas calava, E mata-o de outra maneira».

«Então pareceu ouvir-se De um leão forte rugido, Que ainda sinto no ouvido, Desta cena horrorizado, Que infelizmente então vi» (a).

Drumond (b) diz que levaram João Cabral de Melo à «fôrea do Castelo de S. Sebastião, onde padeceu». A referência vaga não exclue a ideia de que êle fôsse morto à baionetada. A versão de pessoa de família é que foi morto pelos soldados, e não enforcado, o que condiz perfeitamente com o depoimento da testemunha presencial, Schiappa Pietra, residente, em 1828, em Angra.

⁽a) «A Terceira e a Liberdade», poema histórico-político, por Schiappa Pietra, já citado.

⁽b) «Annais», T. IV, pág. 253.

O desgraçado tinha 21 anos de idade! Os seus crimes e desvairos não são apenas o fruto do seu «génio terrível», mas da loucura revolucionária dos tempos e do exemplo dado pelas crueldades inauditas dos que, discrecionáriamente, punham e dispunham da Ilha, e dos seus subordinados, que não eram devidamente punidos. Entre Cabreira e Tôrres desavenças tremendas surgiram, porque aquêle quis castigar abusos, e êste se opunha categóricamente. O mêdo gerava violências de tôda a espécie! Os revolucionários constitucionais pretenderam salvar-se, e salvaram-se, pelo Terror (a).

* *

A Revolução de «22 de Junho» partiu de uma ideia errada, a de que a Revolução da Cidade do Pôrto triunfaria. Em 22 de Junho pretendeu-se auxiliar os «liberais» do Continente e marcar clara posição. A ideia diminue os revolucionários na grandeza da sua temeridade, mas atenúa as suas responsabilidades. A revolução no Norte do País fracassou. A 24 de Agôsto os revolucionários não quiseram voltar atrás, tomando por cobardia o que seria sensatez. Mas não é justo censurá-los pelo seu acto de espantosa audácia, em que arriscaram tudo! Além disso, êles capitulando, teriam de sofrer imediatamente as inevitáveis represálias da população irritada. Se o desenlace final das lutas travadas na Terceira lhes fôsse desfavorável, sofre-las-iam e ainda peores. Mas êsse perigo terrível era longínquo...

Seja como fôr... Nas conspirações do Solar de Santa Luzia, no desassombro do Capitão Quintino, nas impetuosidades de Lobão, no frenesi de um dignatário da Igreja, na coragem dos fidalgos, nas argúcias dos advogados, nos tiroteios em frente ao Palácio, na resistência do Tenente Pinheiro, nas fúrias do sapateiro anónimo, nos autos que se redigem, nos manifestos, proclamações e pasquins que se espalham — se caldeou e fundiu alguma cousa do necessário para criar um Mundo Novo! Para alguns dos revolucionários um Mundo muito

⁽a) Vide «A Ilha Terceira, — Emigração Liberal, — D. Maria II, Raínha da Terceira, — O Terror. — «O Julgamento dum Guerrilheiro condenado à morte» — do autor dêste estudo, publicado no n.º 1 do Boletim do Instituto.

diferente do que pensavam, mas em última análise qualquer cousa de novo e vivificante. De resto foi sempre assim, os efeitos das Revoluções ficam para além ou para aquem dos desejos dos seus promotores, se são idealistas. Tôdas as revoluções trazem desilusões. Só as não trazem para os «profiteurs» de sempre.

Seja como fôr... Nas reuniões agitadas da Câmara, convocadas as três classes, na actividade influente e por vezes decisiva dos Mesteres, no rugir da «arraia miúda», impondo a sua vontade a uma tíbia e indecisa Autoridade, nos arrojados guerrilheiros que atacam destacamentos disciplinados e bem armados, nas multidões de homens, trabalhadores de enxada ou das oficinas, que acompanharam o Capitão João Moniz à Praia e vão até ao Pico do Seleiro, numa ousadia; nos sofrimentos, na fome e nas lágrimas — a Terceira defendia a sua liberdade, dentro de apaixonado critério nacionalista, a sua independência moral e mental. O Povo tomando posição, firmando a sua vontade, lutando raivosamente, adquiria a consciência da sua fôrça e forjava dest'arte uma Sociedade Nova, com valores diferentes e mais justos, e com panoramas dilatados. Afinal de contas, por processos vários — se estava atingindo o mesmo fim substancial.

Com D. Pedro, com D. Miguel? Com a Carta, sem a Carta? Lá se irá ter!... Não se lutava tanto, não se derramava sangue de um lado e outro — sem que o Mundo ficasse modificado na sua antiga organização, na sua estrutura social! Vencesse quem vencesse!

D. Pedro? D. Miguel?

Os acontecimentos desenrolando-se, em sacudidelas, com rajadas impetuosas, ultrapassariam os limites marcados pela sua vontade, e triunfariam!

Na Guerra Civil da Terceira há audácias fulgurantes, heroísmos e cobardias, fé ardente, tibiezas, vaidades feridas, interêsses pessoais, beleza moral e crimes, sangue e lama, luz e sombra, há de tudo, — em qualquer caso escreveram-se páginas imorredoiras, fez-se epopeia! E em horas amargas, de desânimo colectivo, é ainda nessa epopeia, como nas dos séculos XVI e XVII que os terceirenses, — Anteu pondo pé na Terra,—vão buscar alento e energias fecundas para lutar e trabalhar na realização das suas mais caras aspirações de progresso e engrandecimento.

A Ilha Terceira! A Ilha Terceira! Baluarte do Patriotismo!



Ana Peregrina Augusta, freira do Convento de S. Gonçalo de Angra, em 1832, de quem D. Pedro IV houve um filho, batisado com o nome de Pedro, falecido aos 5 anos, e sepultado com grande pompa no Adro da Sé Catedral. A esta freira se refere o sr. dr. Valadão Júnior, no seu estudo «A Ilha Terceira, A Emigração Liberal», publicado no Boletim, n.º 1, a pág. 78. Em a nota n.º 22 o autor diz: «temos em nosso poder um dos retratos da freira, e cartões de pergaminho com frisos dourados, com o nome dela que o régio amante enviou do Pôrto. É este retrato que publicamos. O senhor dr. Valadão no seu livro—«Um Terceirense Notável— o 1.º Conde da Praia da Vitória», referindo-se à freira e baseado em informações de pessoas de família, diz (pág. 41): «Já velha, talvez Madalena arrependida, resava muito, na companhia de uma criada, junto de um oratório que possuia. e onde estavam um Senhor Crucíficado, o Menino Jesus, uma coroa do Espírito Santo, e as imagens do Coração de Jesus, de S. Joaquim e Santa Ana».



Notas de Etnografia

pelo Capitão FREDERICO LOPES JR.

1

Locuções e modos de dizer do povo da Ilha Terceira

Há na linguagem corrente do povo da Ilha Terceira, locuções e maneiras de dizer que lhe são peculiares, e cujo significado não é, por vezes, fácil de apreender. Algumas delas, ouvidas isoladamente, dão-nos até um sentido literalmente opôsto àquele que de facto lhes deve ser atribuído.

São inúmeras as locuções empregadas, como de resto em todo o país, porisso se torna difícil fixar apenas as que não têm paralelo ou se apresentam bastante diferenciadas das do Continente. Demanda a escôlha um largo trabalho de consulta, para o qual nunca será demasiada a colaboração que possam oferecer-nos trabalhos do género dêste. Daí o aventurar-me a fornecer-vos o pouco que consegui reünir e destrinçar, dentre o muito que diàriamente se diz e ouve na linguagem corrente, em especial entre pessoas incultas.

Aparte os arcaísmos que o vulgo mantem e já quási desapareceram do Continente e até das restantes ilhas do arquipélago, há ainda a considerar as expressões nitidamente nascidas de acontecimentos locais ou a êles alusivas, que mais tarde, caídas em desuso e perdido o rasto da origem, impossível seria explicar e mesmo compreender.

Para essas foram, evidentemente, os meus maiores cuidados, e porisso me preocupei demasiado com minúcias que hoje seriam talvez escusadas. Num futuro distante, porém, poderão servir àqueles que, como nós, consideram o estudo do folclore como base essencialíssima para o conhecimento profundo da história dum povo, e lutam com dificuldades inúmeras na colheita de elementos tão variados e dispersos.

À literatura regional, da qual sou modesto mas entusiástico cultor, sinto que prestarei também uma contribuïção de certo modo apreciável. Prouvera a Deus que a muitos sirva e a outros mais entusiasme, para que melhor a anotem e completem em benefício de todos.

Abaixar as aivecas

Baixar a mão ou os braços. «Abaixa as aivecas!» — deita as mãos para baixo.

Abaixa a barba

«Abaixa a barba que estás tóra da freguesia!» quere dizer: não te enfureças que não tens quem te proteja.

A dança da Maria Picança

Coisa sem orientação definida; que tanto pode ser assim como doutra maneira; que anda ao jôgo do empurra. Quando procuram modificar uma resolução já assente diz-se: «Isto não é a dança da tia Maria Picança».

Adeus, meu amo!

Saŭdação respeitosa muito usada no trato da gente do campo com a da cidade.

Adeus viola adeus tudo!

Equivalente a: «foi-se tudo quanto Marta fiou».

Afoga-te co'elas (ou êles)!

Quando se pede qualquer objecto a outrem e êste se recusa, diz-se: « Afoga-te co'êle!» (Usa-se também no singular).

Ai que eu amasso-me!

Amassar-se a rir, quere dizer perder-se com riso. A gente do povo, quando se ri muito, costuma dobrar as pernas até pôr-se quási de cócoras.

Alagar os pés

Apanhar uma bebedeira.

A morte a arremeter

Diz-se dum indivíduo fraco a querer tomar atitudes de valentão.
*Olhem vocês a morte a arremeter!>

Andar às fiuzes

À espera que lhe dêem alguma coisa. « Andar às fiuzes dum copo»

— à espera que lhe ofereçam de beber.

Andar às malhetas

Sem emprêgo certo.

Andar com as trezentas

De mau humor, mal dispôsto.

Andar numa atafona

O mesmo que «numa roda viva».

Antes mal contigo do que co'a caixa do pão

Chamavam «Caixa-do-pão» a uma espécie de arca de madeira onde se guardava o grão destinado ao fabrico do pão ou os próprios pães depois da cozedura semanal. Emprega-se para significar a pouca importância que se liga à amizade de outrem.

Apartar-se em bem

Exprime os desejos de paz na separação. «Nosso Senhor nos aparte em bem».

Aos curralinhos

Riscado em xadrês. «Chita aos curralinhos».

Aqui não se dá bôdo

Alusão aos bôdos do Espírito Santo em que todos podem tomar parte e receber sua brindeira. Equivalente à expressão: «Aqui não se dá escola», para insinuar que não se admite mais ninguém à conversa. Também se diz: «Conversa de dois não é para trés».

Atentar almas

Provocar. « Atentador de almas» é um indivíduo que, por palavras ou acções, provoca outro.

Até o Ohico vir da areia

Equivalente à expressão: «até ao dia de S. Nunca».

Atramocar a conversa

Estabelecer confusão, atrapalhar. «Não me venhas para cá atra-moçar a conversa».

Boa viagem faça a nau!

Emprega-se no sentido irónico, à despedida de outrem.

Bruto com'os pés qu'o arrastam

Muito empregado na Ilha de S. Jorge. Diz-se de pessoa de pouco tino.

Bum comâ milho!

Muito bom, saboroso, agradável.

Calhar a desbancar

Chegar a propósito.

Cal'te sequer!

Exclamação equivalente a «não me digas semelhante coisa»!

Oantigas e pão de padeira é que me puseram desta maneira

Exprime desconfiança ou pouca credulidade.

Chapeu de armar desordens

Diz-se do chapeu pôsto «às três pancadas».

Com'â vai pai d'home?

Usada na Ilha de S. Jorge, em especial na Vila da Calheta. É uma saŭdação trocista, empregada quando se encontra um desconhecido vindo das freguesias do campo.

Com'ó Francisco Manuel

O Francisco Manuel era um tipo popular da Terceira que, ao preguntarem-lhe pela saúde, respondia sempre: — «Cada vez pior, senhor!»

Hoje, quando se diz que uma coisa corre mal, acrescenta-se o comparativo à expressão «cada vez pior».

Como gato em dia de matança

Desinquieto, sem parar em ramo verde.

Co'o pé no mei'alqueire

Diz-se da mancebia. «Aquela casou co'o pé no mei'alqueire», quere dizer, arranjou um homem com quem vive em condições ilegais.

Com'um bezerro

Diz-se duma criança bastante desenvolvida. «É um rapaz como um bezerro».

Com'um pataco falso

Equivalente a «falso como Judas».

Credo in cruz

Usa-se em S. Jorge. Na Terceira usa-se de preferência: « T'es-conjuro! ».

Da Praia, sol alto e dinheiro na algibeira

Aos naturais da Praia da Vitória é imputada a falta de comunicabilidade e afabilidade, qualidades reconhecidas nos angrenses. D'aí a locução.

Dar na moleira

O mesmo que «dar na veneta».

Dar pela criação

Diz-se duma criança que está muito desenvolvida para a idade, « Tem dado muito pela criação».

Dar quinau em tudo

Ter resposta pronta. Resolver com rapidez e acêrto. «E' um espertalhão. Dá quinau em tudo».

Dar razão de...

«Não dou razão dêle» — não o vi, não sei por onde anda.

Eh blot...

Exclamação usada na Vila das Velas, quando, na vigia da baleia, avistam no mar o jacto de água que aqueles cetáceos expelem ao virem à superfície.

Embarcar de calhau

Saír-se bem duma emprêsa arrojada ou difícil. Deve ter origem na emigração clandestina que antigamente se fazia em larga escala para a Terra Nova, Estados Unidos e Brasil. Também se emprega no sentido de se ser burlado num negócio, talvez alusiva ainda aos abusos cometidos nos contratos entre a família dos que emigravam e os respectivos engajadores, pessoas necessáriamente pouco escrupulosas, que sabiam aproveitar-se da ingenuidade dos pobres camponêses, para cometerem tôda a casta de tropelias.

Entrar na função

Tomar parte num acontecimento.

Essa já vai atraz do pico

Diz-se duma mentira, como equivalente a «Essa é muito calva»

Está aqui a algibeirinha

Quando alguém procura meter a ridículo ou caçoar de alguma coisa, diz-se-lhe: «Queres brincar? Está aqui a algibeirinha...»

Estar aborrecido

Emprega-se na acepção de estar adoentado. «Fulano está muito aborrecido» — está muito doente.

Estar alagado pingando

Muito molhado. «Apanhei a chuva tôda; fiquei alagado pin-gando».

Estar direito com alguém

Estar quite. «Paguei a Fulano tudo o que devia. Estamos direitos».

Estar do lado do carpinteiro

Chama-se «carpinteiro» ao vento S. E., fronteiro à baía de Angra, devido ao facto de, no tempo dos veleiros, ter dado com muitos à costa, desfazendo-lhes os costados contra os calhaus. «Estar do lado do carpinteiro» é estar de má banda, enfurecido.

Estar falado com alguém

O mesmo que contratado ou tratado por outrem. «Para a semana não posso, /d estou falado com Fulano».

Estar queimado por dentro

Estar furioso.

Estar salgado

Diz-se dum projecto que não teve ou não tem realização. «Com êste mau tempo, a festa está salgada».

Está-se neinando!

O mesmo que «está-se nas tintas».

Estar somenos (em S. Jorge diz-se: someninhos)

Adoentado. Diz-se também dum objecto de má qualidade: «é muito somenos».

Eu te benzo cabra malhada co'o olho da minha enxada

Benzer a cabra com o olho da enxada é matá-la, dando-lhe com

a enxada na cabeça. Por analogia diz-se duma pessoa a quem, por ofensas recebidas, se deseja mal.

Fazer bailar a campôina

A «campôina» é, das danças regionais, a mais mexida. «Fazer bailar a campôina» é o mesmo que «fazer andar na corda bamba» ou «num sino».

Fazer farelo

Conversar durante longo tempo. Tagarelar sem propósito. Também se diz «serrar».

Fazer moleste

Causar prejuizo. «Não me faz moleste nenhum» quere dizer, não me causa dano, não me incomoda nada.

Fazer poipanca

Economizar não só dinheiro mas também palavras. «Fala p'ra ai, escusas de tazer polpança».

Fazer reinar ou ficar reinando

O mesmo que fazer zangar ou ficar zangado.

Fazer uma bragalhada

Entrar numa combinação, num contrato.

Ferver em água fria

O mesmo que «ferver em pouca água», apressar-se demasiado ou preocupar-se sem motivo.

Ficar no mato sem cachôrro

Ficar desprevenido, sem recursos.

Foi på'esbagaçar!

*Divertimo-nos à grande. Foi p'ra esbagaçar!

Foi-se o qu'era doce!

O mesmo que «acabou-se o melhor da festa!»

Forte corsairo!

Equivalente a «grande velhaco». (Corsairo por «corsário»).

Gente do monte

Gente do campo.

Haja saúde!

Saŭdação muito familiar, sobretudo na despedida.

Impeçar com alguém

Andar às turras com outrém. O mesmo que «de candeias às avessas».

Importar-se tanto com'ó fumo

Não ligar importância.

- <- Ah môça, nân digas que nân gostavas dêle...
- Eu?! Importava-me tanto com'ó fumo!

Ir a desbancar

Ficar bem ao parecer. «Este lenço vai-me a desbancar».

Ir apoitar p'ra outra banda

O mesmo que «ir pregar para outra freguesia». «Sabes que mais? Vai apoitar p'ra outra banda!»

Ir arriba dos pés (péses)

Defecar. Traduz a posição que habitualmente se toma, em pleno campo, para expelir as féses.

Ir atraz de casa

O mesmo significado que a locução anterior. Alusiva ao facto da «casinha» ou latrina ficar situada, geralmente, ao fundo do quintal, por detraz de casa.

Ir brincar co'a bichinha p'ra areia

*Bichinha chama o povo aos orgãos genitais do homem, quando criança. A locução refere-se à predilecção que têm os rapazes pelas brincadeiras à beira-mar, especialmente nos areais.

Ir brincar p'rá Prainha

Idêntica à anterior. A Prainha é um pequeno areal existente na baía de Angra.

Ir para o monte

Ir morar ou em vilegiatura para o campo.

Iss'era massa!

Isso era explêndido, magnífico, ou muito bom, saboroso.

Isso fô onte!

O mesmo que «isso já passou» ou «isso é história antiga».

Isto está para inquietar!

Não corre bem. Vai mai encaminhado.

Juntou-se o Espírito Santo co'a Trindade

Os dois domingos, do Espírito Santo e da Trindade, são os dias de maior festa na ilha. Quando uma diversão qualquer atinge um grau mais elevado do que o habitual, diz-se: «Juntou-se o Espírito Santo co'a Trindade».

Juntou-se o Hospital co'a Misericôrdia

Locução alusiva à junção de duas pessoas pouco afortunadas, sofrendo de mai idêntico ou possuindo os mesmos defeitos físicos ou morais.

Largar da mão ou das unhas

Desprender-se. Quando um indivíduo se intromete com outro, diz-se-lhe: «Larga-me da mão que é melhor». Emprega-se também no sentido de cortar relações com determinada pessoa: «O espôso largou-a da mão».

Levar a volta do sargaço

Levar descaminho, desaparecer.

Levar lenha

Apanhar pancada.

Macaco do Arengas

A antiga loja do Arengas tinha em exposição um boneco de barro ou de louça, que movia os olhos e tinha certos movimentos de cabeça que o tornavam assaz ridículo. Quando alguém toma atitudes grotescas, especialmente em casos de namoros, as raparigas chamam-lhe *macaco do Arengas*.

Mei'dia na Graciosa

A Graciosa é a ilha que tem maior quantidade de jumentos, e diz-se, para ridicularizar os habitantes, que os burros são o relógio da terra — ao meio dia, zurram todos ao mesmo tempo. D'aí a locução, empregada para responder a quem pregunta as horas na ocasião em que um jumento zurra.

Meter na jaca

Algibeirar.

Meter um garfo na bôca

Comer alguma coisa, em especial como pretexto para beber um copo.

Morreu o Pechuga!

O «Pechuga» era um burrico muito conhecido em Angra por transportar diàriamente o dono, da cidade para uma Quinta dos arredores, e vice-versa. Emprega-se no mesmo sentido de «Esta um burro para morrer».

Música, senhor padre

Exclamação que se emprega para traduzir aborrecimento quando não sai bem uma obra que se está fazendo.

Não agüentar urinas

Não saber guardar um segrêdo.

Não é sangria desatada

Não é caso para pressas.

Não estar de lapas

A lapa é um marisco que vive agarrado às pedras e que só pode apanhar-se quando o mar está manso. Quando uma pessoa está de mau humor, diz-se que «não está de lapas», ou mesmo «O mar hoje não está de lapas».

Não ter tafulho

Não ter consêrto, não ter remédio.

Nem chicharrinho

Em tão grande número como o chicharrinho que costuma aparecer em cardume.

Olho na faca, ôlho na lapa

Com atenção em duas coisas ao mesmo tempo.

Onde a velha meteu os brêdos

Quando se faz negaça com um objecto por outrém cubiçado, costuma dizer-se: «Olha, mete-o onde a velha meteu os brêdos», que é como quem diz: «Mete-o no c...».

Passa p'ra uma canada!

Expressão equivalente a: «Safa d'aqui para fora».

Pedir a Deus qu'o mate ou ao diabo qu'o arrebente

Tomar uma atitude de desespêro. «Só tens um remédio agora: pedir a Deus que te mate ou ao diabo que te arrebente».

Pegar de cabeça

Perder o juizo.

Pegar o carro

*Em the pegando o carro..., em the dando a mania.

Pegar-se de gadelha

«Gadelha» por Guedelha. Alusivo à briga de mulheres que geralmente puxam pelos cabelos umas das outras. «Pegaram-se de gadelha», quere dizer «brigaram com encarniçamento».

Pensar que todo o mar é água

Não contar com os imprevistos, com as contrariedades que possam surgir na execução dum empreendimento. Esbanjar, dinheiro e saúde.

Pisca (nisca) de gente

Pessoa de fraco aspecto físico, baixa e magra. Na região de Vila Real chamam «nisca» a uma ponta de cigarro (beata).

Poderio de gente

O mesmo que «gente em barda».

Por livre alvedorio

De livre vontade.

Pôrra tonta

Diz-se dum indivíduo que não faz nada com jeito. Imbecil.

Pôr um chapéu de vaca

Ser enganado pela mulher. «A mulher poz-lhe um chapéu de vaca».

Pregar um pulo

Assustar-se.

Quando êle não sabe, o diabo diz-lho

Diz-se dum indivíduo esperto e sagaz.

Rua do pôrco

Atalho que conduz à pocilga ou chiqueiro, ou o próprio chiqueiro.

Sair o Espirito Santo todo o ano

O indivíduo a quem na extracção dos «pelouros» nos Impérios do Espírito Santo, sai o primeiro domingo, é nomeado «imperador» para o ano seguinte, ficando com direito a ter a «corôa» em casa desde a última semana até ao domingo de Pentecostes do ano imediato. Devido a êste facto, diz-se de um indivíduo que foi enganado pela mulher que lhe «saiu o Espirito Santo todo o ano».

Sair pela porta do cavaleiro

Saír-se mal dum negócio ou dum propósito. Alude às duas portas do curro nas praças de toiros, uma para o toureio a pé outra para o de cavalo.

Se haveram de sujar duas casas...

Quando, num casamento, os cônjuges são pessoas de baixa moral ou com notórios defeitos físicos, comenta-se o facto dizendo: «Se haveram de sujar duas casas... sujaram só uma».

Ser apanhado na canadinha

Ser apanhado em falso.

Ser bem (mal) cangado

Estar mal ou bem ligado a outrem.

Ser como a fôlha do almo

Versátil, inconstante. A fôlha do álamo, que o povo diz «almo», tem a página superior verde e a inferior prateada.

Ser da pancada

Nas toiradas à corda, o homem «da pancada» é o que, agarrado à corda na parte mais chegada à rez, suporta o choque mais violento quando a corda estica sustendo o toiro na carreira. «Ser da pancada» significa porisso ocupar o lugar de mais perigo numa contenda.

Ser de Agualva e não ter pena

Na freguesia de Agualva o mais usual meio de transporte é a carroça puxada a uma muar ou garrano. Quando um indivíduo é bruto ou teimoso, costumam dizer-lhe: «E's de Agualva e não tens pena».

Ser (vir) de praga ruim

Descendente de má gente. Chamam «praga ruim» às aves que causam maior prejuizo às sementeiras.

Ser do monte

Viver no campo ou ser lá nascido.

Ser do tempo da queda da Praia

Muito idoso ou antigo.

Ser grosso para palito

Ser digno de respeito. «Queres fazer pouco de mim, mas ja sou grosso de mais para palito».

Ser Januário

Certo indivíduo, de nome Januario, tinha um receio desmedido pelos resfriamentos, andando porisso sempre coberto de agasalhos. Januario passou a adjectivo significando *friorento*.

Só se ...!

Exclamação equivalente a «Espera por essa!» ou «Estás servido!»

Tal pena!

O mesmo que «mal empregado», quando significa pezar por certo facto ocorrido.

Ter autorizo

O mesmo que ter autoridade.

Ter pitafe

Ter defeito. «Não tem pitafe nenhum», quere dizer: é perfeito sem mácula.

Tresantonte

Há três dias. O dia anterior a anteontem.

Tresdôbro ou três tantos

Três vezes mais.

Ubei!

Exclamação que traduz espanto, admiração, surpresa.

Ubei, credo!

O mesmo que a anterior.

Ubei credo andar!

Usa-se em S. Jorge com o mesmo significado das anteriores.

Uma coisa desmarcada

Fóra das marcas, desmedida.

Um mal de dentro

Uma doença grave. Lesão interna.

Uma mancheia de tempo

Por espaço de tempo bastante longo.

Um mistério de gente

Grande ajuntamento.

Um pisco (ou uma pisca) de gente

Diz-se de pessoa baixa e franzina, ou de pouca idade.

Vamos moer

Nos arraiais, enquanto as mulheres permanecem sentadas, os homens andam num vai-vem contínuo, só parando em frente de alguma môça que mais lhes interesse, para lhe falarem de namôro. Se não conseguem aceitação, voltam ao passeio dizendo: «Vamos moer». Usa-se em S. Jorge.

Vê lá se tenho dentes

Diz-se para se mostrar que não se é ingénuo e se percebeu uma alusão velada ou um propósito de enganar.

Vermelho como um rocaz

O rocaz é um peixe bastante trivial nos Açores e que tem a pele vermelha.

Vira a mão!

Os homens que, nas toiradas, seguram a corda, têm por vezes necessidade de mudar de posição, ficando dum ou de outro lado consoante a direcção tomada pelo toiro na carreira. «Vira a mão» é a

voz que comanda tal manobra, e emprega-se, por semelhança, para indicar que tem de se mudar de lugar.

Virar de catrambias

O mesmo que virar de cangalhas, voltar os pés p'la cabeça.

Vai-se d'indo!

Como resposta à pregunta: «Como vai essa saúde?». Equivale ao «menos mal» ou «assim e assim».

Vê nan te pises!

«Pisar» por magoar.

N. B. = Embora a maioria destas locuções fôsse colhida directamente, algumas devo a anotações de dedicados amigos a quem deixo consignado o meu agradecimento.

OS "MAROTOS" DA TERCEIRA

A linguagem do Amor varia de povo para povo e de lugar para lugar, tal como a indumentária e a pronúncia. E tendo o homem para exprimir seus pensamentos, não só as palavras mas também os gestos, umas e outras emprega diversamente, consoante o seu modo de ser e as leis e costumes em que vive.

No caso do namôro, que é corolário do Amor ao qual nenhum dos sexos pode furtar-se, surgem a cada passo as variantes, muitas delas com seu quê de pitoresco, que merecem ser especialmente registadas.

Os olhos têm, necessariamente, uma acção das mais importantes no namôro.

Olha para mim direito, Não olhes atravessado; Quero saber p'ra meu jeito Se és solteiro ou casado. (Popular)

Como intérpretes que são da alma, falam, mais eloquentemente até que os próprios lábios, a linguagem verdadeira do Amor. E quando êstes, por recato ou natural acanhamento, não podem ou não sabem exprimir-se, são os olhos que os substituem. Lá diz a velha cantiga:

Eu defronte e vós à vista, Não falo nem vós falais. Dai-me um acêno co'os olhos Já que não pode ser mais.

Tanta e tão grande é a sua influência, que um olhar basta muitas vezes para traçar um futuro.

Quem pintou o amor cego,
Não no soube bem pintar:
O amor nasce da vista,
Quem não vê não pode amar.» (1)

Mas quem diz os olhos diz os gestos, os acênos, as expressões, todo êsse mundo de pequenos nadas que traduzem afecto, indiferença, despeito, ciume, e falam dos sentimentos mais diversos, trocando entre os seres os mais complexos pensamentos.

Muitas vezes, não bastam porém à linguagem difícil do Amor, os gestos e as palavras. Procuram-se então auxiliares que os completem. E surgem, para as mulheres, as flores, os lenços, os aventais, e para os homens o chapéu, o cigarro, a varinha que se torce entre os dedos ou se afeiçoa à navalha... Quantas — meu Deus! — quantas coisas insignificantes e supérfluas vai o Amor buscar para revelar-se e impôr sua vontade soberana!

De tôdas porém, a que directamente interessa ao presente trabalho é o lenço — não êsse «floco de neve e rendas» que fez a delícia
de bandarras, faceiras, sécias e peraltas do Século XVIII — mas o
lenço de linho, bordado a matiz, berrante de colorido, que é expoente
máximo do Amor para os môços casadoiros da minha terra — o
«marôto» — o lencinho que a «esposada» (2) borda, com requintes
de cuidados e largos vôos de fantasia para oferecer ao seu «mais-que-tudo», e que êle ostenta, babando-se de gôso, no tumulto dos arraiais
e das touradas, nas iluminações e nos bôdos dos «impérios» como
trofeu de vitória pela conquista dum coração, por tantos apetecido e
desejado.

O namôro na Ilha Terceira tem seu inicio quási certo nos arraiais

^{(1) -} Luiz Chaves, O Amor Português, pág. 14.

^{(2) —} Na Terceira, uma môça esposada é a que tem namôro.

do Espírito Santo e nas touradas à corda, divertimentos predilectos do povo terceirense.

Enquanto nos balcões e nas janelas das casas que marginam a estrada, as raparigas casadoiras se agrupam aos cachos, ostentando seus trajos domingueiros, de côres bizarras, os rapazes, do caminho, vão-lhes lançando seus olhares, primeiro dissimulados e furtivos, como quem procura esconder um interêsse nascente, depois prometedores, no desejo de verificar a sinceridade duma aceitação, e finalmente amorosos e prometedores se aqueles com que as môças lhes correspondem traduzem pleno assentimento e visível simpatia. Então, o vai-vem contínuo em que desde o comêço entretinham as horas da festa, percorrendo dum extremo ao outro o arraial, é substituído pelo «derrête» em frente ao grupo de que faz parte a sua eleita.

Corpo ligeiramente inclinado à frente, apoiado no bordão cuja conteira superior morde o sovaco ou assenta, segura pelas duas mãos, sôbre o ombro direito, iniciam as primeiras falas, de *bôca pequena*, entremeadas de ditos e piadas às companheiras que rodeiam a preferida, para disfarçar. Colhem então nessa altura, uns e outros, os primeiros informes que mais interessam ao namôro: o nome próprio, a freguesía ou lugar onde vivem, e a condição dos pais.

Há frases e ditos que são tradicionais, e que os rapazes empregam com frequência como preliminares do namôro, para lisongearem a eleita do seu coração, distinguindo-a entre as mais. Tais são, por exemplo: «Eh! môça, queres-te esposar comigo?», «E's uma estrêla», «Coisa mais linda!», «E's um alfenim, bôca da minh'alma!», ou esta, mais atrevida, que êles dizem pescando o olho brèjeiro: «Ah! peixe, quem te chupasse êsses olhos!»

Depois, se o namôro pega, chegam à fala aos domingos — ela no balcão, êle na estrada — enquanto o pai cavaqueia no terreiro ou joga o truc na «venda» para espairecer das canseiras, e a mãe, encruzada no estrado, remenda o «bragal» da família ou borda para amealhar uns vintens que hão-de servir ao enxoval das pequenas.

Assim vai criando raizes o Amor nascente, fortificando-se nas desfolhas, nos serões de fiar, nos têrços, nas vindimas e até nas bôdas de outros rapazes e raparigas que, mais felizes, mais depressa andaram no caminho da realização dos seus sonhos.

Logo porém que chegam ao convencimento de que Nosso Senhor

Lenços bordados (dos Alfares)

Folhagem verde, as flores côr de rosa e a inscrição azul (recorte em volta)

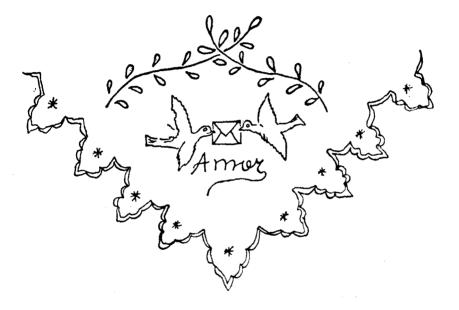


Lenços Bordados (dos Alfares)

O recorte côr de rosa, as folhas verdes, as flores azuis, côr de rosa e amarelas, Lenços Bordados (dos Alfares) a inscrição lilaz



Lenços bordados (dos Alfares)



Lenços bordados (dos Alfares)

Os troncos castanhos, o laço amarelo, as folhas verdes, as flores vermelhas e inscrição azul (recorte em volta do ramo)



	•			
				,
			,	
*				
	Ay.			
•				

os fadou para se ajuntarem um dia, começam da parte dela os preparativos para o enxoval, que levará seu tempo a concluir. Mas antes de tudo, como preliminar, não esquece o «marôto», o lencinho bordado, em recortes e desenhos cheios de arrebiques, que é testemunho vivo do Amor que ela lhe consagra, e que êle usa nos dias solenes e festivos, sob a gola da jaquêta, caindo em bico pelas costas.

São muito variados os desenhos e os coloridos empregados nêstes lencinhos de amor. Embora predominem as flores de espécies raras, também aparecem em simbolismo amoroso os corações trespassados, as pombinhas com a carta no bico, as mãos que se apertam em sinal de fineza e até o próprio deus alado que é, afinal, o autor e o inspirador destas e doutras obras em que o desejo de agradar e de prender, corre parelhas com a ingenuidade das concepções artísticas.

Já Camilo, no «Coração, Cabeça e Estômago», descrevia assim um lenço bordado:

*... tinha no centro um coração com muitos aleijões, atravessado por uma flexa que a caprichosa bordadeira deixava vêr em todo o seu comprimento de modo que parecia uma seta grudada ao coração».

E quem diz do coração diz da pomba a voar com as patinhas penduradas, das mãos com o polegar maior que os outros dedos e dos raminhos com cada entre-nó de sua côr e folhas que vão do rôxo ao escarlate, do azul vivo ao amarelo canário, passando por tôdas as nuances do «arco-da-velha»...

O recorte à volta é, no geral, de complicado contôrno, semeado de estrelinhas ou de ilhós abertos.

Por entre a folhagem dos ramos, emaranhados por vezes nos finos pedúnculos das flores, aparecem as iniciais do nome dela a um canto e do nome dele ao outro, ou palavras traduzindo o sentimento que inspirou a bordadeira: Amor, Amizade, Lembrança, Saüdade.

Mais raramente embora, o estro das «cantadeiras» manifesta-se também, emprestando à garridice dos bordados o fôgo-fátuo da inspiração poética. E as quadras que marginam os desenhos ou se dispersam, em versos simples, pelos quatro lados do lenço, são outros tantos motivos de curiosa análise que convém registar aqui. Eis algumas:

Bem custa o adeus da ausência Para quem vive apartado. Vai neste lenço a saŭdade Que por ti tenho chorado. (1)

Tenho um lenço de beijinhos Meu amor, para te dar; Com quatro nós de ciúmes Sem os poder desatar.

(Popular)

Na ponta dêste lencinho O teu nome está bordado; Dentro do meu coração Tenho-te a ti retratado. (2)

O *marôto* não serve para namorar. Aquele que o usa entalado na gola é porque o recebeu da prometida, e não pode, por isso, aspirar ao amor de mais nenhuma. Daí o ser considerado como «desfazidela», o esconder o lencinho nos arraidis. Só quando ela não está presente, o *marôto*, passa do seu lugar de honra, espalmado nas costas, para a algibeira da jaquêta, ao lado da botoeira onde uma rosa floresce. Então, sim. Na algibeira, com as pontinhas de fóra, já êle pode constituir mais uma senha para o dicionário secreto dos namorados. É por isso que lhe cantam nos bailes:

Menino, se quere saber Como é que se namora, Ponha o lenço na algibeira Com as pontinhas de fora.

E foi porisso, talvez, que lhe chamaram «marôto»...

^{(1) —} Colhida na freguesia dos Biscoitos, Ilha Terceira.

^{(2) —} Colhida na Serreta, Ilha Terceira.

BIBLIOGRAFIA

- Revista Lusitana.
- Boletim de Etnografia.
- O Amor Português, de Luís Chaves.
- O Amor em Portugal no Século XVIII, de Júlio Dantas.

Além de anotações de amigos a quem confessamos o nosso reconhecimento.

O ABRAZÃO

espelho satírico do povo terceirense

Ao Capitão Aniceto António dos Santos

Abrazão (1) chama o povo da minha terra à alcunha por que é geralmente conhecido o habitante das aldeias. Tão generalizado é o seu uso que, não poucas vezes, se sobrepõe ao nome do baptismo e ao patronímico, para constituir ao fim de duas ou três gerações, um verdadeiro apelido que, sem deslustre para a árvore genealógica das famílias, nem sequer lhes traz solução de continuidade, porquanto, na vida pretérita, era êle já, e não o legítimo, que as definia e marcava com signo imperecível.

Traduzindo de preferência, na sua origem — vindo, como vem, mais ou menos impregnado daquele espírito satírico e visão caricatural que tão largamente caracteriza a psicologia do nosso povo — alusões aos defeitos físicos ou morais de cada qual, o *abrazão* perde geralmente a primitiva feição pejurativa que era apenas individualista, para se transformar num antroponímico vulgar e corrente, embora por vezes com seu quê de extranho. Estão neste caso os seguintes, bastante fre-

⁽¹⁾ Em S. Jorge (Calheta) o povo chama traquetes às alcunhas. (V. «Notas Históricas» do P.º Manuel Azevedo da Cunha).

quentes na nossa terra: — Airoso, Arengas, Barrela, Batatal, Bica, Borralho, Cabrito, Codorniz, Fantesia, Ferrumpau, Guardanapo, Pairadinho, Palhinha, Parreira, Pintado, Quartilho, etc.

Segundo a classificação adoptada por mestre Leite de Vasconcelos, as Alcunhas podem agrupar-se nas seguintes categorias:

- a) Alusivas ao Homem;
- b) Alusivas a estados sociais;
- c) Alusivas a qualidades físicas e morais;
- d) Alusivas a hábitos;
- e) Alusivas a vestuário e ideias conexas;
- f) Relacionadas com ideias mágicas e religiosas;
- g) Expressas por frases;
- h) Alcunhas geográficas;
- i) De origem vária.

As da categoria a) subdivide-as em várias espécies, consoante se referem, por exemplo, a datas de nascimento, parentesco, condições de nascimento, profissões, etc., tais como as que a seguir citamos, bastante usadas na Terceira: Janeiro, Maio, Inverno, Três-meses, Sobrinho, Neto, Bastardo (1), Furtado, Lavrador, Pintor.

Nas da categoria b) enquadram-se, por exemplo, as de: Alcaide (2), Bispo, Conde, Frade.

Na categoria c) encontram-se as alusivas a características de aspecto físico ou moral, como sejam: Branco, Belo, Discreto (inteligente), Franco, Grande, Leal, Louro, Mancebo, Rosado, Trigueiros, Veloso (peludo).

Das alusivas a hábitos, temos: Bailão, Gaiteiro, Preguiça.

Nas da categoria e) conheço as seguintes: Capote, Camisa, Capelo, Espada, Oravata, Penteado.

As alusivas a ideias mágicas e religiosas, pertencem: Evangelho, Diabo, Romeiro, Anjo, Peregrino, Santa.

Na categoria g) incluem-se: Cara-suja, Ferrumpau (Ferra-um-pau), Haja-vida, Melro-preto, Porta-aberta, Quatro-rodas e a muito

⁽¹⁾ Êste também toponomo - Fonte do Bastardo.

⁽²⁾ Idem - Ponta do Alcaide.

curiosa alcunha, Nhamācapāo que é corrupção da frase «minha mãe, quero pão».

Das denominadas «geográficas», citaremos, como mais frequentes na nossa terra, as seguintes: Alamo, Faneca, Farrouco, Veredas.

Finalmente nas da categoria i) se incluem tôdas as de desconhecida origem, que correm de bôca em bôca, a maior parte das vezes deturpadas e corrompidas pelo próprio desconhecimento do seu significado. Citaremos por exemplo: Absolata, Azularates, Banzona, Bilrôio, Cabartois, Carangão, Felicoques, Calhestra, Magnora, Marafiza, Pantôna, Sióca, Sité, Tarapique, Tarrita, Zanila, etc.

Palavras estrangeiras têm dado origem também a numerosas alcunhas, em especial depois do regresso e fixação dos que haviam emigrado para os Estados Unidos e que, em virtude das restrições para a entrada de estrangeiros, tiveram de abandonar aquele país. Entre outras, cito como das mais curiosas a de Sanababicha, corrupção da expressão «Son of a bitch» (filho duma cadela), bastante usada pela classe baixa americana. Mas há ainda: Chalandra. Frainaite, Mechim, Raituel e muitas mais que, por corrupção profunda, escapam hoje a uma perfeita identificação.

A colecção de Abrazões que, por ordem alfabética, damos para fecho dêste nosso trabalho, não é necessáriamente completa. Dela resulta porém à evidência a visão caricatural e o espírito sarcástico que é traço vincado na psicologia do povo terceirense.

A um adulto quási imberbe, chamavam o Barbanada; a outro que no andar afastava demasiadamente os braços e as pernas, puzeram a alcunha de Cerca-pintos; a outro, cujo prognatismo é por demais evidente, chamam o Charrua. Num dos seus valiosos trabalhos publicados na «Revista Lusitana», refere o Dr. Luís Ribeiro que a uma meretriz deram por abrazão Embala-bonecos. Era conhecido por Damasquinho um bom velhote, de faces nédias e coradas, que não chegava a atingir 1,60 de altura e tinha um perímetro abdominal que excedia em muito a craveira normal em gentes daquele tamanho.

Quem não sorri ao lembrar-se da alcunha de *Foguete-queimado*, imposta a certo indivíduo magrisela, impertigado, de côr mais que morena? E o de *Tremelica*, a um remexido no andar, que abana a cabeça como se sofresse de delirium tremens?

Mas o melhor é o caso daquele rapaz que casou com uma ma-

trona adeantada em anos, e a quem passaram, porisso, a chamar... Nica-na-velha!

Os improvisadores populares que tanto abundam na nossa terra e cuja celebridade ultrapassa já o âmbito restrito do Arquipélago para se prolongar até ao seio fecundo das Colónias portuguesas da América e do Brasil, são, em quadras e sextilhas com que se degladiam nos desafios das Festas do Espírito Santo e nesses curiosos outeiros satiricos, a que o povo chama «Cantorias», fiel espelho do que acima afirmámos já.

O Terra e o António Inácio, cantadores que souberam conquistar fama imorredoira, deixaram-nos bastos exemplos daquela fina ironia e sentido caricatural que tão bem sabiam imprimir às suas composições. Dum e doutro se encontram largas referências no livro «O Terra» de Gervásio Lima.

Da moderna geração, marcha sem dúvida na vanguarda o popular «Tenrinho», e dêle se fixam muitas picarescas quadras que o imortal Bocage não se envergonharia de subscrever. A que improvisou durante a visita de uma missão médica a esta ilha, presidida pelo Dr. Pinto da Rocha, é uma primorosa sátira à Ciência de Galeno, tão torturada em todos os tempos e idades pela linguagem causticante dos manipuladores de anedotas. Dizia assim:

Eu louvo o desembaraço Da Cirurgia moderna: Quando me queixo dum braço, Cortam-me logo uma perna.

Dão ainda dessa verve testemunho, as sextilhas picarescas da canção terceirense «As Velhas» e as muitas quadras com que as famigeradas sogras são alvejadas nos desafios. Eis uma para exemplo:

Todo o môço que se casa Deve ter um pau ao canto, Para benzer sua sogra Quando estiver de quebranto.

Mas a «ciência» das Aleunhas ou Abrazões teve e tem ainda os

seus «azes». A gente das aldeias, e mesmo da cidade, conheceu-os sempre como aos seus dedos. Muitos deixaram ditos e «piadas» que foram bêrço de antroponímicos célebres, dando às familias, não poucas vezes, um cunho de originalidade que mais e melhor as caracteriza e assinala.

Qual dos Terceirenses não se orgulharia hoje de ostentar no seu apelido a velha e gloriosa alcunha de *Labrador*? (1)

Não se lhe conhece a origem, nem para o caso importa. O que se sabe e o que na verdade lhe dá lustre, é que dela usou o intrépido João Fernandes, navegador de Quinhentos, companheiro de Pero de Barcelos nas viagens para o Noroeste.

Só uma coisa é de estranhar na meditação que nos sugere o famoso abrazão terceirense: é que um *labrador* tivesse deixado o amanho da terra para o trocar pelas lides incertas do mar tenebroso.

Entre a gente do mar e a gente da terra houve sempre, e ainda hoje se manifesta, um certo azedume que se traduz em tendência para a vida em separado, irredutibilidade nos cruzamentos entre as duas castas e propensão para desaguisados de tôda a ordem, quando qualquer oportunidade lhes dá pretexto.

O lavrador trabalha, amealha, constroe, arredonda e aumenta a geira onde ergueu seu lar. O pescador anda tôda a vida à mercê dos ventos e das vagas, sem outra aspiração que não seja a do pão de cada dia. Se está bom tempo, pesca; se está mau tempo... dorme, bebe uns copitos e pragueja contra a vizinhança.

Porisso os bairros piscatórios são os mais propícios viveiros de alcunhas da minha terra. Em Cantagalo, no Cascalhinho, no Refugo e na Rua de Baixo — correspondentes à cidade de Angra, às freguesias de S. Mateus e Pôrto Judeu e à Vila da Praia da Vitória — todo o santo dia se repetem, se criam, se multiplicam as alcunhas, nas rixas entre mulheres, nas desavenças entre as companhas. As mais contundentes e as mais desbragadas, irmanam-se à maravilha com as que nada têm de pejorativo, para constituirem uma designação corriqueira, tão natural e lógica como o nome do baptismo.

⁽¹⁾ Não é de admitir que a alcunha de João Fernandes tenha sido posta no sentido pejorativo, embora os poveiros chamem «labrador» a quem não é períto na arte de marear, (V. «Poveiro», de Santos Graça).

E assim como os modos de ser são diferentes, assim também as alcunhas se diferenciam notávelmente entre a gente da terra e a gente do mar.

Arrasta-a-velha, Bôca-de-Jaja, Castanheta, Calhoico, Descarado, Estoiro, Escarcalha, Fedóca, Foneca, Galhé, Gorgita, Jifó, Larga-mecha, Marau, Mijinha, Não-giva, Olho-branco, Prosa, Quelhabras, Ranhoso, Ri-pó-pó, Subica, Trambolhão, Vega, Zurreca — são abrazões de pescadores.

Aiveca, Baeta, Bailão, Cabaça, Chairel, Divertido, Espada, Florete, Foleja, Gadanha, Galinho, Gueixo, Haja-vida, Inda-bem, Jarroca, Lambusa, Manjaricão, Melro-preto, Narigão, O's-pois, Pintado, Quartilho, Rabiça, Soldado, Tenrinho, Vareja, Zabelinha — são alcunhas de camponeses.

Naqueles impera a piada chula, contundente, visando mais o moral que o físico; nestas, há apenas alusão velada a uma deformidade ou a uma semelhança com animais, instrumentos ou produtos agrícolas, sem carácter ofensivo nem desejos de maledicência.

Curioso é porém constatar-se que não é da gente do mar que têm saído os grandes improvisadores. Não sei mesmo de nenhum que tenha sido pescador (1). E no entanto, nos duelos que se travam em desafios pegados, a chocarrice, o sarcasmo e até os desbragamentos da linguagem são moeda corrente entre os contendores, tal como, nas rixas do calhau, o praguejar do mulherío desavindo, pegando-se de guedelha à porta dos casebres.

Uns e outros são por vezes de tal quilate, que inconveniência seria passá-los e letra redonda. Mas deviam ser arquivados, porque, afinal, embora pese à moral e ao bom senso, é neles precisamente que se

⁽¹⁾ Parece que, na realidade, os pescadores são, por tôda a parte, os mesmos fracos cantadores. Diz Paul Sébillot em «Le Folk-lore des pêcheur», Paris, 1901, pág. 374:

[«]Les pêcheurs, comme au reste les marins en général, ont peu de chansons qui leur soient particulières. Pendant un séjour assez prolongé dans des villages exclusivement habités par eux, alors que je recueillais tant de contes et de formulettes, je n'ai pas rencontré un seul chant digne d'être noté qui leur fart spécial. Its figurent aussi très rarement comme personnages dans les chansons, soit de la côte soit de l'intesiéur; je ne connais guère en France, dans cet ordre d'intes, qu'une chanson recueillie sur le littoral de la Saintonge. »

manifesta, com tôda a exuberância, a esplêndida visão caricatural e o grande espírito satírico da gente da minha terra.

Segue a

RELAÇÃO, EM ORDEM ALFABÉTICA, DAS ALCUNHAS OU ABRAZÕES AO PRESENTE USADOS NA ILHA TERCEIRA DOS AÇORES

— A —

Abana

Abrótea — Espécie de peixe muito abundante nos Açores.

Absulata

Acorda

Açôrda

Agora

Águas-vivas — O povo chama «água-viva» à alforreca.

Ai-ai

Ai-não

Ai-novo

Airora — Corrupção de aurora.

Airoso — Hoje é apelido.

Aiveca

Ala-bicho

Alamo — Apelido hoje bastante

vulgar.

Alçapão

Aldina Alfaiate

Alfarrôba

Alferes — O indivíduo que leva a bandeira na coroação do Espírito Santo. Hoje apelido.

Alhinho

Amante-vaca - «Amante» é nome

vulgarmente pôsto a bois de trabalho. O portador desta alcunha ousou aplicá-lo a uma vaca.

Amarelo

Ana-vā

Anjo-da-guarda

Apanha-gatos

Areado — Diz-se de pessoa com manias.

Arêlo

Arengas — Alcunha dum comerciante muito falador.

Arraga - por «agarra».

Arrasta-a-velha

Arre-diabo

Arreganha

Atantado -

ou

Atentado — Aventuroso, atiradiço.

Autoridade

Avante Azedinho

Avinte

Azularates — Chamavam azularates às antigas notas de 50.000 réis, que eram azuis.

- B -

Bacalhau (*) (1)

Badala — Badalar é sinónimo de falazar.

Badanas

Bandalha e Bandalho.

Bandilha

Baeta — Emprega-se como sinónimo de pateta.

Bagaça

Baganado

Bagulho

Baila-bem

Balança - Hoje apelido.

Baleia — Diz-se de mulher de grande estatura e muito gôrda.

Bàlhôa — Feminino de bailão que o povo diz «bàlhão».

Bansôna

Barata — Hoje apelido.

Barba-branca

Barbado

Barba-de-colher

Barba-nada — Alcunha dum indivíduo quási imberbe.

Barbas

Barbela

Barca-sara — «Sara» foi o nome duma barca que fez carreira pelos Açores.

Barquinha

Barraca

Barrela -- Hoje é apelido.

Barriga - de - bicho — Indivíduo com o abdómen muito desenvolvido.

Barriga-de-égua — O mesmo que o anterior.

Barrilinho — Indivíduo baixo e grôsso.

Barrocas

Batata -- O povo chama «batata» a um nariz grosso e arredondado na ponta.

Batatal - Hoje apelido.

Baú

Bazano —O mesmo que apatetado.
Belica — Chamam belica às partes genitais do homem quando criança, ou quando sejam de tamanho reduzido. O mesmo que bicha-pequena.

Bem-entendido

Bengala

Berra

Bezoirinho

Bezoiro

Bica — No ano de 1621 faleceu na vila da Calheta, Aleixos Dias da Bica, natural da Praia da Vitória. Na freguesia de S. Tiago (S. Jorge) há uma canada do Bica, assim conhecida por nela ter habitado António Dias da Biqua, irmão de Aleixos acima citado.

Bicanca

⁽¹⁾ As palavras marcadas com (*) devem ser oriundas de S. Jorge. — V. Notas Históricas», obra inédita do P.e Manuel Azevedo da Cunha — Calheta — 1924.

Bicha-pequena — O mesmo que «belica». Bicha-preta Bicharedo Bichoca Bicho-feio Bicho-jarvão Bicho-negro Bico-de-ovelha - Com o beiço superior saliente. Bico-di-pena — Expressão muito usada por um fotógrafo desenhador que esteve no Brasil, e pela qual ficou conhecido. Bico-rôxo Bidôco Bigode Bilhano Bilrôio Biquinho Biscoitinha Biscoito-rebentado - Indivíduo baixo e grôsso. Bispa — Eram conhecidas por «as Bispas» as irmās dum bispo que foi desta diocese de Angra. Bispo - Hoje apelido. Bizarra Bizuga Bizugo (*) - Peixe muito abundante nos Acores Boa-noite Bôca-cheia Bôca-de-arraia Bôca-de-jaja — Jaja é um orifício no fundo dos barcos, que serve para esgôto.

Bôca-de-velha
Bochechas - de - gato — Com as
maçãs do rôsto salientes.
Bode
Bodega

Bòdica Boé

Boga — Espécie de peixe. Pancada na cabeça, com pau ou pedra.

Bogango — Corrupção de «mogango».

Boião — Indivíduo baixo e grôsso. Boião-de-ranço — Indivíduo baixo e grôsso, muito maçador nas conversas.

Boi-negro Boi-da-pêrda Bolão

Bolão Bolas (*)

Bôlha — Sinal circular, feito a giz, usado no jôgo do «truc». Mania.

Bolorento

Bonecra - Corrupção de boneca.

Bordão-do-vento

Borda-virada — Com os beiços grossos e revirados como as bordas dum alguidar.

Borracha Borralha

Borralho - Hoje é apelido.

Botas — Alcunha dum estudante militar que usava botas «da ordem».

Braço-forte Bragada Braganha Bragalha

Branco — É também apelido.

Bravo (*) — Alcunha de um cantador que nos desafios à viola se zanga com facilidade.

Brujal

Brincos*

Brioso

Britiz

Brôco — Chamam «brôco» a um toiro que tenha perdido os chifres.

Burra — Chamam «burra» ao escalão de milho. Pessoa alta e forte.

Burra-do-Manuel Amado — Referência a uma jumenta que trabalhava numa companhia de circo.

Burra-manca

Burrico

Burro

Burro-do-vale

Buzano — Corrupção de «guzano».
Buzinho

-c-

Cabaça

Cabaço — O pôvo chama «cabaço» ao virgo.

Cabartois

Cabeça — Alcunha dum indivíduo que usava grande cabeleira anelada.

Cabeça - de - cherne - Diz-se de pessoa com a cabeça grande.

Cabeça - de - prego — Diz-se de pessoa com a cabeça pequena.

Cabeçudo — O mesmo que teimoso.

Cabedal (*) — Usa-se «cabedal» para significar grande quantidade.

Cabeleira — Alcunha dum indivíduo que usava cabeleira crescida.

Cabin — De «cabinho»?

Caboz - Espécie de peixe.

Cabreiro

Cabrito

Cabuço

Cação — Diz-se de pessoa muito magra.

Caçapo

Caça-ratos

Cacêna — Há um sítio dêste nome no concelho da Calheta, S. Jorge.

Cacetana

Cachaço

Cachaço-de-porca — Com o pescoço muito curto e grosso.

Cachimbo

Cacório

Cadela

Cadelinha

Cadita

Cafua ou Cafuga — Pessoa avarenta.

Caga-lapas

Caga-leitões

Caga-na-celha

Caganita

Caneja Caga-pregos Cagarra ou Caneta Cagarro — Ave marítima, muito Canheira vulgar nos Açores. Chamam Canhoto Canico - Individuo alto e ma-«cagarro» ao habitante da Ilha de Santa Maria. grizela. Cajote Canina Caixa-velha Canôa Caldeirão Canóca Cantilhena Calha Capão Calheta Calhoca Caparita Capa-verde Calhoica ou Capejar Calhoico -- Alcunha de pesca-Capela dores. Capenga - Côxo ou tôrto (Bra-Calhou Calona sileiro). Capicha Calote Calrinhos - Corrupção de «Car-Capinha — Chamam «capinha» a um toureiro profissional. linhos». Camarão Capito Capoeira — Designação por que Camarinho Cambrela — O mesmo que camé conhecido o rufia brasileiro. Capote — Hoje apelido. balhota. Caminho Capucho Caquinha Camisa Caracol (*) Canadas - Canada é medida de capacidade que na Terceira Caramba equivale a 2,12. Caminho vi-Carambino cinal. Carambola Carangão Canadinha Carangueijo (*) Canarinho Canário — Alcunha dum toureiro Carapanta que saltava a trincheira com Carapuça Cara-suja - Alcunha de um fergrande ligeireza. Canastra reiro. Carauta — Corrupção duma ex-Canêda

presão espanhola muito co-	peixe muito abundante nas
nhecida.	peixe muito abundante nas ilhas.
Cara-velha	Cavaleiro
Cardaço — Nastro que amarra as	Cavalheira
ceroulas na parte inferior. Pes-	Cavalhito
soa velha.	Cavalinho
Carepa — Na Madeira chamam	Cavalo-branco
«carepa» ao diabo.	Caveira — Indivíduo de rôsto
Carêta	magro.
Cariana	Cebola-branca — Indivíduo bran-
Cariano	co e louro.
Carlota	Cebolinho - Pessoa baixa e del-
Carmina - Alcunha dum cadas-	gada.
trado.	Cerca-pintos — Alcunha dum in-
Carneira Carneira	divíduo que, no andar, afastava
Carneiro	demasiado os braços e as per-
Carne-sêca — Magrizela.	nas.
Carôcho	Chairel
Carradas	Chalandra — Corrupção do inglês
Carrau — Idêntico a «carauta».	«Shell handler».
Carril - de - cabra — «Carril» por	Chaleira
queixo.	Chalupa
Casaca	Chama
Casadinho	Chamarrita — Baile popular aço-
Cá-sei	reano.
Caspinheta	Champranha
Castanha (*)	Chamusco
Castanhêta	Chaque-naque
Castela	Charamba — Baile popular aço-
Castelo	reano.
Casulo	Charrua — Pessoa de acentuado
Catabuso — Corrupção de «cata-	prognatismo.
-búzios».	Charuto
Catita	Chato
Catorze	Chefe
Catrina — Por Catarina.	Chega-chega
Cavala-escalada — Cavala é um	Chega-lhe-a-égua

Come-pintos Chenica Confeito Chicarates Congro Chicha Chicharo Contente Chicharro Correio Chicharro-sêco — Pessoa magra. Coxa-linda Chicho Cozido Chidoca Craca - Individuo manhoso Chilão «Tem muita craca», equivale a dizer: «Tem muita rônha ou Chilôa Chinelo manha». Chi-pôrco Crasto Chiqueiro Creca - Corrupção de «careca». Chiqui Crista Chocalhinho Cucas Chôco Cu-de-Anica Chô-galinha Cuecas Chora Cu-de-chumbo Chora-fachinas - Alcumha de um Cu-de-pano militar que, quando estava de Cu-de-prata dia ao Regimento, andava sem-Cu-duro pre a mandar tocar a fachinas. Cu-preto Chora-por-sopas Curado Chôcho - D -Chumbeta — Pedaco de chumbo usado no jôgo das «marcas» Dá-de-galho - O que tem por ou do «homem». hábito o gesto de sacudir a Churinha cabeca. Dá-lhe-dá-lhe Chuva Chuvinha Damasco Damasquinho - Velhote de pe-Cigano Cirôlha — Corrupção de «ceroula». quena estatura, bastante roliço Côco e còrado. Daminhas Coiraca Coisa-e-coisa - Alcunha dum in-Danado divíduo que usa esta palavra Deixa-andar com muita frequência. Dentada

Dente-d'alho Dente-de-burra Dèrreizinhos - A antiga moeda de 10 réis. Desaferra-calçado Descarado — Atrevido, desvergonhado. Diaho Discreto — Como sinónimo de inteligente. Distraído Divertido — Que gosta de se divertir. Dónina Dorme-em-pé Dourado - Nome de um peixe. - E -Êle-vá Embala-bonecos — Alcunha de uma meretriz. Empige — Corrupção de «impigem». Engole-correias Entrudo Erva-do-atalho — Pessoa desprezível, que apetece pisar. Escangalhado - De andar descompassado. Desajeitado de maneiras. Escorrega Escotim Escracalha - O que ri às escâncaras. «Escarcalhar-se a rir». rlr a bandeiras despregadas. Escrepa

Escreve

Esgaça Espada Espadana Espadinha Espalha-cevada Espanhol - Muito dado a basófias. Estaca Esteira Esteireiro Esterqueira — Pessoa desprezível. Estica — Pessoa alta e muito magra. Estoiro Estoque Estorninho - Indivíduo trocista, que imita o modo de falar de outros. Estraga-albardas - Diz-se dum indivíduo perdulário. Estralado - Por «estalado». Estrêla - Diz-se de animal que tem uma malha branca na testa. Eu-queria - F -Facadinha Façanha Faceira Facelità - Alcunha dum vendilhão. Faial Fainaite - O mesmo que «frainaite > ? Fainha Faisca — Indivíduo esperto, fura--vidas.

Fandulho — Farrapo, frangalho. Faneca (*) — Alcunha geográfica (Fonte Faneca).

Fanica

Faquinha — Pessoa maldizente.

Farelo — Muito falador. «Serrar» e «fazer farelo» são expressões que significam falazar.

Farfalha — Trapalhão no falar.

Farófia — Diz-se do que obra pouco e fala muito. O mesmo que «basófia».

Farrouco — Há em Santa Luzia de Angra uma «Canada do Farrouco».

Faúlha — Turbulento, que nunca está quieto.

Fedóca

Feijão — Alcunha militar. Diz-se do militar que é exigente no serviço.

Felicoques

Ferra-diabos — Endiabrado.

Ferra-a-velha Ferrinho-quente

Ferromeco — Bolo de massa em forma de boneco que é de uso cozer pelos «Bôdos».

Ferra-um-pau — Hoje apelido. Ferrumpau.

Feteira — ou melhor, Feiteira, alcunha geográfica.

Fidalga

Filhinha

Florote

Fogão

Fogueira

Foguete-queimado — Alcunha de um indivíduo baixo, delgado e de tez muito morena.

Folião — Músico que faz parte da «folia». O mesmo que «Divertido».

Foleja - Mentiroso.

Foles — O mesmo que «Foleja». Folheta — Lata, Folha de ferro.

Folhinha-de-rosa — De maneiras finas.

Fona-teza

Foneca

Foninha

Fora-e-dentro

Formiga

Ferrumpilha — Maltrapilho, desprezível.

Frade - Hoje apelido.

Fragueta

Frainaite — Do inglês «Fright night» — noite de mêdo. Pessoa bastante morena.

Fraida

Fraldão

Frangalho

Franganita

Fraqueza — De fraco aspecto físico.

Fraquinho

Freijoeira

Frieza — Indivíduo magro. Friorento.

Friza - De cabêlo frizado.

Fu-fu

Funcheiro

Fura-bosta

Furão-sem-guiso
Fusquita — Mulher ou criança
magra e miudinha.

Fusil Fuso

- G --

Gadanha — Instrumento de lavoura.

Gadanho

Gadelha — O mesmo que «guedelha». Alcunha dum professor que usava cabeleira anelada e bastante espessa.

Gaguinha — Alcunha duma meretriz que se prendia na fala.

Gaita

Gaitada — Significa «gargalhada» em linguagem popular da Terceira.

Gaiteiro -- Diz-se de pessoa alegre e amiga de divertir-se.

Gaivota Galaia Galarito Galha

Galhano Galhé

Galhestra Galinha

Galinha-choca

Galinho

Galiza

Galocha — Espécie de tamanco ou sóco.

Galocha-atraz — Alcunha de um indivíduo que usava tamancos

(galochas) e que, volta e meia, as deixava cair dos pés.

Galo-sem-crista

Gamela Gamelão Gancho

Ganicho

Garajau Garoupa

Gata

Gato-do-pão

Gavela — Chamam gavela à folhada do milheiro, quando sêca.

Gaveta

Giga

Ginhoca — Por engenhoca.

Ginjica Ginjinha

Giraldinha — Patusco. «Andar na giraldinha» quere dizer andar na pândega.

Girinha Gorgita Grão-de-bico Grão-de-milho

Gravata Graveto

Grazina — Que faz muita bulha.

Grêta

Grilheta — Condenado a pena maior.

Grilho

Gueixo — O mesmo que bezerro. Novilho.

Guinda-velha — Exclamação muito usada nas touradas à corda, especialmente quando o touro se aproxima dum palanque onde há mulheres.

Guiné

— H —

Ha-de-haver Haja-vida Ha-que-tempos Hoje-e-ônte Hora-e-meia

- I -

Inda-bem.

Indez — Pequeno. Insignificante.
Diz-se do ovo que se coloca no ninheiro onde as galinhas devem pôr.

Inė Inverno

Invés — «Ao invés», ao contrário. Iró — Talvez corrupção de «irró», palavra com que o pôvo de Vila Franca do Campo (S. Miguel) designa a «festa da tarde» no dia de Nossa Senhora da Boa Viagem.

Isso-e-aquilo

- J -

Já-deu
Jagodes — Diz-se de pessoa mal
ajeitada de maneiras e de vestuário pouco cuidado.

Jaleta

Janeiro

Japão — Alcunha dum intervaleiro e pegador de touros que actuou na Praça de S. João e noutras desta ilha.

Jarrão Jarroca Jiró Joanete Joeireiro Jòrêta

José-da-lata — Alcunha de um vendedor de leite que, quando criança, andava habitualmente com uma lata quási do tamanho dêle.

Justiça-da-noite — Designação de uma espécie de associação secreta que operava os derrubamentos das vedações de «baldios» e tinha uma acção directa na manutenção da ordem e da moral no seio das famílias duma freguesia.

__ L __

Labandeira — Nome dado à arvéola. Diz-se duma pessoa de andar saltitante como o da labandeira.

Labuça Lagartixa Lagarto Lama Lambão Lambuza

¥	35 A.
Lampião	Macêta
Lampriza	Machadinho
Lapocégo	Machos-do-petróleo — Dois indi-
Laranja	víduos altos e fortes como os
Laranjinha — Alcunha duma mu-	machos que puxavam o car-
lher cujo rôsto era pequeno e	ro-tanque do petróleo.
redondo.	Machinha
Larga-mecha	Machuca
Largueza	Macíca
Larica	Madeira
Larós	Madorna
Lã-velha	Mais-essa
Lavora	Magano
Leijão — Por aleijão.	Magina — De «maginação», por
Leira	imaginação.
Lenguicinha —Deve ser corrupção	Magnora
de linguicinha (de linguiça, es-	Magrinho
pécie de chouriço muito usa-	Mal
do na Terceira).	Mala-real
Leviana	Malejo
Limpriça — Diz-se de pessoa	Malhado
magra.	Malha-favas
Lindinho	Malha-frades
Lindôco	Malhêta
Lingadas	Malica — Por «malicia».
Loira	Malino — Por maligno.
Lombriga-sêca — Diz-se de pes-	Mangas
soa muito magra.	Mangueira
Longa — O que anda com «lon-	Mangueiro — Trabalhador que,
gueira»; preguiçoso no andar.	nas ceifas, usava dois mango-
Same , progratore no bridge.	tes postiços.
— M —	Manucho
Macaca	Mão-gôrda
Macaco	Māozinhas — Indivíduo que tinha
Macaquinho	perdido as mãos num acidente
Maçaroca	e usava mãos de pau.
Maçăzinha	Marafiza
	erama uliku

Maragotão Mija-leite Maranhão - Um «maranho» é Mijão uma pessoa mal trajosa. Deve Mija-vinagre ser porém alcunha geográfica, Mijinha da emigração para o Brasil. Milho-velho Maran Mineira Maroiço - Redemoïnho de ca-Minhã belo, bastante pronunciado. Minhama — Minha ama, Trata-Marôto mento usado, de servo para Marracho — Espécie de tubarão. patrôa. Marrafinha Minhas-terras — Alcunha de dois Marrajana — Intrujice. irmãos, patriotas que em An-Marralhão - Teimoso, cabeçudo. gra iniciaram o movimento de Marrão rebelião contra os castelha-Marreca nos, em 1641. Marrêta Minhau Mascata — Será corrupção de Mintiras — Em vez de «mentiras». «mascate», vendedor ambu-O «en» e o «es» no começo lante de fazendas, no Brasil? das palavras pronuncia-se «in» Mazela — Doença que produz ou «is». chaga. Mirosca Mê-bem — Baile popular aço-Mi-vai reano, denominado «O Meu-Moagem -bem». Moiro Meia-noite Molarinho Meio-litro Molhanga Melagueta - Por malagueta. Molhelha Melão Mondas Melra-prêta Mondiça Morcilha - Corrupção de mor-Melrinho Melro prêto cela. Menino Morganho Merda-sêca Morrão - Há em Angra uma rua Mèstrinha chamada «do Morrão». Morrôa - As Senhoras Morrôas Meu-coração Mèzinhas eram umas senhoras que mo-Migalhas ravam na rua do Morrão.

Morte

Mosquêta

Motrêta — Escrescência muscular ou da pele.

Murião — Moreia de pele negra. Muzelo

- N --

Nabiça — Vendilhão de peixe. (Originado de «nabão», antigo imposto municipal?)

Não-giva

Narigão Naveta

Nuvela

Negrão

Negrinho

Nhamācapāo — Corrupção da frase «Minha mãe, quero pão».

Nica-na-velha — Alcunha de certo rapazola, casado com uma mulher já quarentona.

Nordeste (*)

-- O ---

Olho-branco

Olho-de-vidro

Ò-quê — O mesmo que «Ou o quê?»

Ora-bem

Ora-vai

Orego

Orelha

Orelha-cozida

Orelha-e-meia — Alcunha dum indivíduo que tinha o lóbulo duma orelha cortado. Orelhudo

Òs-pois — Depois. A seguir.

Ouriço

— Р

Pachêca

Pachincha

Padre-cura

Padre-rasquinha — Alcunha dum estudante do Liceu que era aluno do Seminário.

Pai-do-ceu

Pairadinho — Hoje apelido.

Palha-d'água — Medida-padrão de caudal de água.

Palheta -- Diz-se de um pé grande e espalmado.

Palhinha - Hoje apelido.

Pampulhão

Panacho — Corrupção de «penacho».

Panela

Pano-da-terra

Pantona

Pão-leve

Pão-de-milho

Pão-de-padeira

Pão-de-rala

Pão-quente

Papa-bolos

Papagaio

Papa-léguas — Indivíduo que é bom andarilho.

Papão

Paparrêta — Parlapatão.

Parada — Na Terceira há uma canada chamada «do Parada».

Parelha-de-luxo - Alcunha de dois indivíduos bem trajados. Parracho Parrau Passinha Pastana — Por pestana. Pastilha Pata Pataca Pata-chóca — Pateta. Pata-galada Pata-quente Pàteira — Alcunha geográfica. Patinha Pato-velho Pau-branco Pau-de-buxo Pau-de-caiar Pau-preto — Diz-se de pessoa muito morena. Pau-real Pêcego — É também apelido. Pecegueiro Pechinchinho - O mesmo que pequenino. Pechuga - Nome dum toureiro célebre nos anais da ilha. Pega-p'ró-ar Peidão Peideiro Peixarrei - Peixe-rei. Peixe-espada Peixe-frito Pé-leve Pelica (*) Pelo-de-gato Peludo — Que encavaca fàcilmente.

Pé-de-chumbo — Diz-se de quem tem andar pesado. Pé-de-ervilha Pé-de-velha Penico Pé-pé Pera-cozida Perna-e-meia - Alcunha de um indivíduo que tem uma perna bastante mais curta. Perna-inchada Perna-de-buxo Perna-teza Perneta Pica - Alcunha de um «nabiça», talvez por «picar» muito nos lanços durante a arrematação do peixe. Pica-moïnhos - Alusiva a profissão. O que pica as mós dos moinhos. Picela Pimpão Pindão - Por pendão. «Santo--pindão», o guião grande que vai na testa das procissões. Pingola Pinguela - Em Trás-os-Montes chamam «pinguela» a uma rapariga apalermada. **Pinotes** Pinta-cão Pintado **Pintelheiras** Piolho Piôrra — Mulher muito baixa.

Piqueiro

Quatro Quatro-rodas Queijinha Queimado — Nome' dado ao mi- lhafre, Homem amigo de fazer partidas. Quelhabras Quindim Quintim — Alcunha dum vende- dor ambulante de milho torrado. É corrupção de «quentinho», usado no pregão: «Olha o mi- lho quente! Quentinho!» Quinze
- R -
— 1. —
Rabaça
Rabada
Rabão
Rabiça
Rabonas
Rachadinho
Rachado
Racú
Raïnha-das-ervas
Raio
Raituel — Corrupção de «right-
-well».
Rajado
Ralão
Ramalheiro
Ranhoso
Rasquinha
Ratão
Rato Rato-inchado

Ratinho	— S —
Rebeca	Saboga
Rebentão	Saca-vacas
Recancha — Indivíduo de grande	Saia-amarela
curvatura nas pernas.	Saia-velha
Rei-galocha	Sai-é
Rei-velho	Saınhas — Alcunha dum maritimo
Relógio	que, por sofrer de incontinên-
Repenica	cia de urinas, usava um casaco
Rebôlo	comprido, até aos pés.
Repôlho	Saiota
Reserva-da-morte — Alcunha de	Safio
um oficial reformado, bastante	Salchicha
magro.	Salema
Resolve — Corrupção de revolver	Salgado
Ressoneca	Salsaparrilha ·
Restôlho — Emprega-se como si-	Salsinha
nónimo de barulho.	Salta-parêdes
Retroz	Salta-pocinhas — Diz-se de um
Reza-reza	indivíduo que anda com passo
Ri-pó-pó	miúdo e saltitante.
Ri-pó-pú	Samarão
Risca	Sanababicha — Corrupção da ex-
Rita	pressão americana «Son of a
Rit-rit — Será forma do verbo rir-	bitche» — filho duma cadela.
-se, em ri-te, ri-te!	Santa
Rodinha	Santinha
Rola-cêstos	Saqueiro
Roldão	Saquinha
Rôlo	Saquitel
Rosa-branca	Sapata
Roseiro — Foi nome de um toiro	Sapitil
célebre por sua bravura e ma-	Sardinha
nha. Aplica-se a um indivíduo	Saro — Diz-se do boi mesclado
de mau fundo e manhoso.	de prêto e branco ou acinzen-
Runcôlha	tado.
	Sarrafo

Saüdade Seca Seca-figueiras Segurilha Senata Seis-e-cinco — Alcunha de um rapazote que andava a pedir. «Seis-e-cinco» chamava-se à antiga moeda de 100 réis, em cupro-niquel.	Soca-queimada Soldado Sôlha Solidão Sôno Sôpa Sota Subica — Partes pudendas da mulher. Sujo
Selá	Surro
Sem-dêdo Senêta	— Т —
Serêno	— 1 —
Seringador	Tabalhão
Serpente	Tá-bon-vá-lá
Serralha — Alcunha de uma mu-	Taborinho
lher de vida fácil. A serralha é	Tá-côxo
planta rasteira que se dá nos	Tadeias
caminhos.	Tai-tu
Serrêta — Alcunha geográfica.	Talão
Sete	Talhão
Sete-cus	Tàlhinha
Sete-falinhas — O que fala com	Tamujal — Alcunha geográfica.
várias modelações da voz.	Tamujo
Sete-metros	Tanso
Setenta-e-cinco — Alcunha dum	Taralhão — O que fala ataba-
comerciante cujo estabeleci-	Ihoadamente.
mento tinha na porta o número	Tarapique
75 de polícia. Sete-vintens	Tareca Tarimba
Silheta	Tarimba Tarimbeiro — Diz-se do oficial
Siminhas	prático, sem curso.
Simoca	Tarrafeiro
Sióca	Tarrafo
Sité	Tarrita
Siza	Tarujo

Tazoza Trangola Tenda Tranca — Alcunha de indivíduo Tenente alto. Tenrinho Tremelica - Alcunha dum indivi-Teque-teque duo que, ao andar, meneava a Tevera cabeça. Tezinha — Alcunha duma mulher Trempes — Alcunha geográfica? cujo andar não tinha malea-Três-mêses bilidade Três-quinze Tezinho Trigo-velho Tezo Trigueiro - Trigueiros é hoje Tiazé apelido. Tijôlo Trinta-diabos Timão Trinta-e-um Tirra-tirra Tró-laró Toirão Trôlha Tolim Trambulhão Tombão Trombone Tonina Trombeta Tontaca — Atoleimada, Môsca-Tronqueira -tonta. Tripinha Topete Trulú - Alcunha de uma canta-Torrado-milho - Alcunha dum deira. vendedor ambulante de milho Trovão - Hoje apelido. torrado. Torresmo -- U --**Torrisca** Toste — Hoje apelido bastante Uél - De «Well»? vulgar. Urso Tó-tó Toucinho - v --Tó-viola Traça — Diz-se de pessoa mal-Vaca-do-monte dizente. Vá-com-Deus Tramoçal — De tremoço, tremoçal. Vagarinho Tramocinho — Idem, tremocinho. Vai-tu Tramoia Vai-vai

Valete-de-copas

Valha-me-Deus

Valhaquinha — Por velhaquinha.
«Valhaça» é uma mulher de

má vida.

Vamos-dentro.

Vapor

Vaquinhas

Vareja

Varejão — Alcunha dum indivíduo bastante alto e magro.

Vega -- Nome dum vapor que fez carreira entre as ilhas.

Veja — Espécie de peixe, vulgar nos Açores.

Vela-branca

Vela-preta

Vèlhinho

Vèlhote

Veloza

Venena

Veneno

Venha-a-nós

Ventania

Verdoiço

Veredas - Hoje apelido.

Vermelho

Vesgante

Vigairinho — Dizem «Vigairo» por «Vigário»

Vila-nova — Alcunha geográfica.

Vindima

Vinho-de-cheiro — Alcunha de uma mulher de vida fácil, que usava as faces muito pintadas, côr do «vinho de cheiro».

Viola

Vira-o-lenço

Vivinha

- Z -

Zabaninha

Zabelinha — Diz-se dum individuo muito adamado.

Zagaia

Zambira

Zanga .

Zango — Corrupção de zangão.

Zanila

Zaranza — Diz-se de pessoa pouco atinada

Zica

Zurreca

BIBLIOGRAFIA

- «Açoreana».
- «Album Açoreano».
- «Antroponímia Portuguesa» Dr. Leite de Vasconcelos.
- A Vila Dr. Mendonça Dias.
- Notas Históricas P.e Manuel Azevedo da Cunha.
- «O Arquipélago dos Açores» Júlio de Castilho.
- «O Pòveiro» Santos Graça.
- «O Terra» Gervásio Lima.
- «Portucale».
- «Revista Lusitana».

além de muitas notas e indicações gentilmente fornecidas pelo Dr. Luís Ribeiro e outros dedicados amigos a quem deixo expresso o meu reconhecimento.

CARTAS

QUE

JOÃO JOSÉ DE BETTENCOURT E AVILA DIRIGE A SEUS FILHOS JOSÉ BETTENCOURT DA SILVEIRA E AVILA E

MARIA ANTONIA DE BETTENCOURT PRINCIPIADAS EM JUNHO DE 1845 NA VILLA DO TOPO

Se, dum modo geral, as memórias, escasseiam na literatura portuguesa, nos Açores constituem preciosa raridade. Isto justificaria a publicação no Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira das «Cartas que João José de Bettencourt e Ávila dirige a seus filhos» se outros merecimentos não tivessem. As cartas, não destinadas à publicidade, foram escritas sem prévios apontamentos, ao correr da pena e ao sabor da recordação de acontecimentos decorridos muitos anos antes, em forma simples e desataviada, como o próprio autor declara. Daí as lacunas de datas, aliás na maior parte facilmente preenchíveis por outras informações, de nomes, de lugares, e certos deslizes de gramática e redacção. Se isto, porém, as prejudica sob o aspecto literário, valoriza-as por revelar a sinceridade dos comentários e a veracidade da narração dos factos. Do seu conjunto ressalta, para mais, o

desejo, que o autor manifesta, de ser verdadeiro e imparcial, não obstante aqui e ali aflorar a inevitável influência de sentimentos e modos de vêr pessoais, convicções sinceras por isso inabaláveis, e, quem sabe até, a repercussão de pequenas questiúnculas e antipatias locais, avolumadas pela limitação do meio, às quais ninguém pode subtrair-se e ficar completamente estranho.

Nas cartas espelha-se, em muitas facêtas, a vida social das ilhas Terceira e São Jorge na conturbada primeira metade do século XIX.

Costumes, cultura, dificuldades administrativas criadas pela adaptação de novas medidas legislativas e novas instituições aos acanhados meios insulares, tudo nelas ressuscita, parecendo êste o seu maior valor documental. Alguns pormenores, esquecidos dos cronistas, servem para esclarecer pontos obscuros em sucessos históricos.

João José da Silveira e Ávila deixou de si honrada fama. Foi sempre tido pelos seus conterrâneos como pessoa de são e recto carácter, tão respeitado que, a-pesar-de realista, o escolheram, na vigência do regime constitucional, para Administrador do Concelho do Tôpo, lugar que exerceu durante anos com aprazimento geral. Com quanto não fôsse superiormente culto, como confessa, mostra-se bastante lido e propenso às cousas do espírito.

O filho José, a quem especialmente dirige as cartas, foi o Conselheiro Dr. José de Bettencourt da Silveira e Ávila, falecido em Angra. Presidente da Relação dos Açores, aposentado, pessoa de extrema bondade, de primorosa educação, magistrado sabedor e escrupulosíssimo, que fez a maior parte da sua carreira nos Açores, onde hoje é lembrado pelos que o conheceram com saúdade e respeito.

O original mede 21 cm. × 15 cm., está escrito, pelos dois lados, em sessenta e quatro folhas de papel almaço azul com a marca a água *Atmasso*, numeradas, numa só face, de 1 a 11, a última destas em branco, as 14 seguintes sem numeração, a última igualmente em branco, e as restantes de 1 a 39.

Por dificuldades de composição tipográfica desdobraram-se as abreviaturas muito abundantes no manuscrito, unificou-se a ortografia bastante vária, substituiram-se por minúsculas algumas letras maiúsculas, e regularizou-se a pontuação, quando isso pareceu indispensável.

À família do autor, detentora das «Cartas», designadamente à Ex.ma

Sr.ª D. Maria do Carmo Bettencourt da Silveira e Ávila, o Instituto apresenta os seus agradecimentos pela amável aquiescência ao pedido que lhe foi feito de permitir a publicação de tão curioso documento.

CARTA 1.a

Meus filhos

Topo, 10 de Junho de 1845

Não tenho a certeza de viver athé que de viva voz te possa dar noticia de factos acontecidos em a nossa familia, e de muitas cousas curiozas que eu presenciei, ou sei por tradição; muito mais se augmenta o meu receio de não chegar a poder conversar com meus filhos, quando tenhão idade propria para o fazer, quando considero as molestias de que sou affectado, os riscos de vida que corro andando frequentes vezes por mar, e finalmente porque, tencionando mandar José para os Estudos elle tem de gastar annos, e no entretanto os annos tambem se vão aproximando do termo final da minha existencia; pesso a Deus que me deixe ter a consolação de te ver com os necessarios conhecimentos para bem te poderes dirigir e aconselhar, e amparar tua irmã e parentes que de ti possão necessitar. Se poder conseguir isto morrerei satisfeito, nem me parece que outra melhor couza possa hum chefe de familia dezejar.

Nos esclarecimentos que te der prometto ser verdadeiro, e farei por escrever exempto d'odios ou amizades; o meu fim, não pode mesmo ser outro, he contar factos verdadeiros.

O pouco tempo que me resta não só dos meus afazeres domesticos, mas ainda mais em razão do emprego de Administrador do Concelho que actualmente tenho, não me deixará fazer quanto dezejo, porem nunca acabarei se nunca principiar.

He neste mez que faz 9 annos que casei; principiarei por dar a meus filhos noticia de quem sou filho, de quem nasceu tua mãi, origem do meu casamento, do casamento e teu nascimento, isto he, de José, com quem, como mais velho e como homem, fallarei sempre.

Quem foi meu avô e minha avô.

Meu avô foi João José de Bettencourt e Avila, filho do Capitam-

-Mor das Vellas Francisco José de Bettencourt e Avila e de sua mulher D. Barbara Francisca de Bettencourt; morarão nas Vellas e nas Manadas, nas casas que ainda hoje são nossas. Casou meu avô João José com D. Izabel Luiza de Bettencourt filha (lacuna no manuscrito) morarão em Santo Antão deste concelho no aposento que he hoje do P.e Vigario Ambrosio Constantino Pacheco da Silveira; he hoje do dito Padre porque por morte do dito pertenceu o dito aposento a seu filho Antonio Ignacio, que vendeu depois ao pae do mesmo Vigario, que o comprou sabe Deus como, porque o dito Antonio Ignacio foi homem vicioso; porem com isso nada temos.

Nossos avós das Manadas forão homens muito ricos e pessoas muito de bem, tendo foro de Fidalgo, que tem succecivamente continuado athé meu pae, que se encartou no Rio de Janeiro quando lá esteve e D. João 6.º. Quanto aos nossos avós aqui do Topo forão pessoas ricas e distintas, mas não me consta terem tido fôro de Fidalgo.

De meu avô João José de Bettencourt nasceu, alem de outros filhos, o sr. José de Bettencourt da Silveira e Avila, foi o mais velho, e sendo Capitão de Milicias de que seu pae João José de Bettencourt era Major Commandante, foi a Lisboa não só tratar de negócios, mas tambem requerer armamento para o Regimento, que não tinha se não armas velhas.

O dito Sr. José de Bettencourt foi para Lisboa e, gostando da vida militar, quiz sentar praça de Cadete de tropa de linha, porem para isto era necessario, segundo a Lei, mostrar habelitação de nobreza e Escriptura de Hipotheca a huma mezada mensal de Rs. 12\$000, e por isso se tornou indispensavel vir a S. Jorge, e de facto veio para a Terceira e dalli veio aqui ao Topo aonde estava seu pae, e, em 24 horas, arranjou o que tinha de arranjar e sahio para Angra donde logo embarcou para Lisboa. Logo que lá chegou sentou praça no Regimento de Infantaria de Linha de Penixe.

Elle tinha estudado latim e dizem que era bom latino, julgo que não tinha outros estudos regulares, porem tinha muita leitura e pratica do mundo; seu pae João José e seu avô Francisco José erão bons estudantes e advogavão com approvação dos entendidos na materia; porem o que fazião era por favor.

O supra dito Sr. José de Bettencourt, sendo Cadete em Lisboa

como já disse, namorou-se com a senhora Margarida de Cortona e casou com ella em 14 de Janeiro de 1803, e depois se ficou chamando D. Margarida de Cortona Bettencourt e casarão na Igreja.....

Eis aqui de quem nasci: foi do Sr. José Bettencourt da Silveira e Avila e da sr.a D. Margarida de Cortona Bettencourt.

Não me esquecerei dizer quantos trabalhos passou meu pae e minha mãe, quantos irmãos teve elle e quantos tive eu, etc. etc.

De quem nasceu tua mãe

Antonio de Andrade da Terra era natural de Santo Amaro da Ilha do Pico, era filho d'huma casa limpa e abastada, porem ella era pobre por serem muitos irmãos, casou na Ponta com Antonia Quiteria do Rosario, que herdaria de seu pae 6 ou 8 contos de reis, e não foi metade dos bens da casa de seu pae, porque este fez ao outro filho, José Lourenço da Silveira, que casou em Angra, terça dos seus bens.

Eis aqui de quem nasceu tua mãe, Antonia Justinianna de Azevedo, que depois de casada comigo se ficou chamando D. Antonia Justinianna de Azevedo Bettencourt.

Devo advertir que no lugar da Ponta, sendo o dito sr. Antonio de Andrade da Terra Capitam de Ordenanças, sendo rico, tratando-se á lei da nobreza, e sendo sua senhora tambem filha de huma casa rica decente, e sendo seu pae Lourenço Francisco da Silveira Capitam de Ordenanças na Ponta do Pico, nem sua senhora Antonia Quiteria do Rosario tinha Dom, nem sua filha e minha mulher tambem o tinha, acrescendo mais que o dito Capitam Lourenço Francisco da Silveira tinha patente regia, e que, por isso, sua mulher e filha tinhão Dom de direito. Porem julgo ser costume não dar naquelle logar Dom a pessoa alguma, pois lá não conheço pessoa alguma que o tenha. Assim como agora he costume, nos logares civilisados, dar excelencia ás senhoras que de direito nem tem senhoria.

Aqui ponho mais claro os nascimentos e logares onde nascerão e morrerão.

O Capitam-mor Francisco José de Bettencourt nasceu na (lacuna no manuscrito) e morreu em... de... (lacuna) e foi sepultado na Igreja de Santa Barbara das Manadas.

Sua Senhora D. Barbara nasceu na Villa das Vellas em...de...de (lacuna) e morreu nas Manadas em... de... (lacuna) e foi enterrada na mesma Igreja.

Seu filho João José de Bettencourt e Avila, que foi o mais velho, nasceu no mesmo lugar em... de... casou aqui no Topo em... de... de..., morreu nas Manadas em... de... e foi sepultado na mesma Igreja. Sua Senhora D. Izabel nasceu aqui no Topo em... de... e morreu e foi sepultada nas Manadas em...

Seu filho mais velho o senhor José Bettencourt da Silveira e Avila nasceu nas Manadas em . de . . de . . e faleceu no Castello de S. João Baptista da Cidade de Angra, e foi sepultado na Sé em 7 d'Agosto de 1817.

Sua Senhora D. Margarida de Cortona Bettencourt nasceu em Lisboa em... de... e felizmente, para minha satisfação, ainda se acha viva.

Eu nasci em Lisboa em 23 d'Agosto de 1807 e fui baptizado na freguesia de Santa Izabel na mesma cidade de Lisboa, e meu termo de Baptismo teve minha mãe a cautella de o mandar registar no Archivo das Manadas.

Por ora nada mais sei quanto aos nossos avós que nascerão e morrerão aqui no Topo, de quem descendeu minha avó a Senhora D. Izabel que, como já disse, foi casada com meu avou o Sr. João José de Bettencourt; pertendo fazer arvores genealogicas e nos competentes livros verei o que agora ignoro.

Quanto aos avós de tua mãe nada mais sei do que já disse, faltando-me dizer os parentescos proximos que por parte de tua mãe tens no Pico, Rio de Janeiro e na Terceira, o que farei noutro logar.

Origem do meu cazamento

Na Fajā dos Vimes tinha eu hum tio irmão de meu pae chamado Joaquim José de Bettencourt e era Cura naquelle logar: alli hia eu muitas vezes visita-lo por ser muito bom sujeito e muito meu amigo. Em 1830 fui eu á dita Fajaã e aconteceu lá estar huma mulher do Pico, do lugar de Santo Amaro, e dizendo-lhe eu por brinco, que me procurasse lá no seu logar uma Senhora para eu casar ella promptamente me disse que lá estava huma em casa d'um tio que tinha vindo do

Brazil e que era rico. Isto passou sem de mais couza alguma me tornar a lembrar. Tempos depois me mandou a mulher dizer que havia fallado á dita Senhora e que ella respondera que se eu pertendia alguma couza me dirigisse a seu pae e a seu tio, em cuja casa estava. Este recado me indusio e procurei informações, achei-as boas quanto, á moral da Senhora, porem quanto ao ter achei-as más, porque ella nada podia contar dos bens da casa de seu pae por estarem hipothecados á Fazenda por huma divida dos Severinos, como adiante terei occasião de dizer, e quanto aos bens do tio dependia da vontade delle, e só por morte delle a ella ficaria alguma couza. As minhas circunstancias não me permitião fazer cazamento sem a Senhora, com quem houvesse de cazar, tivesse alguma couza.

Abandonei o negocio, nenhuma palavra dei mais sobre este objecto.

A 11 de Fevereiro de 1835 hum sujeito no Caes do Pico, o Beneficiado João Ignacio, sabendo o que eu havia em outro tempo pertendido, me noticiou que Amaro Adrião de Azevedo e Castro, em Santo Amaro, havia falecido a 9 do mesmo mez, que a sobrinha, que eu pertendera, ficaria com 4 contos de reis, que os pertendentes erão muitos e, segundo as suas circunstancias, ella, seu pae e tios querião que ella cazasse quanto antes. Logo depois sube que já estava justa para cazar com hum José de Mello, filho do Capitam Mello de São Roque.

No entretanto escrevi á Senhora: a carta chegou-lhe á mão justamente quando ella, por conselho de seu pae e tio Vigario de Santo Amaro, tinha dito ao tal José de Mello que não queria cazar com elle; isto foi em consequencia de más informações que por cartas annonimas delle derão, talvez os seus antagonistas.

Logo que a Senhora recebeu a minha carta amostrou-a a seu tio Vigario, depois a seu pae, que annuirão. Responderão-me que sim e que fosse eu para tratar o negocio.

Fui em Junho seguinte e ficou justo cazarmos não logo logo em razão de eu esperar mudanças politicas de Governo, e como eu estava comprometido, como em tempo explicarei, não sabía qual seria a minha sorte, e queria estar desembaraçado para fazer o meu dever como homem que não tinha mudado de caracter e de convicção, o que todos devem fazer muito embora seja a sorte adverça. Antes morrer com honra do que viver com ignominia.

Fui para o Pico e foi minha mana D. Anna, que nisto me fez grande favor, e fomos pela Fajaã dos Vimes no batel que era do tio Cura, e foi tambem comigo Balthazar Angelo da Silveira, filho do Sargento-Mor Jacintho Matheus da Silveira aqui do Topo, era sujeito sociavel e muito meu amigo.

Cheguei á Ponta no dia 18 de Junho de 1836, de tarde, a 19 fui a Santo Amaro, e foi Balthazar á Prainha chamar seu tio Vigario Antonio Ignacio que era meu amigo e tinha sido meu mestre de primeiras lettras, veio por Santo Amaro, alli embarquei com D. Maria Ferraz, filha do Sargento-Mor Ferraz do Caes, a qual tinha ido a Santo Amaro visitar sua irmaă Flicia; D. Maria irmă de minha mulher e seu tio o Capitam Vicente José da Terra Alta, ficando o tio Vigario para ir no dia seguinte para a Ponta, o que não fez em razão da chuva. No dia 20 casei na Igreja de Nossa Senhora da Piedade, pelas 4 horas da tarde, foi acompanhar tudo o que vestia casaca, houve refresco de doces e entreteve-se athé ás 11 horas da noute. Dançou-se, valsou-se, cantou-se, etc.

Em 22 fomos para Santo Amaro por mar, menos minha mana que foi por terra por ser muito encommodada no mar.

No dia 23 fomos á Prainha ter com o dito Vigario e lá ficamos para o dia 24 e neste dia voltamos para Santo Amaro e aqui estivemos athé segunda-feira 27, em que embarcamos para aqui.

Durante o tempo em que estivemos em Santo Amaro e Prainha foi hum continuado divertimento, por que sempre nos acompanhou a Senhora D. Maria Ferraz, minha cunhada D. Maria José, minha mana e Balthazar.

No dia 27 do mesmo Junho embarcamos para aqui e viemos acompanhados de minha cunhada D. Maria, de meu cunhado Lourenço, do Capitam Vicente José e do Rev. Vigario de Santo Amaro Manuel Joaquim de Azevedo, tios irmãos do pae de minha mulher.

No dia de São Pedro, 29 do mesmo mez, cazou minha mana Izabel e por me obsequiarem fez-se huma dança de mascarados, que se tinha feito no Espirito Santo anterior, e de que eu tinha sido o director. Aqui no Topo tambem nos devertimos.

A 2 de Julho se forão meus cunhados e tios para suas casas no Pico.

No dia 16 fomos todos para as Manadas, minha mãe, manas e

cunhado para lá ficarem, e eu, tia D. Barbara e minha mulher fomos para acompanhar.

Em 18 fui ficar em Santo Amaro com o destino de ir ao Faial fallar com o Morgado José Francisco da Terra á cerca do juro de 1.400\$000, que o tio de minha mulher Amaro Adrião lhe tinha deixado na mão do dito Terra.

Em Santo Amaro sube com certeza que havia naquelles dias chegado ao Faial num brigue seu Manoel Joaquim de Azevedo e Castro, irmão de minha mulher, e que havia alguns annos estava no Rio de Janeiro. Balthazar me acompanhou e fui no dia 19 ficar na Magdallena no escaller de Ellias de Luna.

No dia 20 fui ficar ao Faial, porem, antes de chegar a terra, estive com o dito meu cunhado Manuel Joaquim a bordo do brigue, fui depois para terra com o dito meu cunhado para casa do negociante Manuel Gomes, e Balthazar foi ficar em casa d'hum seu parente chamado João José Furtado, que tambem me obsequiou.

Tratei os meus negocios e voltei para Santo Amaro, no dia 25 estive no caes em casa do Sargento-Mor Ferraz, aonde eu e Balthazar nos devertimos muito athé 2 horas depois da meia noute em que embarcamos; fomos amanhecer á Prainha, pouco alli nos demoramos, fui para Santo Amaro e cheguei á Ponta no dia 26 pelas 10 horas da noute, no dia 27 fui ficar nas Manadas aonde minha mulher e tia me esperavão. No dia 28 veio Balthazar para o Topo no meu bote e fiquei nas Manadas. No dia 30 fui com minha mulher, minha mana Izabel e o marido, ficar nas Vellas para vermos a Villa e o que he nosso; estive em casa do cirurgião João Gomes de Brito casado com D. Anna Delfina, filha bastarda do tio coronel José Bettencourt.

Em 31 ficamos nas Manadas, no dia 1 de Agosto viemos para S. João, tendo primeiro estado algumas horas com o tio Cura da Fajã dos Vimes.

No dia 2 viemos ficar aqui no Topo.

No dia 4, pelas Trindades da manhã, chegou aqui ao Topo meu sogro e o dito meu cunhado Manuel Joaquim, que nos vierão visitar, e forão-se á tarde.

Em 5 de Setembro do mesmo anno de 1836 fui com toda a familia e Balthazar, no meu bote e no batel do tio da Fajãa dos Vimes, ficar nas Manadas, e no dia 6 fomos todos os d'aqui das Manadas ficar

na Ponta do Pico, estivemos lá no dia 8 em que se fez a festa de Nossa Senhora; alli estava tambem o meu cunhado que havia vindo do Brazil; estivemos athé 10 em que embarcamos para Santo Amaro, o tempo aqui nos embaraçou athé 14 em que viemos para as Manadas deitar a familia de lá, e depois viemos para São João.

No dia 1 d'Outubro veio o brigue de meu cunhado tomar gente que foi de passage para o Brazil, já antes havia tido communicação comigo e tomado agoada em São João, e foi-se para o Rio; nelle foi meu cunhado Macedo cazado com minha mana Izabel, foi Balthazar e outros.

Terei occasião de dezer quem foi o dito meu cunhado Macedo.

Tenho feito huma longa digreção, fallando em factos e pessoas que á primeira vista nada ha de interesse; porem tem conexão com couzas que depois acontecerão.

Tambem não deixa de me entreter quando estou transmittindo por esta forma os principaes acontecimentos que tiverão logar logo depois do meu cazamento, o que prova a boa armonia que reinava em as nossas diversas familias, armonia não interrompida athé hoje se não pelo terrivel golpe da morte, que tem ido a pouco e pouco levando pessoas a quem eu tanto amava e cuja recordação ainda hoje me faz verter lagrimas.

Do nascimento de José

No dia 9 de Maio de 1837, pelas 11 horas e meia da noute, nasceu José; foi grande acontecimento meu e de toda a minha familia, não só pelo feliz sucesso da mãe, mas por dar á luz hum filho o que tanto desejavamos.

No dia 10 á noute soube meu sogro no Pico o feliz sucesso e veio, com minha sogra e sua filha Laureanna, visitar-nos. O Espirito Santo foi a 14 do mesmo mez, e aqui esteve meu sogro athé 23 em que se foi para o Pico.

No dia 8 de Junho veio minha mana Annica das Manadas, e no dia 10 veio João Ignacio Baptista meu amigo das Manadas, o tio Francisco José de Bettencourt e José Soares, filho do Tenente-coronel Miguel Teixeira, que vierão ao baptizado.

No dia 11 se baptisou pelas 4 horas da tarde; forão padrinhos o

tio de minha mulher, o Rev.º Vigario de Santo Amaro do Pico Manuel Joaquim de Azevedo, cuja procuração foi apresentada por meu tio Francisco José, e minha mana. Tencionavamos que o tio Cura da Fajã dos Vimes fosse quem baptizasse, porem não poude chegar se não já depois do baptizado e de estarmos em casa. Fomos acompanhados de tudo o que era gente limpa, dei hum bom copo d'agoa e como se mediou muito tempo entre o nascimento, que foi a 9 de Maio, e o baptismo, que foi a 11 de Junho, por cauza de não ter vindo do Pico a procuração, foi minha mulher quem levou o filho á pia; no caminho ora era levado por minha mana, ora pela mãe, ora pela creada Rosa.

Tenho desempenhado a promeça que fiz a paginas 1 verso. Se não me faltar tempo darei largas noticias doutras muitas couzas.

O motivo porque disse atraz que meu sogro no dia 10 soube do bom socesso de sua filha e que por isso veio no dia 11, foi porque elles mesmo tencionavão vir, e eu no dia 10 á noute mandei em São João fazer duas fogueiras, signal convencionado entre nós.

CARTA 2.a

Topo, 10 de Janeiro de 1851.

Noticias nobiliarchicas

Como no seguimento desta carta tenho de fallar em differentes postos ou empregos, torna-se indispensavel que eu dê huma ideia das forças que existião para defensa das localidades e manutenção da ordem publica, assim como do regimen governativo nestas ilhas.

Forças militares

Como se vê nas Historias Eclesiasticas e Profanas, muitos séculos antes da vinda de Jesus Christo já os povos andavam em guerra huns com os outros; logo que houve esta tendencia não podía deixar d'haver a ideia de atacar e deffender. Tambem foi necessario haver certas forças para fazer respeitar as leis e as authoridades.

Não preciso entrar em desenvolvimentos por escusados nem esse ser o meu intento; contudo, alem de outras muitas historias, veja-se a Sagrada por Sarmento e profanas a Universal pelo Abbade Millot e Romana por Goldesmit.

Os moiros athé ha poucos annos andarão sempre em continua guerra com as nações menos poderosas, não só pela sua ambição de roubarem, mas tambem por fanatismos religiosos. Contra nós os portugueses havia huma circunstancia particular: Portugal esteve em poder dos moiros muitos annos, athé que D. Affonço Henriques, em 1121, principiou em guerra e a lança-los fora de Portugal, e não foi cousa tão facil, pois que D. Affonço 3.º, em 1242, foi quem lançou os ultimos fora.

Alem de outras muitas historias veja-se Pedro de Mariz.

Não se contentarão os portugueses em expulça-los, forão depois ataca-los e tomar-lhes suas terras. Houverão mais expedições, mas a mais consideravel foi a que sahio no tempo de el-rei D. Affonço 5.º, em 1458, que se compunha de 220 vellas e em pessoa, e tomou a Cidade Alcacer Ceger, etc., etc.

Esta rivalidade entre moiros e portugueses durou muitos annos, e logo que em 15... forão descubertas e depois povoadas estas ilhas, principiarão os moiros a insulta-las, roubavão e matavão. No livro N.º (lacuna do manuscrito) dos mortos desta Matriz a fls... no dia... de... diz que (lacuna).

Portugal e outras nações mandarão para o Estreito de Gibraltar navios de guerra para cruzar e não os deixar sair; porem sempre algum escapava ao cruzeiro e por cá apparecião.

Á vista disto, foi indispensavel armar gente e preparar força para lhe resestir. Como havião poucos meios as Camaras lançavão alguns tributos, e fazião nos lugares mais proprios fortalezas e compravão artelharia, etc.

Nos papeis antigos de nossa casa vi parte da despeza feita com o forte sobre o porto desta Villa.

Classes militares

Havião 3 classes de militares, 1.a, 2.a e 3.a linha.

A 1.ª linha era composta de mancebos robustos, erão pagos e sustentados pelo Estado e estavão sempre em serviço activo.

Força de 1.ª linha só a havia nas três ilhas principais, Terceira

S. Miguel e Faial, destas ião, como ainda vão, destacamentos para as ilhas menos consideraveis.

A 2.ª linha era composta de primugenitos e de pessoas que não ião para a 1.ª linha. Chamavão-se milicianos ou auxiliares, fardavão-se á sua custa. O Governo lhes dava armamento, a sua instrução era só aos domingos e dias santificados e, se fazião goardas ou andavão em campanha, pagava-se-lhes. Só os Majores, Ajudantes e Tambores erão pagos sempre.

A 3.ª linha era composta de todos os homens que, podendo pegar em armas, não pretencião á 1.ª nem á 2.ª linha. Cada hum se armava como podia, *chuchos* (sic), piques, lanças, fundas para varejar pedras, etc., etc.

Força existente nestas ilhas em 1823 quando eu principiei a servir em 1.º linha na Ilha Terceira

Ilha Terceira

Era esta ilha, sem duvida, pela sua posição e força aonde existia o Governador e Capitão General, que governava todas as outras. Era o chefe militar, era Presidente das Juntas da Fazenda, do Comercio, de Agricultura, Criminal, etc. e era Regedor das Justiças.

Os seus muitos afazeres pouco tempo lhe davão para sahir, mas quando apparecia era respeitado e temido muito mais que hoje he a Rainha em Portugal.

Na Ilha Terceira havia no Castello de S. João Baptista hum batalhão de artelharia, com exercicio de infantaria; teria huns 400 homens. Havião dois regimentos de milicias de 2.ª linha, hum na Villa da Praia, de que era coronel commandante Candido de Menezes morgado da Cidade, e homem activo, curajoso e de caracter; havia sido cadete de 1.ª linha; o outro na Cidade, de que era commandante José Theodoro, primojenito da casa do morgado o Brigadeiro Vital de Bettencourt; era de caracter, mas pussilanime e pouco proprio para commandar um regimento.

Havião, finalmente, duas Capitanias Mores, huma na Praia outra na Cidade; cada capitania tinha muitas companhias de Ordenanças (3.ª linha).

S. Miguel

Tinha hum batalhão de infantaria, lá servi hum anno de castigo que me deu em 1826 o General Manuel Vieira de Albuquerque e Tovar por eu ser realista, teria o batalhão huns 200 a 250 homens.

Havia tres regimentos milicianos; hum da Cidade, outro de Villa-Franca, e outro da Ribeira Grande. Tinha varios capitaens-mores, etc. A ilha tinha hum governador militar subalterno, que tambem governava Santa Maria.

Faial

Tinha hum governador militar subalterno, que governava Faial, Pico, Flores e Corvo.

Havia huma companhia de 1.ª linha e hum regimento de milicias, e huma capitania-mór de ordenanças. Nas Flores havia ordenanças. No Pico eram tres capitanias mores, huma em São Roque, outra nas Lages, outra na Magdallena. Não havião milicias sendo huma ilha tão grande e povoada.

Graciosa

Tinha hum regimento de milicias e duas capitanias mores, huma em Santa Cruz, outra na Praia; para aquella ilha ia hum destacamento de 1.^a linha da ilha Terceira.

S. Jorge

Por ser esta a nossa ilha me demorarei mais alguma cousa. Athé 1808, pouco mais ou menos, houve hum terço auxiliar (2.ª linha) de que meu avô, o Sr. João José de Bettencourt e Avila, era Major-commandante e Governador Militar. Depois por requisições das authoridades e deligencias de meu pae, estando cadete ou alferes no Rio de Janeiro, quando lá era côrte, passou a regimento o dito terço auxiliar e meu tio José Bettencourt foi tenente coronel commandante e governador desta ilha, e pouco tempo depois passou a coronel e o capitam de milicias, isto he, do mesmo regimento, João Pereira da Cunha Simas passou a tenente coronel do mesmo regimento. Pela morte do tio José

Bettencourt o mesmo João Pereira passou a coronel e o capitam do regimento Manuel Teixeira Soares passou a tenente coronel.

Este infeliz homem foi morto pelos liberais em 9 de maio de 1831, quando nesta ilha entrou á viva força o Conde de Villa Flor com 600 homens.

O coronel João Pereira ainda existe. Todos estes militares erão proprietarios ricos, independentes e honrados, mas fracos militares por não terem a verdadeira eschola que he, indubitavelmente, o servir em 1.ª linha. Alem destes officiaes superiores houve outro coronel addido ao regimento, que foi o proprietario Ignacio Soares d'Albergaria.

Tinha esta ilha hum governador militar subalterno. O primeiro que veio foi... (lacuna) Correa; o segundo foi Paulo José Miguel de Brito, o terceiro foi José Mauricio Rodrigues. Os dois primeiros forão homens distintos por seu saber e inteligencia; o terceiro era mais proprio para frade leigo do que para militar.

Era este o governador em 1831, quando aqui entrou Villa Flor.

O regimento desta ilha tinha dez companhias; cinco nas Vellas, três na Calheta e duas aqui no Topo.

Em 1825 todos os regimentos de milicias desta ilha passarão a ser batalhões de caçadores milicianos, e cada batalhão tinha seis companhias; o desta ilha era dividido da maneira seguinte: três companhias nas Vellas; duas na Calheta; e huma aqui no Topo

Havia nesta ilha três capitanias mores. Huma nas Vellas de que era Capitam-mor Joaquim José Pereira da Silveira, que entrou por morte de meu bizavo o Sr. Francisco José de Bettencourt. Outra na Calheta, de que era Capitam-mor Miguel Antonio da Silveira, que ainda existe.

Outra nesta Villa de que era Capitam-mor Pedro Homem Pimentel de Noronha, filho da ilha Terceira, aparentado com os Noronhas, e que veio a esta Villa cazar com D. Anna, minha parenta mui proxima.

Para esta 2.ª e 3.ª linha erão necessarios capitães, tenentes e alferes; estes erão sempre escolhidos das pessoas que, pelos seus teres, independencia e honradez, erão as pessoas que constituião a nobreza das Cidades, Villas e Aldeas.

Era-lhes permitido entrarem nos empregos civis, como camaristas, almotacés, etc.

Authoridades judiciaes e Corpos administrativos

Erão estas nove ilhas divididas, no judicial, em três corregedorias. Huma em São Miguel e Santa Maria; outra Terceira, São Jorge e Graciosa; a ultima Faial, Pico, Flores e Corvo. Cada ilha tinha hum Juiz de Fora, que devia ser homem formado na Universidade de Coimbra; exceptuava-se Terceira que tinha dois Juizes de Fora, hum na Cidade, outro na Praia; e São Miguel que pelo menos tinha três, hum na Cidade, outro na Ribeira Grande e outro em Villa Franca.

Em cada Villa havia huma Camara composta de três ou cinco homens, hum escrivão da Camara, e hum procurador. O membro da Camara mais velho fazia de juiz e era, por conseguinte, nos logares onde não havia Juiz de Fora, a primeira authoridade judiclal. Havião, nas Villas e Cidades dois almotacés. Nas aldeas havia hum juiz pedaneo.

Tudo isto soffreu alteração decretada pelo Governo Liberal, e muitas couzas forão extintas. O mesmo Governo não poude sustentar a sua obra, e se vio em a necessidade de, em algumas cousas, tornar ao antigo, e, se não voltou a tudo, foi mais por capricho que por necessidade. Por exemplo: De tantos Juizes de Fora, reduzirão a só três, hum em cada Cidade; agora estão os mesmos que antes de 1832, e em São Miguel ha agora mais. A força de 2.ª e 3.ª linha foi totalmente suprimida; e a de 1.ª igualmente; mas esta foi substituida por hum corpo de 1.ª linha estacionado na Terceira, e dá destacamentos para as outras ilhas.

Os vereadores das Camaras erão cada anno nomeados pelo General sob proposta das mesmas Camaras, mas estas pessoas erão sempre das principaes das localidades; hoje he de eleição popular, e, á falta de pessoas para tantos empregos, são empregadas pessoas de pouca ou nenhuma concideração; e quasi sempre os mais espertos, e que seguem a política da actualidade.

Agora passo a relacionar as pessoas de maior concideração que conheci e conheço nesta ilha, e talvez fallarei d'alguma fora da ilha.

Em 1819 vim aqui para o Topo, para casa de meu tio Antonio Placido de Bettencourt, para estudar latim com Frei Domingos das Dores, que então era corista, e hoje se acha nomeado cura da Fajãa dos Vimes; tem quasi sempre ensinado latim, tem sido pregador, comissario dos Terceiros, e foi cura em Santo Antão, que renunciou por molestia de que está melhor.

Quem era aqui commandante militar era o dito meu tio, que era ajudante de milicias, devia estar nas Vellas reunido ao Estado Maior do regimento, porem, em attenção a ser aqui a sua casa e a não haver aqui pessoa que instruisse as duas companhias, e quem fosse commandante militar, o deixavam aqui estar: elle tinha servido em tenente de tropa de linha por esta circunstancia.

Pondo-se a concurso o posto de major de milicias desta ilha elle foi para Angra em fins de 1820, ou principios de 1821. Acontece, em Abril de 1821, a revolução constitucional, pela primeira vez que appareceu nesta ilha; dois ou três dias depois contrarevolucionou-se a tropa, matou o intruso General Araujo e reintegrou Estokler: este General, demetindo muitos officiaes que havião entrado na revolta, para preencher as vacaturas, fez promoções e nestas fez tenente de infantaria a meu tio, por ser solteiro, ter os estudos, e, dizia o mesmo General, que meu tio seguia melhor carreira na 1.ª linha; e Nicolau Teixeira Machado Stuart capitam do mesmo regimento desta ilha, que tambem havia ido ao concurso, veio major. Poucos tempos depois veio ordem de Lisboa, aonde continuava o Governo constitucional, para Estokler ir prezo por se ter opposto a esta forma de Governo e ficar tudo como estava; voltou meu tio para sua casa, nem tenente nem major. Foi em 1824 proposto pelo mesmo General Estokler que na queda da Constituição em 1823 voltou a ser General, porem as amiudadas oscilações politicas tudo embarassou, e continuou meu tio aqui no mesmo athé 1831 em que entrarão os constitucionaes, prenderão-o tres dias, foi solto e depois demettido, e veio das Vellas, aonde esteve prezo, para sua casa. Pouco depois, na primeira eleição popular, foi eleito Presidente da Camara, e logo foi Provedor do Concelho, por nomeação do Governo, e neste emprego morreu em Janeiro de 1835 sem ter mudado de sentimentos políticos. Nada mais me convem dizer deste sujeito, cujas cinzas ainda muito respeito, e, apezar de serem passados 15 annos que morreu, ainda neste momento me aparecem lagrimas de saudade e gratidão.

Conheci o Capitam Joaquim Izidoro da Silveira, oriundo das melhores familias deste logar; era rico tinha hum vinculo pequeno, teve má educação, pouco se respeitava e não sabia mais que ler e escrever. Casou com D. Rosa, filha do Capitam mor Pedro Homem Pimentel e Noronha, de quem nascerão quatro filhos e tres filhas que ainda exis-

tem. Morreu em 1832, deixou seus filhos muito crianças e depois pouca ou nenhuma instrução tomarão; huma das filhas casou com hum creado, outra é de pessima conduta, e outra veremos. Dos machos está o mais velho João Ignacio de Noronha, que actualmente he vereador; viuvou d'huma senhora natural da Ribeira da Areia, e tem hum filho; o segundo em edade embarcou nas baleeiras; o terceiro e quarto filhos ahí estão, nada sabem, andão descalços, etc., como plebeus.

Conheço o Capitam de milicias Thiago Homem de Noronha. Trata-se com decencia, he honrado, mas muito destituido, ainda mesmo de senso comum. Casou rico em São Roque do Pico com huma filha do Villa Lobos. Este Thiago he filho unico do mencionado Capitam mor Pedro Homem, e he o herdeiro do vinculo que era da mãe; tem seis filhos e duas filhas, estas se conservão solteiras. O filho mais velho, José, casou com a segunda filha do capitam mor da Calheta Miguel Antonio; o segundo filho, Francisco, está em Angra estudando para padre; os quatro ultimos ahi estão todos elles com muito pouco prestimo para as lettras.

Conheci e conheço o capitam de milicias Estollano José d'Azevedo e Mello, filho do capitam de ordenanças Matheus João de (ilegivel) que ainda tambem conheci; este Matheus João, pelo vantajoso cazamento que fez com huma viuva se poz em o numero das pessoas nobres desta Villa, vivia com fartura e independencia. Teve dois filhos e huma filha, o primeiro he o dito Estollano, que cazou a primeira vez com huma sobrinha do capitam mor Pedro Homem, que por aqui veio estar com os tios; esta senhora estava alienada quando se espozou e casou, e alienada morreu; contudo ficarão quatro filhos que ahi estão vivendo pobremente, mas honrados e muito bem morigerados, e huma filha que está na Terceira, voltou da Terceira e ahi continua desgraçadamente alienada, isto devido ou a herança da mãe ou aos desvarios do pae.

Casou o pae segunda vez com Senhorinha de (lacuna do manuscrito) filha do Sargento mor Jacintho Matheus, de quem fallarei, teve deste matrimonio dois filhos e duas filhas que estão ao amparo dos avós e tios. Cazou terceira vez com D. Emilia, menina bem nascida por parte da mãe; ella, sem pae nem mãe, foi para casa de seus tios, os Parochos da Ribeira Sêca, inexperiente casou com o dito Estollano, viveu poucos annos deixando hum filho e tres filhas que, inocentes, ahi estão

com os tios. Estando para cazar quarta vez fugio ás dividas e seus bens, que não erão muito poucos, ahi andão na praça. Era homem de melhor indole que seu pae Matheus João, traficante nos seus contractos, e só sabia ler e escrever.

O segundo filho, tenente Candido, não he mao homem, mas pouco atinado, mal sade ler, casou com a unica filha do capitam das ordenanças Manuel Silveira Borges; tanto o Estollano como o Candido andão nas suas terras descalços. A sua irmaã casou nesta Villa.

CARTA N.º 3 A MEU FILHO JOSÉ

Sobre a minha vida militar e suas consequencias athé à data desta

Não tenho feito apontamentos, mal fiz, nem, para redegir, faço esbouço, e, por isso mesmo que vou escrevendo o que me lembro, se acharão muitas cousas sem as datas precisas, e outras destacadas, sem ligação e, por consequencia, isto mais se deve apropriar a huma agglomeração de apontamentos, do que á minha história. O meu fim he tão sómente contar-te a minha vida, para em algum tempo saberes como e porque razões eu fui perseguido, etc., etc., e para mais te instruir acrescentarei aqui muitas cousas que não deixão de ser curiosas.

Razão porque fui militar

Como já te disse na minha carta N.º.., meu pae casou em Lisboa, lá nasci em 23 d'... de 1807. Entrarão os francezes em Lisboa nesse anno e era eu o unico filho que existia; já tambem te disse que meu pae havia voluntariamente sentado praça de cadete no regimento de Peniche em Lisboa, preferindo ser cadete de tropa de linha a capitam de milicias, que era aqui em São Jorge, aonde seu pae, teu bisavô, era major commandante do terço auxiliar e governador militar desta ilha de São Jorge, porque naquelle tempo ainda aqui não havia a organização do regimento de milicias como depois houve, alcançada no Rio de Janeiro por meu pae, obtendo tambem o posto de coronel commandante do mesmo regimento para o tio José de Bettencourt da Silveira e Sousa, que o commandou athé á sua morte em 1822, julgo eu Tambem no Brazil alcançou meu pae do Sr. D. João, ordem para vir

armamento novo para este regimento, e de facto veio para a Terceira na fragata *Graça*; porem, como he mania nos logares grandes quererem o melhor para si, o General deixou lá ficar o armamento novo e veio para aqui o armamento velho. Dirás tu: porque alcançou meu pae no Brazil o posto de coronel ao tio José Bettencourt e não foi para meu avôu que já era major, e o posto de coronel superior a este? Respondo: parece-me que já a esse tempo meu avô o Sr. João José de Bettencourt era morto, mas, vivo que fosse, não quereria meu avô deixar o posto de major em que ganhava soldo, para ser coronel sem soldo porque nos regimentos de milicias, como já te disse na minha carta N.O..., só os majores, ajudantes e os tambores ganhavão soldo, e o resto só o tinha em tempo de guerra e estando em serviço.

Como já disse acima os francezes entrarão em Lisboa em 1807, e el-rei, o Sr. D. João 6.º, que não tinha nesse tempo meios de se oppor, porque nessa epoca a Hespanha estava ligada com Napoleão Imperador dos francezes pela venalidade dos ministros e velhice e frouxidão do rei Carlos 4.º, que se entregou nas mãos de seu vassalo D. Manuel Godoi, feito depois principe da Paz, não teve o Sr. D. João 6.º outro recurso senão embarcar-se percipitadamente para o Rio de Janeiro; mas, antes de embarcar, decretou que todo o militar que quizesse embarcar com elle lhe fazla hum grande serviço.

Meu pae e minha mãe comigo nos braços e depois de muitos trabalhos e riscos de vida, porque Junot General das forças francezas, já então em Lisboa, havia decretado penna de morte a toda a pessoa que pertendesse embarcar, chegou a embarcar em a nau Hibernia, chefe da esquadra ingleza, que estava auxiliando os portuguezes contra os francezes, desta nau fomos para bordo d'hum transporte inglez, que com outros muitos fomos para Plimouth e depois para Falmouth na Inglaterra; estivemos alguns mezes e d'aqui embarcamos para o Rio, donde já estava o Sr. D. João 6.º; hum grande temporal desorganizou o comboio em que hiamos, de sorte que o nosso transporte, saindo de Falmouth nos primeiros de Outubro, chegamos só ao Rio nos ultimos de Outubro e muitos dos outros transportes arribarão, e outros d'ahi a mezes he que chegarão ao Rio.

Meu pae no Rio alcançou hum aviso régio para eu ser cadete, vencendo soldo, não obstante eu ter pouco mais de dois annos; isto ou fosse pelo gosto que meu pae tinha á vida militar, ou fosse porque, segundo as nossas leis militares, todos os primogenitos vinculados devião servir, julgo que dez annos, em milicias ou seis em tropa de linha, sob penna de perdimento d'huma parte dos seus bens; esta lei a vi na Collecção de Verissimo, ou fosse finalmente porque meu pae, com o meu soldo, quizesse augmentar os meios de subsistencia em terra tão estranha e longe de sua familia.

Meu pae, já enfastiado de encommodos, alcançou o posto de segundo tenente para o batalhão de artilharia na ilha Terceira, e por consequencia tambem a minha praça de cadete foi transferida para este batalhão.

Em Janeiro de 1811 viemos do Rio para Lisboa, que já nesse tempo tinha lançado fora os francezes, para a ilha Terceira, tinha eu quatro annos. Meu pae tratou logo: 1.º de me metter logo no Collegio da Luz em Lisboa, para o que já tinha o aviso regio quando morreu e só faltava vir de Lisboa a noticia da primeira vacatura, visto ser naquelle colegio hum numero čerto de allumnos; 2.º de alcançar o posto de major de milicias aqui para São Jorge, cuja patente lhe trouxe do Rio o Vigario das Vellas Antonio Pereira Cardoso, que chegou dias depois da morte de meu pae.

Morreu meu pae em 1817 no Castello de São João Baptista e minha mãe, olhando á necessidade da minha educação e tendo desistido da pertenção da minha ida para o collegio em Lisboa, permaneceu na Terceira athé 1819. Durante a nossa estada na Terceira eu hia á escolla regia do professor Francisco de Bettencourt Pereira, natural da ilha do Pico, concelho das Lages; foi hum dos melhores professores do seu tempo, ensinou muitos annos e ainda hoje as melhores pennas da ilha Terceira forão discipulos delle, muito assignaladamente José Auqusto Cabral de Mello, cuja lettra foi admirada nos jornaes de Londres.

Julgando minha mãe que me adiantaria mais, solicitou em São Francisco de Angra hum frade que me desse por dia huma lição de latim, continuando eu a ir á mesma escola de primeiras lettras para continuar no que me faltava saber. Conseguio minha mãe por parte do Goardião, que Frei Antonio Martiniano, filho da Terceira e hoje vigario collado na Matriz da Villa das Vellas, fosse meu professor de latim. Seduzido pelos meus contemporaneos na escola de primeiras lettras, eu não só fugia ás escolas aonde devia ir, mas tambem por insinuações de An-

tonio Pinheiro Salampa, hoje na America, e de Manuel Bernardo Lopes Abreu, hoje escrivão da Administração em Angra, eu furtava dinheiro a minha mãe para merendas, para arame, anzoes, etc., e hiamos passar o tempo para o Porto de Pipas, etc.

Depois de huma consideravel ausencia ao estudo de latim, julgou o Goardião de S. Francisco que, talvez por minhas insinuações falsas a minha mãe, esta deixasse de me mandar ao latim e, por isso, julgou do seu dever ir com o meu mestre Frei Antonio a casa de minha mãe saber a razão da minha não esperada ausencia: minha mãe, narrando-ihe o que havia e agradecendo-lhe, prometteu eu continuar.

Quando á tardinha cheguei a casa minha mãe, ajustando contas comigo, fiz as promessas communs a todos os rapazes e, feliz ou infelizmente, minha mãe aquiesceu aos rogos de D. Angela, senhora do Engenheiro José Carlos de Figueiredo que em nossa casa estava de visita, eu escapei á merecida sova.

Não obstante todas as promessas da minha parte continuei nos mesmos desvarios; minha mãe, julgando prejudicial a minha estada em Angra, se resolveu em 1819 a vir fixar sua rezidencia nas Manadas desta ilha.

Vendo meu bom e sempre chorado tio Antonio Placido de Bettencourt, cuja rezidencia era nesta Villa do Topo, que eu nas Manadas nada podia aprender, e que os meus annos ião passando, propos a minha mãe que me deixasse vir para sua companhia que me procuraria hum mestre de latim.

Assim aconteceu e foi escolhido para, o meu mestre Frei Domingos das Dores, corista que nesse tempo estava morador neste convento do Topo, e hoje se acha cura na Fajãa dos Vimes, sendo muito estimado dos seus freguezes. Este sujeito he filho deste concelho e nasceu de paes pobres, que, desejando faze-lo frade, o metterão no convento aonde estudou, foi sacerdote e pregador muito soffrivel e, emquanto esteve no convento e mesmo depois da terrivel extinção dos conventos em 1833, elle sempre ensinou latim gratuitamente, fazendo por isto hum grande serviço á sua patria.

Quando principiei aqui o latim, sabia ler, escrever, as quatro especies de contas em inteiros e quebrados e regras de três; estive só dezoito mezes neste estudo com muitas interrupções por ir ter com minha mãe ás Manadas; não passei do Sulpicio Severo. Nas Manadas

estive e tive algumas lições de musica do Vigario Jorge de Matos Pereira e algumas lições de latim do P.º Jorge Silveira, julgo eu, e de francez com outro P.º Jorge de Azevedo, que, ensinando-me pelo Atlas Francez, me fazia nos mappas algumas explicações de astronomia e geografia; meu tio Antonio de Avila Pereira de Bettencourt tambem me deu algumas lições de rabecão com desejos de eu o substituir nas funções da igreja, visto que a sua idade e molestias o impossibilitavão de tocar na igreja.

Nisto andei athé Junho de 1823, que fui para Angra para entrar no serviço, visto que eu, tendo 15 annos, devia apresentar-me no meu corpo. Entrei neste penoso trabalho em pessima epoca, e tanto mais pessima quanto era a minha pouca idade sem experiencia e sem agasalho de pae, mãe ou tio; emfim fui entregue a mim mesmo, ainda que com recommendação de meu tio a algumas pessoas de sua amizade, e principalmente ao meu commandante, que era então o digno e honradissimo major João José da Silva.

Para se conhecer as melindrosas circunstancias do tempo em que eu principiei a minha vida militar, vou dar huma sucinta narração dos acontecimentos políticos na ilha Terceira em 1821.

Nos fins de 1820 ou principios de 1821, veio o Tenente-genera! Estokler render o general Francisco Antonio de Araujo; este não ficou satisfeito com a chegada de Estokler e muito menos os officiais e outras muitas pessoas da amizade de Araujo. Este general havia creado hum novo batalham de infantaria, tinha tido ordem de el-rei para por a Terceira em estado de defeza, por receios bem ou mal fundados; o Araujo, que achou nos cofres duzentos contos em moeda, ordem para gastar e genio para o fazer, tratou de grandes obras de fortificação, fez muitos officiaes, que talvez nunca o fossem se não fosse elle, e, alem disto, erão muitas as pessoas encarregadas de inspeccionar obras publicas e, alem das gratificações, quasi todos punhão cifras de mais nas folhas de despeza, e o cofre tudo pagava; de hum official que era capitão de artelharia e cujo nome quero omittir, ouvi dizer e tenho razão para acreditar, que furtou mais de doze contos de reis; este official pelas muitas couzas de que estava encarregado, he quem mais meios tinha de o poder fazer, e bem pouco lhe servio e hoje nas suas cinzas se acha esta grande mancha. Alem de tudo isto parece que havião relações maconicas entre o general Araujo e seus amigos.

Tinha-se na cidade do Porto proclamado em Agosto de 1820 a Constituição e, como a Nação estava summamente desgostosa pela estada do Sr. D. João 6.º no Brazil e por muitos abuzos por isso praticados, não houve repugnancia em asseitar a nova Constituição, e Portugal todo, com pequenas excepções, adherio. Estokler, tendo chegado á Terceira, não quiz fazer proclamar a Constituição sem ordem legal, e manifestou que, tendo-a, logo a executava. A facção de Araujo projectou fazer a revolução; não só porque hia de acordo com as suas ideias liberaes, mas, fazendo a revolução, punhão á testa della o Araujo, e seria o melhor meio de prolongar o seu governo excluindo Estokler.

Este general, conhecendo o projecto, ordenou a Araujo que embarcasse para Lisboa; emquanto se fingem os preparativos illudirão os soldados; promette-se-lhes maior soldo; finge-se que el-rei havia dado ordem para se fazer a Constituição; vai Araujo para o Castello e em a noite de... para... de Abril de 1821, rebenta a revolução. Estokler quer oppor-se, mas dois batalhões mettidos no Castello com todos os recursos que poderia fazer? Só contava com dois regimentos de milicias e huma pequena parte da tropa de linha, que se lhe poderia reunir; mas para bloquear o Castello tristes consequencias poderião resultar á cidade e por isso capítulou na Praia. Os soldados de linha, logo que vierão para a cidade, conhecerão que a maioria dos seus habitantes estigmatizavão tal procedimento revolucionario e que Estokler havia sido fiel a el-rei.

Os officiaes de mais prestigio havião sido presos ou abandonados pela revolução; tudo isto fez por os batalhões de má fé em aquelles que os tinhão revolucionado.

Logo se manifesta fermentação nos batalhões de linha e desconfiando hum batalham do outro; e os officiaes constitucionaes principião huns a arrepender-se e outros a agourar huma terrivel catastrofe.

Procurão adoçar os soldados, mas o plano formado pelos sargentos influidos pelos officiais descontentes, projectarão a contra-revolução para a meia noite do dia... para... do mesmo mez.

Os dois batalhões, não sabendo hum do outro, ambos estavão com as mesmas ideias.

Araujo e os seus, que já estavão quasi certos d'huma proxima queda, procurarão levar o bispo, que então era D. Frei Manoel Nicolao;

não sei que meios empregarão para o conduzir ao Castello, mas he certo que para lá foi.

Pelas 10 horas da noite do dia... forão os officiaes ás companhias e observarão que quasi tudo estava fardado e com correame, deitados sobre as enxergas. Os officiaes arengarão-lhes e conseguirão elles despirem-se e deitarem-se.

Araujo, sabendo isto, consultarão que bom seria mandar ir cada companhia por sua vez desarmada para beijarem o annel ao bispo; supponho que isto era para, com o respeito de S. Ex.a, os soldados acalmarem; porem esta deliberação produzio effeito contrario, por que dando-se a ordem á primeira companhia de infantaria para irem beijar a mão a S. Ex.a, isto ás 11 horas da noute, divulgou-se logo que era pretexto para facilmente os ir matando; isto sem mais reflexão foi acreditado e com a rapidez do raio sairão logo os dois batalhões armados para a Praça do Castello dando vivas a el-rei o sr. D. João 6.º e ao general Estokler, e fazendo hum fogo activo de fusil e duas peças de campanha, que tinhão postado em frente do palacio no Castello aonde estavão Araujo, bispo, muitos officiaes, paizanos e athé muitas senhoras do general e dos officiaes. O projecto dos soldados era abater o palacio em cima de quantos alli estavão. Araujo pede nestes lances ao bispo que apparecesse á tropa para acalma-la com o seu respeito, mas o bispo, que não queria morrer martyr, recusou-se. Araujo pega em dois castiçaes e diz: - «vamos acabar isto»; chega á janella e poucos instantes cae morto d'huma bala, se não foi de mais.

Os soldados que o virão cair ficão satisfeitos, deixão de fazer fogo e correm todos ao palacio aonde fizerão os maiores insultos ao corpo de Araujo; deixarão sair o bispo, prendem todos os constitucionaes que achão no Castello, soltão os realistas que estavão presos, e pertendem depois matar os constitucionaes que já estavão prezos. Os officiaes realistas empregarão todos os seus esforços para conter os sol dados, o que a custo conseguirão.

O coronel Caetano Paulo Xavier ordenou então a meu tio Antonio Placido, que alli estava apresentado e prestando os seus serviços (veja-se fls. desta carta), que fosse já com huma escolta participar tudo ao general Estokler, que então estava morando na Rua Direita em casa de João da Rocha Ribeiro; Estokler estava duvidoso da mudança e, confiando-se na palavra que meu tio lhe deu, entrou na

sege e foi para o Castello, e meu tio com o destacamento em sua goarda o seguio.

Estokler restabeleceu a ordem, mandou conduzir as senhoras do Araujo para hum convento, conservou em prisão os constitucionaes e foi para a cidade.

Logo depois fez huma promoção em que passarão a officiais muitos sargentos e muitos officiaes passarão ao posto immediato.

Poucos meses depois veio hum navio de Lisboa e trouxe ordem para se proclamar a Constituição, serem soltos todos os officiaes, ficar de nenhum effeito a promoção de Estokler, e este ser removido para Lisboa debaixo de prisão.

Assim aconteceu; Estokler embarcou manifestando todos os habitantes o maior desgosto, e ainda subio a maior ponto o desprazer quando virão que alguns constitucionaes exaltados o insultarão, a ponto de lhe varejarem com batatas e cebolas na occasião do embarque.

Deve-se observar que as pessoas sensatas da ilha Terceira não duvidavão acceitar a Constituição; mas quando a viram proclamada por meios tumultuosos e por pessoas odeadas, ficarão de má fé e logo principiou a grande desarmonia. O povo que pela maior parte segue o exemplo dos seus maiores, seguio logo a causa da realeza. Vou declarar aqui os morgados que me lembro seguirão hum e outro partido. Os realistas João Pereira de Lacerda, seus filhos ainda hoje seguem o mesmo partido. Luiz Pacheco de Lima e seus filhos, o mesmo. Luiz Meirelles, seus filhos mudarão alguns. João Sieuve, nenhum dos seus filhos o seguio. Manuel Borges do Canto, seus filhos o seguirão. Theotonio d'Ornellas, depois virou e he a quem se deve a revolução de 24 de Junho de 1828. João Pacheco de Lima, toda a sua familia o seguio e pode dizer-se que foi martyr. Francisco Machado Pamplona seu filho virou e hoje está na maior desgraça. O brigadeiro Vital Bettencourt custa a classificar, porem pode chamar-se-lhe realista; dos seus filhos foi acerrimo realista o coronel José Theodosio e Bento Bettencourt, e constitucional Ignacio Thadeo. O coronel Candido de Menezes e não teve varão. João Moniz Corte-Real, seus filhos seguem o contrario mas são moderados. Joaquim d'Almeida que athé foi chefe dos guerrilheiros na Terceira, seus filhos mudarão. O Brigadeiro D. Ignacio não teve filhos, não era muito seguro, e Matheus Pamplona. Os constitucionaes forão José Leite, seus filhos o seguirão. Coronel Canto, não tem filhos ahi, mas em Lisboa, e julgo que seguem seu pae. O coronel Manoel Homem, este dizem que muito se arrependeu; seus dois filhos forão realistas, depois mudarão. Antonio Borges Teixeira muito moderado e assim seu cunhado o morgado Francisco Moniz Barreto, este não teve filhos, e aquelle os que teve forão constitucionaes. Alexandre Martins Pamplona, moderado, seus filhos o seguem. Antonio da Fonseca Paim da Camara, seu filho o segue. O morgado João Baptista não sei bem que partido seguia, mas o vi nas cavalhadas de 1823 ou 24. Sei agora que era muito realista.

Estes morgados realistas tinhão muito prestigio e o povo os seguio; ainda havião outras pessoas de consideração, já pelo seu nascimento, já pela sua posição social, que gosavão de grande estima e tambem seguião a realeza, as quaes mencionarei aqui por curiosidade.

O tenente coronel Manoel José Coelho Borges, seus filhos continuão a mesma carreira, elle era ajudante de ordens do general. O major Antonio Moniz Barreto não casou. O major Jacintho Pacheco não teve filhos. O Dr. Roberto Luiz de Mesquita, lente de mathematica, não teve filhos e outros muitos militares. Fernando Joaquim de Sousa Roxa, hum seu filho que tem formado em Lisboa não sei o que segue. João da Rocha Ribeiro, grande negociante e proprietario, não teve filhos. Affonço José Maria, seus filhos seguem o mesmo. Antonio José da Silva negociante não teve filho varão. Muitos poucos padres se achavão constitucionaes; n'huma palavra, o systema constitucional era em Angra, digo em toda a ilha Terceira, odeado geralmente; esta ilha de São Jorge era a mesma cousa, e Graciosa outro tanto com alguma differença.

Faial e São Miguel tinha, não na piebe, mas na aristocracia, maior porção de constitucionaes, e julgo ser pela razão seguinte: A Terceira, por ser a central, era a capital; o general, bispo e todas as primeiras autoridades do Arquipelago Assoriano alti residiam, por consequencia todas as outras ilhas d'alti dependião, e as sobras publicas para aquella ilha revertião em prejuizo de certos melhoramentos de que as outras necessitavão. Por todas estas e outras razões havia grande rivalidade entre as três ilhas principaes. Como o systema constitucional lhes favorecia sua independencia, não houve grande desordem em acclamar a Constituição, e mesmo porque aquelles que nas outras duas

ilhas figurarão não tinhão os tristes precedentes que tinha o Araujo e outros.

Este Araujo, que tinha deixado de ser general, não era tão mao como o quer suppor a voz popular; o Tovar foi muito peor e tem menos notas de mao.

Araujo era familiar de mais, entregava-se muito a lavoura, deixava furtar muito; os sargentos que tinha trazido de Portugal, para instrutores de tropa, erão hum pouco aspros, e como muitos filhos de lavradores abastados lhes provavão as chibatas, era sobre o general que recahia o odio.

Entre outras muitas medidas mais ou menos arbitrarias e mais ou menos rasoaveis, elle estabeleceu que nenhuma pessoa criasse certo numero de cabras sem ter terrenos para as sustentar, isto porque muitos as criavão nos predios alheios, davão perdas, etc.; como alguns não fizerão caso da ordem e continuarão a conservação das cabras, o general Araujo mandou prender os cabreiros e matar as cabras. D'aqui lhe veio o chamarem-lhe o — Mata Cabras —.

Desde a sahida de Estokler ficou a ilha Terceira, com o governo constitucional, formando uma comarca com as ilhas São Jorge e Graciosa. São Miguel com Santa Maria outra em tudo independente. Faial, Pico, Flores e Corvo compunhão a terceira comarca da mesma maneira. Veio logo em 1821 hum governador militar, julgo que o Brito; reduzio os dois batalhões a hum só de artelharia, deu baixa a muitos soldados, e ficou o corpo completo de soldados com officialidade e sargentos de dois batalhões.

Em fins de 1821 ou principios de 1822 se manifestou huma grande opposição ao novo systema. Este systema coartava em quasi tudo os direitos do soberano. Os nobres não tinhão a sua anterior representação. A classe media queria hombrear com a aristocracia. Os religiosos ameassados de serem roubados como o forão depois em 1833. Os clerigos receavão serem reduzidos á indigencia e desprezo, como hoje estão em Portugal. Mais claro: Pareceo que os constitucionaes em Portugal querião seguir os passos da Revolução Franceza, vistos os primeiros passos e attenta a qualidade das pessoas que figuravão de preferencia com a scena política, pois que, justa ou falçamente, erão considerados maçons.

Sublevou-se o general Silveira e outros muitos officiaes de distin-

ção, á testa de muita tropa, e tomarão posições ao Norte de Portugal, principalmente na Provincia de Traz os Montes.

Foi logo tropa constitucional contra a realista, houverão muitas escaramuças, d'huma e doutra parte havião perdas e muitas vezes parecia que os generaes d'hum e doutro lado querião entreter tempo-Diz-se, e assim he para acreditar, que el-rei e toda a familia real tinhão correspondencias secretas com o chefe realista.

Nisto se andava em Portugal, e cá nas ilhas todos os dias se esperava a queda da Constituição, e os constitucionaes sempre divulgando victorias.

Em Junho de 1823 fui para Angra, como já disse a pag. 6 desta carta, e, como acabo de narrar, estavão os negocios politicos n'huma oscilação muito melindrosa, maxime para mim: eu tinha 15 annos e principiava na vida militar, cuja classe devendo ser hum ente puramente passivo, obediente e estranho á politica, infelizmente tem sido o foco das desordens e revoluções.

Como eu tinha estado muito tempo em Angra conhecia muita gente; mas só se davão por meus amigos os da minha edade que tinhão andado comigo na escola, huma parte dos quaes seguia o partido constitucional; as pessoas mais velhas que me conhecião, só me fazião cumprimentos políticos. No batalham quasi todos os cadetes, que eu tinha conhecido sendo muito criança, erão constitucionaes; muitos officiaes da mesma sorte, e athé o meu commandante da companhia era constitucional. Valeu-me muito que o commandante do batalham, Major João José da Silva, era realista, tinha-me conhecido em pequeno, foi amigo de meu pae e o era ainda de meu tio Antonio Placido, e a sua senhora muito amiga de minha mãe, e por isso recebi muitos favores e protecção e, mais que tudo, muito bons conselhos.

Antonio Izidoro de Moraes Amora era tenente-coronel ajudante de ordens do Governador Militar e, por recommendação de meu tio, me fez offerecimentos que não aceitei, e mesmo elle foi logo para Lisboa.

Tinha Vital de Bettencourt e seus filhos que erão meus parentes; fizerão-me offerecimentos, mas eu não me utilizei delles.

O morgado Antonio da Fonseca e seu irmão Francisco da Fonseca, que era capitam do meu batalham, por amizade a meu tio, me fizerão offerecimentos das suas casas, mas tendo eu lá ido aprender rabecão algumas vezes com o capitam que mesmo em Lisboa passou

pelo melhor tocador de rabecão, eu fui censurado de frequentar a casa de *Trolhas*, nome que tinhão posto aos constitucionaes naquelle tempo, derivado de ser a trolha hum instrumento de pedreiros, assim como em 1828 chamarão os constitucionaes *malhados*, dizem que em razão d'hum constitucional em Lisboa apparecer na rua muito cheio de tinta. Os constitucionaes tambem alcunharão os realistas de *corcundas* em razão d'hum official de secretaria em Lisboa, que era giga, se manifestar contrario logo no começo do systema constitucional. Em 1828 nos chamavão burros e ursos, por que não amavamos as Luses do Século.

Devo aqui notar: Quando eu fui para a Terceira, meu bom tio Antonio me deu huma recommendação por escripto e me pediu muito que a lesse ameudadas vezes e a seguisse. Ainda hoje conservo esse terno penhor de sua sincera amizade. Dizia em summa: — Que nunca me esquecesse dos meus principios religiosos; que ainda mesmo nas guardas, aonde havia mais barulho, nunca faltava hora e logar aonde, de joelhos e mesmo passeando, podia encaminhar o meu espirito a Deos, etc., etc.; Que fosse moderado realista sem me involver em questões politicas, nem deixar de ser amigo com todos etc.., etc.; Que fosse obediente ás ordens dos meus superiores etc. Com effeito procurei executar tudo, mas esta ultima parte conheci que a não podia seguir; vou dar a razão.

Chegava a huma reunião de constitucionaes, calavão-se e perguntavão huns para os outros: — he dos nossos? Huns encolhião os hombros, outros dizião: se não he ha de se-lo, he creança deve tirar as teias d'aranha dos olhos.

Os realistas era a mesma cousa.

Esta desconfiança que tinhão os dois partidos de mim só por eu estar calado, me custava muito, porque não sendo capaz de comprometter ninguem, ninguem se fiava de mim. Como eu ia a caza do commandante João José da Silva e este, sendo muito realista, me conhecia e fallava abertamente, e alguns sargentos por isso me conceituavão realista, he a razão porque diante de mim fallavão com franqueza; e então pude bem conhecer o perigo em que estava em me não declarar. Alem disto o morgado Luiz Pacheco tinha dois filhos de quem hoje sou muito amigo; o mais velho era cadete do meu batalham. Escuso tornar a dizer que erão muito realistas, e eu principiei a ir á sua casa; elles tinhão varios instrumentos, entre elles huma guitarra em

que peguei e, sinceramente, toquei o Himno Constitucional de 20, e, a fallar a verdade, ainda não sabia se elles pertencião a hum ou a outro partido.

Quando toquei o himno observei que os dois irmãos se olharão mutuamente e conheci logo que era fruta que alli se não gostava, e me arrependi da minha indiscrição, que talvez os fizesse suppor em mim differentes ideas, como de facto não me enganei, segundo depois me disserão elles mesmos. Procurei logo fazer conhecer que era realista e arredar-me dos constitucionaes, sem comtudo lhes mostrar averção.

Nos ultimos de Junho ou primeiros de Julho de 1823, estava eu de guarda ás portas do Castello e athé de sentinella, e ouço grande vozearia na cidade, e na bahia estava entrando hum brigue de guerra; dei parte ao commandante da guarda que logo a mandou ao commandante do corpo, que tambem era Governador do Castello; a poucos momentos entravão no Castello soldados sem laço constitucional e dizião que já a Constituição em Portugal tinha ido a terra.

Não se pode dizer a satisfação que houve na cidade e em toda a ilha. Homens, pequenos e grandes, senhoras, mulheres da plebe, emfim tudo estava louco de alegria.

Foi logo huma guarda militar commandada pelo tenente São Paio, hum dos sargentos que tinha vindo com Araujo, muito constitucional e hum verdugo dos soldados, para ir pelas ruas da cidade botar o bando de que el-rei havia reassonido os seus Inaoferiveis direitos.

Os rapazes pelas ruas andavão tambem, fazendo tambor dos cestos com que andavão em serviço de quem os occupava, e com duas caninas; era huma bulha que ninguem se entendia.

Se por improdencia apparecia algum constitucional, os rapazes diziam — oh trolha, e tocavão nos cestos atraz delle. Mas não me lembro de se dar huma pancada, nem haver nessa occasião huma só prizão. He certo que derão humas pancadas no barbeiro por alcunha o Callote, por ter sido hum alcoviteiro que andava pesquizando os realistas para os accusar e encommodar.

O Governador Militar, Leite, era constitucional e continuou no seu emprego, mas julgou prudente mandar para esta ilha e Faial alguns officiaes dos mais sallientes para os livrar d'algum insulto naquella effervescencia de regosijo. Entre elles foi o tal São Paio, Ajudante

Silva, tambem sargento que tinha vindo com Araujo, mas de todos o mais moderado, Agapito Pamplona que era tenente, o bem conhecido Capitão Luiz Manoel Moraes Rego, e mais tres ou quatro officiaes; porem estes officiaes forão na sua liberdade e vencendo todo o seu soldo. Nos primeiros tres dias houverão illuminações, Te-Deum, etc. Mudou-se o laço constitucional azul e branco para o realista azul e encarnado. Os constitucionaes diziam que aquillo não durava muito tempo, que brevemente haveria outra revolução constitucional.

Na segunda noite de illuminação me disse hum constitucional que não tardaria muitos mezes que não houvesse outra revolução. Bem se vio depois que os constitucionaes não dormião.

O sr. D. João VI tinha dado huma amnistia geral; os realistas exaltados não podião supportar que os exaltados constitucionaes não fossem castigados pelas muitas palavras insultuosas que tinham dirigido á Familia Real, que naquelle tempo ainda era acatada como antigamente Moisés e Josué.

Os constitucionaes não deixavão de fazer ameaças e mostrar o mais vivo rancor aos realistas.

O meu batalham tramava huma revolução promovida por alguns sargentos e furrieis; os que mais influião erão os sargentos Antonio José de Fraga, oraculo entre os officiaes inferiores, pode depois de 1828 escapar-se para Lisboa, fez a campanha do Porto, chegou a major por distinção no campo de batalha, e acompanhou o sr. D. Miguel no seu exilio athé Genova, julgo que já morreu; era filho das Manadas desta ilha o sargento Gama, bebado e velhaco, e no fim o mostrou, que entrou ao serviço do sr. D. Pedro no Porto, tendo sahido da Terceira na qualidade de prisioneiro; sargento Justinianno, bebado e mais alguma cousa, morreu em paizano; sargento João Maria Asse, dado ao copo; sargento Manoel José, chefe dos sargentos; furriel Massiel filho do Pico, e ainda hoje rezide na cidade de Angra. Mais sargentos realistas havião, como Manuel José de Castro e João José de Mello e outros, porem se sabião dos projectos dos outros condescendião e não por vontade propria.

Pelas conversações que eu lhes ouvia collegi que elles esperavão que, com a queda da Constituição, serião demettidos os officiaes constitucionaes e que elles então preencherião as vacaturas; que os constitucionaes, fazendo nova revolução tudo ficava no mesmo; que as

mesmas authoridades constitucionaes tinhão ficado e que só tinhamos mudado de nome de governo. Tudo isto andava occulto.

Por meados de Julho, pouco mais ou menos, do mesmo anno de 1823, o sargento João Maria Asse, recolhendo da goarda da Praça da cidade, hoje Praça Velha, chega ao Castello com os soldados, que com elle tambem recolhião, da mesma goarda, e logo á entrada das Portas do Castello exigio as chaves á força do commandante da goarda das Portas, com o destino de fexar o Castello e depois ir prender os constitucionaes; porem o Governador e Commandante João José da Silva chegou á janela do Palacio, aonde morava, que deita para a praça, descompoz o dito sargento, mandou-o metter no callabouço e tudo ficou socegado. Não era só João Maria que entrava nesta tentada revolução; mas tambem he certo que os sargentos não julgavão que o commandante, sendo tão realista, se opposesse, mas logo que virão a desaprovação do commandante a que muito respeitavão e temião, não apparecerão, ficando só João Maria Asse prezo, que dias depois foi solto.

O Governador Militar Leite passou a sua residencia da cidade para o Castello, talvez que, como constitucional, se julgasse mais seguro junto ao major Silva.

Este major muito se sensibilizou com esta tentativa revolucionaria, e de noute fazia rondas procurando evitar qualquer tentativa. A mim me disse huma noute: — Eu sou realista e todo o homem de bem o deve ser, mas he preciso que sejamos obedientes e nada fazer sem ordem; el-rei perdoou então que querem agora? etc.

Este desassocego em que elle aridava originou-lhe hum cabrunculo nas costas, e nos ultimos de Julho elle estava morto. A este digno major, assim como ao honrado tenente-coronel Manoel José Coelho, devião os constitucionaes levantar-lhes hum monumento, pois que sendo realistas, obstarão muito ao mal que a tropa lhes quiz fazer. Ao tenente-coronel Manoel José Coelho não tardo em dar as razões.

Á morte do major Silva ficou commandante do corpo o capitam João Ernesto Cabral, era constitucional, mas depois mudou, e o Governador Leite assumio o governo do Castello.

O capitam João Ernesto não era o mais proprio naquella época para ser o commandante, não obstante ser official de conhecimentos, contudo a sua affeição ao systema supplantado e os seus vicios o tornavão incapaz do commando.

A 4 d'Agosto do mesmo anno fazem os soldados do batalham huma dança; do Castello sahirão para a cidade e, entre outras casas onde forão, estiverão em casa do morgado Theotonio d'Ornellas, hoje Visconde de Bruges; dizem que os soldados da dança e sargentos que a acompanharão se electrizaram e mostrarão o desejo de prenderem os trolhas, e que o dito morgado mostrara satisfação em que isso acontécesse. Recolheo-se a dança á noutinha ao Castello, e pelas 11 horas da noute revolucionão-se os soldados e sargentos, reunem-se na praça, dão gritos de viva el-rei, e declarão que querião prender os constitucionaes, porque andavão ameassando a tropa, etc., etc. O commandante João Ernesto estava na cidade, e os tenentes que estavão no Castello erão José Joaquim Pinheiro e Ignacio José Pinheiro, que vi porem todos os esforços para sossegar a tropa, mas debalde.

Nesta noute ia eu morrendo, porque os soldados andavão á carreira no Castello com as baionetas nas espingardas, era escuro, eu que ia chegando á esquina da rua em que morava, sinto huma encontrada do outro lado da mesma esquina, era a espingarda d'hum soldado que hia passando. Este soldado era hum celebre Narcizo que, em huma occasião, mais agitado pelo copo, havia esfregado aos pés o laço constitucional, foi prezo, entrou em Conselho de Guerra, e foi sentenciado á morte, não obstante o voto em contrario e bem sustentado do tenente de milicias Eustaquio Francisco d'Andrade, que era muito realista. Andou em 28 nas guerrilhas da Terceira, pôde escapar-se para Lisboa, lá foi official do Regimento Assoriano athé á Convenção de Evora-Monte, e ani está na Terceira tendo soffrido grandes prejuizos e encommodos.

Este soldado Narcizo estava na prizão porque o seu conselho tinha hido para Lisboa e, não obstante a queda da Constituição, elle ainda continuava na prizão porque não tinha vindo ainda a deliberação de Lisboa; porem nesta noute de 4 d'Agosto elle tomou liberdade por suas mãos e não tornou ao calabouço; quando se apanhou solto parecia hum diabo e julguei desgraçado aquele constitucional que lhe cahisse nas mãos; felizmente enganei-me.

Os soldados reunidos forão-se formando por si em patrulhas de mais ou menos força e, commandadas por algum official inferior ou cabo, forão saindo para a cidade. Eu que não queria fazer prizões, pedi a José Joaquim Pinheiro, tenente mais antigo, que dissesse aos

soldados que eu era necessario para a goarnição da Praça, e assim foi.

O Governador Leite estava ainda na cidade quando principiou o movimento, e quando se ia recolhendo ao Castello ouviu a bulha da revolução e fugio; appareceo dias depois e se embarcou para Lisboa-

Serião tres horas da manhã e quatro soldados vem a mim e dizem-me: Nós ainda não prendemos pessoa alguma e então tambem havemos ir prender. Não obstante a repugnancia do tenente José Joaquim Pinheiro, como haviamos tratado, sahi com os quatro soldados; chegando á Boa-Nova perguntei-lhes para onde querião ir; responderão-me que prender o alferes Raymundo, filho do morgado Antonio Borges Teixeira, e o cadete João Moniz, filho de Bernardo Moniz, que morava defronte da Sé. Respondi que não hia prender mais d'hum, e então que escolhessem. Responderão pois que fossemos boscar o cadete; este era hum dos meus contemporaneos de escolla, era meu camarada, que repugnancia teria eu! Emfim fomos.

Chegamos á casa, os soldados baterão, disserão o que querião. veio o cadete, e eu sempre no Adro da Sé, affectando outro negocio, Sahirão os soldados com elle pelo ladrilho direito acima e eu pelo esquerdo. Pergunta o cadete porque era aquella prizão, e quem mandava prender; responderão os soldados que o commandante da escolta, que era o cadete Bettencourt, lh'o diria; elle fica admirado e passa-se logo para o pé de mim, e he quando lhe contei tudo. Chegamos ao Castello era dia, estavão mais de cem pessoas prezas de todas as classes e a maior parte do batalham já recolhido. O Capitão João Ernesto, que era o commandante, tambem já estava no Castello, mas elle, como já disse, não tinh a influencia, e muito foi elle escapar de ser prezo, e deve isto ao elle e seu irmão, o tenente Sebastião Cabral, terem sido os maiores influentes na organização d'huma musica para o batalham.

O cadete João Moniz, o dito tenente Sebastião Cabral, que então passava por constitucional, mas que em 1826 mudou e athé hoje tem sido verdadeiro realista e aqui está em São Jorge casado, e o cirurgião mor Luiz Antonio, que tambem estavão prezos, pedirão a João Ernesto que visse se os podia soltar. O commandante João Ernesto perguntou aos soldados se consentião, responderão que ninguem podia ser solto porque havião sido prezos á ordem d'el-rei. Eu respondi logo

que o cadete Moniz o tinha prendido sem lhe dizer á ordem de quem, e foi logo solto. O cirurgião e o tenente Cabral tambem d'alli se retirarão. O tenente Cabral escapou, mas o cirurgião foi segunda vez prezo pelo cadete Antonio Joaquim Pinheiro, porque entre elles havia desarmonia. Ficou prezo o cirurgião.

Serião 7 a 8 horas faltavão ainda algumas patrulhas que andavão disperças pela cidade e arredores; eu estava sobre as portas do Castello mais o cadete Pinheiro e o cadete Luiz Pacheco, que pela manhãa veio para o Castello, quando vimos entrar huma escolta com hum prezo de pouca consideração e que me não lembro quem era, disse o cadete Luiz Pacheco ao soldado da escolta: Para que trazem vocês esses cá acima? Bastava só os cabeças. Queria dizer bastava meia duzia dos mais influentes e não prender tudo a torto e a direito. Eu juro em como isto era o verdadeiro sentido, mas que lhe derão, de boa ou má fé, outra interpretação, que elle dissera que trouxessem só as cabeças dos que prendessem! Ainda que eu não estivesse na occasião, negaria sempre esse sentido, que avessamente lhe derão, quanto mais que eu tambem estava.

Serião dez horas, o tenente Ignacio José Pinheiro foi ao Passo do Concelho, tocou á Camara e esta elegeu um governo interino composto dos morgados João Pereira de Lacerda, Luiz Meyrelles e coronel de milicias Candido de Menezes; estes nomearão logo para Governador Militar o tenente-coronel Manoel José Coelho Borges e para Governador Militar (Castelo?) e commandante do batalham, ao major de milicias Jacintho Pacheco, irmão do morgado Luiz Pacheco.

Quando o tenente-coronel Coelho Borges hia para o Castello para restabelecer a ordem, encontrou huma patrulha que conduzia o morgado Antonio da Fonseca prezo para o Castello; o tenente-coronel o soltou logo e disse que depois da sua nomeação de Governador Militar não queria mais prizões; chegando ao Castello os soldados todos o querião, mas pertendião continuar a prender; o tenente-coronel disse-lhes pois que então deixava de ser governador de soldados insobordinados; os soldados abrassaram-o e levaram-o nos brassos, mas assim mesmo o tenente-coronel Borges não quiz continuar, e foi substituido pelo coronel Candido de Menezes, contudo já tinhão cessado as prizões e os soldados a quarteis.

Não me consta haver huma pancada so.

Os prezos eclesiasticos forão para São Francisco, os outros ficou a maior parte no Castello, e outros forão para o Castellinho de São Sebastião de que era governador interino Francisco Antonio Pacheco tambem irmão do morgado Luiz Pacheco.

Os prezos tinhão a faculdade de jogar, cantar, serem vizitados, comião e bebião o que querião, e athé ás vezes insultavão realistas; eu o sei. Destinou-se hum quartel aonde dois prezos por dia podião estar á sua vontade com suas familias todo o dia, e com independencia hum do outro, e só tinhão huma sentinella á porta do sagão.

Faço esta explicação para depois continuar com a prizão que tivemos.

Deu-se parte para Lisboa do acontecido e agora vou passar á continuação da minha vida.

Como não fui prezo logo, todos os realistas, que me não conhecião, ficarão sabendo que eu o era tambem, e logo principiei a achar mais agrado dos realistas e menos dos constitucionaes.

Deve-se advertir que tudo isto se passou desde os primeiros de Junho athé 4 d'Agosto, dois mezes só.

Eu sempre tive muita inclinação para a musica e, como já disse, tive aqui em São Jorge alguns principios; desejava continuar; mas como se não tinha conhecimentos que me facilitassem mestres? Huma tarde, passando pelo Adro da Sé, ouvi a reunião de muitos instrumentos a tocar; gostei imenso, encostei-me ás paredes da igreja e alli estive athé concluirem; indaguei o que aquillo era, e sube então que aonde se tocava era a sacristia da Capella de Nossa Senhora do Rosario, cujo sacristão era Francisco José, que tambem era organista na Sé; este sujeito sabia as escallas de muitos instrumentos, e que ás quartas e sabbados alli se ajuntavão muitos padres da Sé e pessoas de fora, huns para se enterterem a tocar, outros para ouvír e outros para aprender, e que se tomasse conhecimento com Francisco José facilmente teria ingresso.

Procurei logo metter-me com elle e facilmente o consegui, levou--me logo á sacristia e perguntou-me o que eu sabia, com ingenuidade lhe respondi.

Como nesta ilha ha poucos orgãos, quando se faz alguma função nas igrejas he com rabecão, e foi este o motivo porque dei preferencia a este instrumento, para algum dia poder ser util aonde estivesse.

Sendo hum instrumento que tocado só he pouco agradavel, na cidade de Angra havia pouco quem o tocasse.

O capitam Francisco da Fonseca, que era mestrão, na sua mão parecia varios instrumentos, pouco queria tocar por motivo de partidos. O P.º Plmentel tocava muito bem rabecão, rabeca e violeta; mas quási sempre era preciso que elle tocasse rabeca ou violeta; e então tinhão quási forçado o P.º José Pedro, capellão da Sé e que cantava lindamente baixo, para tocar rabecão.

Francisco José, vendo que eu me inclinava ao rabecão, ficou satisfeito e algumas lições me deu no enquanto não tomei amizade com o P.e Pimentel, que he a quem devo alguma couza que sei de rabecão; elle ensinou muitos a rabeca e a todos de graça.

O P.º José Pedro, quando soube que eu já tocava alguma couza rabecão, desamparou-o e fiquei eu, por assim dizer, obrigado a trabalhar muito para desempenhar e não soffrer cassuadas.

Naquella Philarmonica contrahi muitas amizades, entre ellas o P.e Bazilio Ferreira Mendes, que fez muita amizade e deu-me as noções de rabeca e flauta que hoje tenho, e me insinou a cantar. Era capellão na Sé, tinha hum lindo contralto natural e está hoje subxantre. Lá ião só para entreter; mas os constitucionaes dizião que alli se tramavão revoluções, etc., etc.; o caso foi que a pouco e pouco se forão deixando de ir. O cadete Luiz Pacheco tambem tocava flauta na Philarmonica; como se deixou esta, algumas vezes nos ajuntavamos em caza de seu pae, que era muito amante de musica, em casa de Francisco José, e todos os dias que quizessemos em casa do P.e Pimentel, porque, como de tarde raras vezes sahia, estava sempre promto. Tambem procurei que José Maria Rodovalho, o mais prefeito tocador de piano que ainda hoje ha na Terceira, mas só para executar e nada fantazia. A sua morada no Pisão e hora impropria das 2 horas, em que elle podia insinar-me por ser organista na Conceição, aonde havia huma Colegiada de Beneficiados e que todos os dias, de manhãa e de tarde tinhão côro, mas que hum decreto constitucional n'hum momento destruio, como destruio outras Colegiadas nestas ilhas, como a da Praia da Terceira, Vellas, Lages do Pico, da Graciosa, etc., e os frades e freiras lá foram envolvidos tambem; darei mais ampla noticia desta fatal destruição ditada pelo diabo, e assim ficamos privados de certas commodidades e impossibilitados de as substituir.

Mudei de mestre e procurei o P.º Jacintho, que era hum dos beneficiados da Conceição. Santo homem, dei-lhe 243000 reis, e foi o unico dinheiro que dei a quem me insinou alguma cousa; elle se negou asseita-los, dizendo que eu tinha frequentado pouco e que nem metade tinha ganho; eu o instei e então me disse que d'alli em diante fosse quando quizesse, que nada mais queria; pouco continuei pelos incommodos que soffri como direi.

Sobre os movimentos de 4 d'Agosto disse que se havia dado parte para Lisboa, esqueceu-me dizer que tambem tinha hum abaixo assignado, contendo centos de assignaturas, para que el-rei concedesse a vinda do Tenente-general Estokler, para Governador Capitão-General destas ilhas.

No primeiro navio que veio de Lisboa trouxe a noticia de que o Estokler estava novamente despachado e quanto ao facto revoltoso el-rei não approvava, mas tolerava-o, e quanto á formação do governo interino e mais authoridades por elle nomeadas approvava tudo athe que chegasse o general.

Deve-se aqui notar que os membros do governo interino, assim como todos os homens sensatos, não concorrerão para aquella revolta; mas, feita ella, era do seu dever, como pessoas influentes e de prestigio, aceitar o governo para pôr termo á revolta, e pôr a marcha governativa nos seus devidos eixos, e era de necessidade que os homens chamados ao governo fossem realistas, porque os constitucionaes estavão prezos e os que ficarão soltos não devião aceitar, nem o povo e tropa os queria.

Aceitarão o governo, fizerão hum grande serviço em toda a sua plenitude e, alem de serviço, fizerão hum grande sacrificio por terem bem fundados receios de lhes vir alguma reprehensão em nome d'el-rei; não se desconfiava deste, mas dos seus ministros que, por fatalidade erão, se não todos, huma parte constitucionaes.

He por esta razão que a resposta d'el-rei foi de grande regosijo para as pessoas de bem da Terceira que pertencião ao partido realista

Quando em Abril ou Maio de 1823 o sr. D. Miguel tomou a heroica resolução de ir para Villa Franca, quasi todos os realistas lá se lhe forão reunir. Nobres, clero, povo e tropa, tudo para lá foi, e el-rei ficou com os seus ministros que athe fizerão hum decreto estigmatizando o procedimento do sr. D. Miguel, e se este senhor tinha ten-

dencias a tirar a coroa a seu pae, como se diz e vi escripto na Folhinha da Terceira de 1832, pag. 123, não teria o sr. D. Miguel feito com os seus amigos hum plano bem concertado e com aquella reunião não o poderia levar a effeito, e muito principalmente contando com a Divisão do General Silveira, que estava na fronteira de Hespanha? Foi o contrario; o sr. D. Miguel esperou por seu augusto pae, talvez já de combinação, e logo que chegou caminhou tudo para Lisboa, acclamando S. M. Rei-absoluto.

Em Lisboa estava hum morgado Manoel Ignacio Martins Pamplona, filho da ilha Terceira, e alli tem hum irmão, Alexande Martins Pamplona, que ainda vive. Este morgado seguio em Portugal a carreira militar com intelligencia, e em 1823 era Tenente-general, homem de muito tino e grande politico; não sei como teve habilidade de se insinuar com el-rei, de sorte que, sendo muito constitucional, fazia d'el-rei o que queria. Este sujeito ficou sendo Ministro d'Estado.

Não ha duvida que elle teria muito pouca vontade de reintegrar o General Estokler na capitania destas ilhas, mas, attentas as circunstancias, não poude deixar de o fazer.

Estokler era muito orgulhoso; queria vir, mas julgando que a tropa da Terceira praticaria algum acto de insobordinação, pedio ao Governo hum batalham para trazer. E que lhe havião de dar? O batalham 5 de Caçadores; o batalham mais constitucional que tinha o exercito. Com effeito veio o Estokler e trouxe o batalham, mas em São Miguel deixou cinco companhias e para a Terceira trouxe só a sexta, que desembarcou pouco antes delle.

Quando se soube que Estokler era novamente despachado, fizerão-se grandes preparativos para a sua recepção.

Todos os realistas concorrerão; o arranjo do palacio estava a cargo do ajudante de ordens, o Major Thomaz Manoel Xavier Palmeirim; Affonço José Maria, João Machado da Luz, e outros o prepararem os arcos triumfais; e o morgado Theotonio d'Ornellas tinha-se encarregado do muito fogo do ar e da musica, que devia correr as ruas com huma marcha e defronte do palacio cantar hum hymno, cuja solfa era composição do P.º Subxantre Manoel Joaquim da Silva, cunhado do dito Affonço José Maria.

Tres arcos grandes forão colocados na rua Direita; hum logo ao principio da rua, outro no meio e outro ao canto da Praça; erão feitos

em regoas forradas de panno, tomavão toda a largura da rua, excluindo os ladrilhos, erão pintados. Nos pedestaes das columnas tinhão disticos alusivos, sobre cada arco estavão tres retratos de Estokler, da senhora, do filho, filhas e do General Silveira e outros.

Defronte do palacio estava o quarto arco, tendo em cima os retratos do sr. D. João 6.º, da sr.ª D. Carlota Joaquina e do sr. D. Miguel.

Todas as columnas, arcos e circumferencias dos retratos estavão cheios de tigelinhas de sebo, para á noute se acenderem.

Defronte da janella do palacio se colocou um corêto portatil que devia servir para commodamente se cantar o hymno, cuja original partitura conservo, que m'a offereceo o seu compositor e meu bom amigo o Sub-xantre Manoel Joaquim da Silva, que Deos tenha.

Em Setembro ou Outubro de 1823 chegarão a Angra os navios de guerra que conduzião o General Estokler, sua familia e, como já disse, a 6.ª companhia de Caçadores 5. Quási se não ouvia outra cousa senão foguetes e tiros. A gente do campo vinha em chusmas regosijar-se com o desembarque do seu idolatrado general.

O Batalham de Artelharia, dois regimentos de milicias, hum da cidade outro da Praia, fazião alas desde o Caes pela Rua Direita acima e pela Rua da Sé athe chegar ao canto da rua do palacio. Costumava ir huma guarda de seis soldados e hum cabo, e hum official inferior, para o palacio, e aconteceu eu estar commandando essa guarda quando veio o general, e em logar da guarda ser rendida no dia seguinte, que foi quando desembarcou Estokler, forão para a mesma guarda mais vinte soldados, hum tambor, commandados pelo Tenente Sebastião Cabral, e lá fiquei mais 24 horas; porem tive ampla licença para ir tocar na marcha.

Pouco antes ou pouco depois do meio dia, tudo quanto havia de mais decente em todas as classes se apresentou no Caes; athe constitucionaes que tinhão escapado, muitas senhoras em cadeirinhas, e outras cadeirinhas esperavão para conduzir a senhora e duas filhas do general, que, agora me lembro, el-rei tinha feito meses antes Barão da Villa da Praia. Desembarcou o general e sua familia da fragata para o escaller real, que estava muito aceado com hum toldo de damasco vermelho e os muitos remadores uniformemente bem vestidos; salvarão os navios de guerra, Ponta de Santo Antonio e os Castellos de São João e São Sebastião. Muitas embarcações pequenas acompanhavão

o escaller. Logo que o general pôs pé em terra os navios e as mesmas batarias salvarão.

As senhoras metterão-se nas cadeirinhas e tudo se poz em caminho para o palacio; longa viagem!

O general e todos ião com o chapeo na mão cumprimentando os officiaes que estavão nas ruas formados em alas.

Logo na rectaguarda do acompanhamento ia a Companhia de Caçadores, depois seguio-se em columnas a artelharia e milicias, em proporção do terreno que o general ia deixando; chegou ao Palacio, foi para a janella receber a continencia que a tropa lhe ia fazer.

Foi permitido aos soldados metterem na bôca das espingardas hum ramo de oliveira ou de louro; feita a continencia foi tudo a quarteis.

As janellas das ruas por onde se passou estavão forradas de ricas colchas e adornadas do bello sexo, tornavão aquellas ruas muito brilhantes.

Á noute hove huma linda illuminação; sahimos com a marcha de casa de Theotonio d'Ornellas; os instrumentistas a maior parte erão os padres da Sé, alguns seculares como Affonço José Maria e outros; e militares só eu é que fui tocar violêta e o cadete Luiz Pacheco que foi tocar flauta.

Chegamos defronte do Palacio, occupamos o corêto, o general chegou á janella, e as numerosas janellas d'aquella frente do Palacio se encheo de homens e senhoras, bem entendido, senhoras n'humas e homens n'outras para não acontecer o que se observou algumas vezes no tempo do general Tovar, que se vião nas janellas os homens misturados com as senhoras; não duvido que alli reinasse a decencia, contudo familia minha me custaria ver ali.

Devo agora fazer huma reflexão para se conhecer athe que ponto chegava a obediencia nos povos.

Estavamos principiando e, como já disse, o general estava á janella, mas sem chapeo; o povo estava apinhado no largo do Palacio, mas de chapeo na cabeça.

O general pôs hum grito: — tirem os chapeos —, huma voz de hum commandante não he mais promptamente executada pelos seus soldados; tudo se descobrio. Se fosse hoje?

Acabado o himno o general mandou-nos offerecer que entrassemos, assim aconteceu e na salla grande repetiu-se o hymno.

Não houve o mais leve desgosto, tudo andou em socêgo. Alguma chuva embarassou naquelles tres dias huma completa satisfação.

Os soldados de caçadores, como já disse, erão constitucionaes, e hum delles, passando pelo cadete Antonio Francisco de Paula Moniz, dirigio a este não sei que palavras insultuosas. O general mandou chamar logo o capitam commandante da compaahia Francisco de Paula da Silva, bom homem; isto era no segundo ou terceiro dia depois da chegada do general e, por isso, estava muita gente cumprimentando o general; este logo que vio o capitam disse-lhe: — consta-me tal facto praticado pelo soldado; elle deve ser já castigado, e faça constar a todos que se forem insobordinados hão de em mim experimentar mais rigor que no tempo de Bresfort; — isto logo se soube e cada militar tomou para si a parte que lhe devia pertencer.

Bresfort foi hum general inglez que veio em 1808 para Portugal organizar e commandar o exercito portuguez, e trouxe muitos officiaes para o nosso exercito. Era muito bom general e muito justiceiro.

Aconteceu isto porque em 1807, na sahida do sr. D. João 6.º, muita tropa o acompanhou e o Junot, general francez, que nesse mesmo tempo entrou, desmantelou o resto do exercito portuguez, mandando 6.000 homens para a França e mandando outros muitos para suas casas. Quiz-se organizar hum exercito para lançar fora os francezes; o general Silveira e outros derão o primeiro impulso athé á chegada de Bresfort.

Quando se acabou a guerra era de razão que os officiaes inglezes sahissem do nosso exercito, mas não aconteceu assim, e era isto hum grande motivo de descontentamento no exercito e povo, pois não era só huma duzia de officiaes inglezes; talvez a terça parte dos officiaes superiores o erão.

Em 1820 houve a primeira Constituição e forão todos fora.

No primeiro ou segundo dia depois da chegada de Estokler, o capitam de Caçadores 5 passeava no Castello de São João Baptista pela rua aonde estavão os prezos, ia acompanhado, julgo eu, pelo tenente de artelharia José Joaquim Pinheiro; Luiz José de Vasconcellos, o cheira vintem, que estava prezo, fez da janella não sei que desfeita áquelles officiaes; sei que o capitam de Caçadores se irritou muito e lhe dirigio algumas palavras; que desculpa deu o prezo? Que desculpasse pois que o insulto era dirigido ao tenente de artetharia e não a

elle. Por muito menos, como pertendo dizer, levou o pobre Ajudante de Infantaria n.º 1, José Joaquim Simões, huma sova de cacete que lhe deu o sempre malvado tenente Caruza, que talvez fosse a causa da sua morte; ninguem m'o disse, desgraçadamente eu vi isto e muito mais.

José, meu filho, peço-te que nunca deixes o partido realista, seja qual for a sua sorte; elle he o que melhores garantias offerece á Religião Catholica Romana, ao bem estar dos povos e á nobreza herdada de nossos paes.

Seja qual for a posição social em que a fortuna te ponha e sejão quaes forem as circunstancias, deves ser humano e bemfazejo; deves ser generoso para com os teus inemigos, muito principalmente com os que estão em desgraça.

Lembra-te sempre que o desgraçado tem pae, mãe e irmãos como tu tens; lembra-te que elles terão, como podes ainda ter, mulher e filhos; lembra-te que todos tem coração para sentir como tu sentirias hoje se soubesses que alguma pessoa offendesse teu pae, tua mãe ou tua irmã; lembra-te sempre, José, que quantas lágrimas fizeres chorar quantas queixas se fazem a Deus contra ti. Para todas as couzas tem a civilidade suas leis; mesmo para repellir injurias, ou castigar, he preciso não ultrapassar os limites da decencia. A acção má he como hum punhado de cinza varejado contra o vento; ella se emprega na cara da pessoa que a lança.

Houve aqui em São Jorge hum Juiz de Fora que nunca sentenceava qualquer processo sem fazer oração diante de hum Senhor Crucificado, junto ao qual tinha duas luzes, e alli mesmo escrevia a sentença. Diz a tradição que foi o melhor Juiz de Fora que aqui houve.

Hum homem sem temor de Deus he huma fera que só attende á sua força para satisfazer a sua vontade, mas, tarde ou cedo, tem de secumbir ou a outras feras ou á morte.

Deves procurar que todos sejão amigos e para os ter não he pela força, he pela benevolencia. Os nossos antigos, quando conquistarão a Asia, alcançarão a amizade de muitos reis pela cortezia com que os tratavão e presentes que lhes levavão.

Napoleão estava em guerra com Paulo 1.º Imperador da Russia; convinha a Napoleão te-la na sua amizade; Napoleão fardou e armou doze mil prisioneiros russos, que tinha na França, e mandou-os sem

resgate ao seu Imperador; ficou este penhorado d'huma tal acção e ficou seu amigo.

Vê a Historia de Napoleão por Colan, pag. 230, e o 3.º tomo do Imperio e Consulado de Napoleão por M. Thiers.

Fillipe... Rei de... foi avisado pelos seus ministros que hum... dizia mal delle, e que por isso era necessario castigo. Respondeu Fillipe:—sim, mas primeiro quero saber que razões tem para dizer mal de mim. Foi ouvido, reconhecendo que elle tinha razão, Fillipe reparou a injustiça, mandou-o embora. Este mudou as suas queixas em louvores. Vê a Historia do Abbade Millot, tomo... pag...

Concluo que de fazer mal não resulta bem.

Não digo que se não deva castigar, mas sempre com moderação; porque, diz Missena, nunca me arrependi de ser, ainda no que he bom, moderado. Lê com attenção a obra «O feliz independente do mundo e da fortuna».

Vamos seguindo o general Estokler.

Este general, logo depois da sua chegada, foi soltando a pouco e pouco os prezos políticos e todos forão para suas cazas.

O meu batalham, como já disse, tinha os officiaes, officiaes inferiores e cadetes dos dois batalhões e, entre estes, muitos erão constitucionaes, e Estokler julgou preciso lança-los fora do corpo; pedio ao commandante interino, Major Jacintho Pacheco, huma relação de todos os que tinhão nota de constitucionaes, ou mal comportados; foi-lhe dada.

Houve ordem no corpo para se formar na praça do Castello aonde S. Ex.ª queria vir passar-lhe revista; nesta occasião bem poucas pessoas desconfiavão o para que.

Chegou o general, passou revista e o ajudante no quadrado leo huma ordem do dia em que erão excluidos os constitucionaes, officiaes inferiores e cadetes, segundos sargentos, que se dizião realistas, mas muito dados ao copo, hum dos quaes, o sargento Justinianno, tinha a nota péssima de que no dia 4 d'Agosto, tendo ido a casa do Coronel Canto para o prender, este lhe dera dinheiro para o deixar; não sei a certeza, mas sei que o vi dias depois com fardamento novo.

Lembro que sahirão oito cadetes e muitos sargentos, e ficamos só quatro cadetes, depois entrarão mais que forão Estevão Pacheco, filho do morgado Luiz Pacheco, dois filhos do morgado João Pereira e o

filho do capitam Luiz Manoel, mas este ultimo era constitucional, entrou depois de 26.

Os sargentos e cadetes excluidos forão para Lisboa, e Manoel Ignacio Martins que, como já disse, era ministro, a todos despachou para o Ultramar, menos a dois sobrinhos, que vierão ajudantes dos Castellos de São João e São Sebastião, e só o cadete João Moniz veio outra vez reintegrado para o nosso corpo; julgo que preferio isto em razão da amizade que tinha á senhora com quem estava desposado.

Trouxe o general a patente de tenente coronel commandante do nosso batalham ao seu ajudante d'ordens Palmeirim; homem muito honrado, mas incapaz de commandar hum batalham.

Foi o general entregar-lhe o batalham e as chaves do Castello, o que se fez com grande apparato.

O commandante interino, o major Jacintho Pacheco, que depois de 4 d'Agosto athe alli havia commandado o batalham com honra e intelligencia, foi para o seu regimento de milicias da cidade.

O tenente-coronel Palmeirim tinha preparado hum explendido copo d'agua que offereceu a todos os officiaes e cadetes e a hum grande numero de pessoas de todas as classes.

Ouvi dizer que o general queria tambem excluir os officiaes constitucionaes, porem que o Ministro Martins a isto se oppozera, que o general lhe dissera para Lisboa que, se lhe não dessem providencias a certas medidas que julgava necessarias, não queria continuar a governar as ilhas.

Paremos por aqui athé ver a resposta que veio de Lisboa.

O general Estokler era tido por hum dos mais sabios da nação, maxime em mathematica. Poucos tempos depois da sua chegada reorganizou a aula de mathematica, cujos lentes erão, do primeiro anno, o major Jacintho Carlos Mourão, do segundo o Dr. Roberto Luiz de Mesquita, com o posto de tenente, do terceiro e quarto anno o coronel Caetano Paulo Xavier; estes dois ultimos passão por sábios e de grande talento.

O general fez constar que todo aquelle que não soubesse mathematica não passaria a official.

As minhas tenções era de servir em tropa de linha athé passar a official, para depois diligenciar o ser major de milicias hesta ilha.

Meu tio Antonio Placido recommendou-me que era necessário fre-

quentar a Academia Militar, e então matriculei-me; não era dos que tinha menos talento, mas, não obstante, precisava estudar mais, e eu achava mais aprazivel a musica e por isso fui reprovado no primeiro anno.

Frequentei o outro anno e fui approvado; passei para o terceiro e, quando estava para fazer o meu exame, fui mandado para São Miguel em fins de 26, como consta do attestado que conservo.

Tambem me lembro que, logo depois da chegada de Estokler, nas parochias, aos domingos de tarde, os sinos davão signal e os parochos ensinavão a doutrina a quem a queria ir aprender; eu vi huma vez o filho do general, já homem, ir ver a doutrina e hum criado seu negro, que era bolieiro, entre os rapazes aprendendo. Não sei que deu causa a este cumprimento da obrigação dos parochos, se bem que vagamente ouvi dizer que o general tinha trazido de el-rei insinuações para isso.

Pouco depois da chegada do general veio o bispo D. Frei Manoel Nicolao, que, depois dos acontecimentos de Abril de 1820, havia ido para Lisboa.

Não sei que partido elle seguia; só sei que elle escreveo muito contra as indulgencias, que foi refutado por grandes theologos de Coimbra, o que tudo anda impresso, e que elle fora muito censurado pela Curia Romana, e que isto fora causa da sua morte. Ouvi-o doutrinar em algumas domingas da quaresma de tarde na Sé; pareceu-me que melhor não podia ser; e que quanto elle dezia lhe vinha do fundo da alma. Tambem ouvi dezer, a pessoas que sabião julgar, que elle era mestre perfeito da doutrina evangelica. Tambem se fizerão festas publicas na Praça depois de 1815, que mal me lembro, forão as melhores que tenho visto.

Vou dezer os cavalleiros que me lembro terem entrado nas cavalhadas.

Os dois guias erão o Brigadeiro Vital de Bettencourt e Pedro Ennes, já velhos, talvez de 70 annos cada hum. Os morgados João Pereira de Lacerda, Luiz Meyrelles, João Baptista de Bettencourt, João Sieuve; e o filho do general e hum sobrinho, que era tenente do nosso batalham; mais forão mas não me lembro quem; parece-me que Theotonio e seu primo Pedro Homem tambem forão, mas não dou a certeza.

Vamos entrar na triste epoca do governo do general Tovar d'odiosa recordação.

Como já disse, o general Estokler, sob condição, tinha pedido ao ministro Martins a sua exoneração; o ministro, que muito o desejava fora, valleu-se logo desta occasião e mandou-o render por Manoel Vieira d'Albuquerque e Tovar; e, sem que se esperasse, appareceo na bahia de Angra o novo general Tovar; formou-se o batalham e companhia de Caçadores e fomos esperal-o ao Caes; desembarcou e foi acompanhado pelo Estokler e muitas outras pessoas para o Palacio. Dois dias depois foi tomar posse á Sé, mas teve muita differença da posse que la mesmo tomou Estokler; quando foi a posse deste a Sé se apenhou de gente; e foi a segunda vez que vi tamanha igreja cheia, tendo sido a primeira no funeral da rainha a Sr.ª D. Maria 1.ª, e nunca mais a tornei a ver tão empacada de gente. A unica couza que me chamou mais a attenção, foi que na posse de Estokler era só elle; na posse de Tovar estavão ambos e o bispo, e esta ceremonia da posse com aquellas tres personagens fazia-se respeitavel.

Rimas infantis

pelo DR LUÍS DA SILVA RIBEIRO

As rimas infantis a que os ingleses expressivamente chamam nursery-rhymes, tem sido por tôda a parte objecto de estudo dos folcloristas.

Em Portugal, além de outros, ocuparam-se delas, Leite de Vasconcelos nos *Ensaios Ethnographicos* e, mais modernamente, o sr. Dr. J. R. dos Santos Júnior num importante artigo — *Lenga-lengas e* jogos infantis — publicado no vol. VIII dos «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia».

A presente colecção compõe-se de rimas directamente colhidas por mim do povo da Ilha Terceira, a que juntei algumas notas comparativas e explicativas.

Os números das notas correspondem aos das rimas.

ABREVIATURAS

- Ensaios Dr. J. Leite de Vasconcelos. Ensaios Etnographicos, vol. IV. Lisboa, 1910.
- Entre-Douro e Minho Joaquim Pires de Lima e Fernando Pires de Lima. *Tradições populares de Entre Douro e Minho*. Barcelos, 1938.
- Beira Jaime Lopes Dias. Etnografia da Beira, vol. V. Lisboa, 1939. Tradições — Dr. J. Leite de Vasconcelos. Tradições populares de Portugal. Pôrto, 1882.

- Gustavo Barroso Gustavo Barroso. Ao som da viola. Rio de Janeiro, 1921.
- Silva Correia Dr. João da Silva Correia. A rima e a sua acção lingüistica, n'«O Instituto», vol. LXXIX.
- Cantares do Minho Fernando de Castro Pires de Lima. Cantares do Minho, cancioneiro popular. Barcelos, 1937.
- Figueira M. Cardoso Martha e Augusto Pinto. Folclore da Figueira da Foz. Espozende, 1911.
- Silvio Romer Silvio Romero. Estudos sobre a poesia popular. Rio de Janeiro, 1888.
- Madeira A. Rodrigues de Azevêdo. Romanceiro da Madeira. Funchal, 1880.
- Opúsculos Dr. J. Leite de Vasconcelos. *Opúsculos*, vol. VII. Lisboa, 1938.
- Povo Theophilo Braga. O Povo Português. Pôrto, 1886.
- Teófilo, Cantos Theophilo Braga. Cantos populares do Archipelago. Acoreano. Pôrto, 1869.
- R. L. Revista Lusitana.
- T. S. P. A. E. Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropología e Etnología.

Brasilia — Brasilia, vol. II. Coimbra, 1943.

1. Creio em Deus Padre Todo poderoso, Joaquim Cardoso, Subiu ao céo Tirou o chapéo Desceu à terra Quebrou uma perna.

Da mão do gral, Comi toucinho, Não me fez mal, Se mais houvesse

4. Pelo sinal

P'ra comer as uvas

Da nossa vizinha.

Padre-Nosso,
 Comer não posso,
 Estou afogado
 C'uma espinha de sal.

Mais comia, Adeus sô padre Até outro dia.

3. Salve-Rainha, Salta na vinha C'uma faquinha, Ana, Bagana,
 Rabeca, Suzana,
 Lazaros e Ramos,
 Na Páscoa estamos.

- Estás como São Benedito,
 Não come nem bebe
 E está sempre gordito.
- Estás como São Silvestre C... p'ra quem o veste.
- 8. Muito bem se canta na Sé, Uns sentados, outros em pé, Outros à porta a vêr quem é.
- Sapateiro marralheiro 1
 Come tripas de carneiro,
 Bem assadas, mal assadas,
 Sempre lhe correm pelas barbas.
- Sete alfaiates
 Que vieram d'Espanha
 Com sete tesouras
 P'ra matar uma aranha.
- 11. Doutor da mula russa
 Tire o chapéo, ponha a carapuça.
- João Garanhão
 Vende vinho a tostão
 Detraz da Conceição.
- 13. Senhor Elias

 Come pão c... fatias;

 O seu cão c... sabão,

 A sua gata c... nata,

 O senhor Elias tudo rapa.
- 14. Tomé, amarra a cabra pelo pé.
- 15. Joãozinho foi ao vinho,

- Partiu o jarro no caminho, Ai do jarro, ai do vinho, Ai do c... do Joãozinho.
- 16. Ó João; olha a burra no feijão.
 Ó José; vê efa de quem é,
 Ó Chico; tra-la pelo bico.
- 17. Arnaldo, perna de galo, Foi à missa sem gargalo.
- Amaro foi pescar aos bodeões, Escorregou numa pedra, Rasgou os calções.
- Manuel de Magalhães
 Esfola gatos e mata cães.
- 20. Manuel, c... de martelo, Fugiu à mãe p'ra São Miguel, Foi vander m... de cão Cada quilo por um tostão.
- 21. Manuel da Cunha, Onde põe o pé arrebita a unha.
- 22. André, põe-te cm pé,Vai à porta ver quem é.É um homem pechinchinhoQue tem mêdo da mulher.
- 23. Maria Cachucha
 Com quem dormes tu?
 Durmo com um gato
 Que m'arranha o c . .

- Antão era moleiro, Fazia anzoes P'ra pescar caracois.
- 25. Santo Estio estiai,
 Santa Clara esclareai,
 Santo António mandai sol,
 P'rágente enchugar
 O nosso lençol.
- 26. Caracol, caracol,
 Põe os corninhos ao sol.
- 27. Eu te enguiço
 Pela porta do carriço,
 Que não cresças
 Mais do que isso.
- 28. Bê-á-bá fugiu a burra,
 Bé-é-bé manca dum pé,
 Bê-i-bi eu bem a vi,
 Bê-ó-bó é tua avó,
 Bê-ú-bú beija-lhe o c...
- 29. A. B. C. D.

 No c... te dê,

 C'uma vara de bater,

 Que te ponha o c... vermelho

 Como sangue de coelho.
- 30. Dédo meudinho, Seu vizinho, Pai de todos, Fura bôlos, Mata piôlhos.

31. Minimo:

Este diz que está com fome, Anelar:

Este diz que não tem quê, Médio:

Reta dia aua

Este diz que vá furtar, Indicador:

Este diz que não vá lá, Polegar:

Este diz que Deus dará.

- 32. Minha avo, de lá de riba, Tem uma tapa na barriga, Quando chove bate nela, Passa cão vem cá cadela.
- 33. Minha avó ferlicócó, Quando faz mijinha Apaga o pó.
- 34. O arco da velha No meio do mar, Doi-lhe a barriga Não pode mijar.
- 35. Pega, pega João Coelho
 C'o seu barrête vermelho,
 Sua espada de cortiça
 Para matar a carriça.
 A carriça deu um berro
 Que se ouviu no Castelo,
 Tôda a gente assustou
 Só a velhinha ficou.
 A velhinha achou um rato
 E meteu-o num sapato,
 Foi levá-lo a São Vicente
 Para comer com pão quente.

- 36. Nunca viste O buraco por onde saiste?
- 37. Eu bem te dizia Que papas à noite Faziam azia.
- 38. Quem vai ao ar Perde o lugar, Quem vai ao vento Perde o assento.
- 39. Quem dá e torna a tirar Ao inferno vai parar Nasce-lhe uma giga nas costas.
- 40. Olha que pena! Morreu o pai à pequena.
- 41. Quer queira, quer não queira, O meu burro ha-de ir à feira
- 42. Quantos anos tens? Metade e outros tantos.
- 43. É certo, Cantar o melro C'o bico aberto.
- 44. Brabo, brabo (bravo) Quem tem mosca Dá ao rabo.
- 45. Domistéco, nariz de boneco, 53. Vou-me embora Toma tabaco, nariz de macaco. P'ra casa da amora.

- 46. Que horas são? São horas de comer pão Falta dez reis p'ra meio tostão ou Quantas queres?
- 47. Rapado quem te rapou Que as orelhas te deixou?
- 48. Era uma vez Um gato maltez. Mijou-te na bôca, Não soube o que fez.
- 49. Diga, diga, Senão vou-lhe à giga.
- 50. Quem me quer bem Diz-me o que sabe E dá-me o que tem.
- 51. Por onde tens andado Que tão bom cabelo tens criado?
- Foram-se as vacas, Ficaram os bois ou Quem contou está aqui, Quem quer saber vá lá.

52. E depois?

- 54. Meio-dia; Panela ao lume, Barriga vazia.
- 55. Um, dois, três, Salta macaco, Dansa chinês.
- 56. Um e dois
 E argolinha
 Mete o pé
 Na bambolina.
 O rapaz que jôgo faz?
 Faz o jôgo de capão.
 Conta bem
 Manuel João,
 Se bem contares
 E não errares
 Vinte e quatro
 Acharás.
- ao que alguns acrescentam:
 Pesa o melro
 Na balança,
 Viva o rei
 Que vai p'rá França.
- 57. Palminhas, palminhas,
 Palminhas de né-né;
 O papá dará sopinhas,
 A mamā dará maminhas.
- 58. Pico senico, vai ao Pico Buscar sardinha Para a filha do juiz Que está preza pelo nariz.

Os cavalos a correr,

As meninas a aprender, Qual será a mais bonita Que d'aqui se vai esconder?

- 59. Tão balalão, Cabeça de cão Cozida e assada No seu caldeirão.
- 60. Ao almoço
 Peles de pescoço,
 Ao jantar
 Borda de alguidar,
 À ceia
 Morrão de candeia.
- 61. Papagaio real
 Quem passa?
 É el-rei
 Que vai à caça.
- 62. Rana, cataplana, Mata aquela ratazana.
- 63. A menina como passou, Que foi à missa e não entrou?
- 64. Troques barroques
 No olho do c...
 Quem se c...
 Foste tu.
- 65. Era não era No tempo da era, Três ratos pôdres Numa panela

Para aquele que falar primeiro Fora eu que sou juiz.

66. Loivado, loivêdo! O que a velha fez c'o dêdo! Uma cova tão grande Que meteu mêdo ao José Pedro. 69. O primeiro bebe-se inteiro,

Um buraco na saia Que até mete mêdo.

- 67. Ámanhã é domingo Do pé do caminho, Do galo montez. A rez é de barro, Toca no adro. O adro era fino. Toca no sino. O sino era d'ouro. Toca no touro, O touro era bravo Mata o fidalgo, 72. Que há de novo? O fidalgo era valente, Mata a sua gente, F enterra-a na cova dum dente.
- 68. Fui ao mato.
 - Também eu Cortar um pau.
 - Também eu Pra fazer uma gamela.

- Tambem eu Prós porcos comerem nela.
- Tambem eu. ou
- Também tu.
- O segundo até ao fundo, O terceiro como o primeiro, O quarto como o segundo, O quinto bebe-se todo, O sexto do mesmo modo, O sétimo bebe-se cheio, O oitavo duas vezes e meio.
- 70. Fia, Maria, Três maçarocas por dia.
- 71. Bicho bichial Onde está o Fajal?
- Galinha choca Não põe ovo. ou Um saco velho Com um atilho novo.
- 73. Era uma vez um bispo, Acabou-se a história Não sei mais do que isto.

NOTAS

Os números referem-se às rimas.

1 a 8 — Tôdas estas rimas infantis usam-se no continente com variantes. Vide, por exemplo, do Credo, Ensaios, IV — 183, Rev. Lus-XVII—64 (Santo Tirso), T. S. P. A. E. VIII—331; do Padre-Nosso-Rev. Lus. XVIII—64, Ensaios, IV—182, Entre Douro e Minho, 146; da Salve-Rainha, Rev. Lus. XVII—65 e 64, Beira, V—190, etc.

A persinação está muito espalhada em todo o país aparecendo variantes na Beira, Santo Tirso, Turquel, Viana e outros lugares. (Beira, V-190, Rev. Lus. XVII -64, XXII-131; XVII-64, Ensaios, III-59 e IV-181, T. S. P. A. E., VIII-325, Tradições, 253, Entre Douro e Minho, 153).

Sem nada terem, aliás, com as rimas infantis, há outras parafrases, até de carácter político, co no o Sinal da Cruz de Junot (Brasilia, II—159. Variantes brasileiras em Gustavo Barroso, 464).

Composições semelhantes de assunto religioso ou preces, também estranhas todavia ás rimas infantis, correm entre o povo.

«Cousa curiosa, escreve o Dr. Leite de Vasconcelos, que tenho observado nas tradições populares, é que, sendo o nosso povo nímiamente católico, fanático por vezes até, satiriza sempre que pode, nas suas poesias, os padres, os santos e a igreja (Ensaios, III—60).

O n.º 5 é uma mnemónica dos domingos da quaresma, que o povo da Terceira designa pelos nomes das freguesias onde tradicionalmente se faz a procissão de penitência. Sôbre esta rima e modo de formação de outras semelhantes, Sil va Correia, 89.

9-10 — São troça aos alfaiates e sapateiros, como outras muitas e diversas profissões. Variantes continentais na Rev. Lus. XVIII—190, T. S. P. A. E. VIII — 330, Tradições — 133, Cantares do Minho — 16, etc. O uso de comer tripas estava generalizado em todo o país no século XVI (Rev. Lus. XVI — 226). É corrente considerar os alfaiates cobardes, não só em Portugal como noutros países.

11 — Segundo um documento que Sousa Viterbo descobrlu e publicou, o Doutor da Mula Russa é uma personagem verdadeira, o médico António Lopes, que residía em Evora na primeira metade do século XVI. A carta de D. João III de 23 de Maio de 1534, que o autorizou a exercer clínica, mostra que estudou medicina em Alcalá de Anares, e que êle próprio se intitulava o físico da mula russa. Na literatura o mesmo incansável investigador só encontrou referência a êle no seguinte passo do Auto das Regateiras de António Ribeiro Chiado.

O Doutor da Mula Russa Vos dará sã como a palma, Ou o das Sete carapuças Que aqui anda vaganau.

(Armando de Lucena, Arte Popular, Lisboa, 1942-113).

Teófilo Braga, n«O Povo Português», diz: — «criou-se entre o povo o tipo do doutor pedante dum personagem do tempo de D. João III, o doutor da mula russa».

Da passagem do Auto das Regateiras infere-se que o doutor da mula russa e o das sete carapuças eram dois médicos, que, talvez por influência da rima, o povo reuniu numa só pessoa.

- 12 a 24 Abundam as rimas a respeito de nomes próprios também no continente. (T. S. P. A. E. VIII—332. Rev. Lus. XXII—12, 66. A rima 20 tem no último verso uma variante, por eufemismo «Sem mêdo nenhum».
- 25, 26 e 27 São fórmulas de encantamento. A última diz uma criança que passa sobre outra deitada no chão. (Rev. Lus. XXII—128, Figueira, I, 256).
- 28 e 29 Rimas escolares, ecos da soletracção das sílabas, segundo o Dr. João da Silva Correia. (Rev. Lus. XXIX—101). Variantes, Rev. Lus. XXII—136, Ensaios, IV—190.
- 30 e 31 Ambas estas rimas se dizem emquanto uma criança vai puxando por cada um dos dêdos da outra. Estão espalhadas por

todo o país. Nalgumas localidades o mata-piolhos terceirense é dito matruca piolhos. (Ensaios, IV-173). Vide Rev. Lus. XXII-127.

Silvio Romero traz a versão brasileira.

Na Madeira há uma rima diferente, embora no mesmo género:

Este menino um ovo achou, Este o assou, Este sal lhe deitou, Este o provou, Este o papou.

(Madeira -- 483)

Versões italianas e espanholas em «O Povo Português», I-310.

34 — Dizem esta quadra quando aparece o arco-iris, a que chamam o arco-da-velha tido como sinal de chuva, e também melhoria do tempo se está mau. Vide Rev. Lus. XIX – 84, XXII—132, T. S. P. A. E. VIII – 327, Opúsculos VII—909.

35 — É o conhecido e generalizado Sermão de São Coelho. (Tradições, 180, Ensaios, IV—185, «O Povo Português», I—355, Romanceiro, 460).

O verso — Que se ouviu no Castelo — deve referir-se ao Castelo de São João Baptista de Angra, porque o povo diz habitualmente de um grande barulho ou motim, para dar idea de grandeza, que se ouviu no Castelo. Nas versões continentais não aparece.

Na carriça entra outras rimas infantis.

38 — Esta rima tem sido interpretada em sentido jurídico, e discutida. Referindo-se a isso escreve o sr. Dr. Santos Júnior (T. S. P. A. E. VIII—358): «Segundo a opinião dêstes autores (Oscar Pratt) essa afirmação de conquista não seria de génese puramente infantil, mas popular e dataria do tempo das navegações. O prof. Leite de Vasconcelos é, porem, de opinião contrária e não lhe atribue essa origem, mas, dada a existência de fórmulas semelhantes noutros países, supõe que mar e vento figuram como simples rimas para lugar e assento».

Vide Rev. Lus., XIX-84, XXII-132 e 219.

A confirmar a opinião de Leite de Vasconcelos parece estar a rima terceirense, onde, em vez de «quem vai ao mar» se diz «quem vai ao ar».

- 39 Ensaios, IV –187, Rev. Lus. XIX-130.
- 40 Versão de Espariz (Rev. Lus. XX-233).—•É um disgràcia, morreu o burro à Inácia.
 - 41 Rev. Lus. XX—232.
 - 42 Rev. Lus. XXII-64.
 - 46 Ensaios, IV—189.
 - 47 Ensaios, IV—191.
 - 48 Turquel, Rev. Lus. XXII 37.

Diz-se a quem pede com insistência que lhe contem um conto (Conf. n.º 52-73).

Variantes no continente: Rev. Lus. XVII-64.

- 50 Delicado regista como ditado popular (pág. 75).
- 51 Rev. Lus. XX—233, Espariz.
- 52 Figueira, I—257; Rev. Lus. XVII—64.
- 55 Está espalhada por todo o país. Vide T. S. P. A. E. VIII 329; •O Povo Português•, I—311.

Versão brasileira em Silvio Romero.

- 57 Variante nas Canções do Berço, de Leite de Vasconcelos, Opúsculos, VII—848, O Povo Português, I—284.
- 58 Figueira, I 285. Há uma versão em que as palavras «Pico senico, foi ao Pico», são substituídas por «Sola, sapato, rei, raínha».

 Quando recitam esta rima as crianças estendem as mãos espal-

madas, em roda, sobre uma mesa ou no chão, e uma delas vai tocando com o indicador da mão direita em cada uma das mãos e dizendo, a cada toque, uma palavra da rima. A última mão tocada sai da roda.

- 59 Variantes, Rev. Lus. XXII 128; Opúsculos, VII 1315.
- 60 Variante na Rev. Lus. XXII—128.
- 62 Diz-se esta rima, para imitar o bater do tambor, emquanto as crianças marcham. Figueira, I—229.
- 64 Os rapazes, quando um solta uma flatulência, dizem a rima indicando um deles a cada palavra um dos companheiros, o último dos quais é troçado e às vezes sovado ao de leve.
- 65 Destina-se a impôr silêncio. Calados todos os rapazes só o juiz fala crivando-os com preguntas. Se alguém se descuida e fala perde.
- 67 Rima muito generalizada, de que há diferentes versões, em todo o país. Ensaios, IV—183; Figueira, I—259; Rev. Lus. XIX—127; T. S. P. A. E. VIII—323; Teófilo, Cantos, 177.
- 68 Esta rima é dita em diálogo. Se o segundo a conhece responde por último «Também tu».
- 69 Não é propriamente uma rima infantil, embora já a tivesse ouvido a crianças.

Indica o modo de beber copos de vinho.

71 — A propósito desta rima diz Lang (Zeit-Schrift für romaniche Philologie) segundo informa o Prof. João da Silva Correia (loc. cit. 212). — «Há também um bichinho chamado bichial que quando se lhe diz:

Bichinho bichial Para onde é o Faial

torce logo o bico para apontar a direcção».

«Ora, comenta o professor português, estamos convencidos que o tal bichinho não se chama bichial, sendo esta palavra mero verbo de encher criado sôbre o radical de bicho, primitivo de bichinho acrescido da terminação de Faial».

A justificar o seu modo de ver cita casos semelhantes.

Efectivamente, o bichinho, que as crianças tomam entre os dêdos para lhe dirigir a pregunta, é a crisalida de qualquer borboleta, quási sempre a *pieris brasicae*, por ser a mais frequente na ilha, e ninguém lhe chama *bicho bichial*.

Quando uma criança é muito desassocegada e não pára em lugar nenhum diz-se que tem bicho bichial.

Pero de Barcelos e João Fernandes Lavrador

pelo DR. HENRIQUE BRAZ

No estudo que sob o título de João Fernandes Lavrador veio publicado no n.º 1 do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, fixei especial atenção à verba do primeiro testamento de Inês Gonçalves, mulher de Pero de Barcelos, celebrado em 12 de Outubro de 1534, na qual se alude a um João Fernandes de Barcelos, da Ilha da Madeira, que pretendi identificar com o argonauta do Labrador.

O preclaro linhagista Sr. Rodrigo Rodrigues, de Ponta-delgada — como ninguém versado em genealogias dos Açores e conhecedor como poucos dos meandros da história açoreana, respeitante à recuada época do povoamento destas ilhas — teve a gentileza de lembrar-me que houve na Madeira uma família Barcelos que deixou o nome vinculado a um pico, sobranceiro ao Funchal, com pitoresco miradouro, donde se goza um deslumbrante panorama sôbre a baía da cidade e parte daquela formosa ilha.

Ora a excursão ao *Pico-dos-Barcelos* é passeio obrigatório para todo o turista que passa no Funchal e eu não desconhecia o encantador cenário que dali se desdobra em frente do forasteiro — mas totalmente ignorava a origem do *topónimo*. Porque se chamava dos *Barcelos* àquele montículo?

O meu velho amigo, Dr. Manuel Pestana Júnior, que dedicou alguns anos, seguramente os mais tranqüilos e proficuos da sua existência de político na disponibilidade, a estudos não só colombinos, condensados no muito curioso livro, D. Cristóbal Colom ou Symam Palha (Lisboa, 1928), mas de história madeirense, creio que dispersos em revistas e jornais, elucidou-me sem demora, respondendo com solícita amabilidade a preguntas que sôbre o assunto me permití o ousio de fazer-lhe.

O Pico-dos-Barcelos, da freguesia de Santo António, suburbana do Funchal, segundo o Dicionário Corográfico do Arquipélago da Madeira, do P.º Fernando A. da Silva, verbo Barcelos, parece que tirou o nome de Diogo de Barcelos, um dos primeiros povoadores da Madeira que ali possuiu alguns tractos de terreno.

O Sr. Dr. Pestana Júnior diz-me que encontrou o nome do Diogo de Barcelos citado em 1690, no Arquivo da Câmara do Funchal, como pretendendo fazer sêda. E acrescenta que «ao norte do Pico-dos-Barcelos há um sítio chamado da Chamôrra, derivado talvez de Leonor Chamôrra, filha de Pedro Chamôrro, homem fidalgo que viveu na ilha da Madeira (Nobiliário de Castelo-Branco)».

Acode-me, a propósito, que Pero de Barcelos, no pleito judicial, intentado na Praia da Ilha Terceira, em 1506, por André Corvo, declarou que as suas terras, disputadas no processo forense, haviam pertencido, por carta de dada, a um Rodrigo Chamôrro e dêste as adquirira legitimamente.

Chamôrro é termo espanhol, adoptado em Portugal, que significa tosquiado e epíteto injurioso que os castelhanos davam por desprêzo aos portugueses (que, aliás, os desbarataram em Aljubarrota), por motivo dos nossos cortarem o cabelo, contra o uso da gente de Espanha e França, onde era nobreza a longa cabeleira. Segundo a Crónica do Condestável, designavam por chamôrros aos maus portugueses que vinham nas tropas do rei de Castela contra o Mestre de Avis (António de Morais Silva: Dicionário da Língua Portuguesa, 8.ª edição, vol. 1.º, verbo chamôrro).

De qualquer modo, no *Nobiliário* de Castelo-Branco e no pleito de André Corvo, *chamôrro* é apelido e extremamente raro. O Chamôrro da Terceira certamente que seria da família do outro.

«Quanto a João Fernandes — informa o antigo ministro do governo da República e advogado ilustre no Funchal — conhecemos nos, madeirenses, muito bem um João Fernandes, que os nobiliários chamam de Andrada, que foi o fundador do Arco da Calheta, que todo lhe pertenceu, onde deixou igreja e túmulo. Era navegador, foi brazomado por D. João H e Colombo diz-nos, num dos Roteiros das suas viagens, que com êle navegou para Oeste, antes da primeira viagem por conta dos reis Católicos. Note-se que o referido João Fernandes era, dizem os mobiliários, natural da Galiza. Seria êste, ou algum filho, o Labrador P.

Afigura-se-me que o João Fernandes de Barcelos, da ilha da Madeira, aludido no testamento de Inês Gonçalves, não seria o Andrada, mencionado pelo sr. dr. Pestana Júnior.

Advirto, no entanto, que Inês Gonçalves era filha de Mécia de Andrade Machado.

Na Terceira, no século XVI, a mais recuada época até onde podem chegar as nossas pesquisas documentais, o patronimico Fernandes (como, também, o de Gonçalves) é de tal modo frequente que permite tôda a espécie de confusões. O nome de João Fernandes, com tôda a sorte de mesteres e profissões, abundava tanto e os registos de baptizados, de casamentos e de defuntos eram dum tão estricto laconismo que se torna hoje extremamente difícil estabelecer a identidade indubitável de cada um.

Quási pelo mesmo tempo surge-me um João Fernandes, carpin-teiro, casado com Andresa Gonçalves, baptizando uma filha, com o nome de Maria, na Sé de Angra, em 14 de Dezembro de 1549 (L.º de Bautizados da Sé de Angra, n.º 1, de 1547 a 1553, fls. 92 v.º); um João Fernandes, clérigo de missa, padrinho de António, filho de Plorença Piz e de pai não sabido, baptizado na mesma Sé em 17 também de Dezembro de 1549 (cit. L.º fls. 93 v.º); um João Fernandes, feytor do snor Joam da Syllva (do Canto), padrinho do baptizado de Pero, filho de André Gonçalves, pedreiro e de sua mulher, Maria Roiz, fregueses da Sé de Angra, onde foi celebrado o sacramento (L.º de Baptizados N.º 3, 1570 a 1577, fls. 169 v.º); um João Fernandes, mestre dasuquer (sic), casado com Caterina Fernandes, naturais da ilha da Madeira e fregueses da Sé do Funchal, pais de Pero Fernandes

que realiza na Sé de Angra, em 5 de Novembro de 1576, o seu casamento com Inês Roiz, filha de Gaspar Roiz faneca e de Ana Luis, moradores em Angra (L.º de Baptizados da Sé, N.º 3, acima cit., que traz também assentos de casamentos e de óbitos, fs. 226); um João Fernandes tenoeiro (sic), cuja mulher, Bárbara Coelha, foi madrinha no baptizado de Domingos, filho de Pero Manuel e de sua consorte Catarina Lopes, celebrado na Sé de Angra, em 14 de Abril de 1577 (cit. L.º N.º 3, fs. 174 v.º) e, para não alongar mais a lista, um João Fernandes tozador, filho de outro João Fernandes, falecido e sepultado na Sé de Angra, em 21 de Janeiro de 1590 (L.º de Baptizados, N.º 7, 1583 a 1588, fs. 179 v.º).

No interessante documento a seguir transcrito fielmente, celebrado perante o tabelião de Angra, Sebastião Roiz, a 9 de Novembro de 1575, vem o testamento dum João Fernandes, mareante, natural de Lisboa, em cujo auto-de-aprovação, de 12 dêsse mês e ano, figura como testemunha um Pero de Barcelos.

Claro que a data do acto exclui a possibilidade dêstes dois serem os navegadores aventurosos que pelo golfão do mar oceano andaram a descobrir bem três anos.

Mas não deixa de ser surpreendente a coïncidência dos dois nomes, irmanados no mesmo documento.

E o que é curioso é que além dêste *mareante*, de Lisboa, aparece-me um outro João Fernandes, *mareante*, mas terceirense, casado com Isabel do Rêgo, madrinha no baptizado, em 5 de Outubro de 1589, na Sé de Angra, de Tomé, filho dum novo João Fernandes e da mulher dêste, Hierónima Caminha (L.º de *Baptizados*, N.º 8, 1588 a 1595, fs. 25 v.º).

E a coïncidência dos nomes de João Fernandes e Pero de Barcelos no mesmo acto depara-se-me ainda num outro têrmo de baptismo: Em 31 de Janeiro de 1555 o cura da Sé de Angra, Afonso Vaz, baptizou uma criança, por nome Miguel, filho de Miguel Fernandes, tinoeiro (sic) e de sua mulher Isabel Luis, de quem foram padrinhos João Fernandes, picheleiro e Ana Gonçalves, mulher de Pero de Barcelos (L.º de Baptizados, N.º 4, 1554 a 1560, fs. 28 v.º).

Quem seria êste Pero de Barcelos?

Não pode ser o filho do argonauta, por nome Pero de Barcelos Machado, porque êsse casou com Joana Cardosa, neta de Álvaro Martins Homem, capitão-donatário da parte da Praia, na Ilha Terceira.

Nem o neto do navegador, também com igual nome de Pero de Barcelos, filho de Afonso de Barcelos Machado e de Ana Lopes Cabaço, porque êsse casou com uma neta de Martim Simão, proprietário do pico, da freguesia dos Altares, desta ilha, que ainda mantém o seu nome e de Margarida Valadão. Ignora-se-lhe o nome, mas por seus avós paternos era *Costa* e *Abarca*, não sendo, portanto, crível que se chamasse *Ana Gonçalves*.

Afigura-se-me, no entanto, que se o Pero de Barcelos dos documentos acima referidos não era fidalgo, tampouco seria pessoa de inferior calidade.

Sei que da consorte, Ana Gonçalves, teve, pelo menos, três filhos: uma Ana Gonçalves, do nome de sua mãi, que veio a casar com Baltazar Veloso, caixeiro, em 12 de Maio de 1585, data em que os pais da noiva eram já falecidos; um Francisco, herdeiro e testamenteiro de suas tias, Catarina Glz e Leonor Glz, falecidas respectivamente em 30 de Agôsto e 10 de Setembro de 1576 e um Roque, baptizado na Sé de Angra, em 19 de Setembro de 1554, que teve como padrinhos pessoas de alta gerarquia da cidade: a mulher de Álvaro Matela, que era Leonor de Barcelos, filha do argonauta; Catarina Fernandes, ama de António Pires do Canto, matrona que gozava do maior respeito na ilha e o morgado João da Silva do Canto, provedor das armadas, fidalgo da casa real, cavaleiro da Ordem de Cristo, que fez à sua custa obras vultuosas no Pôrto-de-pipas de Angra, senhor de vastas propriedades, entre as quais a casa e capela de N.a Sr.a das Neves, na rua de Jesus, junto à rocha, onde (conta o P.e Cordeiro, na História Insulana, tomo III, pág. 58) estava construindo uma religiosa habitação para nela meter meninos órfãos, isto é, um asilo de infância, quando, em 1 de Junho de 1570, chegaram a esta cidade o P.e Luís de Vasconcelos, neto do conde de Penela e mais dez religiosos que vinham fundar o colégio dos jesuitas, para cuja instalação provisória o morgado lhes ofereceu o mencionado prédio.

Segue a transcrição do testamento acima aludido:

«Testam.to de João Frz mareante m.or em lisboa.

«Saybao coamtos este pubrico estromento virem pasado por man-«dado he autoridade de Justiça com o trellado de hua sedolla «e aprovasão della de que o teor de verbo ad verbum he o «seguinte--Em nome de ds Amen-saibão coatos esta sedolla «de testamento virem que no anno do nacimento de noso sor «IsuusXpõ na era de mill he quinhentos he setemta e simco annos «neste esprital desta cidade damgra da Ilha terseira estamdo «hora ahy Joam frz mareamte morador na cidade dellisboa «doente em hua cama do mall que noso sor fov servido lhe dar «dise elle testador que estava em todo seu syso digo em todo «seu perfeyto jujzo que noso sor lhe deu he he casado com Ines «guariza (?) naturall da cidade dellisboa — dise elle testador «que elle encomendava a sua allma a noso sor que ho criou he «avirgem nosa senhora que ella queira ser roguadora ao seu pri-«cioso filho por elle — It. (Item) dise elle testador quelle gamdo «noso sor pera sy (1), que quer que seu corpo sejaenterrado «nesta Igreia do espirito samto — It. dise mais elle testador «que elle deyxava a esta casa do espritall hua pesa de beytilha «e mais hua pesa de pano rrepado devermelho e hum beirame (2) e tudo ysto esta em casa de maria tomas ha quall pesa val-«lera coatro cruzados he a rrepada vallera millrs, e o beirame «hum cruzado he mais pydirão allianor vaaz que mora detras «dallfamdegua hum cruzado e do cruzado se paguara ho que «lhe eu dever segumdo ds sua cosyhemcia e isto tudo devxo a «esta casa do espritall com ho mais fato meudo que se aquy «achar que he hum rroupão de cacheira (3) e huu capote de «saregonça e tres callsois bramquos ja huzados de beirame e «cimquo ouseis camisas de beirame aomde entra hua de portu-«guall e hua guabaia azull de pano da Imdia com hus callsois «da mesma cor da guabaia e huas seroullas de savyn (4) e ou-«tras rapadas e hum gibão novo bramquo todo pispomtado e «hu chapeo cõ hum seu veo e tudo ysto deyxo desmolla aquy «a esta casa do espritall pello guasto que comiguo tem feyto «comtamto que me mandem dizer hua misa a nosa senhora da «guoadellupe he hum corpo de sera oferecido a sata maeem que

«custe hum tostão ellevando meds perasy da ora que ds mellevar ate que me henterem me terão tres camdeas hasezas ao lom-«go de my e todo este careguo deyxo ao mordomo que nacasa estiver he não no fazendo elle asy sobre elle fyque todo ho ca-«reguo — lt. hua caixynha que ahy esta darão a espritalleira *por que lho estou devemdo pellas boas obras que me fazem --«It. dise elle testador que coanto asua tersa que deyxava a me-«tade asua yrmaā maria fernāedez com allegitima que me ficou «de mynha may e a que me pode ficar demeu pay e aoutra «ametade deyxo a minha molher que ella me fasabem pollaallma «com aligua della e me mandara dizer hua misa hanosa senhora «do cabo e outra anosa senhora da comsollação e outraao •bom Iesuu e outraasão rroque, ã lhe dar dismolla meio arra-«tell de emsenso he outra asamta apellonia heaesmolla q. enco-«mendey que se dese aos fieis de ds dise lhe dem duas gualhetas «e hum veo deseda pacobrir o callez e daquelles panos rrapa-«dos que ahy hyão selhe darão abastansa pera huas coredisas •heestas misas lhe encomendo por que fazendo ds. allgua cousa «demy levoas muyto na garguanta e dise elle testador que esta «sedollaseja valliosa e que outra nhuma valha eeu Ioã vaaz que «esta fiz a rroguo do dito Ioã frz e asyney por elle não saber «asynar test.as que forão prezentes Ioã fr.co morador no coruo «he ao louremco naturall desta cidade he amt.º frz naturall de-«viana — acabou-se aos novedias do mes de novembro desta-«prezemte hera de mill he quinhetos he setemta e cimco annos.

«Declaração que fez Ioã fernãndez por esquecymento que lhe «esqueseo na sedolla asyma he atras esprita — It. dous tostois «que deve ao negro do pilloto It. mais devo ao despeeseiro (5) «da mesma naao outros dous tostois e ao negro do capytão «que he cozinheiro outros dous tostois e ao tanoeiro da mesma «naao mais dous tostois e a hum negro que vinha com hos ca-vallos dele rrey casado em allfama — as coais decraracois heu-taballião fiz aseu rrogo — bastião rroiz.

«Saybão coamtos esta aprovação de sedolla virem que no anno «do nacimento de noso sor Isuu Xpo de mill he quinhentos he«setemta e cimco annos aos doze dias do mes de novembro do
«dito anno nesta cidade damgra desta Ilha terseira nas casas

«doespritall della estando hahy doemte em hua cama loa frz que «dise ser morador na cidade dellisboa na freguezia de são paul-«lo o quall estava em seu perfeyto juyzo e entendim: to segumdo -maneser demy tabalitão he lioguo por elle soy dado a my tabal-«lião peramte as test: as ao diamte momeadas da sua mão amy--nha huā sedolia que ofistava ser feyta e asmada por loā vaz «comtestemunhas naquali sedolla eu taballião a seu rroguo pus «huas declaracois que tamem fiz heasyney a seu trogno aquall «sedolla esta em hua folha de papell esprita em tres landes e co-«zida com hua llinha bramqua e marcada co sete :pymges de sera *amarella ha qual sedoda heu taballiño lhe tomey e aporvey que «elle dise serverdadeiro testamento com testemunhas prezentes «amt.º L.co / he Ioā fr.co / gregorio frz. amt.º gvez / p.º de-«barsellos e amt.º soares he amt.º frz e eubastião rroiz ta-«ballião do pubrico e do judiciall por ele rrey noso sor em esta «cidade damgra he seus termos desta Ilha terseira que esta «sedolla haprovey he asyney de meu pubrico synall que tall he.»

O que vem a seguir, certamente fecho do acto pelo tabelião, é de outro punho e incompreensível. No fim está o sinal público, a assinatura de Sebastião Roiz, com duas rubricas que se não entendem, a assinatura de António Frz e no verso a conta que não consigo decifrar. Transversalmente lê-se: «testamento de João (?) frz. mareante natural de lx.ª — Antonyo germão dolyu.ra aos Regatos (?) — Joam Frz — Amador Frz — amtonyo glz — amtonio glez — Manoell frz.

Henrique Braz.

NOTAS:

- (1) O tabelião ou o copista omitiu as palavras «o levar».
- (2) Beirame, vocábulo antiquado, era um tecido de algodão da Índia, espécie de chita (Morais Silva Dicionário).
- (3) Cacheira, também termo arcaico, era um tecido de la, de felpa comprida (Morais Silva: Idem).
- (4) Savyn seria Safim ou Çafi cidade marroquina? A flutuação gráfica dos escritores e copistas antigos autoriza tôdas as hesitações.
- (5) Despessiro Deve ser despenseiro e seguramente êrro do copista ou falta um til no segundo e.

VIDA DO INSTITUTO

ACTA DA PRIMEIRA REÜNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 1944

Realizou-se esta reunião na Sala das Sessões da Junta Geral do Distrito, começando às 20 h. 30 m.

Presentes os sócios: Dr. Luís da Silva Ribeiro (Presidente), Dr. Elmiro Borges da Costa Mendes, Francisco Coelho Maduro Dias, Dr. Francisco Lourenço Valadão Júnior, Capitão Frederico Lopes, Dr. Henrique Ferreira de Oliveira Braz, João Carlos da Costa Moniz, Dr. Joaquim Moniz de Sá Côrte-Real e Amaral, Tenente-Coronel José Agostinho (Secretário), Dr. Manuel Cardoso do Couto, Capitão Miguel Cristóvão de Araújo e Dr. Teotónio Machado Pires (Tesoureiro).

- 1 O Tesoureiro, Dr. Machado Pires, apresentou as contas referentes ao ano de 1943, que fôram aprovadas.
- 2 Fôram propostos para sócios contribuintes os Senhores Capitão José Raposo, José Monjardino, Marcelo Pamplona, Dr. José Correia Bretão, Henrique Vieira de Borba, Manuel Correia Gaudêncio, José Firmino Borges, Guilherme Braz, José Coelho de Fraga, Dr. Carlos da Cunha Vasconcelos e Dr. Rui Galvão de Carvalho, êste último residente em Ponta Delgada e todos os outros nesta Ilha. Foi aprovada a admissão.
- 3 Instituto Cultural de Ponta Delgada Pelo Presidente foi comunicado um telegrama de saúdação do Instituto Cultural de Ponta Delgada ao Instituto Histórico da Ilha Terceira, por ocasião da reunião inaugural do primeiro. Foi resolvido confirmar o telegrama

de agradecimento já enviado pelo Presidente e saudar o novo Instituto, organizado nos moldes do Instituto Histórico da Ilha Terceira, com os votos pelo estreitamento das relações culturais entre esta Ilha e a Ilha de S. Miguel.

O Presidente apresentou também o alvitre, que foi aprovado, de se sugerir a criação de um organismo com fins semelhantes no distrito da Horta.

- 4 Relações da Ilha Terceira com a Inglaterra O Presidente referiu-se à oportunidade, que agora se oferece, de recordar as relações, em certas épocas muito estreitas, que tem existido entre esta Ilha e a Inglaterra, especialmente sob o aspecto comercial. Ficou resolvido que o sócio, Dr. Henrique Braz, fique encarregado de organizar uma memória a êste respeito com relação ao período que decorre até ao estabelecimento da Capitania Geral dos Açores, em 1766, e o Dr. Valadão, outra memória respeitante ao período decorrido desde então para cá.
- O Dr. Côrte-Real e Amaral deu a saber que tem quási concluido um trabalho histórico sôbre o pôrto de Angra, em que são tratadas as relações marítimas com a Inglaterra, especialmente na época da exportação da laranja.
- 5 Inquérito lingüistico O Presidente informou com pesar que nenhum dos Srs. Párocos a quem foi enviado o questionário respondeu ao mesmo.

Lembrou que o Instituto procurasse obter correspondentes nas outras duas ilhas do Distrito para colheita de dados que interesse aos fins do Instituto. Foi resolvido convidar desde já para tal fim os Senhores Dr. Lino de Almeida Castelão, que vive em Santa Cruz da Graciosa, Padre Francisco da Terra Faria, que reside nas Manadas, Concelho das Velas, S. Jorge, e Dr. José Correia da Cunha Júnior, médico na Calhêta de S. Jorge,

6 — Boletim — O Presidente apresentou o primeiro número do Boletim, referindo-se à falta de assunt o para algumas das secções como é por exemplo a de belas artes, convidando os sócios a procurarem preencher essa falta no próximo número.

Referiu-se ainda à necessidade de se fazer a tradução de alguns trabalhos históricos referentes aos Açores, como por exemplo a resenha da viagem do italiano Pedro Arditi aos Açores em meados do

século XVI. Encarregou-se desta tradução o sócio Dr. Cardoso do Couto.

- 7 Admissão de sócios contribuintes Deliberou-se que a mesa possa admitir provisóriamente sócios contribuintes, cuja admissão definitiva fica dependente de aprovação do Instituto.
- 8 Foi autorizado o Presidente a enviar o Boletim às pessoas e entidades a quem julgue que êle possa interessar, com o pedido de troca, quando tais entidades editem também publicações.
- 9 Reuniões para troca de impressões Por sugestão anteriormente feita pelo sócio Dr. Henrique Braz, o Presidente consultou os sócios presentes sôbre a realização de tais reuniões. Concordou-se em que, a título de experiência, se realizem as mesmas na Sala da Junta Geral no primeiro sábado de cada mês, pelas 20 horas.
- 10 Comemoração dos três historiadores açoreanos, Gaspar Frutuoso, António Cordeiro e Diogo das Chagas O Presidente pediu aos sócios que procurassem entender-se particularmente por forma a poderem-se realizar tais comemorações em data não muito distante, distribuindo-se os elogios dos três historiadores a três sócios que dos mesmos venham a encarregar-se.
- 11 Agradecimento à Junta Geral Por proposta do Presidente foi resolvido agradecer à Junta Geral o apoio moral e financeiro que tem dado ao Instituto e as facilidades que lhe tem concedido para o seu funcionamento.
- 12 Inéditos O sócio dr. Henrique Braz referiu-se à vantagem de apressar a publicação de inéditos respeitantes à história da Ilha Terceira, como sejam a parte das Saüdades da Terra, de Gaspar Frutuoso, que a esta Ilha diz respeito, o Espelho Cristalino, de Frei Diogo das Chagas e a Crónica de Montalverne.

Propôs ainda que se tratasse de salvar os manuscritos históricos do falecido Padre Cunha, da Calhêta de S. Jorge, ficando o Presidente de tomar providências neste sentido.

Tratou ainda da publicação feita pelo Padre Ruela Pombo de notas inéditas a respeito da Restauração na Terceira. Foi aprovado um voto de congratulação ao referido escritor pela publicação referida, agradecendo-se ao mesmo tempo a remessa por êle feita ao Dr. Henrique Braz, para utilização pelo Instituto, das cópias dos seguintes manuscritos de interêsse para o Instituto:

a) Códice n.º 1407 da Biblioteca Nacional de Lisboa, intitulado Alegrias de Portugal ou Lágrimas dos Castelhanos na Restauração de Portugal, por Leonardo Sá Souto Maior, 106 fôlhas;

b) Códice n.º 6818, da mesma Biblioteca, intitulado Anais de Portugal restituído a seus Reis Naturais, parte referente à Ter-

ceira, sem nome de autor.

Acrescentou o Dr. Henrique Braz não estar ainda identificado o autor do primeiro manuscrito, que supõe tenha sido um capelão da Sé de Angra, falecido a 31 de Agôsto de 1653, conforme o registo de óbito que encontrou.

O Presidente, Dr. Luís Ribeiro, propôs e ficou resolvido que o sócio Dr. Henrique Braz fique encarregado de preparar a edição dos dois códices.

Esclareceu ainda que ia empregar os seus esforços para se obter cópia autêntica do manuscrito das Saüdades da Terra, na parte referente à Ilha Terceira.

- 13 Novela regional O Dr. Henrique Braz apresentou uma novela do sócio Capitão Frederico Lopes, cujo assunto é de caracter regional, pedindo uma apreciação do Instituto sôbre a mesma novela. Foi nomeada uma comissão composta do Dr. Henrique Braz, Dr. Cardoso do Couto e Maduro Dias para dar parecer sôbre a referida novela.
- 14 Museu regional O sócio Capitão Frederico Lopes mostrou a necessidade de organização do Museu Regional e ofereceu ao Instituto vários modelos em miniatura de carros e alfaias agrícolas, etc., para serem incluídos no Museu. Referiu-se ainda à necessidade de gravar em discos as canções populares da ilha, que a pouco e pouco vão sendo adulteradas pelos cantadores. Propôs ainda um entendimento com o Secretariado da Propaganda Nacional, interessando-o nesta obra cultural, que interessa também a todo o país.

O Presidente mostrou as dificuldades que apresenta a organização do Museu, as grandes despesas que envolve, quando se queira executar obra condigna. Propôs que se começasse por tentar organizar as secções referentes à lavoura e à pesca, por serem as que oferecem menos dificuldades, sendo aprovada a organização de uma comissão para tal fim, composta pelo Presidente e sócios Maduro Dias e João Moniz.

Propôs ainda um voto de agradecimento ao sócio Frederico Lopes, pela oferta dos modêlos e fotografías para o Museu, o que foi aprovado.

15 — Castelo de S. João Baptista — O Presidente propôs um voto de louvor ao Director dos Monumentos Nacionais, Arquitecto Baltazar de Castro, pela inclusão do Castelo de S. João Baptista na lista dos Monumentos Nacionais e que se manifestasse o agradecimento do Instituto a Sua Ex.ª o Ministro das Obras Públicas pelo mesmo motivo.

Aprovou-se ainda que se lembrasse a ambas essas entidades a necessidade de se classificar também como monumento nacional a Igreja da freguesia de S. Sebastião.

Encerrou-se a sessão pelas 23 horas. Angra, 24-2-1944.

(assinados) — Luís da Silva Ribeiro. José Agostinho.

ACTA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINARIA DE 1944 SEGUNDA SESSÃO REALIZADA EM 2 DE SETEMBRO DE 1944

Presentes os sócios: Dr. Luís da Silva Ribeiro (Presidente), Dr. Henrique Ferreira de Oliveira Braz, Dr. Cândido Pamplona Forjaz, Dr. Teotónio Machado Pires, Dr. Francisco Garcia da Rosa, Capitão Frederico Lopes, Capitão Miguel Cristóvão Araújo, Francisco Coelho Maduro Dias e Tenente-Coronel José Agostinho (Secretário).

Aberta a sessão às 21 ii. 45 m.

- 1 Foi lida e aprovada a acta da última sessão.
- 2 Impressão do Boletim Foi resolvido que a impressão do segundo fascículo do Boletim seja feita na tipografia Andrade, recomendando-se todo o possível esmero nesse trabalho, recorrendo-se ao pedido de empréstimo de tipo especial, que seja julgado necessário e de que a tipografia não disponha.
- 3 O Senhor Presidente comunicou que o Professor Vitorino Nemésio o informou de que havia encontrado na livraria da casa Cadaval um manuscrito das Saüdades da Terra, de Gaspar Frutuoso, que presume seja o original, que esteve na posse do falecido Barão

de Linho. Foi resolvido manifestar ao Professor Nemésio o agradecimento do Instituto por tal achado, solicitando-se-lhe ao mesmo tempo que tome as providências necessárias para obter uma cópia do Livro referente à Ilha Terceira, custeando o Instituto as despesas que para tal fim hajam de fazer-se.

4 — O Dr. Henrique Braz mostrou um caderno com cópia de parte da Crónica de Frei Agostinho de Montalverne, que lhe foi facultada pelo seu possuidor, Senhor Rodrigo Rodrigues, que a fez de seu próprio punho sôbre o manuscrito original, existente na Biblioteca Pública de Ponta Delgada. Foi autorizada a despesa com a cópia da parte que interessa à Ilha Terceira, ressalvando-se a condição anteriormente adoptada de se conservar a ortografia original, nos manuscritos a publicar pelo Instituto, visto o copista ter adoptado uma ortografia modernizada no caderno que facultou ao Instituto.

Resolvido ainda apresentar ao Senhor Rodrigo Rodrigues os agradecimentos do Instituto pelo empréstimo desta sua cópia.

- 5 O Senhor Presidente propôs e foi aprovado, que se represente à Junta Geral no sentido de ser creado o Arquivo Distrital para se evitar a saída desta Ilha de valiosa documentação que nos termos da lei terá de ser enviada para outros arquivos, no caso de não ser instituido neste Distrito um arquivo privativo. Aprovou-se ainda o alvitre apresentado pelo Senhor Capitão Frederico Lopes de ser pedida a cedência do prédio onde actualmente funciona a estação telégrafo postal desta cidade para a instalação do arquivo, recomendando-se êste pedido à Junta Geral.
- 6 Pelo Senhor Presidente foi lido um extenso trabalho sôbre as indústrias populares da Ilha Terceira (bordados, tecelagem, mobiliário, cerâmica, doçaria, tinturaria) com vários alvitres sôbre o modo de se defenderem tais industrias da adulteração causada pela onda de cosmopolitismo que as ameaça. O Instituto ouviu com tôda a atenção essa exposição que julgou do maior interêsse, deixando ao critério do Senhor Presidente pôr em prática as medidas que aconselha para a defesa das indústrias citadas e sua valorização, autorizando-o a realizar as despesas necessárias para tal fim, dentro das possibilidades do Instituto.
- 7 Fôram admitidos como sócios contribuintes os Senhores Arnaldo Bettencourt e Dr. Nicolau de Bettencourt.

- 8 Foi registado com apreço o pedido de troca de publicações enviado pelo Instituto de Etnografia e Cultura Românicas, da Universidade de Hamburgo.
- 9 O Senhor Presidente leu uma carta, pouco conhecida, escrita pelo Padre António Vieira, quando se achava no Brasil, sôbre as miseráveis condições em que se encontravam os ilheus enviados para colonizar aquêle país.
- 10 O Dr. Henrique Braz falou sobre possíveis relações entre um descendente de João Fernandes Lavrador e de Pero de Barcelos, ambos navegadores terceirenses, e o Barcelos que deu o nome ao Pico do Barcelos na Madeira.
- 11 O Tenente-Coronel José Agostinho leu um breve resumo do trabalho, que pretende publicar no Boletim, sôbre o recontro do Pico do Seleiro, episódio das lutas liberais na Ilha Terceira.
- 12 O Capitão Araújo manifestou a intenção de fazer um estudo do desembarque do marquês de Santa Cruz na baía das Mós em 1583. Encerrou-se a sessão às 23 horas.

(assinados) — Luís da Silva Ribeiro. José Agostinho.

ACTA DA TERCEIRA REUNIÃO DA SEGUNDA SESSÃO ORDINARIA DE 1944, REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO

Presentes os seguintes sócios: Dr. Luís da Silva Ribeiro (Presidente), Dr. Cândido Pamplona Forjaz, Dr. Henrique Ferreira de Oliveira Braz, Dr. Manuel Cardoso do Couto, Capitão Frederico Lopes Júnior, Dr. Teotónio Machado Pires, Tenente-Coronel José Agostinho (Secretário).

Aberta a sessão pelas 20 h. 40 m.

- 1 Foi lida e aprovada a acta da sessão anterior.
- 2 Saúdação O Senhor Presidente dirigiu as suas saúdações ao sócio Dr. Cândido Pamplona Forjaz, que há pouco foi nomeado Governador do Distrito Autónomo, recordando quanto o Instituto deve a Sua Ex.ª pela atenção constante que dispensou à

sua actividade, enquanto exerceu as funções de Presidente da Junta Geral.

- O Senhor Dr. Cândido Forjaz agradeceu.
- 3 Instalação Resolvido solicitar da Junta Geral uma dependência para o Instituto poder arrecadar o seu arquivo e os objectos que lhe tem sido confiados para fundo do Museu a criar.
- 4 Livro das avaliações dos oficios das Ilhas dos Açores, com data de 1691. O Senhor Presidente leu alguns trechos dêsse livro, existente no Arquivo da Câmara Municipal de Angrado-Heroísmo, onde minuciosamente se descrevem os cargos oficiais que em fins do século XVII existiam em Angra, relacionados com a administração do Arquipélago. Foi resolvido que, pelo seu interêsse, êste livro merece ser publicado, oportunamente, no Boletim, obtendo-se as necessárias facilidades para tanto.
- 5 Festejos do Espírito Santo Foi convidado o sócio, Capitão Frederico Lopes, a elaborar uma monografia sôbre os festejos do Espírito Santo.
- 6 Fenix Angrense Resolvido que o Senhor Presidente se esforce por obter uma cópia do original que se supõe estar em poder do Dr. Francisco Sieuve de Seguier Azevêdo Soares (Carcavelos).
- 7 -- Novos sócios contribuintes -- Fôram admitidos os Senhores Coronel António Silveira Lopes, Marino Pamplona Côrte-Real e Henrique de Sousa Barcelos.

Encerrou-se a sessão pelas 22 horas.

(assinados) – Luís da Silva Ribeiro. José Agostinho.

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2 DE DEZEMBRO DE 1944

Presentes os sócios: Dr. Luís da Silva Ribeiro (Presidente), Dr. Cândido Pamplona Forjaz, Dr. Henrique Ferreira de Oliveira Braz, Dr. Elmiro Borges da Costa Mendes, Capitão Miguel Cristóvão Araújo, Dr. Teotónio Machado Pires, Tenente-Coronel José Agostinho (Secretário).

Aberta a sessão pelas 20 h. 30 m.

- 1 Foi lida e aprovada a acta da retinião de 28 de Setembro.
- 2 Documentos do Arquivo de Simancas Pelo Senhor Presidente fôram apresentadas cópias de vários documentos respeitantes ao período da ocupação espanhola, existentes no Arquivo de Simancas e obtidas por intermédio do Instituto para a Alta Cultura.

Foi resolvido publicar oportunamente êsses documentos, cujo interêsse é grande, ficando o Senhor Presidente encarregado de procurar obter novas pesquizas e cópias.

- 3 Inquérito sôbre as indústrias caseiras Em vista da morosidade com que o inquérito tem sido conduzido por motivo de ocupações mais instantes de alguns dos sócios encarregados de o fazerem, foi resolvido que o Senhor Presidente procure obter elementos para o inquérito, mediante o pagamento de modêlos, desenhos, etc., a encomendar a pessoas idóneas.
- 4 Instalações para o Instituto Resolvido fazer novas instâncias para que a Junta Geral procure obter uma instalação para o Instituto, ou pelo menos um local para guardar o Arquivo e os objectos, já existentes, para o Museu.
- 5 Sócio honorário Por proposta do Senhor Dr. Henrique Braz, foi eleito, por aclamação, sócio honorário do Instituto o escritor terceirense Professor Vitorino Nemésio, cujo elogio o Senhor Dr. Henrique Braz fez.
- 6 Arquivo Distrital Foi resolvido solicitar da Junta Geral que o pedido sôbre a organização do Arquivo Distrital seja tomado em conta, logo que fôr possível.
- 7 Sócios contribuintes Foram eleitos sócios contribuintes os Senhores Engenheiro agrónomo Arlindo Cabral, residente em Ponta Delgada e Tenente miliciano Pedro Paim de Bruges.

Encerrada a sessão pelas 22 h. 30 m.

(assinados) — Luís da Silva Ribeiro. José Agostinho.

"Insulana"

A criação do Instituto Histórico da Ilha Terceira, da iniciativa dos srs. tenente-coronel José Agostinho e dr. Luís Ribeiro, que logo teve a adesão entusiástica de outros terceirenses eruditos, actualmente sócios fundadores dêste organismo e mereceu a égide e apoio financeiro da Junta Geral Autónoma do Distrito de Angra-do-Heroísmo — veio, ao que parece, na hora própria. E tão exactamente correspondeu a uma aspiração latente do meio culto açoreano que provocou iniciativa análoga em Ponta-delgada: a fundação do Instituto Cultural dêste outro distrito, em que ficaram congregados, como sócios fundadores, as figuras mais representativas da intelectualidade micaelense, algumas das quais são irrecusàvelmente dos valores mais altos do arquipélago, espíritos lucidíssimos com larga projecção na vida artística e literária do país.

O *Instituto* de Ponta-delgada tem funções mais amplas do que o da *Ilha Terceira* e por isso estabeleceu de início quatro conselhos técnicos: a) Conselho histórico e etnográfico; b) científico; c) literário e d) artístico.

A Direcção é constituída pelos seguintes insignes micaelenses: Presidente, Dr. Humberto de Betencourt; Tesoureiro, Rodrigo Rodrigues; Secretário, Dr. Armando Côrtes-Rodrigues; Vogais, Dr. José Bruno e Dr. Francisco Carreiro da Costa.

O órgão do *Instituto Cultural* é uma revista com o nome de *Insulana*, a publicar trimestralmente.

O primeiro número, com 149 páginas, formato 22×15 cm., apareceu no último trimestre de 1944 e saíu da Of. do $Di\acute{a}rio\ dos\ Açores$, de Ponta-delgada. Da excelência do seu conteúdo pode fazer-se

idéa pelo sumário dos principais estudos publicados: Proémio, pelo sr. dr. Humberto de Betencourt; A Cronologia dos Sonetos de Antero de Quental, pelo sr. dr. José Bruno; O Vilão no Teatro Popular de S. Miguel, pelo sr. dr. Humberto de Betencourt; A Ermida do Paço dos Donatários, em Ponta-delgada e a desaparecida Igreja de S. Mateus, da mesma cidade, pelo sr. Rodrigo Rodrigues; Capitães-generais (1766-1831), pelo sr. dr. Francisco de Ataíde Machado de Faria e Maia; Uma fonte do Século XVI, pelo sr. dr. Luís Bernardo Leite de Ataíde; A Ermida de N. Sr.ª dos Remédios da Lagoa, pelo sr. dr. Carreiro da Costa e Adagiário Popular Açoreano, pelo sr. dr. Côrtes-Rodrigues.

Além dêstes valiosos trabalhos insere a *Insulana* secções diversas para registar a vida do Instituto Cultural, a bibliografia, referente a livros recentemente publicados ou já no prelo, que directa ou indirectamente respeitam aos Açores e numerosas notas de etnografia açoreana, extremamente curiosas.

Pelo seu mais amplo objectivo destacam-se o estudo sôbre a cronologia dos sonetos anterianos, trabalho exaustivo que definitivamente resolve dúvidas até agora existentes neste assunto; o estudo sôbre o tipo do Vilão no teatro micaelense em que o A. discute as etimologias nitidamente diversas das duas formas de vilão e conclui por afirmar que o tipo do teatro popular de S. Miguel não é reminiscência do teatro de Gil Vicente, como pretendia o malogrado, grande publicista vilafranquense, P.e Ernesto Ferreira — e, por último, o Adagiário Popular Açoreano, admirável colectânea, por ordem alfabética, em que se regista, em cada adágio, a ilha onde foi colhido e as variantes conhecidas em outras ilhas e no continente português.

Henrique Braz.

Publicações recebidas

Por troca com o Boletim do Instituto receberam-se e muito se agradecem as seguintes publicações:

- «Boletim da Junta de Provincia da Estremadura», N.ºs 3, 4, 5 e 6.
- *Boletim da Comissão Provincial de Etnografia e História da Junta de Província do Douro Litoral*, N.ºs 1 a 9 e N.ºs 1 e 2 da 2.ª série.
- «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», N.os 3 a 10 de 1944.
- «Arquivo Distrital de Aveiro», N.os 37 e 38.
- «Revista de Guimarães», N.os 1 a 4 de 1943 e N.os 1 e 2 de 1944.
- «Boletim de Trabalhos Históricos do Arquivo Municipal de Guimarães», N.ºs 1, 2 e 3 de 1942 e 1 e 2 de 1943.
- «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia», Vol. X, N.º 2.
- «Insulana», Vol. I, N.º 1.
- «Volhstum und Kültur der Romanen», Hamburgo, N.os 1 a 4 1942-43.
- «Revista Portuguesa de História», Coimbra, tomo I.

VÁRIA

MANUEL DE BARCELOS, PILÔTO

No Vol. I do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, no meu estudo àcerca de João Fernandes Lavrador (fls. 7 e seguintes), deixei provado que na descendência do navegador Pero de Barcelos a vocação marítima se descortinava no filho, Diogo de Barcelos, por certas verbas do testamento que ficara por seu falecimento, ocorrido em 10 de Maio de 1534.

Posso agora acrescentar que a sedução do oceano continuou a influir no destino dos Barcelos.

Houve na cidade de Angra um pilôto por nome Manuel de Barcelos, fi-Iho de Manuel Afonso e de Ana de Resende, que na Sé da mesma cidade, em 13 de Junho de 1627, celebrado pelo cura, Rev.º Sebastião de Figueiredo e autorizado pelo Vigário-Geral, Ld.º Manuel Duarte da Mota, realizou seu casamento com Andresa Fernandes. filha de João Fernandes e de Maria Fernandes, em presença das testemunhas: André Miz da Fonseca, Tomé Corrêa da Costa e do P.e Domingos Miz, beneficiado na Colegiada da igreja de N.* S.ª da Conceição, também de Angra.

Não havia naquela época a superstição que abomina o número treze, só agradável no uso, conservado em Lisboa e outras terras do continente português, e presumo que já subvertido pela pressão económica das últimas grandes guerras, de o contar na dúzia de certos peixes, de certas frutas e de outros géneros alimentícios, por vendeiros conscienciosos.

Mas, na realidade, o consórcio do pilôto, efectuado num dia *treze*, não trouxe completa felicidade aos nubentes — foi estéril, não tiveram descendência.

E, na vida marítima, o Barcelos sofreu pelo menos um grave revés e considerável perca. O patacho de que era mestre e pilôto, fundeado, em Agôsto de 1641, no pôrto (sic) dos Ilhéus, porque na baía de Angra, devido à luta que os terceirenses travavam com os castelhanos, cercados no Castelo de S. Filipe, do monte do Brasil, estaria exposto à artilharia dos sitiados — escapo às balas, não resistiu à tormenta. Sobrevelu um medonho temporal e o vento carpinteiro arremessou o navio às pedras da costa.

Um tal Filipe Gomes, mareante de escassos escrúpulos, aproveitando a confusão do naufrágio, quando pela noltinha o mar serenava, apoderou-se da amarra e da âncora do patacho sossobrado e deitou a unha a um barril de alcatrão que aparecera entre os destroços — e, tudo metendo no seu barco, fez-se à vela do referido pôrto, sem dar satisfação alguma do feito.

Não bastara a perda total do seu querido patacho, até os salvados lhe eram subtraídos — e, roído de amargura, fervendo em fúria, o pobre do Manuel de Barcelos correu à rua do Galo, aos aposentos de morada do tabelião Jorge Cardoso e, em 28 daquele mês e ano, fez procuração, nesta ilha, a Manuel Silveira de Toledo e aos Ld.ºs Manuel Roiz Preto, Antonio Gomes Pais e Alexandre Garcia; na ilha de São Miguel, para onde talvez o rouba-

dor tivesse escolhido rumo, a António Pereira de Elvas e a Manuel Corrêa de Sousa, e, na côrte e cidade de Lisboa, a João Serrão, a P.º de Vargas, ourives do ouro e a Amaro Roiz de Morgueda — a-fim-de perseguirem o Filipe Gomes e haverem os objectos furtados.

Suspeito que tôda esta inumerável gente do fôro tenha sugado os restos que o naufrágio e o Gomes deixaram do patacho, seu massame e utensilagem — mas ignoro se o barril de alcatrão, a âncora e amarra voltaram à Terceira.

Andresa Fernandes faleceu em 9 de Agôsto de 1658 e foi enterrada na igreja da Sé, de Angra, na sepultura de seus pais. Prezando a sua alma, fez testamento, instituindo perpétuos. Testamenteiro foi o marido e herdeiro em vida, isto é, em usufruto vitalício, da têrça que a testadora tomou no melhor parado de seus bens, as casas em que morava, junto a Joseph Miz bocarro. Por morte do marido, a têrça, visto não ter herdeiro forçado, iria às duas irmãs da mesma testadora, Teresa de Belém e Beatris Fernandes, com obrigação, tanto o marido, como estas, de vinte missas resadas por ano, enquanto o mundo durar. Falecida qualquer das irmãs, a sobrevivente herdaria a têrça e, por morte da última, iria aos filhos de ambas, tendo-os e, não havendo filhos, à Casa da Santa Misericórdia ou ao Hospital da cidade de Angra. Aprovou o testamento o Tabelião Roque Rodrigues, da mesma cidade.

A que ramo da família pertencia o pilóto Manuel de Barcelos? Não o sei.

Houve, antes dêste, na árvore genealógica dos Pinheiros de Barcelos, vários outros descendentes do mesmo nome.

O progenitor terceirense da estirpe, Pero de Barcelos, não deu o nome de Manuel a nenhum dos seus numerosos filhos, mas teve três netos assim chamados, um filho de Gonçalo, outro de Afonso e outro de Diogo. O filho de Gonçalo, Manuel de Barcelos Machado, casou com D. Maria Cota da Malha e entre a sua prole houve um Pedro Cota da Malha, pessoa grada, que veio a casar com Francisca Nunes, de quem nasceu outro Manuel de Barcelos.

Desconheço que deslize ocorreu a êste nobre tetraneto do argonauta Pero de Barcelos, companheiro de João Fernandes Lavrador na pesquisa dos mares do ocidente. Mas sei que, em 11 de Julho de 1594, o trouxeram da cadeia, prêso, até à porta dos Cosmes, da Sé de Angra, onde recebeu em casamento, por palavras de presente, Catarina de Melo, filha de Lucas Giz e de Madalena Coelho, já defunta. Celebrou o padre cura da Sé, Manuel de Araújo Ávila e foram padrinhos o alcaide, Diogo de Melo e Bartolomeu Serrão.

O pilôto Manuel de Barcelos, viúvo e sem descendência, êsse arrastou a vida até 17 de Março de 1663, dia em que faleceu, legando a sua fazenda à Confraria de N.ª Sr.ª da Pureza, erecta na igreja do Colégio de Jesus, da cidade de Angra, com obrigação de certas missas e outros perpétuos que, segundo diz o cura da Sé, Rev.º António Pinto, no assento do respectivo óbito, largamente constam do testamento, em poder do tabelião, Francisco de Sousa.

Foi sepultado em huma das capellas do ditto Collegio que diz ser sua.

(Fontes: L.º N.º 3 de Casamentos da Sé de Angra (1589 a 1606), f.º 53; L.º N.º 4, também de Casamentos da mesma Sé (1606 a 1628), f.º 178; L.º N.º 5 de Óbitos da mesma Sé (1638 a 1660), f.º 164 v.º; L.º N.º 6, também de Óbitos, (1660 a 1678), f.º 30; Instrumento de procuração, lavrado a f.º 180, do L.º de notas, relativo aos anos 1640-41, do tabelião de Angra, Jorge Cardoso; Nobiliário da Ilha Terceira, do Sr. Dr. Eduardo de Campos (Carcavelos), vol. II, Braga, 1909, título dos Pinheiros de Barcelos, pág. 273 e seg. tes).

Henrique Braz.

O P.e ANTÓNIO VIEIRA E OS COLO-NOS ILHÉUS NO BRASIL

Em 1647 e 1648 fôram para o Brasil 100 casais de Santa Maria («Arquivo dos Açores», I-485) e às dificuldades de vida dêsses pobres colonos se refere o P.º António Vieira em carta a D. João IV, de 4 de Abril de 1654.

«Em huma Capitania destas confessey huma pobre mulher das que vierão das Ilhas, a qual me disse com muitas lágrimas, que de nove filhos que tivera, lhe morrerão em tres mezes cinco filhos de pura fome e desemparo; e consolando-a eu pela morte de tantos filhos respondeo-me: Padre, não são esses os porque eu choro, senão pelos quatro que tenho vivos sem ter com que os sustentar, e peço a Deus todos os dias que mos leve tambem. São lastimosas as miserias que passa esta pobre gente das Ilhas, porque não tem com que agradecer, se algum Indio se reparte. não lhe chega a elles, senão aos poderosos; e he este hum desemparo a que V. Magestade por piedade deverá mandar acudir com effeito: mas tambem a

isto se acode nos capitulos de hum papel que com esta vay».

(Cartas. Lisboa Occidental, 1735, T. I, pág. 50).

O P.e António Vieira esteve em Angra em 1654, onde prégou na Sé, na festa de N. S.ª do Rosário, um sermão impossível até hoje de identificar. Demorou-se nos Açores e prégou noutras ilhas. (Drumond. Anais, II-127).

No sermão que prégou nas exéquias de D. João IV (Sermões, Lisboa, 1748, T. XV-31) alude à Restauração na Ilha Terceira,

«Apontou para todas as Ilhas e vierão as Ilhas todas. Só restava o fortis. simo Castello da Terceira, governado, e presidiado por Castelhanos, e quatro vezes socorrido por Castella; applicou Deos a mão, e rendeo-se o Castello, não a sitio de Capitães e soldados pagos, se não ao que por mar, e por terra lhes fizerão os moradores e lavradores com assombro do Mundo: no principio do sitio não tinhão mais que hum barco, e no cabo delle defendião as entradas do mar com nove navios de guerra, tomados aos Castelhanos, Isto fez Deos com a mão: Manus enim mea auxiliabitur ei . . »

L. Ribeiro.

NOMES DE VENTOS E DO DIABO

As ilhas dos Açores são particularmente sujeitas a ventos, que, às vezes, atingem grande violência. Linschott não esconde a sua admiração ao ver como êles comem o ferro dos gradeamentos e as próprias pedras dos edifícios.

Para o agricultor constituem ameaça constante. «O homem semeia e o vento leva», notou Raul Brandão nas *Ilhas Desconhecidas*; e não há escritor, que

mais detidamente se tenha ocupado do arquipélago, que não fale de vendavais. Muitos constituiram calamidades registadas pela história em tôdas as ilhas.

Os naufrágios, as cheias do mar, são o pesadêlo dos marítimos e das populações rurais a quem vivamente impressionam.

Esta preocupação reflecte-se no cancioneiro popular, mais ain la na poesia culta, e traduz-se quer em imagens quer em descrições. Não há poeta que lhe tenha ficado indiferente.

O povo, como sucede noutros lugares e tempos, dá nomes aos ventos, os quais já fôram estudados com respeito ao continente, e nesses estudos, mencionam-se nomes usados nos Açores. Como, todavia, outros existem além daqueles, esta breve nota destina-se a completar o assunto, em especial no que toca à liha Terceira.

Leite de Vasconcelos (Opúsculos, vol. III, pág, 482) agrupa os nomes de ventos em quatro classes ou categorias conforme a origem: Nomes ligados às qualidades do vento; nomes referentes aos pontos cardiais; nomes tirados das localidades ou sítios de cujo lado sopram; nomes de significação vaga.

Na Terceira, como no Faial («Correio da Horta», N.º 3.287), chamam ao vento do nordeste esfola vacas, porque as mata, só se lhes aproveitando o couro. Também o dizem mama vacas, porque crêem que lhes seca o leite, e em São Miguel mata-vacas. (D. Lygia Almeida Matos, «Ilha de São Miguel», 80).

O vento do quadrante leste é particularmente temido, sobretudo pelos pastores, por isso afirmam que:—«Vento leste é peor que peste».

Também no continente o temem.

Em Espozende chamam ao nordeste traiçoeiro e ladrão («Revista Lusitana», XVII—2011, e em Viana, Caminha e Ponte de Lima cabra fanada, («Revista Lusitana», XVII—222).

Carpinteiro é o vento de sueste na baia de Angra, nome que o P.º Cordeiro («História Insulana», 269) explica nos seguintes termos: — «fica, porem, este porto em direytura ao sueste, a quem chamão lá o vento Carpinteyro, porque algumas vezes he tão rijo que, se as amarras não são boas e de bom fio, as faz arrebentar e dá com a embarcação no areal da Praínha ou no Porto Novo.»

A denominação é antiga pois se encontra em Gaspar Frutuoso nas Saüdades da Terra; e Linschott, na Histoire de la Navigation, narra com mal disfarçado pavor os seus desastrosos efeitos.

Maximiliano de Azevêdo nas Histórias das Ilhas (77), fala no carpinteiro com referência ao Faial — «Acossadas pelo vento sueste, pelo carpinteiro, as vagas batiam. » mas não me consta que naquela ilha lhe dêem êsse nome.

No segundo grupo há a *nortada*, vento rijo do norte, têrmo empregado principalmente pelos marítimos.

O grupo mais numeroso é o dos nomes relacionados com os dos lugares de onde vem o vento. Temos assim vento da terra e vento do mar; mas é para notar-se que, segundo tenho ouvido, estas denominações só se aplicam aos ventos norte e sul. Nos lugares da Terceira, onde o mar fica ao norte e a terra ao sul dizem vento de cima e vento de baixo.

No continente empregam designações semelhantes (Dr. Leite de Vasconcelos, «Lições de Filologia», 427 e «Revista Lusitana», XVII-200), e no Faial há o vento de terra fora, que sopra do Pico («Correio da Horta», 3,287).

Nas Flores há o terreal (Nunes da Rosa. «Pastorais do Mosteiro», pág. 38) e na Madeira o terral.

Vento dos tinhosos é o noroeste que vem do lado da Graciosa cujos habitantes têem na Terceira aquela alcupha étnica.

Semelhante é em São Miguel o formigueiro, sueste, porque sopra das Formigas (ob. citada. 78).

Na Madeira há o camacheiro, da Camacha, na Horta o vento de entre montes (Monte da Guia e Monte Queimado), na Praia Grande do Faial, o vento do Cabeço do Fôgo e no continente (Óbidos) o berlengueiro, das Berlengas.

No último grupo creio caberem as designações resmangueza, no Pico, vento incerto e variável, («O Telégrafo», N.º 12.283), vento tecido, vento que traz chuva nas Flores, noruega vento aspero e frio no Faial e Flores, expressão usada na Beira Alta, correspondente ao vento barbeiro de outras regiões.

Com referência ao vento há mais na linguagem popular da Terceira:

Rajada, que a gente do mar diz refega, impulso de vento mais forte. No continente dizem rafada (espanhol rafaga, francês rafale, italiano refolo). Cândido de Figueirêdo no «Novo Dicionário», regista rajada e rafa no sentido de maré forte, a par de rafada.

Lufada, rajada com vento fraco.

Pé de vento, impulso repentino e rápido.

Vendaval, tempestade moderada Redemoinho, vento circular. No mar dizem reboiço, palavra que Cândido de Figueirêdo não regista.

Mormaço, calmaria, tempo úmido e quente. Cândido de Figueirêdo regista brumaço como açoreanismo do Faial e Pico.

Se o vento muda de quadrante diz--se que *rodou* ou *virou*, como no continente, e se a mudança é brusça que *saltou*.

Poucas cousas haverá que tenham tantas e tão diversas denominações como o diabo.

«Os crentes, escreve o Dr. Leite de Vasconcelos nas «Lições de Filologia» (pág. 413), para não proferirem o nome do diabo, visto que este nome é uma espécie de tabú, dizem, como eufemismo religioso, diacho, decho, dialho, dianho, diangas, diangras, diogo.

Nenhum de tais nomes provém directamente do latim «diab'lus»...

O decoro, o desejo de evitar pecado e ainda mau agoiro, porque falar no diabo, diz o povo, é chamar por êle, ajudam a aumentar o número de designações, muitas das quais nenhuma relação lógica ou filológica teem com a palavra própria.

Para essa variada sinonímia dão os Açores apreciavel contingente,

Na Terceira usa-se, como em todo o país, demónio, dialho, diacho, bastante frequente, dêmo; e mais inimigo, satanaz, porco-sujo, cão-tinhoso, mafarrico, berzebú e berzabum, formas de belzebuth, ranhoso.

Nabo é denominação corrente de que deriva o verbo nabejar, falar no diabo ou praguejar, palavras estas que Cândido de Figueirêdo não regista no «Novo Dicionário» (ed. de 1913),

Em São Miguel há mais: caím, canêta, labrêgo (D. Lígia Maria da Câmara Almeida Matos, «Ilha de São Miguel»).

Nas Flores é que aparecem nomes mais originais - cramilhano ou cramulhano, cramiano, diogo, diangas, nabo, cão-sujo, cão-fedor, o das calças largas, o de lá de baixo, o tentador. Aí, diz com espírito o sr. Dr. José Machado de Serpa («Correio da Horta», N.º 3.098), o diabo é tudo menos diabo. Cramiano indica também qualquer homem de calcas largas, e para notar é que, nalgumas localidades do continente, chamam ao papão, ser fantástico e demoníaco com que metem mêdo às crianças, o das calças vermelhas (Dr. Leite de Vasconcelos, «Canções do Berço», nos «Opúsculos», VII-894).

L. Ribeiro.

CASAS JUNCADAS

Quando a maioria das habitações dos camponeses nas freguesias rurais eram terreas, com o chão batido (entejolado) juncavam o aposento principal, sôbretudo por ocasião de festas, Natal, Espírito Santo, Páscoa, com rama verde de pinheiro (frança ou fêno de pinheiro) e também com junco, preferindo aquele por ser aromático.

Em São Miguel usavam o junco e a rama de funcho (D. Lígia de Almeida Matos, «Ilha de São Miguel», pág. 19; Arruda Furtado, «Materiais», pág. 19) e no Faial, como na Terceira, a rama de pinheiro (Manuel Dionísio, «Costumes Açoreanos», 18).

O costume foi introduzido do continente e é antigo. Data pelo menos do século XVI,

Gil Vicente na «Farça dos Almocreves» (Obras, Coimbra, 1907, 1—329) diz:

Moça formosa, lençois de veludo Casa juncada, noite longa

e António Ribeiro Chiado na «Prática dos três compadres», também a êle se refere:

Ontem, ao junco no cais, era todo Portugal, e não parece Natal sem junco...

(Obras, Lisboa, 1887, pág. 134)

A festa já não é nada, sem candeias, verdes, junquête,

(pág. 135).

L. Ribeiro.

INDICE

Autores

Avila (João José de Bettencourt e)	Pág.
Cartas que dirige a seus filhos José Bettencourt da Silveira e Ávila e Maria Antónia de Bettencourt, principiadas em Junho de 1845 na Villa do Tôpo	215
Braz (Dr. Henrique)	
A descoberta da Terra Nova do Bacalhau	1 276 294 297
Lopes Júnior (Capitão Frederico)	
Notas de etnografia Locuções e modos de dizer do povo da Ilha Terceira. Os «marôtos» da Terceira. O abrazão, espelho satírico do povo terceirense	165
Ribeiro (Dr. Luís da Silva)	
	263 299 299 302
Valadão Júnior (Dr. Francisco Lourenço)	
O último Capitão-General do regime absoluto na Ilha Terceira	21

Assuntos

Artigos:	Pág.
A descoberta da Terra Nova do Bacalhau pelo Dr. Henrique Braz	1
O último Capitão-General do regime absoluto na Ilha Terceira pelo Dr. Valadão Júnior	21
tírico do povo terceirense, pelo Capitão Frederico Lopes Júnior	165
Rimas infantis pelo Dr. Luís da Silva Ribeiro	263
Pero de Barcelos e João Fernandes Lavrador, pelo Dr. Henrique Braz	276
Textos históricos:	
Cartas que João José de Bettencourt e Avila escreve a seus filhos José Bettencourt da Silveira e Ávila e Maria Antónía de Bet- tencourt, principiadas em Junho de 1845 na Villa do Tôpo .	215
Vida do Instituto :	
Actas das reüniões	285
Bibliografia :	
«Insulana» (Dr. Henrique Braz)	294
Publicações recebidas	296
Vária :	
Manuel de Barcelos, Pilôto (H. Braz)	297
O P.e António Vieira e os colonos Ilhéus no Brasil (L. Ribeiro).	299
Nomes de ventos e do diabo (L. Ribeiro)	299
Casas juncadas (I Riheiro)	302

Boletim
dó
Instituto
Histórico
da
Ilha Terceira

Vol. II

1944